

Edição Histórica
1920/2020

MINHA TERRA E MEU MUNICÍPIO

Antônio Marins

Foto: (Livro Espírito Santo-Fotografia 1910)
Mandado publicar pelo Governador Jerônimo Monteiro

Apoio:
Sicoob Sul, Eletromax e Acquareale

ANTONIO MARINS

Vereador municipal, socio benemerito da Associação de Beneficencia
Cachoeirense e da Loja Fraternidade e Luz.
Dos Fundadores da Associação Espirita Beneficente e Instructiva.
Deputado do Congresso Legislativo do Estado

MINHA TERRA

E

MEU MUNICIPIO



RIO DE JANEIRO
JACINTHO RIBEIRO DOS SANTOS

82 — Rua S. José — 82

—
1920

Ficha catalográfica Roberta dos Santos Viana CRB-6/ES 695.
Marins, Antonio.

Minha terra e meu município / Antonio Marins; [apresentação por Higner Mansur; supervisão editorial por Alexandre Cunha Tavares]. - 2. ed. - Cachoeiro de Itapemirim : Gracal, 2020. 234 p. ; 23x16cm.

Obra transcrita literalmente do original: Minha terra e meu município / Antonio Marins : Rio de Janeiro : Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920. 231 p.

1. Espírito Santo (Estado) – História. 2. Cachoeiro de Itapemirim – História. I. Mansur, Higner. II. Tavares, Alexandre Cunha. III Título.

CDD 981.52
CDU 94(815.2Cachoeiro)

APRESENTAÇÃO

Abrimos esta segunda edição do “Minha Terra e Meu Município”, dizendo quem foi (e é) Antonio Marins, por ele mesmo: - “*Vereador Municipal, sócio Benemérito da Associação de Beneficência Cachoeirense (hoje Santa Casa) e da Loja Maçônica Fraternidade e Luz. Dos fundadores da Associação Espírita Beneficente e Instrutiva. Deputado ao Congresso Legislativo do Estado*”. Foi, ainda, comerciante e Venerável Mestre da Loja Maçônica Fraternidade e Luz, de Cachoeiro.

Neste ano de 2020 completam-se 100 anos da primeira edição deste livro.

É, simplesmente, dos mais importantes livros de História do Município e Região. Pouquíssimos historiadores chegaram ao nível de profundidade a que ele chegou, em se tratando de História Geral local: – Levy Rocha, Manoel Gonçalves Maciel e Evandro Moreira, todos com obras esgotadas. Também apresentaram trabalhos de alto nível de documentação histórica – História Geral -, Domingos Ubaldo, Paulo Herkenhoff e Joaquim Pires de Amorim (desculpem se esquecermos de alguém). E não devemos nos esquecer da extensa gama de novos autores da nossa História, pós-chegada das Faculdades e Universidades.

A homenagem ora prestada a Antonio Marins e aos acima citados, estendemo-la a Gil Gonçalves, com sua coleção magistral de fotos antigas de nossa terra. Estendemo-la, também, a Paulo Henrique Thiengo, salvador da memória de um dos mais importantes jornais de Cachoeiro – CORREIO DO SUL. Sem ele, não teria sido salva boa parte dos exemplares em papel do jornal, hoje no Arquivo Público Estadual - APE, no que agradecemos também a Cilmar Franceschetto, sempre presente. Paulo Henrique é saudado, também, por guardar, ainda, e com dificuldade, a impressora do mesmo jornal.

Sem Marins, Levy, Maciel, Evandro, Gil Gonçalves, Domingos Ubaldo, Paulo Herkenhoff, Joaquim Pires de Amorim e Paulo Thiengo Cachoeiro e os autores universitários, seriam muito menores nossas História e Cultura.

Com o mesmo reconhecimento, agradecemos a Manoel Carlos Amboss e a Rubem Moreira, que deram condições efetivas para esta segunda edição clássica vir à luz. No mesmo nível de reconhecimento, agradecemos ao Bira – Ubirajara Tavares Dias – e a seu filho Alexandre, da GRACAL, sempre presentes na amizade e nos trabalhos culturais impressos que desenvolvemos em nossa cidade, nos últimos anos – 33 anos, para sermos exatos.

Cachoeiro de Itapemirim – ES – setembro de 2020.

HIGNER MANSUR RONALD MANSUR

INDICE

	Pag.
O Estado - Notas historicas	09
Cachoeiro do Itapemirim	47
Inaugurações	65
Castello e Conceição do Castello	93
Virginia	111
São Felipe	115
Cachoeiro do Itapemirim historia	119
A gente antiga	133
Primeiras casas commerciaes	165
Itapemirim	199



Antônio da Silva Marins

NOTA

Nada tem de original este trabalho, mas também não é todo elle uma copia ad litteram do que sobre o assumpto escreverão autores conhecidos.

Dos que tratarão da nossa historia nem todos dizem tudo; de sorte que tive de respigar entre elles, coordenar, enfeixar os subsídios colhidos e dar ao todo essa forma mais concreta acrescida tambem de muita cousa que era do meu conhecimento pessoal e não constava em livro.

Está nisto o merito do meu trabalho, se o tem.

Tudo o que pude colher para dar aqui resumido mas conciso; tudo o que se faz necessário ao conhecimento quase completo do que foi o do que é esta formosa terra espírito-santense, aqui se encontra condensado, em suas épocas e datas.

Bom seria que todo filho desta terra soubesse o quanto nella existe de exuberante e valioso, com tão grande carinho prodigalizado pelo Creador.

Escrevo para o povo, particularmente para o povo do meu município; por isso procurei o methodo mais simples fugindo de commentarios e digressões inuteis num trabalho cujo único escopo é levar as classes meno lidas o conhecimento integral das cousas da sua terra destinada a grandioso futuro.

E' um trabalho aparentemente de fácil feitura; qualquer por certo o faria se lhe não fallise a coragem ás primeiras investidas e com ella a paciencia

quando as rebuscas e inquirições começassem a esbater-se na vacuidade dos textos confusos e das tradições erradas.

Sabem-no quantos immergem em assumptos deste teor, as perplexidades e angustias que detêm em caminho as vontades mais resolutas de vencer.

Que á obra muito falta para ser completa, bem o conhecemos; mas é um estímulo para que outros façam igual ou melhor, se puderem.

ANTONIO MARINS

Cachoeiro do Itapemirim, Junho de 1918

“E’ o Espirito Santo a terra mais abastada e melhor de toda a costa.”

PADRE ANTONIO PIRES. 2 Agosto 1551.

“E’ esta terra onde ao presente estou a melhor e mais fértil de todo o Brasil.”

D. AFFONSO BRAZ. 1551.

“De todas as provincias do Norte, é a do Espirito Santo a mais propria para o estabelecimento de grandes nucleos agricolas.”

ENG. COSTA ALVES. 1870.

“Posso portanto, com conhecimento de causa aconselhar a todo aquelle que não encontra na sua patria meios suficientes de vida, que é sadio de corpo e de espirito e a quem as illusões não pertubarão, a emigrar corajosamente para o Brasil; e recommendo muito especialmente o Estado do Espirito Santo.”

MAURICIO LAMBERT. “*O Brazil*”. 1896.

“Inenarravel o mixto de pasmo e alegria de que me senti apoderado, ao penetrar pela primeira vez pela natureza magestosa do interior do Espirito Santo.”

ARTHUR MAGARINO . 1912.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

NOTA Nº 1000000

1950

PRIMEIRA PARTE

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

NOTAS HISTORICAS

O ESTADO

Descoberta — Foi o Espirito Santo descoberto pelo navegante portuguez Christovão Jacques, em 1525.

Era esse homem um nauta experimentado, de grandes conhecimentos profissionaes e techicos e que a mando de el-Rei D. Manoel andava em explorações de toda a costa do Brasil, determinando-lhe os pontos geodésicos, levantando cartas da costa e nella plantando numerosos marcos e padrões de pedra, com legendas e datas. Esse trabalho era feito em quasi todo littoral brasileiro. (1)

Doação — Por carta Regia datada de 1º de Janeiro de 1534, foi a Capitania doada por D. João III, rei de Portugal, ao fidalgo portuguez Vasco Fernandes Coutinho como premio aos seus feitos valorosos em campanhas d' Africa.

A doação foi feita no anno de 1532, mas as respectivas Cartas e Foraes só foram passadas em aquella data. (2)

(1) Autores ha e com fundamentos, que contestam essa data da descoberta (1525) fazendo recuar esse acontecimento para 4 de Julho de 1504. Limitamo-nos a accitar o transumpto historico que outros assignalam, deixando a controvérsia para os que se affoutam a taes estudos.

(2) Assim se explica o tempo que deccoreu entre a doação e a data da assignatura da Carta.

Só depois dos Relatorios, plantas e cartas de Christovão Jacques, que foi que o Governo do Reino, D. João III a expedio já então feita em 1532 a classificação e modo de dividir as terras das Capitancias do Brasil cabendo ao Espirito Santo o 11º lugar entre as então existentes.

Posse do 1º Donatario — No dia 23 de Maio do anno de 1535, domingo do Espirito Santo, desembarcou em terras da sua Capitania, Vasco Fernandes Coutinho, acompanhado de numerosa comitiva composta de gente de guerra, aventureiros e fidalgos desterrados. Renunciou-a em 3 de Agosto de 1560, passando então a Capitania a outros Donatarios, ao todo em número de nove que foram os seguintes:

1º Vasco Fernandes Coutinho Filho, que era filho natural legitimado, do primeiro Donatario com Dona Anna Vaz, sua mãe. Falleceu em 1589, legando o governo á sua mulher D. Luiza Grinalda que também retirou-se mais tarde para Lisboa, ficando então o governo entregue a Miguel de Azeredo, seu ajudante, que o deixou em 1620 por ter chegado nesse mesmo anno o terceiro Donatario Francisco de Aguiar Coutinho. O capitão de ordenanças Miguel de Azeredo governou por espaço de 22 annos. Seguiram-se: Antonio de Aguiar Coutinho, Antonio Gonçalves da Camara, Ambrosio de Aguiar Coutinho da Camara, Francisco Gil de Araujo, Manuel Garcia Pimentel e Cosme Roulin de Moura.

Vasco Fernandes Coutinho, o 1º Donatario, era homem aguerrido e valoroso, mas de indole branda e jovial. Diz-se que na Africa dava-se a praticas burlescas e assim conseguia muitas vezes, fascinar o gentio e vencel-o. Falleceu em meados de Agosto de 1561, minado de desgostos e vicios soffridos nos seus ultimos tempos que foram de completa indigencia. Foi sepultado na Vila dos Espirito Santo, (Villa Velha) onde residia; outros o dão como inhumado na Bahia, para onde se removera. Coutinho serviu na India e distinguio-se por seu valor em Malaca e Gôa e foi Alcaide Mór de Ormuz. Fôra casado com D. Maria de Campo, padroeira da Igreja parochial de S. Pedro de Arifana, em Santarem. Teve quatro filhos, sendo trez homens, além de Vasco Fernandes, nascido de D. Anna Vaz.

Vasco Fernandes Coutinho Filho, o 2º Donatario, falleceu em sua propriedade denominada Fazenda da Costa, nas proximidades do Monte Moreno. Sua viuva D. Luiza Grinalda, que lhe succedeu na capitania, continuou a residir nessa fazenda, que era situada entre o monte Moreno e a montanha da Penha. Poucos

annos há que ainda là existiam as ruinas dessa propriedade.

Em lutas constantes com os indios aymorés e outros; assoberbado de difficuldades de toda a ordem, Cosme Roulin de Moura resolveu vender a Capitania ao Rei de Portugal, D. João V, por quarenta mil cruzados, ficando desde então a capitania incorporada á corôa Portugueza.

O acto da incorporação da Capitania foi lavrado em Lisboa a 17 de Dezembro de 1718 pelos conselheiros do Conselho Ultramarino de El-Rei D. João, João Telles da Silva e Antonio Rodrigues da Costa, servindo de Escrivão Antonio de Cobellas Pereira, dando-se deste acto communicação a D. Sancho de Faro, Conde de Vimieiro e Governador do Estado do Brasil.

Governo dos Capitães-Mores — Tambem dessa época, data o inicio do governo dos capitães-móres, que começou com Antonio de Oliveira Madail, subordinado ao Governo da Bahia e o qual tomou posse no dia 1º de Janeiro de 1721.

Outros autores affirmam que, desde Agosto de 1600 começou a Capitania a ser governada pelo Capitão-Mór Belchior de Azevedo Coutinho, tendo cessado esse governo quando foi nomeado e tomou posse em 1800, Antonio Pires da Silva Pontes, seu primeiro Governador, succedendo-lhe o fidalgo e Coronel Comandante do Regimento de Infantaria de Milicias, Manuel Vieira de Albuquerque Tovar, em 17 de Dezembro de 1804.

A este succedeu em Outubro de 1812, o Coronel Francisco Alberto da Costa Rubim, primeiro governador independente do governo da Bahia.

Terminou este regime de governo com o ultimo, que foi Balthazar de Souza Botelho de Vasconcellos que tomou posse em 20 de Março de 1820, terminando o seu governo em 1º de Março de 1822.

A aurora de uma era nova, começava a clarear o horizonte da Patria.

Junta Provisoria — Em virtude dos acontecimentos politicos em Portugal e no Brazil, os Governadores cederam o lugar á Junta Provisória governativa, installada em 1º de Março de 1822, á qual escolheu seu primeiro Presidente ao Vigario da Freguezia de Gua-

rapary, José Nunes da Silva Pires. Della firezam parte Luiz Alves de Azambuja Suzano, José Ribeiro Pinto, Sebastião Vieira Machado e José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim.

Governo dos Presidentes — O primeiro presidente que teve a já então provincia do Espirito Santo, foi o bacharel Ignacio Accyoli de Vasconcellos, por decreto imperial de 20 de outubro de 1823, tendo tomado posse em 24 de Fevereiro de 1824. Terminaram os presidentes por nomeação imperial com o Dr. José Caetano Rodrigues Horta, que fôra nomeado em 15 de Julho de 1889 e se achava no governo da provincia por occasião do advento da Republica, sendo Vic-Presidente o Dr. José Camillo Ferreira Rebello, que entrava em exercicio em 9 de Agosto do mesmo anno.

Presidentes republicanos — O primeiro foi o Dr. Affonso Claudio de Freitas Rosa por decreto de 16 de Novembro de 1889, e tomou posse a 20 do mesmo mez, sendo exonerado em 7 de Setembro de 1890.

Tendo sido chamado ao Rio de Janeiro, esse presidente, pelo chefe do Governo Provisorio, occupou-lhe o lugar, sómente por 12 dias, o bacharel Horacio Costa, então Chefe de Polícia do Estado.

Seguiram-se outros presidentes:

Dr. Constante Gomes Sodré. Assumio o exercicio em 9 de Setembro, deixando o governo em 20 de Novembro do mesmo anno.

Coronel Henrique da Silva Coutinho. — Governou de 20 de Novembro de 1890 até 10 de Março de 1891.

Dr. José Gomes Aguirre, nomeado por Decreto de 7 de Março de 1891, assumio o governo em 11 do referido mez.

Barão de Monjardim. — Governador eleito pelo Congresso, em 6 de Junho de 1891, tomou posse no dia immediato.

Dr. Antonio Gomes Aguirre. — Eleito pelo Congresso em 6 de Junho de 1891, Vice-Presidente, assumio a administração em 18 de Dezembro de 1891 e deixou-a a 19 do mesmo mez.

Ficaram nessa occasião os negocios do Estado a cargo de uma Junta Governativa composta dos cidadãos: Coronel Ignacio Henrique de Gouvêa, Dr. Gra-

ciano dos Santos Neves e Dr. Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto.

Lutas partidarias que nesse tempo agitaram a politica espirito-santense levaram ao poder o Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire eleito pelo Congresso em 2 de Maio de 1892, época em que cassou o governo da Junta. Passou a administração ao 1º Vice-Presidente Dr. Graciano Neves e reassumiu-a em 5 de Outubro deste mesmo anno.

Dr. Graciano dos Santos Neves. — Eleito por eleição em 2 de Fevereiro de 1896. assumiu a administração no ano de 23 de Maio do mesmo anno, quando terminou o governo do seu antecessor.

Renunciou a 29 de Setembro de 1897 na sessão do Congresso Legislativo, o seu mandato.

Dr. José Marcellino Pessoa de Vasconcellos, por eleição de 30 de Dezembro de 1897.

Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, por eleição de 2 de Fevereiro de 1900. De licença, passou o exercicio ao Dr. Henrique de Cerqueira Lima, que esteve na presidencia de 10 de Fevereiro a 14 de Novembro de 1901.

Quando se inaugurou a Republica no Brasil o Dr. Moniz Freire occupava a cadeira de Deputado Geral como representante da provincia. Em 1893 foi a Europa commissionando para promover a immigração e fazer aquisição de todo o material da E. de Ferro Sul do Espirito Santo. (hoje Leopoldina), que foi sua criação. Disso se desempenhou condignamente.

Falleceu em 3 de Abril deste anno (1918).

Delle fez a imprensa do Rio as mais honrosas referencias e o “Correio da Manhã” de 4 desse mez assim conclue o seu artigo: Morreu com o Dr. Moniz Freire um nobre cidadão da Republica e um homem de bem em toda a extensão da palavra.

Coronel Henrique da Silva Coutinho — Eleito em 2 de Fevereiro de 1904, terminou o seu governo em 1907.

Dr. Jeronymo de Souza Monteiro. — Eleito em 2 de Fevereiro de 1908, completou o seu governo em 1912. O Dr. Jeronymo Monteiro, homem dotado de um largo descortino politico e administrativo, empreendedor e activo, deixou no Estado trabalhos de valor, realizados no seu fecundo governo.

Coronel Marcondes Alves de Souza. — Eleito em

2 de Fevereiro de 1912, completou o seu mandato, que exerceu com muito criterio.

Dr. Bernardino de Souza Monteiro. — Eleito em 25 de Março de 1916, acha-se ainda na administração do Estado, já o tendo dotado dos melhoramentos mais importantes.

O Estado elege 3 Senadores e 4 Deputados Federaes e manda ao Congresso Estadual 25 Deputados.

A primeira Assembléa Provincial, installada em 1º de Fevereiro de 1835, foi constituida dos seguintes 20 cidadãos:

Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano, Capitão-Mór Francisco Pinto Homem de Azevedo, Padre João Luiz da Fraga Loureiro, João da Silva Maia, José de Barros Pimentel, Manoel de Moraes Coutinho, Dyonisio Alves de Rezende, Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Padre Ignacio Felix de Alvarenga Salles, Dr. João Climaco de Alvarenga Rangel, Padre Francisco Ribeiro Pinto, Manoel Pinto Rangel e Silva, Joaquim da Silva Caldas, Manoel de Siqueira e Sá Junior, Miguel Rodrigues Batalha, Coronel Sebastião V. Machado, Ayres V. de Albuquerque Tovar, João Nepomuceno Gomes Bittencourt, Coronel Ignacio P. Duarte Carneiro, Padre M. de Assumpção Pereira. Foi installada pelo Presidente da Provincia, Capitão de Milícia Manoel José Pires da Silva Pontes, que tomara posse em 21 de Abril de 1833.

Em commemoração á data historica em que aportou a esta Captania o seu primeiro Donatario, passou depois a ser inctallada em 23 de Maio de cada anno.

A Provincia — Deixou de ser jurisdicionada pelo Governo da Bahia em 1812.

Adherio á Independencia do Brasil em 1823.

Constituiu-se em Estado Federado da Republica em 20 de Junho de 1891, promulgando a sua primeira Constituição nesta data.

Reformou a Constituição que se acha em vigor e promulgou-a em 2 de Maio de 1892.

Bispado — A Diocese do Espirito Santo, foi creada por bulla do Papa Leão XIII, a 15 de Novembro de 1895.

Foi seu primeiro bispo D. João Baptista Corrèa Nery, que tomou posse a 23 de Maio de 1897.

O segundo bispo foi D. Fernando de Souza Monteiro, que tomou posse em 9 de Março de 1902.

D. Fernando nasceu na Fazenda Monte Libano, em 22 de Setembro de 1866 e falleceu em 23 de Março de 1916, no Rio.

Sucedeu-lhe o actual bispo, D. Benedicto Alves de Souza, que chegou á Vitoria em 17 e tomou posse em 19 de Maio de 1918.

O bispado conta 28 parochias.

Religiosos — Entre os primeiros religiosos que vieram para a Capitania, destacam-se os benemeritos Frei Pedro Palacios, que chegou em 1558 e foi o glorioso fundador do monumental convento da Penha, em Villa Velha.

Affonso Braz, fundador do convento conhecido por “Collegio”, cuja maior parte tem servido de palacio do Governo, desde a retirada dos Jesuitas.

Padre José de Anchieta, o apostolo do bem, que celebri-zou-se fundando conventos, casas de caridade, povoações, fallando com amor á alma rude do aborigene e convertendo-o, vindo por fim a expirar entre os seus indios, na aldeia da Iririliba, hoje cidade de Anchieta, no dia 9 de Junho do anno de 1597, aos 64 annos de idade. Em 1628 o Papa Urbano VIII mandou proceder á canonização desse missionario, o que não foi até hoje realizado. (1)

Expulsão dos Jesuitas — Os padres da Companhia deixaram o convento “Collegio” e embarcaram de Victoria no dia 7 de Dezembro de 1759. Dessa diligencia, confisco dos bens e mais actos, foi encarregado o Dr. João Pedro de Souza de Siqueira Ferraz, nomeado em 10 de Novembro desse anno, pelo Conde de Bobadella. Tiveram a mesma sorte os de Araçatiba, Muribeca e Nova Almeida. A lei do Marquez de Pombal, que isto autorizava, era datada de 3 de Setembro de 1755.

Convento da Penha — O lendario monumento que resiste ás iras do tempo, foi fundado por Frei

(1) Anchieta nasceu na Ilha Zanarifa, archipelago das Canarias no anno de 1533.

Seus pais, naturaes da Biscaya, eram nobres e possuiam fortuna.

Pedro Palacios, leigo religioso do Convento d'Arrabida, em Portugal. Era castelhano, natural de Medina do Rio-Secco e chegou á Capitania em 1558. Viveu em Villa Velha por espaço de 17 annos e falleceu em 2 de Maio de 1575. A edificação do convento data de 1652, onde já havia a primitiva Capella edificada por aquelle frade. O rochedo da Penha está a 150 metros sobre o mar.

População — Conta o Estado uma população de 350 mil almas, presumíveis.

Clima — Na capital a temperatura raramente sóbe a mais de 30°, e isso nos mezes de maior verão. Em Junho a média é de 20° e não raro desce a 15°. Calculos feitos com exactidão, dão esta média annual comparada ao Rio de Janeiro: RIO, 23°,0 — Victoria, 23°,4.

Para os extremos norte e sul do Estado o coeficiente dessas temperaturas pouco varia. As regiões que se avizinham do oeste são ás vezes extremamente frias e nunca a temperatura se eleva como nas regiões baixas.

Posição astronomica — Demora o Estado entre os 18°,5' e 21°,28', latitude austral e 1°,40' e 30°,25' longitude oriental, segundo o meridiano do Rio de Janeiro.

Extensão de costa — 180 kilometros. Maior comprimento de norte a sul — 138 kilometros, desde a foz do Mucuricy á do Itabapoana. Maior largura de leste á oeste — 157 kilometros.

Superficie do Estado — Mede 44.839 kilometros quadrados.

Ponto culminante da Serra do Itapemirim: — 2.100 metros

Altitude do Caparaó: Pico da Bandeira 2.884 metros, medido em 1913 pelo engenheiro geographo Dr. Alvaro da Silveira e publicado no jornal "A Noite", do Rio de Janeiro, de 16 de Julho de 1917. (O Itatiaya de Minas tem 2.830 metros de altitude).

Serra do Itabapoana, com 1.430 metros de altitude.

Pharoes — Existem os seguintes: o da Santa Luzia á entrada da Barra da Victoria, com 23 metros acima do nivel do mar. Projecta luz num raio de 15 milhas.

O de Santa Eugenia, na Ilha do Francez, entre o Itapemiriim e Piuma. Foi inaugurado no dia 1° de Janeiro de 1883. Está situado em frente ás pedras Itaocas, no Itapemirim. O seu plano focal está a 150 pés e 7 pollegadas ao das marés médias. Posição geographica: 20° 54' 30" de latitude sul e 24° 2' 30" de longitude oeste, pelo meridiano de Paris. A ilha tem fonte de excellente agua potavel e é muito fertil. Ilumina num raio de 14 milhas.

O do *Rio Doce*, no pontal do norte da Barra do Rio Doce. Ilumina num raio de 20 milhas.

O da *Escalvada*. Está situado na Ilha da Escalvada, ao norte de Guarapary.

O de *S. Matheus*, á barra do mesmo nome.

Limites com Minas — Reconhecida a insufficiencia do auto de 1800 e as cartas régias de 1916 como determinantes dos limites do Espirito Santo e Minas, como já foi provado pelo memorial apresentado em 1913 pelo Dr. Bernardino Monteiro, nosso representante na questão de limites com o vizinho Estado, firma-se o Espirito Santo na seguinte:

Divisa — A linha formada pela corrente do rio José Pedro, desde a sua foz continuando pelo Manhuassú até desaguar, este, no rio Doce.

Sobre as vertentes do rio S. Manoel, sobre a Serra dos Bugres, que ficam nas immediações dessa foz, sobre toda a margem direita do rio José Pedro até a sua entrada no Manhuassú, sobre toda a bacia do rio Capim, os actos de posse, segundo os documentos apresentados, pertencem ao Espirito Santo.

E', pois, o Estado do Espirito Santo senhor e possuidor de toda a vertente oriental do rio José Pedro, assim como senhor e possuidor da margem direita do Manhuassú, da embocadura daquelle rio até entrar no Rio Doce.

Ainda considera seu, o Espirito Santo, uma pequena nesga de terra que o convenio de 18 de Dezembro de 1911 deixou á jurisdicção de Minas, constituido pelas duas vertentes do ribeirão Natividade, garan-

tidos pelos titulos espirito-santenses e o o seu *uti-possidetis*.

Comarcas — São as seguintes: — A da Capital dividida em duas varas, comprehendendo os municipios da Capital, do Espirito Santo, de Cariacica e da Serra.

2. *S. Matheus* — Comprehende o municipio do mesmo nome e o da Barra de S. Matheus.

3. *Santa Julia* — Comprehende os municipios de Santa Cruz, Pau Gigante, Riacho, Nova Almeida, e tem por séde a Vila de Pau Gigante.

4. *Guarapary* — Comprehende o mesmo municipio.

5. *Guandú* — Comprehende o municipio de Afonso Claudio onde é a sua séde, e Boa Familia.

6. *Banevente* — Comprehende Alfredo Chaves e Piuma, com séde na cidade de Anchieta.

7. *Itapemirim* — Comprehende o seu municipio com séde na Villa.

8. *Santa Leopoldina* — Comprehende os municipios de Santa Thereza, sendo a séde na cidade do Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina.

9. *Vianna* — Comprehende o municipio de Santa Izabel.

10. *Cachoeiro do Itapemirim* — Comprehende o municipio de Moniz Freire, o de S. João do Muquy e o do Rio Novo.

11. *Itabapoana* — Comprehende o municipio da Ponte do Itabapoana, sendo a sua séde em S. Pedro do Itabapoana.

12. *Alegre* — Comprehende o municipio do mesmo nome.

13. *Linhares* — Comprehende o municipio do mesmo nome, sendo a sua séde em Collatina.

14. *Rio Pardo* — Comprehende o municipio do mesmo nome.

15. *Marechal Hermes* — creada por Lei n. 888, de 22 de Dezembro de 1911. Tem por séde a Villa Marechal Hermes, e comprehende os territorios contestados, nos limites de Minas. (1)

16. *Marcondopolis* — creada em 1º de Janeiro de

(1) Comarca creada pela desanexação de uma parte do territorio e municipio da comarca de Rio Pardo, (da qual dista 84 kilometros) comprehendendo a vasta zona contestada pelo Estado de Minas, dividido em 8 districtos judiciarios e tido por séde a povoação de São Manoel do Mutum.

1916, tendo sido antes supprimida por lei n. 348, de 25 de Dezembro de 1900. Comprehende o municipio do Calçado, installado em 15 de Março de 1891.

17. *Domingos Martins* — creada por Lei n° 1.160, de 27 de Dezembro de 1918 e installada em 21 de Janeiro deste anno. É formada de partes dos municipios de Santa Izabel e Alfredo Chaves. Ahi está a Estação Domingos Martins, antiga Germania, da E. F. Leopoldina.

Foi o seu primeiro juiz o Dr. João Manoel de Carvalho, e promotor o Dr. Lauro de Faria Santos.

Municipios — 31 a saber:

Capital, Espirito Santo, Piuma, S. João do Muquy, Cariacica, Vianna, Rio Pardo, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Alfredo Chaves, Ponte de Itabapoana, Guarapary, Santa Cruz, Benevente, Nova Almeida, Rio Novo, S. Matheus, Santa Leopoldina, Linhares, Santa Thereza, Serra, Pau-Gigante, Santa Izabel, Riacho, Affonso Claudio, Conceição da Barra, Calçado, Itapemirim, S. Pedro do Itabapoana, Espirito Santo do Rio Pardo e Bôa Familia.

Cidades — 13 a saber:

VICTORIA — Maritima. Creada por carta de Lei, de 17 de Março de 1823.

S. Matheus — Por Lei n° 1, de 3 de Abril de 1848.

Serra — Por Lei n° 6, de 6 de Novembro de 1875.

Anchieta — Maritima. — Por Lei n° 6, de 2 de Agosto de 1887.

Cachoeiro do Itapemirim — Por decreto n° 4, de 26 de Dezembro de 1889.

Porto do Cachoeiro — Por Lei n° 19, de 12 de Abril de 1890.

Santa Cruz — Maritima. Por decreto n° 19, de 18 de Março de 1891.

Guarapary — Maritima. Por decreto n° 28, de 19 de Fevereiro de 1891.

S. Pedro do Itabapoana — Por decreto n° 103, de 5 de Junho de 1891.

Conceição da Barra — Maritima. Em 3 de Outubro de 1891.

Espirito Santo — Maritima. Por lei n° 212, de 30 de Novembro de 1896.

Moniz Freire — Por Lei nº 213, de 20 de Novembro de 1896.

Affonso Claudio — Por Lei nº 488, de 22 de Novembro de 1908.

Villas — 21 a saber:

Ponte de Itabapoana, Itapemirim, Rio Novo, Vianna, Campinho de Santa Izabel, Conceição do Castello, Nova Almeida, Linhares, Piuma, Calçado, Riacho, Cariacica, Santa Thereza, Alfredo Chaves, Alegre, Rio Pardo, Pau-Gigante, Iconha, S. João do Muquy, Collatina e Marechal Hermes.

Destas é a Villa do Itapemirim a mais antiga. Está a 22 leguas ao sudoeste da Victoria. Creada villa por Alvará de 27 de Junho de 1815, e comarca por lei provincial de 23 de Março de 1835. Extincta por lei provincial nº 4, de 8 de Novembro de 1844 e restabelecida por lei provincial nº 16, de 28 de Julho de 1852.

Povoações — as seguintes:

Pitanga Meahype, Mucuratá, Cachoeira, Duas Boccas, Mathilde, Lama Preta, Muquiçaba, Taquarussú, Cayoba, Vimeiro, Sant'Anna, Imbetiba, Itaquary, Barra do Calçado, Virginia, Itayobaia, Mariricô, Ribeirão dos Pardos, Jacarahype, Crubixábassú, Sacy, Tatú-assú, Picão, Santo Eduardo, Rio Grande, Marathayzes, Iguape, Barra de Itapemirim, Jabaquara, Barracão, Barra do Jucú, Muribeca, Todos os Santos, Barra do Rio Doce, Soido, Santa Lucia, Una de Santa Maria, Uma Grande, Rodeio, Itanguá, Ponta da Fruta, Manguinhos, Rio do Meio, S. Claudio, Santa Rosa, Hollanda, Taboeiros, Rio José Pedro, Porto de Cariacica, Venezuala, Cachoeira de São Miguel, S. Vicente, Goiabeiras, Piabana, Capim Angolla, Chapeu, Araçatiba, Barra do Riacho, Arabiry, Thymbiry, Pia Pitanguy, Ubú, Beriricas, Passussunga, Carapebús, São Miguel, Fundão, Guararema, Furado, Santa Leocadia, Destacamento, Una de Guarapary, Jacarandá (município de São Matheus), Jacarandá (município de Vianna), Brejo Grande, Capuba, Gallo, Piramba, Antonio Prado, Inhauma, Campinas, Boa-Familia, Limoeiro, Jequitibá, Baixo Guandú, Pedra da Mulata, Pedra d'Água, Ilha das Calleiras, Camboapina, Rio Muquy, Suissa Subaia, Trez Barras, Capivary, Poço Fundo, Serra dos Aymorés, Secção Alexandrina, Crystal, Nova Mantua, S. João, Varzea Nova, Iririti-

mirim, Perocão, Jabuty, Petropolis, Barra de Itabapoana, Veado, Itapoama, Conceição do Muquy, Itaunas, Rio Preto, Sabino Pessoa, Estação de Reeve, Itaipava, Santa Angelica, estes no município de Alegre, Castello-Estação, Santo André, Pedreiras, S. Filete, S. João do Recreio, Sauassú e outras.

Estradas de Ferro — A antiga Estrada de Ferro Cachoeiro a Alegre foi no começo uma modesta concessão feita a Henrique Deslandes, de Cachoeiro a Duas Barras, com 71 kilometros, da qual mais tarde foi cessionario o Visconde de Mattosinhos, que a construiu em 1886, sómente até a antiga Estação do Pombal, hoje Reeve. Faz parte hoje do ramal central da Leopoldina.

Existem em trafego o ramal da The Leopoldina Railway que passa por Alegre e vae até Santa Luzia do Carangola. Da Estação Coutinho segue um ramal para Castello, com 36 kilometros. Tem uma extensão de 140 kilometros.

A estrada, tambem da Leopoldina, que partindo do Porto das Argollas em Victoria, passa por Cachoeiro de Itapemirim e vae á Nictheroy com um percurso de 599 kilometros.

As distancias entre as Estações, desde Victoria á Cachoeiro são as seguintes:

De Victoria — Porto das Argollas á	
Vianna.....	21 kilometros
De Vianna á Domingos Martins.....	22 ”
De Domingos Martins á Marechal Floriano.....	7 ”
De Marechal Floriano á Araguaya.....	19 ”
De Araguaya á Mathilde.....	11 ”
De Mathilde á Engano.....	11 ”
De Engano á Guiomar.....	20 ”
De Guiomar á Virginia.....	16 ”
De Virginia á Soturno.....	13 ”
De Soturno á Cachoeiro.....	21 ”
Total:.....	161 ”

A Estação de Mathilde, antiga Reeve, até onde parou a estrada sob a administração do Estado, foi inaugurada em Março de 1902.

A extensão da Victoria ao Itabapoana é de 252 kilometros.

Na fronteira do Estado do Rio há um pequeno

trecho de 17 kilometros, que vae de Itabapoana a Bom Jesus e Antônio Caetano.

Estrada de Ferro Diamantina — Atravessa o Espirito Santo numa extensão de 207 kilometros. Os seus trabalhos tiveram inicio em 1903, possuindo um trafego presentemente de 440 kilometros (440 kilometros até “Cachoeira Escura”). Foi-lhe concedido o direito de electrificação e para isso a Companhia utiliza as cachoeiras de “Antonio Dias” e “Baquary”.

Extensão das Estradas em Trafego no Espirito Santo — 577 kilometros, sendo Victoria á Minas, 207 kilometros; Estrada de Ferro Leopoldina, 353 kilometros; de Itabapoana á “Antonio Caetano”, 17 kilometros.

Estradas de Rodagem — O Governo do Estado mandou construir uma estrada carroçavel, partindo de Fundão á Villa de Santa Thereza, numa extensão de 33 kilometros, Santa Thereza está a 675 metros de altitude. Os primeiros carros entraram no dia 16 de Agosto deste anno.

O Congresso do Estado votou a Lei nº 1.081, que estabelece o systema de viação do Estado, de 3 de Janeiro de 1917.

Em 9 de Março de 1916 foram encerrados os serviços de construcção de uma estrada que, partindo da cidade de Cachoeiro de Santa Leopoldina, passa por Santa Thereza, Boa Familia, terminando ás margens do rio Guandú, alguns kilometros abaixo da cidade de Affonso Claudio.

Essa estrada, construida como as demais, sob a direcção do engenheiro Henrique de Novaes, foi inaugurada no dia 12 de Maio deste anno.

O Governo do Estado auxilia a iniciativa das municipalidades de Boa Familia e Linhares, que estão construindo uma estrada, ligando a primeira dellas á Barra da Lage da Estrada de Ferro Victoria á Diamantina.

O Governo resolveu ainda abrir um trecho de estrada da Estação de Marechal Floriano, da Leopoldina Railway, para o interior do município de Santa Izabel, cuja construcção já foi iniciada.

Acha-se tambem em adeantada construcção uma importante estrada, que vae da villa do Alegre á do Rio Pardo, atravessando regiões fertilissimas.

Colonias emancipadas:

SANTA IZABEL — Fundada em 1847, com 163 allemães. Emancipada em 19 de Junho de 1866.

Media a área de 25,311 hectares, divididos em lotes.

Está situada a 600 metros sobre o mar.

RIO NOVO — Fundada em 1854, a esforços do Major Caetano Dias da Silva, e emancipada em 7 de Março de 1880. Ocupava uma área de 282,529,197 metros quadrados, divididos em 5 territorios.

SANTA LEOPOLDINA — A villa de Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina foi primitivamente um logarejo fundado sob a invocação de N. Senhora do Patrocinio.

No tempo do Governador Pontes. (1800) e sob o Governo de D. João VI, concedeu-se ao sargento-mór de milicias, José Claudio de Souza, uma sesmaria de tres leguas quadradas que começavam do sitio onde principia a navegação do rio Santa Maria.

Esse José Claudio era mineiro, de Marianna, homem acostumado ás expedições pelos sertões bravios; descendo o Rio Doce, foi á Victoria, onde entendeu-se com o Governador, delle recebendo favores e animo para estabelecer-se na sua sesmaria, pois eram amigos de longa data e conterraneos.

José Claudio teve que enfrentar indios e outros duros revezes dispensando-se até a gente que levava. Dirigio-se então á Aldêa Velha (hoje Santa Cruz), onde alliciou indios já affeitos ao trabalho e levou-os para os primeiros trabalhos dos seus dominios. Mais tarde unio-se aos portuguezes Domingos José de Freitas e outros muitos que foram os seus fortes auxiliares, tendo Freitas se casado com a joven Senhorinha, filha de Claudio, a qual ficava na Victoria, em casa do Governador, cuja esposa a tomara para educar.

Foram, pois, esses obscuros heróes, unidos á outros, cuja existencia era a mesma, os fundadores dessa rica região do nosso Estado.

A ex-colonia de Santa Leopoldina foi fundada em 1857 com 140 suissos e emancipada em 6 de Junho de 1882. Occupava uma area de 79,619 hectares. Compunha-se dos tres seguintes nucleos: Porto de Cachoeiro, creado em 1877 e cuja Villa foi inaugurada em 17 de Abril de 1888; Tymbuhy, cuja séde é hoje a Villa de Santa Thereza e Conde d’Eu, hoje Pau Gigante.

Conde d'Eu foi fundada em 1887 e emancipada em 1883. Era ligada a Santa Leopoldina. Terras superiores, muito rica, de boas aguas.

CASTELLO — Fundada em 1880. Emancipada em 28 de Maio de 1881. Colonia de nacionaes e estrangeiros. Occupava uma area de 12,525 hectares, divididos em 571 lotes.

Mais tarde foram creados muitos outros nucleos, cujas populações cresceram e vivem fartas e felizes.

Até 1888, época em que se detem os nossos estudos, eram as seguintes, as colonias:

.NOMES.	COMARCAS.	POPUL
Costa Pereira.....	Cachoeiro de Itapemirim	197
Rio Novo.....	Itapemirim — Iiritiba....	5.201
Castello.....	Iiritiba.....	3.139
Santa Izabel.....	Victoria.....	2.405
Santa Leocadia....	S. Matheus.....	394
Santa Leopoldina.	Victória.....	11.584

Colonisação — A intervallos mais ou menos espaçados vieram os governos do Espirito Santo promovendo a entrada de immigrants na provincia e podemos dizer que datam dos annos de 1829 a 1833 o estabelecimento dos primeiros colonos na terra espirito-santense. Os primeiros localizados vieram em 1830 em numero de 400, quasi todos pomeranios introduzidos por Mr. Henrici em cumprimento do contracto celebrado com o Governo, em 12 de Novembro de 1829.

Esses colonos foram mandados para Borba a empregarem-se na limpa da estrada que, por Itacibá devia communicar-se com Minas.

Successivamente outros vieram e foram se instalando nas já então colonias, de Santa Izabel e Santa Leopoldina, até que, em 31 de Maio de 1873 novos contractos foram feitos com o Cav. Pedro Tabachi, subdito italiano, homem culto e de recursos, já estabelecido na Provincia, para a introdução de 700 tyroleses e italianos, os quaes de facto chegaram em numero de 396.

Todos esses colonos localizaram-se na fazenda das Palmas de propriedade do mesmo Tabachi, no municipio de Santa Cruz.

Nesse mesmo anno de 1873, grandes massas de immigrants allemães foram introduzidos na colonia Santa Leopoldina.

Esse elemento vigoroso introduzido em o nosso meio rustico nem todo se perdeu. Ao contrario: Disseminando-se pelas terras virgens das colonias em formação, integrou-se nas populações desses que são hoje ricos municipios. Hoje há populações inteiras oriundas desse povo que assim vae operando como factor precipuo do typo ethnico da nossa raça.

Rios — Existem 13 principaes:

Rios navegaveis—8—desde 10 leguas da foz

Rios pouco navegaveis e pequenos affluentes em numero consideravel constituindo uma complicada e abundantissima rêde hydrographica.

Segundo estudos, verifica-se que os rios do Espirito Santo conservam entre si a equidistancia de 40 kilometros.

Os rios navegaveis são os seguintes, por grandes canôas ou pranchas e pequenos vapores:

				<i>Area das bacias</i>
				— hectares
Guarapary.....	até	12	kilometros	30.000
Tymbuhy.....	"	24	"	135.000
Santa Cruz.....	"	24	"	119.500
Itaunas.....	"	48	"	435.000
Santa Maria.....	"	60	"	145.000
Jucú.....	"	60	"	375.000
Benevente.....	"	60	"	132.500
Piuma.....	"	60	"	76.200

Navegaveis por pequenos vapores:

Itapemirim.....	até	84	kilometros	615.000
Itabapoana.....	"	90	"	390.000

Por grandes vapores:

Mucury.	até 120 kilometros	97.500
S. Matheus.	” 150 ”	935.000
Rio Doce.	” 184 ”	1.525.500

Os rios de 3ª e 4ª ordem, estão incluídos nos valles dos maiores vizinhos. (Estudos feitos pelo antigo Inspector especial de terras, Joaquim A. P. Pacca).

O RIO DOCE lança-se no Oceano a 19º e 33’ de latitude Sul, depois, de um percurso de mais de 150 leguas. As suas correntes penetram legua e meia pelo mar, cujas aguas apparecem distinctas pela côr. Nasce entre as serras de S. José e Barbacena, em Minas Geraes.

Entra no Estado pela grande cachoeira chamada “Escadinhas”, Recebe as aguas da Lagôa Juparanã. Tem como affluente os rios: Mutum, S. João, Pancas e Santo Antonio, na margem esquerda. O Manhuassú na margem direita. Vem seguidamente colhendo as aguas do José Pedro, do Guandú, do Lage, do Santa Joanna, o Santa Maria do Rio Doce, o Sobreiro, o Lucindo, os ribeirões Tabocas, 5 de Novembro, 25 de Julho, Perdido, Santa Julia e outros.

“O rio Piranga e S. José de Cipotó, o Ribeirão do Carmo, que passa pela cidade de Marianna e que ambos fazem barra no lugar denominado Mathias Barbosa, são os progenitores do Rio Doce; alguns pequenos correjos e regalos assoberbam o curso desse rio até o de Antonio Dias, donde descem as canôas.

Não me esquece dizer, Ex. Sr., que existem varias cachoeiras impraticaveis, antes de chegar a este arraial. Cinco leguas distantes do porto de Antonio Dias vê-se a primeira cachoeira, denominada Alegre; oito leguas mais abaixo descobre-se a chamada Escura; aqui o rio de Santo Antonio dos Ferros (innavegavel) vem depositar as suas aguas. D’ahi a dez leguas apparecem as duas cachoeiras de Baguary; nessa posição o Rio dos Bugres e da Côrte baralham-se com o Rio Doce.

Na distancia de oito leguas acham-se os rochedos de Bituruna, e defronte desses penedos vem desaguar o rio Sussuy Grande, tendo pouco mais acima desembocado igualmente o rio Sussuy Pequeno. Tres leguas

depois o avido Mineiro encontra a cachoeira da Figueira, avançando mais oito leguas, observa a do Sapê e d’ali a sete, a do Cuitê; aqui entra o rio do mesmo nome. Viajando-se mais quatro leguas acha-se a cachoeira do M e tres leguas avante está a conhecida pelo nome de Inferno.

O rio Manassú alonga-se outras tantas leguas desta alguma cachoeira; ahi está o Quartel de Lorena e navegando-se quasi uma legua encontra-se a Ilha da Natividade, donde principiam os pedregulhos conhecidos pelo nome de Escadinhas, que se dilatam até o rio Guandú, nas circumvizinhanças do Porto do Souza, extrema das capitancias de Minas Geraes e Espirito Santo (Infor. de Francisco M. da Cunha, Ver. Inst. Hist. T 4, 1863).

A inclinação do Rio Doce é tal que, não obstante o fluxo do mar, elle corre sempre para fóra, conservando-se a agua doce até nos esganadouros, mesmo nas maré grandes; o que succede é que, no fluxo do mar, torna-se a corrente mais branda, subindo a superficie do rio não só pela pressão resultante do mesmo fluxo, como por causa da agua salgada que penetra por baio da doce; no Rio Preto, porém (Porto da Regencia) há enchentes e vasante, quero dizer, vê-se correr a agua por cima daquella e por baixo desta, entrando-lhe agua do Rio Doce na enchente.

(Memoria sobre o reconhecimento da fos do Rio Doce por Luiz D’Arlencourt, Sargento Mór e Engenheiro, Villa de Linhares, Agosto de 1833).

S. Matheus — Este rio nasce no Estado de Minas Geraes. Os seus principaes affluentes, são: o Santa Anna, o S. Joaquim, o Mariricú e o Preto.

Mucury — Este rio nasce no Estado de Minas Geraes, nas serras do rio Jequitinhonha e entra no Estado pela serra dos Aymorés.

Itabapoana — Este rio nasce na serra do Pico com o nome de Rio Preto. Seu curso é de 264 kilometros. Affluentes: Veado, S. Lourenço, Palmital, Caçado, Barra Alegre, Jardim Boa-Vista, S. Pedro, Muquy do

Sul, o Preto, o Neves, e as aguas da lagôa Morobá, no Itapemirim.

Itapemirim — Forma-se da junção do Rio Pardo que nasce na Serra da Chibata, com o Norte Direito, que nasce na Serra do Campo, recebendo estes dois, por sua vez, muitos tributarios; segue o Itapemirim na direcção de N. O. para S. E., recebendo em seu trajecto pela margem direita, os rios — Norte Esquerdo, que nasce na Serra dos Pilões e o Alegre, que nasce na mesma Serra e lhe despeja as aguas nas terras da fazenda de S. Francisco; e pela margem esquerda o Castello que nasce nas contra-vertentes do Jucú, passa por Conceição do Castello, recebe por sua vez muitos tributarios, entre outros, Viçosa Grande, Viçosa Pequeno, Pensamento, São João, Caxixe, Ribeirão do Meio, Fruteira, e entra no rio Itapemirim, na Fazienda das Duas Barras.

O Itapemirim continúa o seu curso seguindo sempre a mesma direcção; passa por meio da cidade de Cachoeiro, dividindo-a; na Safra entra no Municipio do Itapemirim, recebe o Muquy e outros afluentes, margêa a Villa do Itapemirim e entra, afinal, no oceano em frente a Ilha dos Ovos.

Piuma — Nasce com o nome de Iconha. Tem como affluente o rio Novo e o Itapoama, e banha o ex-nucleo colonial de Monte Bello.

Benevente — Nasce na serra do Castello e é muito pedregoso. Recebe os afluentes Batatal, Brejo das Salinas, Guatinga, Joeba, Cabeça, Quebrada, Corindiba, e pequenos outros. Navegavel por pranchas até Alfredo Chaves.

Jucu' — Nasce na serra do Castello e recebe as aguas dos afluentes Barcellos, Esquerdo, Onça, Gallo, Santo Agostinho, Claro, Itaquary e Jacarandá. Comunica-se com a bahia da Victoria pelo canal conhecido por Rio Marinho.

O Braço do Sul e Braço do Norte que alguns julgam seus afluentes, não são senão ramificações desse rio.

Santa Maria — Tem sua origem nas montanhas do alto Guandú e Santa Joanna e banha a cidade de

Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina, até onde é navegavel desde a sua foz.

São seus afluentes:

O Mangarahy, Jequitibá, Rio Grande, Norte, Rio Prata, das Farinhas, Caramurú e muitos outros ribeirões em numero avultado.

Itaunas — Nasce na serra do mesmo nome e conflue com os rios S. Domingos e S. Matheus, formando a Barra de S. Matheus. Recebe os Rios Itaunas pequeno, Preto, Angelim e Santa Magdalena.

Santa Cruz — Este rio começa no porto da cidade e pouco adiante se divide em dous importantes ramaes. O Piraquimirim, que leva as suas aguas para além de Santa Rosa, na distancia de 8 leguas até onde as aguas do mar penetram, e o Piraquiassú, de maior volume, que vae até a fazenda das Palmas. Recebe poucos afluentes, e banha terras feracissimas.

Timbuhy — Nasce na serra dos Pregos, a 13 kilometros da Villa de Santa Thereza. Tem por afluentes o Tres Barras, e pequenos outros ribeirões.

Guarapary — Bom porto. Forma-se de varios ribeirões, que descem da serra do seu nome. (Serra Geral) e desaguan nos seus dous braços. Engenho Velho e Fazenda. Há tambem o pequeno rio "Una" nesse municipio.

Canaes — Em 12 de Março de 1874 foi inaugurado o canal do Pinto, que liga a colonia do Rio Novo ao Itapemirim. Esse canal foi construido pelo Engenheiro e Director da dita colonia. Pinto Pacca, por ordem do então Ministro da Agricultura e Obras Publicas, Conselheiro Costa Pereira. Existe o canal do Una, navegavel por canôas no municipio da Serra. Dista milha e meia dessa cidade. Camboapina que separa o municipio do Espirito Santo do de Vianna e tem 2 leguas de extensão. Foi feito pelos jesuitas.

Lagôas — No municipio de Linhares, Juparanã, Juparanã-Mirim, Aguiar Palmas, Aviz, Terra Alta, Testa, Pão Doce, Pau Gigante.

A de Juparanã tem 8 leguaes de circuito.

No municipio de Benevente, Mãe-Bá.

No Itapemirim: a do Meio, do Siry, do Marobá, Lagôa-Funda, da Caculucagem, da Anta e outras que seccam na estiagem.

Cambê, entre Cariacica e Mangarahy; a do Campo, no Rio Doce.

No Itabapoana: a do Monte Alegre.

Ha muitas outras de menor importancia em quasi todos os municipios.

Cachoeiras — O Estado tem as seguintes:

FUMAÇA — No Rio Santa Maria acima da cidade de Santa Leopoldina, cerca de 3 kilometros, com uma energia approximada de 10.000 cav. na maior estiagem.

BRAÇO DO SUL — No Rio Jucú, onde se encontra a Usina fornecedora de força e luz para a cidade da Victoria. Força, 3.500 cavallos.

FUMAÇA — No Jucú, abaixo da Estação da E. de Ferro Leopoldina. Força, 1.200 cavallos.

BENEVENTE — proximo á Estação de Mathilde. Com 40 metros de altura. Calculada em 2.000 cavallos.

DUAS BOCCAS — Com 159 metros de queda, nas immediações de Victoria.

BOMBA — Com 150 metros de altura, idem.

FORMATH — Com 160 metros de altura, idem.

ESCADINHAS — No Rio Doce.

MANGARAHY — No Rio Doce.

JACARACA, A GRANDE, A DO FUNIL — Todas em São Matheus.

JAPYRA, GRANDE, DOS PRATOS, LAPA, SERRA — Todas no braço norte do Rio S. Matheus.

Cachoeira do Cravo, Cachoeira do Aguirra, tambem em S. Matheus.

ADO RIO PARDO.

ADO RIO GUANDU'.

ADO RIO PRETO — Proximo da serra do Caparaó.

FUMAÇA — No Rio José Pedro.

LIMEIRA — No Rio Itabapoana e affluentes. Capacidade de 25.000. Foi adquirida pelos empregarios do serviço de electricidade.

FUMAÇA — Capacidade para 20.000 cavallos, foi adquirida tambem pela mesma empresa.

Cachoeiras diversas com capacidade para 50.000 cavallos.

CACHOEIRADO JARDIM — 1.000 cavallos.

CACHOEIRADA PRATA — 1.000 cavallos.

CACHOEIRADO VEADO — 4.000 cavallos.

CACHOEIRA DO RIO PRETO — (de cima) 6.000 cavallos.

CACHOEIRA DO MUQUY DO SUL — 1.000 cavallos.

CACHOEIRA DO RIO PRETO — (de baixo) 500 cavallos.

No rio Itapemirim.

CACHOEIRA GRANDE — Proximo á Cachoeira de Itapemirim.

Capacidade para 2.000 cavallos, estando em parte aproveitada para a illuminação da mesma cidade.

CACHOEIRA DO MUQUY DO SUL — Inclusive a do Peixe, capacidade para 1.000 cavallos.

CACHOEIRA DA FRUCTEIRA, a grande. Capacidade 5.000 cavallos. Foi toda aproveitada para as Usinas hydro electricas das fabricas da cidade.

CACHOEIRAS DA FRUCTEIRA — Diversas pequenas 3.000 cavallos.

CACHOEIRADO LOGE SANTO AMARO — 500 cavallos.

CACHOEIRADE SÃO JOÃO — 250 cavallos.

CACHOEIRADE MONFORT — 500 cavallos.

CACHOEIRADE VIÇOSA — 2.000 cavallos.

CACHOEIRADO ESTREITO — 1.000 cavallos.

CACHOEIRADO RIBEIRÃO DO MEIO — 1.000 cavallos.

CACHOEIRADO TAQUARA-ASSU' — 250 cavallos.

CACHOEIRADA FUMAÇA — 30.000 cavallos.

Esta cachoeira está situada a 4 leguas da Villa do Alegre a cujo municipio pertence.

A sua primeira queda tem 275 braças de altura tendo a segunda 100. É a maior do Estado.

CACHOEIRADO NORTE ESQUERDO — 15.000 cavallos.

CACHOEIRADO RIO PARDO — 10.000 cavallos.

CACHOEIRADE SANTA CRUZ — 2.000 cavallos.

CACHOEIRA DO RAI0 — na barra do Guandú, no lugar denominado Sapucaia, 600 cavallos.

CACHOEIRA (cascata) na Serra do Alvarenga, em Santa Leopoldina, com 60 metros de altura.

CACHOEIRADO AMORIM — 1.000 cavallos.

CACHOEIRADE SANTA CLARA — 200 cavallos.

CACHOEIRADO ALEGRE — 1.000 cavallos.

Esta cachoeira está situada logo a entrada dessa villa.

CACHOEIRADO FRANCISCO — 500 cavallos.

No Rio Novo e affluente:

CACHOEIRA GRANDE — 2.000 cavallos.

CACHOEIRINHA — 250 cavallos.

CACHOEIRAS DIVERSAS — 500 cavallos.

No municipio de Santa Cruz:

CACHOEIRINHO — 250 cavallos.

JUNDIAQUARA — 500 cavallos.

CACHOEIRADAS FLORES — Municipio do Alegre.

RIO CLARO — Nas cabeceiras do Rio Jacú.

FERRUGEM — No mesmo rio.

S. JOSÉ — Virginia — 200 metros de quéda.

FUNIL — Virginia.

No distrito de S. Felipe (Cachoeiro) contam-se as seguintes, no Rio Muquy:

Cachoeira do Areal, Santa Clara, Agua Limpa, Santa Rosa, Laginha, Roncador, Villa Nova, Monte Verde, Deserto Feliz e Tres Tombos, no Rio Sumidouro.

As cachoeiras mais elevadas do Estado não atingem a mais de 900 metros acima do nivel do mar.

Além dessas poderosas forças espalhadas por toda a superficie do Estado e cujo numero não damos completo, há ainda muitas cascatas, saltos d'agua, jorros, fontes, de que os nossos lavradores se utilizam.

Não há sitio ou fazenda, por menor que seja, que não tenha a sua agua accionando moinhos, engenhos, machinas, etc. (1)

Ilhas — Começando pela mais importante, tem o Espirito Santo a da TRINDADE a 600 milhas da sua costa, exactamente na mesma parallela que atravessa a cidade da Victoria.

Descoberta pelo portuguez João da Nova em 1501, foi em 1503 incorporada ao dominio de Portugal. Tendo sido occupada em 1718 pela Inglaterra, voltou ao dominio portuguez em 1782.

Com a independencia do Brasil passou a ilha para o poder do Brasil em 1822.

(1) Esses calculos que podem não ser rigorosamente exactos, colhemos, na sua maioria, da obra do Sr. A. T. Magarinos.

Em 21 de Julho de 1895 de novo a Inglaterra apoderou-se dessa ilha, mas ante o protesto do Brasil, a Inglaterra propoz arbitramento e foi por isso restituída ao nosso paiz, tendo servido de arbitro nessa questão o Rei D. Carlos de Portugal.

Hoje lá existe um bem installado posto militar brasileiro e povoam-na civis e militares com suas familias, servidos de todos os recursos.

Demora a 2° e 31' latitude sul e 13° e 48' a léste do observatorio do Rio de Janeiro.

No mar ha mais as seguintes ilhas:

JUCU' — á barra do mesmo rio.

ACABARY CAMBAIÃO, GUAXIMA, ESCALVADA, ao norte.

RASA, a léste, PIRANGA, ao sul, RAPOSA, GALINHA, dentro da barra de Guarapary.

TRES PEDRAS, entre Guarapary e Mehaype.

GRUPO DE TRES ILHAS em Piuma.

DO MEIO, ao sul de Piuma.

DO FRANCEZ, entre Piuma e Itapemirim.

ITAPUTERA E DOS OVOS, na barra do Itapemirim.

ANDORINHA, entre Itabapoana e Itapemirim.

DE MARTIM VAZ (tres ilhas), a 26 milhas da ilha da Trindade.

A ilha é fertilissima e tem excellente agua.

Ilhas em Rios e Lagoas:

SÃO JOÃO e JEQUITINHONHA, no Rio S. Matheus.

CARAPUÇAS, BOA VISTA, JACARANDÁ, FREIXEIRAS e outras de menor importancia, no Rio Doce.

GARÇAS, TABUAS e POMBA, no Riacho.

GRACIOSA e BUENO, na Lagôa do Aguiar.

Promontorios e pontas de terras:

MUCURY. Abaixo da foz do mesmo rio.

LENÇÕES. Ao norte de Conceição da Barra.

MONSARÁS. Entre as barras do mesmo nome e Rio Doce.

COMBOYOS SAUY. Entre Rio Doce e Santa Cruz.

PIRAHEM. Na foz do ribeiro Praia Molle.

TUBARÃO. Ao norte da bahia da Victoria.

JUCÚ. Na foz desse mesmo rio.

PONTADA FRUCTA. Ao norte de Guarapary.

MEHAYPE. Entre Guarapary e Anchieta.

PONTA DOS CASTELHANOS. Na enseada de Benevente.

Morros e montes — O Estado é ainda cortado por pequenas cadeias de montes e de morros destacados, taes como: a do Appollinario, do Batatal, de Guarapary, a dos Purys, a das Cangalhas no municipio de Alegre, a Pellada, em caminho de Santa Joanna, a das Quatorze Voltas, em caminho da Moniz Freire. O morro Mucuratá a oeste de Santa Cruz, com 830 metros sobre o mar. O Gamello, no mesmo municipio, com 530 metros. O morro do Oleo, no mesmo municipio, com 250 metros, presumiveis. O monte Moreno, a entrada da Victoria, com 210 metros. O da Penha, com 150 metros. O Perocão, em Guarapary com 840 metros. O Orobó entre Guarapary e Beneventes, com 330 metros. O morro do Garrafão, proximo ao rio Itabapoana, com 910 metros. O mestre Alvaro, montanha ao norte de Victoria, com 980 metros. O morro do Céu e o Maracarapicaba, no municipio da Serra. O da Gamelleira, em Nova Almeida. O morro do Agá, entre Piuma e Itapemirim. A pedra do Pombal, proximo á estação de Reeve, não é senão a ponta de um dos ramos da Serra do Lambary, como a dos Pontões (no Calçado) o são da do Itabapoana.

Ao norte de Santa Cruz, pelo littoral, deparam-se extensos platós cobertos de florestas, que vêm deter-se ás praias em barrancas á prumo.

Cordilheiras — Em toda a extensão da parte oeste do Estado, corre a cordilheira que toma differentes nomes, taes como Chibata, Espigão, Serra dos Souzas e Aymorés, ao norte.

E' conhecida tambem pela designação mais acertada de Serra Geral.

Da Serra Geral se derivam muitos contrafortes e ramificações, sendo mais notaveis: a dos Pilões, entre o Itapemirim e o Itabapoana. A do Campo, no municipio de Guarapary, que divide as aguas dos rios que correm para o Sul. A do Pico, na parte sul do Estado. A do Guaipaba-assú no lugar Tres Barras, com a altitude de 450 metros sobre o mar. A serra do Castello com 607 metros sobre o nivel do mar.

As do Itabapoana com 1.430 metros, a do Itapemirim com 2.100 metros, a dos Pontões, a leste do valle do rio Santa Joanna, com 1.500 metros.

Penhasco e rochedos — Ha consideravel numero dessas elevações graníticas disseminadas por todo o litoral e interior do Estado. O enumera-las com acerto seria tarefa de um estudo especial sobre a complicada orographia espirito-santense.

Muitas dellas, importantes pelo volume e pela altura, nem sequer podem ser designadas porque não têm nome.

Minas — Sobre as muitas jazidas mineraes do Estado, consulte-se o Dicionario Geographico das Minas do Brasil, de Francisco Ignacio Ferreira.

Grutas — No valle do Rio Castello em terras da fazenda Limoeiro existe uma notavel em terreno calcareo silicoso. Do seu interior desprendem-se emanações de acido carbonico.

A poucos kilometros do Cachoeiro existe ainda na fazenda da Gruta, outra notavel pela profundidade e tamanho. Nas terras de Monte Bello, proximo a Cachoeiro, tambem existe uma extensa gruta ainda pouco explorada.

Archeologia — Em 30 de Junho de 1882 foi descoberto no sopé da rocha Itabira uma caverna, que se calculou em 806 metros de altura. A entrada tem 17 palmos de altura e 27 de largura. O interior mede 41 palmos de profundidade, 24 de largura e outros tantos de altura. Foi descoberta por Antonio Moreira Penedo e Casemiro Ribeiro da Silva. Acharam muitas ossadas humanas e utensilios de uso domestico.

Em 1906 foi por nós remetido a pessoa residente no Rio de Janeiro um machado de pedra negra, com os caracteristicos do authentico silex da época neolithica.

Do Itapemirim foram remetidos em Julho de 1882, dous machados de pedra (vulgo pedra de raio) afim de figurarem na exposição anthropologica da Côrte. Ambas foram encontradas em terras da Cachoeira do Rio Novo.

Trigo e Linho — Já foi cultivado no Espirito Santo.

Em 1785 foram distribuidas sementes de linho para se cultivar na Capitania, com grandes recomendações e promessas de premios feitas pelo Go-

verno da Bahia. As amostras de linho, consistiam em meadas e toalhas de rosto com bordados onde she lia: “Do primeiro linho plantado, preparado e tecido na Capitania do Espirito Santo em 1814”.

Do trigo se fabricou pão em caso do Governador, que nesse anno era Francisco Alberto Rubim.

Está sendo de novo iniciada a cultura do trigo no Estado.

Fronteiras — O Estado defronta com o Estado do Rio pelo Rio Preto e pelo Itabapoana. Com o de Minas pelos corregos do Jequitiba, José Pedro, Serra dos Souzaes e dos Aymorés.

Pelo Estado da Bahia pela margem sul do Rio Mucury. Pela frente com o Atlantico.

Limites da Capitania — Aos espirito-santenses não desconvirá uma ligeira digressão pela historia da sua organização territorial, afim de saberem como e porque processos lhes foram extorquidas vastas extensões de terras que valiam pelo dobro das que hoje constituem o seu Estrado.

Nem sempre foram essas 80 leguas de costa maritima a mesma estreita faixa de litoral que hoje limita o nosso territorio.

Nos primeiros tempos os nossos dominios iam até todo o norte das terras de Macahé.

Ao primeiro esbulho seguiram-se outros para a integração da Capitania da Parahyba do Sul, doada a Pedro de Góes e para o alargamento da Capitania do Rio de Janeiro, que nos veio fazendo recuar até as margens do Rio Itabapoana, onde nos deixaram até hoje.

Digamos em ligeiro escorço historico, como as cousas se passaram.

A Carta Régia de Doação a Vasco Fernandes Coutinho, datada em 1º de Janeiro de 1534, diz assim:

“Hei por bem fazer mercê de 50 leguas da dita costa do Brasil, as quaes começarão na parte onde acabarem as 50 leguas de que tenho feito mercê a Pedro de Campos Tourinho e correrão para a banda do Sul, encontrando nesta Capitania quaesquer ilhas que houver até dez leguas ao mar na fronteira e demarcação destas 50 leguas de que faço mercê ao dito Vasco Fernandes, as quaes serão ao largo e ao longo

da costa, entrando na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro, tanto quanto puderem entrar e fôr da minha conquista...”

E’ evidente que tal concessão, devendo partir das margens do Rio Mucury em busca do sul, para completar as 50 leguas, pouco mais alcançaria que as margens do rio Jucú, nas proximidades da Victoria.

Acontece ainda que nessa mesma época a Capitania de Porto Seguro (Bahia) estendera a área do seu territorio (sem fundamento legal) até o Rio Doce e Vasco Coutinho achou-se assim em sério embaraço para determinar as terras dos seus dominios, pois que, estendendo-as para o sul iria esbarrar-se com o territorio da Capitania de S. Thomé da Parayba do Sul, que se compunha de trinta leguas a partir de Macahé até os baixos dos Pargos.

Essa Capitania de S. Thomé, sob o nome de Parahyba do Sul, foi doada ao Visconde de Asseca e seu irmão João Corrêa de Sá, general das Indias, e comprehendia, pelo norte, o limite acima referido e pelo sul o rio Macahé em toda a sua extensão, abrangendo pelo centro toda a actual comarca de Cantagallo e Rio Negro. Foi doada em 1674.

Metido em tais embaraços, Vasco Fernandes Coutinho, que dessas cousas de terras pouco entendia, resolveu, o pacato fundador do nosso Estado, entender-se com Pedro Góes (que aliás não tinha o direito de completar as suas 30 leguas se as não encontrasse nos limites do Alvará de 28 de Janeiro de 1536) e assentaram ambos em que as terras de Pedro Góes viriam parar as margens sul do Rio Tapemery (Itapemirim) e as de Vasco Coutinho começassem da margem norte por deante até o rio Mucury.

Assim ficou esse acôrdo, de que levraram um auto, que durou até o anno de 1667, porém, tendo se decretado nesse mesmo anno a Comarca de Cabo Frio, fixou-se para limite septentrional do respectivo districto, o lugar de Santa Catharina das Mós.

Morrendo Pedro Góes, que era irmão do celebre Damião de Góes, e passando o seu dominio a Gil de Góes, que o deixou mais tarde, foi feita nova doação ao Visconde de Asseca pelo Principe D. Pedro, Regente, em nome de D. Affonso VI, Governador do Rio de Janeiro.

Os sucessores desses ultimos donatarios, menos egoistas, mas mais previdentes, fizeram demarcar a

sua capitania, fixando-se os antigos limites, pelo que ficou sem effeito o accôrdo anterior entre Pedro Góes e Vasco Fernandes Coutinho, que lhes permittia virem ás margens do Itapemirim.

Disso tudo resultou, afinal, ser a Capitania da Parahyba do Sul em 1735 annexada á Comarca e Capitania do Espirito Santo, a qual, por este acto ficou com toda a vasta linha que se estende da margem direita do rio Murury á margem esquerda do rio Macahé, ficando dest'arte incorporados ao Espirito Santo Macahé a Capitania da Parahyba do Sul com todos os seus territorios, passando tambem a pertencer-lhe uma grande extensão do territorio mineiro. E o nosso confrontante hoje seria o Estado do Rio de Janeiro, pelos limites de Cabo Frio.

Como já ficou dito, a Capitania do Espirito Santo deixou de pertencer a donatarios em 1718, começando a ser governada dahi por deante por Capitães Móres, Governadores, sendo o ultimo Manuel Fernandes da Silveira. O primeiro que chegou á provincia para exercer o cargo de Governador, foi o ilustrado astronomo e geographo Antonio Pires da Silva Pontes, em 27 de Março de 1800.

Mas não nos eram propicios os fados, e a Capitania do Rio de Janeiro, centro e cabeça do Estado do Brasil, querendo dilatar os seus dominios, vibrou-nos o primeiro golpe, armado do Alvará de Julho de 1813 pelo qual desligou-se da Capitania do Espirito Santo a villa e territorio de Macahé até o rio Furado.

Não parecendo ainda sufficiente, o esbulho foi completado com outro acto de prepotencia pelo qual se nos arrancou o restante do territorio da antiga Capitania de S. Thome da Parahyba do Sul neste artigo único da lei de 31 de Agosto de 1832 que os espirito-santenses precisam conhecer:

“As Villas de Campos dos Goytacazes e de S. João da Barra ficam pertencendo a Provincia do Rio de Janeiro”.

Mas, como mesmo assim esses territorios comprehendidos no esbulho só poderiam vir até a enseada dos Pargos ou Santa Catharina das Mós, não tiveram duvidas Os poderosos, do tempo em dilatarem a conquista, empurrando-nos para a margem do rio Itabapoana, onde nos deixaram ficar até hoje.

Devem os espirito-santenses não esquecer que

esse ultimo attentado não foi autorizado por lei alguma: obrou ahi a razão do mais forte.

Eis em linhas geraes, como os factos se passaram.

RECAPITULAÇÃO

Da descoberta da Capitania até a chegada do primeiro donatario — 1525 a 23 de Maio de 1535.....	10 annos
Do primeiro ao 11º e ultimo donatario, continuado 3 annos por João V. Molina, Maio de 1535 a 1 de Janeiro de 1721	186 annos
Do ultimo donatario Cosme Roulin de Moura ao primeiro governador Capitão Mór Antonio de Oliveira Madail e ao Governador Balthazar de Souza, 1 de Janeiro de 1721 a 1º de Março de 1822	100 annos
Da Junta Provisoria, 1º de Março de 1822 até Agosto do mesmo anno.	6 mezes
Da Junta ao primeiro presidente da Provincia, Ignacio Accioli de Vasconcellos, 24 de Fevereiro de 1823.....	6 mezes
Do primeiro presidente por decreto imperial ao ultimo por eleição popular. 24 de Fevereiro de 1823 até 15 de Novembro de 1889	66 annos
Governadores e presidentes republicanos, de 15 de Novembro de 89 a 31 de Dezembro de 1919.....	30 annos
	393 annos

Tem, portanto, o Espirito Santo 393 annos de existencia, desde que pé de homem civilizado pizou-lhe as brancas e lendarias areias. Tanto o descobridor como os seus infelizes donatarios e fundadores, tiveram sempre pela frente os indios Aymorés. Donde procediam esses selvicolas?

Não nol-o póde dizer a ethnographia. Não o sabemos nós.

VICTORIA

(Capital)

A cidade assenta sobre o flanco occidental de uma ilha formada pelo rio Santa Maria, que se communica pelo interior com outros pequenos rios que a cercam e vão desaguar no mar. Primitivamente chamou-se ilha de Santo Antonio. Depois deram-lhe o nome de Villa Nova, ficando a primeira séde da Capitania conhecida por Vila Velha, nome que ainda hoje conserva. Em 15 de Julho de 1537 foi a Villa Nova doada por Vasco Fernandes Coutinho a Duarte de Lemos.

Recebeu, finalmente, o nome de Victoria porque em 8 de Setembro de 1551 deu-se entre os indigenas e os povoadores um renhido combate, ficando estes victoriosos.

Tem a ilha 14 kilometros mais ou menos em sua maior extensão e 5 leguas de circuito. Sua superficie é de 50 milhões de hectares.

A Villa da Victoria, pois que já o era desde 1551, foi elevada á categoria de cidade por Carta de Lei de 17 de Março de 1823 e installada em 2 de Março de 1829. A Comarca foi creada por Lei Provincial de 23 de Março de 1835.

Ilhas — A' entrada da barra notam-se as seguin-

tes principaes: A da Forca, na enseada de Villa Velha, assim chamada porque era nessa ilha que justicavam os criminosos condemnados, nos tempos da capitania.

A dos Calvados, ao sul da barra da Victoria.

A do Guerra, á margem norte da mesma. A dos Papagaios, em frente á Piratimnga, onde existe a escola de aprendizes marinheiros. A do Boi, a do Frade, a de Santa Maria, a do Principe, a da Boa Vista, a das Pombas, a dos Bodes, a Andorinhas, a das Cobras, a de Bento Ferreira, a dos Urubús, a da Ucharia, na margem sul da entrada da bahia. Calhau, Calhelas e outras muitas de menor importancia.

Escola de Aprendizes Marinheiros — Na aprasiavel enseada de Piratininga está esse utilissimo estabelecimento federal, cuja existencia vem de 8 de Fe-

vereiro de 1861, estando sempre a cargo de directores competentes.

Hoje ella existe com todos os melhoramentos e presta á Marinha Nacional apreciavel concurso de pessoal apto á vida do mar.

Telegrapho — Em 19 de Fevereiro de 1873 foi inaugurada a estação telegraphica da cidade sob a direcção do proveccto engenheiro allemão Cesar de Rainville.

Foi a primeira da Provincia.

Imprensa — O primeiro jornal apparecido na Victoria foi o "Correio da Victoria", que sahio á lume no dia 17 de Janeiro de 1849, de propriedade e redacção do cidadão Pedro Antonio de Azeredo. Publicava-se duas vezes por semana.

Posição Astronomica — Victoria está situada entre os 20° e 18' e 57" de latitude e 3° 2' e 36" de longitude, segundo o meridiano do Rio de Janeiro.

Ensino Publico — A reforma levada a effeito pela lei nº 1.091, de 5 de Janeiro de 1917, e pelos regulamentos derivados da mesma lei, conserva o plano de ensino publico estabelecido pela organização instituida pelo Governo do Estado em 1918.

O ensino publico do Estado está dividido da seguinte fôrma:

Primario, ministrado pelas escolas isoladas, escolas reunidas, grupos escolares, escola modelo e cursos complementares. Secundario profissional, pela Escola Normal e Collegio N. S. Auxiliadora, tendo por funcção preparar professores de ambos os sexos. Secundario superior, ministrado pelo Gymnasio Espirito-Santense.

Para se attender ás necessidades das populações do interior que precisam do trabalho das crianças na lavoura, reduzio-se o numero das escolas isoladas, creando-se as escolas ruraes, cujo numero augmenta progressivamente.

A verba despendida pelo Estado annualmente com a instrucção publica attinge á cerca de 600 contos.

Em 1917 o numero total das escolas estadoaes elevou-se a 283. O Governo cogitava de prover de mais 100 professores, escolas ruraes.

As escolas municipaes e particulares que estão sob a inspecção e fiscalização da Directoria do Ensino Publico offercem os seguintes resultados, com as escolas estadoaes:

	<i>Matricula</i>	<i>Frequencia</i>
Escolas municipaes.	673	528
Escolas particulares.	706	533
Escolas estadoaes.	10.188	7.831
	<hr/>	<hr/>
	11.567	8.892

Sobre uma população calculada em 300 mil almas, tomando-se á quarta parte ou sejam 75.000 crianças, teremos a porcentagem:

De matricula.	15.4%
De frequencia.	11.8%

Em 1918 a matricula nas escolas, Normal e annexas, grupos escolares e escolas reunidas de Santa Leopoldina e isoladas, escolas municipaes e particulares attingio ao numero de 13.398 crianças, que deram a frequencia de 9.300.

No primeiro semestre do corrente anno (1919) a matricula nesses estabelecimentos chegou a 12.952 crianças e a frequencia média de 9.410.

Em 1918, além das escolas acima mencionadas, tinhamos 217 escolas isoladas.

No primeiro semestre de 1919 as escolas isoladas em funcionamento são 230. Além dessas, subvenciona o Estado a 14 escolas municipaes, havendo mais 44 particulares. Ha pedidos para subvenções para diversas outras escolas.

A todos os professores das escolas particulares o Governo tem manifestado o empenho de que sejam commemoradas devidamente as grandes datas nacionaes, intensificando-se assim o ensino civico, a exemplo do que fazem as escolas officiaes.

Esta demonstração colhida em dados officiaes soffre de anno para anno a progressão resultante do desenvolvimento do ensino publico em harmonia com o crescimento da população que já não póde mais ser computada por aquella cifra de 300 mil individuos.

Archivo Publico e Bibliotheca — Creado o Archivo, pela Lei de 18 de Julho de 1908, possui larga cópia de documentos que interessam a historia e negocios publicos do Estado, muitos dos quaes datam dos primeiros tempos da capitania. Possui grande numero de mappas e cartas topographicas do Estado.

A bibliotheca, reorganizada em 1909, possui collecções que attingem a 5.073 volumes. Tambem ahi se encontram documentos preciosos, alguns bem raros. Do velho e rico archivo historico outrora existente no convento de Nova Almeida, vieram para a bibliotheca da Capital muitos papeis de importancia, que lá não podiam ter o devido resguardo.

Templos — Existiam na Victoria as seguintes igrejas, todas construídas ainda nos tempos da colonia:

N. S. da Victoria, (matriz) edificada em 1.700; Collegio dos Jesuitas, em 1551; São Gonçalo, em 1700; Santo Antonio, Convento Franciscano, em 1595; Convento de São Francisco, em 1595; Convento dos Carmelitas Descalços, em 1680; Santa Luzia, em 1755; N. Senhora da Conceição, em 1755; N. Senhora do Rosario, em 1765; Misericordia; N. Senhora do Carmo (Capellinha).

No collegio dos Jesuitas foi sepultado o veneravel Padre José de Anchieta em 9 de Junho de 1597. Esta Igreja, a mais antiga de todas, está sendo demolida para em seu lugar construir-se uma ala do Palacio da Presidencia destinada a repartições do governo do Estado.

Outras Igrejas, como Conceição, Misericordia, e Carmo, já desapareceram pelas exigencias do progresso e da hygiene da cidade.

Commercio e navegação — Já o teve bastante movimentado, a Praça da Victoria e se ainda hoje as velhas casas importadoras não podem, siquer, approximar-se do que foram, não é isto devido á decadencia do Estado, cujas forças economicas estuam de vigor, mas ás consequencias inevitaveis das causas geraes que tão profundamente affectam a vitalidade do paiz e sobretudo ao desequilibrio decorrente do conflicto que agita as nações do globo.

Entretanto, a nenhum outro Estado seria licito mais confiar no futuro do que este que tem as suas

reservas de terras cobertas de florestas em dous terços ainda por cultivar e povoar, espalhadas em todo o seu territorio, embora, seja dito de passagem, a devastação da sua opulenta camada florestal esteja a abrir claros nesse rico patrimonio, cujo valor não ha como encarecer.

Pouco ha ainda, que o porto de Victoria era todas as semanas visitado por vapores de alta tonelagem, que traziam de Hamburgo, Genova, Havre, Argentina, Portugal, abundante mercadoria e transportavão para esses portos cafés, madeiras e outros productos.

Segundo a estatistica publicada em 1913 pelos órgãos officiaes, o numero de pequenas embarcações em trafego em todos os portos do Estado, orçava por 601, sendo 163 dedicadas á pesca.

O movimento de sahidas de vapores em 1916, accusa o numero de 735.

Na actualidade, em que devido á guerra, as tonelagens de transportes maritimos estão reduzidas ao ponto de comprometter os interesses mais vitaes do paiz, este, como os mais poderosos Estados brasileiros, não se acha em condições de enquadrar numeros estatisticos com que possa entrar em provas de energia economica e pujanca commercial.

Aguardamos todos, olhos fitos na agitada Europa, o desfecho do tenebroso drama que por lá se desdobra, até que a paz surja a iluminar a humanidade.

.....
Estas linhas já estavam escriptas quando, em Paris, no salão dos Espelhos do Palacio de Versailles, às 13 horas e 12 minutos da tarde, a Allemanha assignou o Tratado de Paz pela mão dos seus Delegados Mueller e Bell, no dia 28 de Junho deste anno de 1919.

SEGUNDA PARTE

Cachoeiro do Itapemirim

Aspectos — A cidade assenta sobre as duas margens do rio Itapemirim que corre na direcção de leste para oeste sobre leito pedregoso, semeado de ilhotas cobertas de vegetação.

De um e de outro lado da cidade estende-se uma successão de collinas de pouca altitude, cobertas outrora de vastas lavouras de café e hoje transformadas em virentes campos de criação e pequenas culturas que abastecem diariamente a cidade.

Para além da zona urbana começam as grandes montanhas rochosas, que emergem de valles profundos, talhadas em socalcos e alcantis em cujas bases serpeam em rapidos declives e correm amortecidas nas planuras alagadas onde vicejam gramíneas densas, as aguas dos innumerous ribeirões, que cruzam por todas as terras dos districtos, banhando-as fartamente.

De toda a cidade avista-se, como vedetta mudo das gerações que passam, a rocha Itabira de bizarra estructura (1), destacando-se no azul do firmamento.

Freguezia — Foi creada por Lei provincial numero 11, de 16 de Julho de 1856, sob o titulo de Parochia de S. Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, sendo em 29 de Setembro de 1858 nomeado o Padre Francisco de Assis Pereira Gomes primeiro vigario encomendado da nova freguezia, que aqui chegou em 1859, pouco se demorando, pois retirou-se para Minas em 1861.

(1) O Dr. José Vieira Couto, na sua obra — Memorias sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, (1842, fls 50) diz que, “o nome de Itabira em lingua de gente da terra e tomado no portuguez quer dizer: moça ou rapariga de pedra”.

Villa — Por Lei provincial n. 11 de 23 de Novembro de 1864, foi elevada a Villa e installada a sua primeira Camara Municipal, que então era do lado do norte, no dia 25 de Março de 1867, peio Presidente da Camara Municipal da Villa de Itapemirim, Major Joaquim José Gomes da Silva Netto, com a presença do Dr. Cesario José Chavantes, juiz municipal da mesma Villa.

Comarca — Por Lei provincial de 26 de Junho de 1868 foi a Villa elevada a termo judiciario e o mesmo installado em 28 de Dezembro do mesmo anno pelo Dr. Cesario José Chavantes, juiz municipal do termo de Itapemirim, tendo sido este acto revestido de excepcional solemnidade. Por acto de 27 do mesmo mez foram nomeados para supplentes de juiz municipal do novo termo os senhores: 1º Dr. Joaquim A. de Oliveira Seabra, 2º Joaquim Vieira Machado da Cunha, 3º Dr. Antonio Olintho Pinto Coelho, 4º Luiz Bernardino da Costa, 5º Capitão Pedro Diasdo Prado, 6º Antonio José de Salles.

O termo de S. Pedro das Cachoeiras foi desannexado do de Itapemirim em 28 de Outubro de 1873.

Em Julho desse mesmo anno o Ministerio da Justiça confirmou as nomeações feitas dos dous tabelliães da Villa de Cachoeiro, os cidadãos Joaquim Jorge da Silva Quintaes e Alferes Francisco Fernandes da Silva Lima, os quaes, como serventuarios publicos, gozaram sempre do melhor conceito na comarca.

Foi a comarca creada por Lei provincial nº 9, de 16 de Novembro de 1876. Extincta por lei nº 13. de 18 de Novembro de 1878, foi restabelecida por lei de 13 de Maio de 1884, em virtude de proposta apresentada á Assembléa Legislativa Provincial pelo Coronel Joaquim Marcellino da Silva Lima, em sessão de 23 de Abril de 1883.

A comarca foi declarada de primeira entrancia por Decreto de 17 de Janeiro de 1877, sendo a mesma installada em 25 de Março desse mesmo anno e teve como seu primeiro juiz o Dr. Didimo Agapito da Veiga Junior, que tomou posse a 25 do mez seguinte.

Cidade — Foi elevada a essa cathegoria por Decreto n. 4, de 26 de Dezembro de 1889.

Posição astronômica — Está situada entre os 21° 7' 55" de latitude e 1° 52' e 28" de longitude, segundo o meridiano do Rio de Janeiro.

Altitude sobre o mar: — 34,30.

População — Urbana 7.000 almas. Do municipio 27.000 habitantes.

Districtos Municipaes — Districto da séde. Estação do Castello, Conceição do Castello, Estação de Virginia. S. Felipe.

Prefeitura e Camara — Foi a seguinte, a marcha das finanças municipaes, durante os ultimos tres annos:

Receita orçada para o exercicio de 1917.	126 :460\$000
Divida activa, do exercicio anterior, já incluída nesse total.....	18 :000\$000
Receita orçada para o exercicio de 1918.	127 :200\$000
Divida activa já incluída.....	10 :000\$000
Receita orçada para o exercicio de 1919.	122 :500\$000
Divida activa já incluída.....	4 :000\$000

Evidencia-se um facto digno de nota occorrido na arrecadação do primeiro semestre deste anno (1919). Até o dia 22 de Maio entrou para os cofres da Procuradoria a elevada somma de Rs. 100 :351\$948, sem um real de multas.

Todas as despesas, funcionalismo, escolas, melhoramentos da cidade, contribuição ao Estado, estavam pagas até essa data, resultando um saldo liquido de Rs. 48 :610\$867 em caixa, em 5 mezes.

Presumia-se um “superavit” que levasse a arredação até o fim do exercio, a 150 contos, possivelmente.

O primeiro Prefeito da cidade foi o Coronel Francisco de Carvalho Braga, actual escrivão do 1º Officio.

O Prefeito Capitão Reynaldo Souto Machado encerrou o seu biennio adminitrativo em 23 de Maio de 1918, sendo eleito e tomando posse nesse dia o Dr. Luiz Tinoco da Fonseca.

A Camara compõe-se dos seguintes cidadãos: Coronel José Alves Rangel, presidente; Coronel Antonio da Silva Marins, vice-presidente e deputado ao Congresso Legislativo do Estado; Coronel Felinto Elisio Martins; deputado ao Congresso L. do Estado; Carlos A. de Assumpção Silva, Fernando Pennaforte, Emygdio de Vargas Correa e João Alarico Leal, vereadores.

Produção — Café, cereaes, madeiras, algodão, assucar, cacau e abundantemente os generos da pequena lavoura, inclusive as fructas e legumes.

Activa-se tambem a industria pecuaria e a dos lacticinios. A uberidade dos terrenos permite todas as culturas. Em quasi todos os districtos colhem-se excellentes uvas, especialmente nos de Castello, Conceição, Virginia, onde não constitue nenhuma novidade o fabrico do vinho. Nos districtos o cultivo do trigo já foi experimentado com exito.

Industrias — Na cidade. existem as seguintes fabricas:

De tecidos, no bairro "Guandú", trabalhando com 110 teares, numero este que os arrendatarios, Srs. Ferreira, Guimarães & Fonseca pretendem augmentar para 161, o que dará a produção provavel de 7.500 metros diarios de tecidos, ou sejam 45 metros tear por dia de 10 horas de trabalho. Com esse augmento o numero de operarias será de 250.

Serraria ao norte da cidade, com capacidade para produzir 30 metros cubicos de peças de madeira serrada para obra. É toda movida á electricidade e está collocada em situação aprazivel.

Tres usinas de beneficiar café e torrefacção. Pilação de arroz, moagens do milho e outros. Uma pequena fabrica de sabão.

Serraria a vapor no Morro Grande, de grande tiragem, a poucos kilometros da cidade. Officinas de marcenaria e fabricação de moveis de estylo. Serralheria e fundição. Fabricas de cal, de tijolos e telhas. Pedreiras. Pequenas officinas de cidade. Todas estão em plena actividade.

Além dessas, outras existem e mais importantes, exigindo ainda obras complementares para a definitiva conclusão. São ellas: uma grande fabrica de cimento com todos os seus machinismos já installados

e perfeitamente montados, com uma capacidade productora de 500 barris de 120 kilos desse material, por dia.

Fabricas de oleos. Fabrica de papel. A de oleos tem capacidade para a produção de 1.000 kijos por dia de azeites extrahidos das sementes de algodão e da mamona.

Usina Hydro-Electrica. Força de 3.600 cavalos, fornecida pela Cachoeira Alegre, do rio Fructeira, que tem uma queda de 220 metros. Nesta cidade existe uma usina geradora com força equivalente a 300 cavallos, para fornecer a energia precisa ás fabricas em actividade.

A 5 leguas desta cidade, no municipio do Itapemirim, está situada a magnifica Usina Paineiras, dotada dos melhores e mais modernos apparatus para a fabricação em larga escala do assucar. Tem uma capacidade minima de produção, de 600 saccos diarios e maxima de 1.000 saccos.

A usina é movida á electricidade, que lhe é transmitida desta cidade e é propriedade do Banco Hypothecario e Agricola do Espirito Santo, com séde em Victoria. (1)

No anno passado (1918), a produção foi aproximadamente de 40 mil saccos de assucar (35 mil de assucar crystal) e 500 pipas de aguardente e alcool.

Lavoura — Não seria licito dizer que a lavoura do municipio é um primor em materia de methodos de cultura.

Com pequenas variantes para melhor, que a pratica e os interesses vão aconselhando, e os terrenos permittindo, os processos são os mesmos de ha uma vintena de annos passados, isto é, aquelles que melhor se adaptam aos violentos relevos topographicos das nossas terras e permittem as condições comprehendidas no dispendio e no lucro do producto entregue ao commercio.

Os methodos novos, evidentemente mais racionais e remuneradores, ainda não são para as nossas terras accidentadas e de contextura desfavoravel. Sel-o-ão, estamos certos, para adiante, quando a densidade da população forçar ao aproveitamento a todo transe da terra e quando desnudas as montanhas nas

(1) Pertence hoje ao Estado, por ter o Governo feito a encampação do Banco e suas fabricas. Está em plena actividade.

partes baixas pela acção erosiva das cargas pluviaes, mal sustida a terra nas radiculas das gramineas, se formarem os plainos francamente araveis. E isto só pela acção lenta do tempo.

Não quer isto dizer que no Espirito Santo os lavradoreis estejam condemnados ao rudimentarismo e desconheçam os processos novos e os melhoramentos introduzidos no arroteio da terra e que esta esteja ainda virgem dos trabalhos das machinas agrarias. Em qualquer fazenda se encontra um arado dos meliores e se o faz trabalhar onde é possível; mas a enxada, a fouce e o machado têm ainda a melhor funcção no amanho das terras porque delles ainda não prescindem as nossas lavouras, que se estendem em morrarias ingremes. Nem de outra maneira pôde ser.

Quanto á lavoura do café, em periodo de renovação, no nosso municipio, diremos que vae sendo já adoptado o preconizado systema do plantio por meio do arbusto retirado do viveiro nas vizinhanças do terreno para onde vae elle ser transmudado. Isso, aliás, não é cousa nova entre nós e, se não foi definitivamente adoptado entre os nossos lavradores, é que o arbusto attinge mui lentamente o estado de transplantação e a lavoura plantada por este processo é muito mais demorada na sua formação, embora de maior durabilidade.

O nosso lavrador por emquanto faz o que pôde e como pôde, no empenho de tirar o maximo recurso para a manutenção da fazenda. Por via de regra o lavrador não accumula reservas porque a sua preocupação é melhorar todos os dias a sua propriedade para augmentar-lhe os redditos e valorizal-a.

O que lhe dizem os agricultores theoricos em bella technica de agronomia litteraria, é-lhe perfeitamente indifferente. Quizera elle que começasse o beneficio do principio, isto é: que moderassem a voracidade das tarifas ferro-viarias, absorventes; que se humanizasse um pouco mais o systema tributario, uniformizando-o racionalmente protectoramente; que extinguissem a saúva, a maior das calamidades que pesam sobre o Brasil.

Não ha como reconhecer o beneficio que o Ministerio da Agricultura proporciona á lavoura, fornecendo-lhe fartamente e com promptidão as sementes seleccionadas, acompanhadas das instrucções practicas para o seu plantio e pondo ao alcance facil dos la-

vradores, accessorios e instrumentos agrarios e outros. Esse meio pratico e valiosissimo tem o duplo effeito de diffundir conhecimentos novos e reanimar a parte mais modesta dos nossos lavradores, que é a mais numerosa.

Todavia cumpre aqui assinalar que embora ainda praticando os methodos menos modernos, vive o nosso lavrador farto e abastado, sendo bem difficil encontrar no municipio o que esteja enleado nas malhas das insolvabilidades hypothecarias.

Damos a seguir o quadro demonstrativo da colheita estimativa deste anno (1918), no municipio, conforme o censo agricola mandado proceder pelo ultimo Prefeito, Capitão Reynaldo Souto Machado, o qual expõe algarismos exactos. Deve, porém, ficar esclarecido, que a producção de café ahi demonstrada resulta de lavouras novas, porquanto as antigas la-vouras desapareceram. Convém ainda lembrar que ha por todo o município e em profusão, lavouras novas, que só começarão a produzir dentro de um a tres annos.

*Em branco conforme livro original.

*Em branco conforme livro original.

Commercio — Já foi opulento o commercio deste municipio principalmente quando era feito todo o movimento de importação e exportação do interior por via maritima e fluvial, passando por esta praça.

A via-ferrea Leopoldina monopolizou este serviço e a corrente da exportação, derivando-se para as estações do interior, começou a passar-nos pela porta, directamente para O Rio de Janeiro. O desequilibrio commereial foi grande, ainda mais aggravado pela depressão economica, determinada por causas complexas, que affectaram rudemente os centros do trabalho agrícola, trazendo o consequente declinio das antigas lavouras de café.

Mas o municipio vae se refazendo das bruscas alternativas, que assás o enfraqueceram de ha uns trinta annos para cá: a população cresce rapidamente e a vida se renova com mais força, expandindo-se aos influxos das idéas novas, que vão beneficemente orientando as gerações que não conheceram o escravo.

Tem Cachoeiro bom commercio e, sem ser preciso buscar-se em outra parte, encontra-se na cidade, do melhor. Todavia o invencivel espirito rotineiro ainda não se despegou de todo, dos que fazem o commercio. Nota-se que a população cidadina apraz-se em certos habitos de confortos modernos e mesmo de luxo.

A cidade — Atravessa o rio Itapemirim ligando os dous lados da cidade, uma solida ponte de ferros construida em 1887 pela Camara Municipal, a esforços do povo e do seu presidente nessa época, o Dr. Gil Diniz Goulart. Além dessa, outra existe pertencente á Leonoldina Railway, forte construção de superstruetura metallica, por onde assam os comboios que trafegam a linha sul do Espirito Santo. Tem essa ponte 126 metros de vão sobre o rio, assente eras pilares de cantaria.

A “Estação de Itapemirim” está a 34,30 metros sobre o nivel do mar. Os pontos culminantes dessa via-ferrea no municipio, são:

No “Morro do Sal”, o primeiro tunnel a 594,50 metros e o segundo a 606,60; até ao fim da primeira residencia 618.50 sobre o mar, que está a 42 kilometros desta cidade.

O Morro do Sal é uma grande montanha de crys-taes de silica, que se desaggregam para o fundo do

*Em branco conforme livro original.

valle, correndo sobre a linha ferrea como areia grossa, de notavel brancura. A cidade está diariamente em communicação com a Capital Federal e com Minas, além do trafego mixto e nocturno durante dias da semana, para Victoria e Rio.

Para o porto do Itapemirim tambem se faz regularmente o transporte de passageiros e alguma mercadoria por pequenos vapores e por barcaças conhecidas por “pranchas”.

Este serviço tinha outr'ora grande intensidade e embora moroso trazia relativa vantagem ao cometercio local.

A 18 do mez passado realisou-se em Paineiras a cerimonia da primeira estaca batida pelo Presidente do Estado dos trabalhos da estrada de ferro electrica que vem da Barra do Itapemirim a esta cidade. É este um melhoramento capital para o nosso e o visinho municipio, que assim vão ter abertas as portas do mar ao seu grande progresso e desenvolvimento.

A lei municipal n° 37, de 23 de Fevereiro de 1917, que determina os antigos limites da zona urbana, marca-lhe uma superficie de 980.000 metros quadrados, na extensão contada da propriedade do Capitão Alfredo de Souza Monteiro e Ribeirão Sant'Anna, fronteiro, até a ilha da Luz, segundo a carta cadastral existente na Camara Municipal.

Da indole do povo de Cachoeiro, notoriamente ordeira e morigerada, dão o melhor testemunho as estatísticas criminaes; mui raramente esse povo dá inquilinos ás prisões, a menos que se trate de simples detenções; entretanto, todos os dias saltam nas estações, dos comboios que chegam, indivíduos que perambulam pela cidade e desaparecem como vieram.

Os desportos modernos altram mais fortemente a mocidade de maneira a deslembra-la das justas literarias, e assim Cachoeiro não possui nenhum centro onde se cultivem as letras.

Em tempos que mediaram entre os annos de 1865 a 1888, Cachoeiro de Itapemirim gozou de um certo renome de centro culto onde se aprimoravam as bellas letras no jornal, no magisterio e na tribuna judiciaria, perlustradas por gente de saber; mal ou bem justificado, isso lhe, valeu o titulo de Athenas espirito-santense, que parece ter perdido.

Quem percorre os archivos e collecções já bem

raros, desses tempos, não terá duvida em concordar que bem merecida era essa fama.

Foi o tempo aureo dos advogados: as suas sentenças e arrazoados eram verdadeiras lições de direito. Bons professores, bons medicos, boa imprensa e uma mocidade que buscava com ardor as aulas sempre que os lazeres da faina commercial o permitiam, e conhecia e cultuava os corypheus da litteratura patria. Disso é prova o seguinte convite inserto nas columnas do periodo “Operario do Progresso” de 14 de Março de 1867, que se publicava na villa de Itapemirim. “A mocidade da villa de Cachoeiro de Itapemirim manda celebrar no dia 19 do corrente uma missa por alma do inspirado poeta nacional Luiz Nicolau Fagundes Varella, fallecido em Nitheroy no dia 19 do mez passado”.

Existio ainda aqui um club destinado especialmente a commemorar as grandes datas nacionaes, denominado Club Tiradentes.

O calçamento das ruas da cidade foi inaugurado no dia 12 de Maio de 1891.

Igrejas — Não as tem ainda Cachoeiro, que estejam na altura do culto e das condições sociaes da sua população.

A unica existente é a do Senhor dos Passos, que já ha muitos annos foi construida em ponto menor pelo fazendeiro Capitão Francisco de Souza Monteiro, destinada ao uso de sua familia. Em Janeiro de 1882 foram concluidas as obras do aumento por que pas-sou o templo e só em 10 de Fevereiro de 1884 alguns missionarios que aqui se achavam na occasião, procederam ao benzimento e benção dessa parte augmentada, sendo então a igreja entregue á parochia.

Nella officiou o Bispo D. Pedro Maria de Lacerda, quando aqui esteve em 2 de Março de 1886, trazendo como seu secretario particular o joven Padre Antonio Alves dos Santos, filho de Agostinho Ferreira dos Santos e D. Violante Alves, fazendeiros no Castello.

A primeira igreja que teve Cachoeiro do Itapemirim foi construida em 1863 pelo fazendeiro portuguez Antonio Francisco Moreira, dedicada ao Espirito Santo e servio de matriz por muito tempo.

O governo da provincia attendendo aos reclamos da Camara Municipal desta então villa, para a demolição ou reconstrucção do velho templo historico, visto ameaçar imminente ruina, autorizou a demolição em

Setembro de 1884, ordenando que fosse vendido em hasta publica o material aproveitavel para com o respectivo producto e o concurso do povo, construir-se outra igreja no mesmo lugar.

Mas isto não foi feito e as imagens passaram para a igreja do Senhor dos Passos.

Mais tarde construiu-se no largo de S. João, ás expensas de alguns negociantes e do povo, a capella de S. João, cujo terreno foi doado pelo commerciante Manoel José de Araujo Machado. Desappareceu tambem essa capella, para attender-se a melhoramentos da cidade.

A primeira missa celebrada em Cachoeiro de Itapemirim foi em uma capella de oratorio, no anno de 1861; esse oratorio existia desde 1856, num dos commodos do velho armazem do Barão do Itapemirim, no porto do Barão (Bahia e Minas). Foi celebrante o Rev. Padre Manuel Leite de Novaes Mello, que ahi baptisava e casava, mais tarde auxiliado pelo Padre Osorio e outros, que aqui estiveram sob a sua direcção. Só depois é que se construíram as outras igrejas. (1)

Profanações praticadas por alguns populares marcaram o fim a essa capella, dando esse facto causa a ruidoso e escandaloso processo, que agitou o fôro local por esse tempo.

Até fins de 1857 não havia ainda aqui padres residentes. De tempos a tempos apparecia por estas paragens o frade Frei Bento de Genova, que residia no Rio Pardo e que celebrava missa em altares particulares, casava e baptisava. Esse frade era italiano e diz-se que bom e esmoler.

Foi esse mesmo que celebrou a Primeira missa na então povoação do Alegre, na capella da Conceição, construída pelo velho portuguez João Manuel Gonçalves Monteiro e o preto João Teixeira da Conceição, primeiro que alli se estabeleceu e de quem derivou o nome que ainda conserva, o ribeirão "Conceição", que atravessa aquella hoje villa. A capella foi construída no anno de 1853 e a freguezia do Alegre creada por acto da Assembléa Legislativa da Provincia em 23 de Julho de 1858.

(1) O padre Pereira Gomes, durante a sua curta permanencia no reduzido arraial de Cachoeiro celebrava em sua casa particular e bem pouco o fez por encontrar-se sempre adoentado.

TERCEIRA PARTE

Inaugurações

Estrada de Ferro Caravellas. (Cachoeiro a Alegre).

A primeira estaca inicial da construção da Estrada de Ferro desta cidade ao Alegre (Pombal) foi batida pelo Desembargador Antonio Joaquim Rodrigues, presidente da Provincia, em 17 de Janeiro de 1886, sendo presidente da Camara o Dr. Gil Diniz Goulart.

Os primeiros trilhos que aqui chegaram para essa estrada em fins de Outubro desse anno, foram conduzidos da barra do Itapemirim pela prancha "Tarcilia", de propriedade dos negociantes portuguezes João Marques & C. O assentamento desses trilhos começou no dia 8 de Dezembro, desde o "Porto João Marques" (onde hoje ora se acha o edificio do "Centro Operario") até a estação inicial, que era no local onde está o Grupo Escolar da cidade, na extensão de 780 metros ao longo da rua 25 de Março. A inauguração da primeira locomotiva de serviço, denominada "Itapemirim", teve lugar a 6 de Janeiro de 1887.

No dia 16 de Setembro de 1887, ás 10 horas da manhã, em presença do Dr. Antonio Leite Ribeiro de Almeida, presidente desta provincia, e comitiva, grande numero de pessoas do povo e autoridades, teve lugar a benção do trem inaugural, ministrada pelo vigario Padre Sampaio Mello. O comboio festivo e empavezado, repleto de pessoas, seguiu até Pombal (hoje Reeve), sendo aclamado pelas populações; de volta a Mattosinhos, seguiu para Castello, regressando á noite para esta cidade, ainda sob as expansões alegres dos excursionistas.

Funcionaram na construção da estrada os engenheiros Figueiredo, Praxedes, Rodolpho H. Baptista, chefiados por Hermann Schindler, engenheiro allemão. No dia seguinte (17) o Presidente regressou pelo

Itapemirim, pernottando na Fazenda do Ouvidor do Sul, do Coronel José Gomes Pinheiro, onde foi fidalgamente acolhido.

Era inspector das Obras Publicas o engenheiro fiscal dessa Estrada o Dr. Gabriel Emilio da Costa.

A Estrada pertencia á Companhia de Navegação Espirito Santo e Caravellas e era presidente da sua Directoria o Visconde de Mattosinhos, grande capitalista do Rio de Janeiro. O Contracto da construcção foi celebrado com o Governo da Provincia em 25 de Fevereiro de 1882 e 15 de Março de 1883.

Altitude da Estrada em Cachoeiro: 34 metros. Em Alegre: 173,60. Em Castello: 123 metros. (1) Foi a primeira via-ferrea da provincia.

Pontes — A Ponte municipal que liga os dous lados da cidade foi inaugurada no dia 11 de Junho de 1887. O acto foi presidido pelo cidadão Carlos Bernardino Maciel, que se achava na presidencia da Camara.

A ponte sobre o ribeirão Amarello, que atravessa a rua 25 de Março, foi construida em 1899 pela Camara Municipal, sendo presidente Bernardo Horta, fiscal Dr. Calazans Mello e constructor Narciso V. Rodrigues.

Casa de Camara e Cadêa — A's 5 horas da tarde do dia 29 de Junho de 1887 teve lugar o assentamento da pedra fundamental desse edificio. As obras começaram em 16 de Novembro desse anno pela firma constructora Machado, Menezes & Azevedo, e só foram concluídas pelos fins do anno seguinte, porque ainda a 5 de Agosto de 1888 aqui esteve o inspector das Obras Publicas a examinar as obras em construcção.

Escolas e Bibliotheca — Auto do assentamento da primeira pedra para a construcção do edificio destinado ás escolas primarias desta Villa e ao Gremio Bibliothecario Cachoeirense.

Aos 6 dias do mez de Janeiro do anno de 1887, nesta villa de Cachoeiro do Itapemirim, provincia do Espirito Santo, sendo Presidente da Provincia o Exm. Sr. Desembargador Antonio Joaquim Rodrigues, chefe de Policia o Dr. Francisco Rodrigues Sette, Inspector Geral da Instrucção Publica o Conselheiro J.

(1) Relatorios, 7 de Fevereiro 1886.

M. N. de Azambuja, Inspector Geral das Obras Publicas o Dr. Gabriel Emilio da Cosa, Engenheiro, Delegado Litterario o Rev. Padre Manoel Leite de Sampaio Mello, Juiz de Direito interino da Comarca o Dr. Gregorio Magno Borges da Fonseca, Juiz Municipal supplente, em exercicio, o Dr. Luiz Siqueira da Silva Lima, Promotor Publico Wasnington Pinheiro Meirelles, 1º Juiz de Paz do Districto desta Villa, o Dr. Manoel Leite de Novaes Mello, Delegado de Policia, Americo A. Coutinho e Silva, Presidente da Camara Municipal, o Dr. Gil D. Goulart; Directores do Gremio Bibliothecario Cachoeirense: Dr. Manoel L. de Novaes Mello, Presidente; Dr. Eugenio Pires de Amorim, Vice-Presidente; Dr. Antonio Gomes Aguirre, 1º Secretario; Francisco Marrero Guardia 2º dito; João Marques de Carvalho Braga Thesoureiro; Antonio da Rosa Carvalho Machado, Bibliothecario; ao meio dia, achando-se reunidas as autoridades e os cidadãos convidados pela Directoria do Gremio para assistirem á solemnidade do assentamento da primeira pedra do edificio para escolas e para o Gremio Bibliothecario Cachoeirense, á rua 25 de Março, conforme a planta organizada pelo Dr. Rodolpho Henrique Baptista, Engenheiro Civil, Fiscal da Estrada de Ferro em construcção e representante da Companhia de Navegação e Estrada de Ferro Espirito Santo e Caravellas, procedeu o Rev. Sampaio e Mello ao benzimento da pedra fundamental depois do que foi ella conduzida e collocada na cava aberta para os alicerces do mesmo edificio e foi lido pelo 1º Secretario do Gremio o presente Alto que vae assignado pelas autoridades e pessoas presentes que o queiram fazer. E, para constar, eu, Dr. Antonio Gomes Aguirre, 1º Secretario do Gremio, lavrei este auto em duplicata, afim de ser um dos exemplares depositado no Archivo do mesmo Gremio. (Seguem-se as assignaturas).

Grupo Escolar Bernardino Monteiro — Foi installado no dia 15 de Fevereiro de 1913 com a presença do Presidente Dr. Jeronymo Monteiro, Senador Bernardino Monteiro, presentes tambem os representantes do Congresso, do Municipio, orgão da Justiça Publica, professorado e outras pessoas de destaque social.

“Club Republicano de Cachoeiro de Itapemirim”
— Foi fundado em 24 de Maio de 1887. Foi o primeiro

da Provincia. A Directoria do Club ficou composta dos cidadãos Dr. Joaquim Amorim, Presidente; Dr. Antonio Aguirre, Secretario; João de Loyola, Sub-Secretario; Henrique Wanderley, Thesoureiro; estiveram presentes 17 cidadãos. O Club foi inspiração de Bernardo H. de Araujo.

Estação da Leopoldina Railway — Por Decreto n. 2.898, de 9 de Maio de 1898, ficou a Companhia Leopoldina autorizada a construir a linha de Santo Eduardo a esta cidade.

A 25 de Julho de 1903, ás 3 horas da tarde, fez a sua entrada nesta cidade o trem inaugural, da Leopoldina Railway, conduzindo o Dr. Lauro Muller, Ministro da Viação, (Governo Rodrigues Alves), e sua comitiva, tendo chegado na vespera, vindo pelo interior, o Presidente do Estado, Dr. Moniz Freire. Da comitiva do Ministro faziam parte o Dr. Francisco de Sá, Dr. Nilo Peçanha, Dr. Galvão Baptista, Dr. Pereira Nunes, Dr. Bricio Filho e outros. A imprensa do Rio mandou os seus representantes. O “Cachoeirano” de 31, descreve detalhadamente as ceremonias e festas realizadas por este notavel acontecimento.

A Estação inaugurou-se com o nome de “Moniz Freire”.

Camara Municipal — Em 1 de Novembro de 1903 inaugurou-se o edificio da Camara Municipal desta cidade, cujo acto realizou-se em sessão solemne á 1 e meia hora da tarde, com a presença dos Vereadores, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, Marcondes Alves de Souza, Antonio da Rosa Carvalho Machado, José Alves Rangel, Francisco Gomes Pinheiro e Netto Serra.

A este acto estiveram presentes as principaes familias da cidade e arredores, representantes da autoridade local, commercio, lavoura, imprensa e muito povo. No mesmo dia inaugurou-se a luz electrica da cidade, estando tambem presente o engenheiro installador, Adolf von Langerk, allemão, representante da firma Siemens & Holske.

Representou Bernardo Horta o propugnador destes melhoramentos, o seu tio, Dr. Luiz Siqueira da Silva Lima. Entre as numerosas assignaturas no livro da Acta, encontra-se a do autor destas chronicas,

foram inaugurados no dia 27 de Junho de 1910.

A's 7 horas da manhã desse dia fez a sua entrada.

Ponte da Leopoldina — A grande ponte de ferro e o trecho de linha que liga Cachoeiro a Mathilde, na Estação o comboio presidencial que conduzia o Dr. Nilo Peçanha, Presidente da Republica e sua comitiva, composta do Dr. Francisco Sá, Ministro da Viação General Dantas Barreto, Dr. Ignacio Tosta, representantes da imprensa carioca e campista, sendo ao saltarem, saudados e recebidos por uma commissão de Vereadores Municipaes. A's 9 horas e 10 minutos o comboio aproximou-se da cabeça da ponte e o Presidente da Republica cortou o cordão entretecido de fitas das cores brasileiras e inglezas, que interceptava a entrada da machina.

Estiveram tambem nesta cidade, os Senadores Dr. Moniz Freire e Dr. João Luiz Alves. Era Presidente da Camara desta cidade, o Coronel Marcondes Alves, de Souza.

O Presidente da Republica seguiu para Victoria em visita ao Dr. Jeronymo Monteiro, Presidente do Estado, e voltou a 29 para o Rio.

Banco Hypothecario — A agencia succursal nesta cidade, do Banco Hypothecario e A. do Espirito Santo, foi inaugurada no dia 6 de Março de 1912, no Paço da Camara Municipal, por não estar ainda concluido o edificio proprio, á Praça Jeronymo Monteiro.

Imprensa — O primeiro jornal que veio á luz nesta cidade, foi o “Estandarte”, em 1868, dirigido pelo Capitão Basilio Carvalho Daemon. Este jornal appareceu em 1866, sob o titulo “Itabira” e pouco duração teve. Surgio depois, em 7 de Janeiro de 1877, o “Cachoeirano”, de propriedade do cidadão Luiz de Loyola e Silva. O jornal devia sahir no dia 1º de Janeiro desse anno, mas devido a difficuldades que surgiram na occasião, o seu primeiro numero só poude apparecer naquelle dia. Existe ainda hoje, tendo passado muitas reformas e diversos proprietarios. Outros jornaes appareceram depois, e extinguiram-se após alguns annos de lutas, pois que todos eram órgãos politicos.

Distancias — Cachoeiro está distante:

Do mar (Itapemirim)	42 kilometros
Da Capital do Estado	161 ”
Do Rio de Janeiro	438 ”
Do Alegre	63 ”
De Santa Luzia	140 ”
De Campos	164 ”
De Castello	38 ”
De Conceição do Castello	72 ”
De S. Felipe	20 ”
De Virginia	55 ”
De Rio Novo	18 ”
De Muquy	40 ”

Estradas — Não possui ainda, o município, estradas de rodagem, mas, a não serem os maus caminhos vicinaes, são no geral boas as condições das estradas que cruzam os districtos, salvo nas occasiões de grandes chuvas.

Telegraphos e Correios — Dispõe de uma boa Estação telegraphica muito bem montada, prestando ao publico serviço irreprehensivel. A primeira Estação da cidade foi inaugurada no dia 10 de Setembro de 1889, sendo o seu primeiro telegraphista o cidadão José Augusto da Silva, tendo sido montada e installada pelo projecto funcionario hoje aposentado, e aqui residente, Capitão Manoel Rocha Pereira, então telegraphista da villa do Itapemirim.

A primeira Agencia do Correio nesta cidade foi creada em 1859 e foi seu primeiro agente o cidadão Pedro Teixeira Duarte, fazendo o serviço de estafeta, José Francisco Mathias. De principio o serviço era feito numa czinha fronteira á ponte municipal, que nesse tempo não existia; passou depois, a agencia a funcionar na casa que é hoje propriedade de Manoel Nunes Machado.

Foi o Dr. Marcellino de Assis Tostes o que mais se empenhou para a inauguração do telegrapho nesta cidade e prova disto é o officio que achamos dever reproduzir como documento historico.

Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Directoria de Obras Publicas — N. 11.
Rio, 6 de Outubro de 1881.

Illm. Exm. Sr.

Tendo ha tempos os habitantes da Villa de Guarapary e Cachoeiro de Itapemirim offerecido auxilios pecuniarios para o estabelecimento das estações telegraphicas que então solicitaram para as mesmas vilas, haja V. Ex. de inormar qual a importancia desses auxilios, afim de poder este Ministerio resolver sobre a criação de taes estações conforme novamente solicita V. Ex. em officio de 23 de Agosto ultimo.

Deus Guarde á V. Ex.
PEDRO LUIZ PEREIRA DE SOUZA.

Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

Instrução Publica — E’ este um capitulo que assignalamos com satisfação pelo grande numero de postos de diffusão do ensino, condensados em tão restricto circulo de população.

Tem a cidade uma bibliotheca regular possuidora de algumas obras de valor, que se abre todas as noites á frequencia publica. Está installada em um dos salões do pavimento terreo do edificio da Loja Maçonica Fraternidade e Luz, em outro do qual funciona uma escola nocturna para meninos pobres, dirigida por professor competente e ás expensas da Loja que presta assim relevante serviço ás classes mais modestas da população.

Reclama especial destaque o disvelo verdadeiramente christão que vem dedicando aos menos favorecidos da fortuna, a Associação Espirita Beneficente Instructiva, desde ha annos existente nesta cidade.

A Associação mantem duas escolas gratuitas, onde se ministra a instrução primaria a centenas de creanças de todas as condições sociaes, supprindo ainda de livros e até de roupas, aos alumnos necessitados.

Sustenta ainda um pequeno albergue nocturno e dentro em breves tempos pretende inaugurar um grupo de cazinhas hygienicas, e de aluguel barato para o operariado de recursos modestos.

Tem tambem sob a sua dilecção a **Liga Contra o Analphabetismo**, que mantem escolas publicas gratuitas. Todo esse trabalho e accionado pelo dedicado cidadão, Jeronymo Ribeiro.

Na praça central da cidade ergue-se o vistoso edificio do grupo Escolar “Bernardimo Monteiro”, onde recebem instrucção sob os modernos methods, innumerous alumnos de ambos os sexos com admiravel aproveitamento.

E' estabelecimento do governo do Estado que ainda mantem escolas isoladas em bairros mais afastados do centro, para facilitar a diffusão do ensino.

Escolas Municipaes — São mantidos oito escolas, sendo destas, tres mixtas. Nessas escolas matricularam-se 248 alumnos, tendo sido de 1.740 a frequencia média do anno lectivo de 1917.

O quadro a seguir demonstra o numero e a média de frequencia de todas as escolas funcionando na cidade, e de alumnos, no fim do anno passado.

Depois dessas, mais duas foram creadas nos districtos.

No exercicio de 1917, quando estas notas foram colhidas, existiam os seguintes nucleos de ensino primario na cidade:

	Matri- culados-	Fre- quencia
1 Grupo Escolar Bernardino Monteiro. .	200	177
2 Escola isolada.	39	29
3 Loja Maçonica.	54	41
4 Atheneu Brasil.	31	28
5 Collegio Americano.	30	30
6 Collegio da Sagrada Familia.	63	56
7 Palmyra Ribeiro.	29	27
8 Lucilia Ribeiro.	30	27
9 Amelia Rosario.	25	20
10 Associação Espirita.	193	86
11 Liga Contra o Analphabetismo (Esp.)	86	74
12 Collegio Parochial S. José.	56	49
	<hr/>	<hr/>
	836	644

Verifica-se pelo exposto a differença de 23% entre as matriculas e a frequencia, mas pôde se affirmar

que é toda occasional essa porcentagem que commumente regula de 12 a 15 por cento.

Para unia população urbana computada em 7.000 almas e calculada a sua quarta parte em creanças, verifica-se que desta, apenas tres oitavas partes mais ou menos frequentam as escolas o que ainda assim é assáz lisongeiro porque, á parte a creança que ainda não tem a idade escolar, ha um consideravel numero de meninos, principalmente nos bairros extremos da cidade, população infantil extraordinariamente crescente, que está a reclamar escolas todos os dias.

Iluminação publica — Do estabelecimento e fornecimento de luz electrica á cidade, foi encarregado o Engenheiro Antonio Gonçalves Neves que, tendo celebrado o contracto em Janeiro de 1903 pouco se demorou na execução desse trabalho, officinando em 23 de Setembro do mesmo anno á Camara Municipal para que marcasse o dia 1 de Novembro para a inauguração do serviço.

Vistoriada e approvada toda a installação, foi o serviço inaugurado nessa data, alto que se revestio da maior solemnidade e teve lugar no salão nobre da Camara Municipal, cujo palacete, que é o actual, foi tambem inaugurado nesse dia. Presidio e dirigio ostrabalhos da installação um technico allemão, de uma importante casa do Rio de Janeiro. A usina productora de energia electrica está muito bem localizada na aprazivel Ilha da Luz, sobre o rio Itapemirim, ponto de passeios e convescotes das familias da cidade.

A acta da inauguração desse importante melhoramento lavrada na occasião, foi assignada por grande numero de pessoas da cidade e de municipios vizinhos, assignando-a tambem o autor deste trabalho. Arêde de illuminação é augmentada todos os annos e segundo o relatorio do anterior Prefeito, o consumo produzio a renda de 19:536\$000, excedida na previsão orçamentaria.

Estrada da Barra á Cachoeiro — A 18 de Novembro deste anno (1919), chegou a esta cidade em excursão pelo sul do Estado o Presidente Dr. Bernardino Monteiro.

Acompanhado de numerosa comitiva dirigio-se no dia seguinte ao Municipio do Itapemirim e procedeu á cerimonia da posse official da Usina Paineiras, em virtude da encampação feita pelo Governo do Estado, do Banco Hypothecario e Agricola com todas as suas propriedades.

Nessa occasião tambem procedeu-se á inauguração dos trabalhos da construcção da estrada de Paineiras a Cachoeiro, sendo batida a estaca inicial, pelo Ex. Presidente. Os trabalhos foram entregues á direcção do Sr. Alfredo Couto Teixeira.

MORTALIDADE EM 1917

(Quadro demographo-sanitario)

IDADES	MOLESTIAS	
12, 26, 46, 34, 27, 40, 29, 37, 55, 40, 36, 60, 24, 29, 22, 32, 40, 22, 23, 1 e 30	Tuberculose pulmonar Edema pulmonar. . .	22
9, 18, 50, 52, 15 mezes, 2 annos, 14 mezes, 40, 14 mezes, 15 mezes, 5 mezes 18 mezes, 84 annos, 15 mezes, 2 annos, 2, 10, 11 e 6 mezes.	Infecções gastro-intestinais e enterites. . .	19
82, 77, 76, 80, 60, 80, e 75. . . .	Arterio sclerose.	7
2, 2, 8, 50, 13 e 17.	Grippes e infecções intestinaes.	6
59, 55, 27, 65, 75 e 47.	Simcopes, card., insuf. card. e lesões do coração.	6
22, 30, 43, 30 e 37.	Nephrytes.	5
30, 3, 2, 54 dias.	Meningo e meningite. .	4
9 mezes, 23, 46, 33, 45, 30, 7, 14, 23, 28 e 38.	Esmagamentos, traumatismos e tetanos. . .	11
100, 85, 90, 100, 90, 85, 80, 80 e 101.	Caxexia senil, marasmos, erysipela da face.	9
9, 3, 2, 7 mezes, 18 dias, 18, 34 e 10.	Bronchites e app. respiratorio.	8
11, 57, 27 e 38.	Impaludismo, cirrhose do figado.	4
18 e 50.	Febre typhoide.	2
40, 6 e 3 mezes.	Angina do peito e angina dyphteria. . . .	3
45, 38 e 27.	Ferim. arma de fogo.	3
80, 35, 49 e 59.	Hemorrhagia cerebral	4

MORTALIDADE EM 1917

(Quadro demographo-sanitario)

(CONTINUAÇÃO)

IDADES	MOLESTIAS
60 annos, septicemia, 35 febre puer., 26 anemia perniciososa, 10 anquilostomiase, 35 volvo, 70 septicemia, 37 accesso pern., 50 insuff. mitral, 7 dias etano, 60 inanição, 2 vermiose, 50 syphiliscerebr., 66 erysipela, 4 asphixia por submer., 50, myelite syphil., 19 mezes, coqueluche, 13 embolia, 17 dias, debilidade congenita, 9, hepatite aguda, 13, tetano, 40, syphilis, 35, syphilis, 29, impaludismo, 50, opilação.....	Diversas.....
66 annos, 1, 50, 43, 8 mezes, 50, 40, 60, 15 mezes, 29, 12 horas, 14 mezes, 63, 38, 75, 30 dias, 17 mezes, 18 mezes, 0, 7, 3, 49, 55, 60, 14 mezes, 12, 65, 1 mez, 9, 16, 65, 1, 30 dias, 30, 8, 7 mezes, 45, 19, 6, 38, 3 mezes, 7 dias, 2, 58, 9 mezes, 50, 21, 2 mezes, 8, 1 e 14 mezes..	Não especificadas... Total.....
	188

*Em branco conforme livro original.

Dos tuberculosos, deduz-se, vindos da Barra do Itapemirim, Rio Novo, Alegre, Paineiras, Muquy, Castello e um de Minas.....	10
Dos macrobios apenas não eram moradores da cidade.....	3
Nos obbitos sem designação de causa-mortis, figuram creanças, entre horas, dias e mezes de nascidas.....	19
Dos entre 2 a 19 annos, figuram.....	10
Outras molestias ahí mencionadas, inclusive tres accidentes, mataram mais 26 meninos, o que eleva a mortalidade das creanças, sendo alguns de fóra, a.....	68

Infelizmente no quadro nosologico da mortalidade da cidade, é a tuberculose que guarda a primeira linha; mas entrando o contingente dos 10 vindos de fóra, não parece que seja de assombrar a porcentagem que nos fica.

Peor, muito pesar, são as infecções gastro-intestinaes que dizimam grande numero de creanças desde a mais tenra idade, e muitos meninos. Mas, felizmente, os registros de nascimentos accusam uma porcentagem muito animadora sobre os que morrem, como vamos ver.

Casamentos — Nos registros officiaes foram lavrados os seguintes actos:

Em 1916 casaram-se.....	46
Em 1917 casaram-se.....	57
Em 1918 casaram-se.....	29

132

Convem ficar esclarecido que esses 132 casamentos foram os realizados nesta cidade, séde municipal; a esse numero, portanto, teremos que addcionar os effectuados nos outros quatro districtos, cada um dos quaes póde entrar com o contingente superior a um terço.

Sorprehende, nessa demonstração, a differença dos enlaces realizados em 1918. Acreditamos não errar, attribuindo essa diminuição aos fortes embaraços creados pela invasão nesse anno, da terrivel

*Em branco conforme livro original.

pandemia, a — influenza hespanhola—, que tão cruelmente flagelou todos os povos da terra.

Nascimentos — Num raio de duas léguas da cidade de Cachoeiro, que comprehende Mattosinhos, Ponte de S. Felipe, Frade e Fazenda União, fizeram-se as seguintes inscrições:

Em 1916:

Nos dias da lei.....	236	creanças
De annos anteriores.....	37	”

Em 1917:

Nos dias da lei.....	280	”
De annos anteriores.....	245	”

Em 1918:

Nos dias da lei.....	263	”
De annos anteriores.....	48	”

Segundo o que nos asseverou o official do registro, mais do dobro desse numero não se apresentou a essa obrigação legal.

Clima — Póde-se, sem fugir da verdade, asseverar que Cachoeiro do Itapemirim é uma cidade saluberrima, embora nas épocas de verão se verifiquem temperaturas bastante elevadas. Mesmo nessas épocas de mais forte canicula, as tardes são suaves e brandas, devido as virações que sobem rio acima, vindas do mar.

Pelo inverno goza-se de temperaturas agradabilissimas, tendo-se mesmo dias e noites de frio bastante sensivel.

Pode-se determinar as temperaturas maxima e minima de verão em 34° e 24° e de inverno em 14° e 23°. No anno passado (1917) verificou-se em todo o sul do Estado a depressão thermometrica que chegou a marcar 11° e 12° centigrados em noites successivas.

O mesmo phenomeno occorreu este anno com dobrado rigor, pois, o frio principalmente durante o mez de Agosto marcou em muitos logares 10°.

Nas regiões altas, do municipio, Pindobas, Conceição do Castello e outras, a temperatura baixou a 0°, o que aliás não é raro por aquellas alturas. Segundo observações, é esta a média annual das temperaturas, em relação á nossa cidade:

Cachoeiro, 23,6. Rio, 23,0. Victoria 23,4, centigrados.

O municipio não é devastado por essas endemias que são tradicionaes em algumas regiões do paiz.

Todo o *hinterland* espirito santense é habitado por uma população forte e sadia, mas como por toda a parte, ha zonas periodicamente atacadas do flagello do impaludismo, sob as suas varias modalidades clinicas, muitas vezes motivado pelo invencivel ronceirismo fatalista das populações roceiras.

Agua e mercado de carnes — Tem a cidade abundancia d'agua. Embora ainda imperfeitos a captação, e o funcionamento do respectivo deposito, todavia é raro a falta do precioso liquido. Dentro em breve terão desaparecidos esses defeitos, com a reforma que se pretende pôr em pratica. Em 1917 o imposto cobrado accusou a cifra de 9:531\$800.

A Prefeitura mantem um mercado de carnes para o supprimento da cidade, perfeitamente decente e limpo como exige a hygiene e a natureza do negocio. O consumo deste producto alimenticio, é sensivelmente crescente e o imposto cobrado no exercicio passado produziu 6:843\$840.

Jardim Publico — O pequeno mas bem cuidado logradouro publico que embelleza a Praça Jeronymo Monteiro, em frente ao Grupo Escolar, é um agradável ponto de reunião aos domingos, da população. Na Praça ha ainda a notar-se artistico coreto onde se faz ouvir a excellente banda musical da cidade, nos dias festivos.

Loja Maçonica Fraternidade e Luz — Foi inaugurada no dia 6 de Setembro de 1898.

Presentes á cerimonia e tendo assignado a respectiva Acta, acharão-se os cidadãos Joaquim Ayres, 33°, Dr. Julio Pereira Leite 30°, Angelo Maria Mignoni 30°, Oscar Barauna 18°, José Lopes de Abreu 18°. Francisco Brandi 3°, Luiz Rizzo 18°. José Calasans 18°, Manoel Nunes Machado 3°. O bello e solido edificio da

Loja foi, construído pelo artista portuguez José Mendes, segundo planta do engenheiro José Calasans.

Essa util instituição vem desde ha muito mantendo uma aula nocturna para meninos pobres, muito frequentada. Num dossalões do seu pavimento terreo está installada a bibliotheca publica do antigo “Gremio Cachoeirense”.

Bibliotheca “Gremio Cachoeirense” — Foi fundada em 10 de Junho de 1883 e installada no dia 1º de Julho do mesmo anno, lavrando-se a seguinte acta que reproduzimos na integra:

Acta da primeira sessão, em 10 de Junho de 1883.

Aos 10 dias do mez de Junho de 1883, reunidos em casa do cidadão João de Loyola e Silva, os cidadãos Dr. Deolindo José Vieira Maciel, Dr. Eugenio Pires de Amorim, Pharmaceutico Bernardo Horta de Araujo, Octavio Pinheiro ide Souza Werneck, João de Loyola e Silva, Diogo Pires de Amorim, Francisco Aurelio Côrte Imperial, Joaquim Ayres, Carlos do Carmo e Oliveira, e Emilio Nunes Leão, deliberaram fundar uma sociedade bibliothecaria nesta villa, com o nome de Gremio Cachoeirense, afim de adquirirem livros instructivos e recreativos; e tambem logo que os recursos pecuniarios da sociedade comportassem, abrir aulas nocturnas. O cidadão João de Loyola e Silva expoz os fins, a utilidade e a necessidade que havia de uma tal instituição nesta villa e em seguida propoz que presidisse interinamente a reunião o Dr. Deolindo José Vieira Maciel e Emilio Nunes Leão, para Secretario, os quaes foram aceitos unanimemente.

Em seguida procedeu-se á votação por escrutinio secreto para a commissão de confecção dos Estatutos, e sahiram eleitos os cidadãos Dr. Eugenio Pires de Amorim, Bernardo Horta de Araujo, ambos com nove votos e João de Loyola e Silva com sete. O Sr. Presidente marcou o dia quatorze do corrente para a commissão apresentar o projecto dos Estatutos e começar a discussão dos mesmos e deu por finda esta primeira reunião, mandando lavar esta acta em que assigno. E eu Emilio Nunes Leão, Secretario, a escrevi. Deolindo J. Vieira Maciel, Presidente. — Emilio Nunes Leão, Secretario.

Em Setembro de 1884 o Instituto Historico Geographico Brasileiro, offereceu ao Gremio a collecção

da sua Revista Trimensal, sob a condição de, no caso da extincção da sociedade, ser entregue a dita collecção á Camara Municipal da cidade.

A bibliotheca pertenceu ao Gremio, de 10 de Junho de 1883 até 24 de Junho de 1908, época em que encorporou-se á Loja Fraternidade e Luz.

Em 1867 (7 de Setembro) já havia sido fundada nesta villa uma sociedade litteraria, sob a denominação de . “Tirocinio Litterario” que se compunha de bachareis, negociantes e fazendeiros. Apenas durou tres annos porque á sua existencia se oppunham elementos contrarios.

As aulas nocturnas do Gremio começaram a funcionar com matricula franca de 4 de Fevereiro por deante (1885).

Associação de Beneficencia Cachoeirense — Foi fundada esta utilissima associação e o seu hospital, em 27 de Janeiro do anno de 1900 e approvados os seus estatutos em sessão de Assembléa Geral de 18 de Fevereiro do mesmo anno. A sua primeira Directoria compunha-se dos seguintes cidadãos: Dr. Raulino Francisco de Oliveira, medico, Presidente; José Calazans de Mello Rocha, Vice-Presidente; Joaquim Ribeiro Pinto Souza, 1º Secretario; Argeu Pinto dos Santos, 2º Secretario; Manoel Gonçalves Sampaio, Thesoureiro; Narciso Vieira Rodrigues, Procurador.

Em 20 de Maio de 1894, seis annos antes, já um grupo de homens bem qualificados desta cidade fizera espalhar cartas-circulares convidando ás pessoas de boa vontade a comparecerem no dia 4 de Junho em o Paço do Governo Municipal para se deliberar sobre os meios da fundação e manutenção de uma casa de caridade. Assignaram esse documento os cidadãos Dr. Raulino de Oliveira, Dr. Luiz Siqueira da Silva Lima, Francisco Marques y Guardia, Samuel Levy, Padre Angelo Passarelli, Bernardo Horta de Araujo, João Baptista Piquet, Joaquim Manoel Martins Ayres.

Destes, ao traçarmos estas linhas, sómente o terceiro e o ultimo ainda são vivos.

Apezar das difficuldades de ordem material que vêm entravando o desenvolvimento dessa instituição benemerita, a planta vae vingando e crescendo, porque graças ao concurso publico, cada dia mais uma

pedra é ajustada ao edificio do futuro, sob tão bons auspicios inaugurado.

O patrimonio da Associação consta da casa que serve de hospital, o Pavilhão destinado aos tuberculosos, a casa que serve de Necroterio, os terrenos onde estão edificados esses immoveis, uma casa á rua Moreira, nesta cidade, terrenos á rua 15 de Novembro, e está sendo augmentado com a casa destinada a residencia das Irmãs de Caridade, um novo e amplo hospital mais bem dotado das exigencias da moderna hygiene hospitalar.

Deve presentemente contar uns 60 socios contribuintes. Mantem um hospital com a média de 20 enfermos.

Tem de auxilio: Quota das loterias que dá annualmente 8 e 9 contos. Subvenção do Governo do Estado, 3:000\$000. Idem da Prefeitura Municipal, 1:800\$000. Idem da Prefeitura do Alegre, 400\$000. Conta-se além disso com a caridade publica, que contribue muito effcazmente para a manutenção do hospital.

LIMITES

Os limites do municipio ficaram definitivamente estabelecidos com a Lei nº 753, que revoga a nº 713 de, 5 de Dezembro de 1910, approvados os accôrdos firmados entre este municipio e o do Esp. Santo do Rio Pardo.

Pelo CASTELLO — O municipio do Cachoeiro de Itapemirim, limita-se com o do Espirito Santo do Rio Pardo, no Districto da Conceição do Castello, no lugar denominado Tres Barras, comprehendendo o ribeirão Santo Amaro e suas vertentes, que pertenceram ao municipio do Espirito Santo.

Rio Novo — O municipio do Cachoeiro do Itapemirim limita-se com o do Rio Novo por uma linha tirada da fazenda do finado Manoel Francisco Pinheiro Lobo, na margem do Rio Novo, seguido pelo mesmo rio até encontrar a Barra do Ribeirão Concordia; sóbe este ribeirão até os altos da serra da Concordia, seguindo dahi para deante sempre pelo espigão, até encontrar as divisas do Municipio de Alfredo Chaves.

ALEGRE — O municipio do Cachoeiro do Itape-

mirim limita-se: A) Com o Alegre, pelo rumo de oeste da fazenda do Bananal, do modo a pertencer ao Cachoeiro de Itapemirim, todo o territorio das duas vertentes do rio Itapemirim, do lugar onde passar aquelle rumo para baixo.

ALFREDO CHAVES — B) Com o de Alfredo Chaves, com o espigão divisor das aguas do rio Benevente, desde o encontro dos limites do municipio de Santa Izabel até o encontro dos limites do municipio do Rio Novo. Palacio do Governo do Espirito Santo, em 15 de Julho de 1911. — *Jeronymo Monteiro.*

LEI N. 25

De 16 de Dezembro de 1886, sendo Presidente da Provincia o Desembargador Antonio Joaquim Rodrigues.

ITAPEMIRIM — Art. 1º Fica alterada a divisa entre as freguezias de N. Senhora do Amparo do Itapemirim e a de S. Pedro do Cachoeiro do Itapemirim, pelo seguinte modo:

Paragrapho unico — A divisa que era na Cachoeira do Peixe fica sendo d'ora em diante no Rio Preto até o lugar Cajú, e dahi em busca das vertentes da Agua Preta, vindo terminar na fazenda União, propriedade do Capitão Bento José da Rocha, a qual fica pertencendo á freguezia de S. Pedro do Cachoeiro.

Municipio — Acta da Installação da Camara Municipal desta Villa de Cachoeiro de Itapemirim. Aos 25 dias do mez de Março de 1867, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio, achando-se presentes os Vereadores Coronel Francisco X. Monteiro Nogueira da Gama, Major Misael Ferreira de Paiva, Dr. Antonio Pinto Coelho, Joaquim Antonio de Oliveira Seabra, Capitão Francisco de Souza Monteiro, Capitão José Vieira Machado, e Capitão Pedro Dias do Prado. O Presidente abriu a sessão e em um discurso agradeceu em nome da Camara ao Presidente da Camara do Itapemirim a posse que acabava de dar aos Vereadores desta Comarca e a Commissão encarregada dos preparos necessarios para a conclusão da casa desta mesma Camara pelo zelo que haviam nisto manifestado; finalizando, dando os vivas do estylo que foram enthusiasticamente correspondidos, e assim encerrou a presente sessão. Eu, Secretario inte-

rino, para constar, lavrei a presente acta. Joaquim Antonio de Oliveira Seabra, Presidente; Francisco Xavier Monteiro Nogueira da Gama; José Vieira Machado, Misael Ferreira de Paiva, Pedro Dias do Prado, Antonio Olintho Pinto Coelho, Francisco de Souza Monteiro, Joaquim Antonio de Oliveira Seabra.

Nesse tempo eram os districtos: S. Pedro do Cachoeiro, (sége); S. Pedro de Alcantara do Rio Pardo, N. S. da Penha do Alegre, S. Pedro do Itabapoana, São José do Calçado, N. S. da Conceição do Aldeamento Imperial Affonsino.

Lei n. 826, de 22 de Outubro de 1912. Crea o Municipio de S. João do Muquy. (Governo do Coronel Marcondes Alves de Souza).

Art. 1.º Fica desannexado do municipio de Cachoeiro de Itapemirim o districto de S. João do Muquy e creado o municipio de S. João do Muquy com séde na povoação do mesmo nome, que fica elevada á cathegoria de Villa.

Art. 2.º O município terá os limites seguintes: Ao norte, a partir da serra denominada Panorama a linha segue pela cordilheira, que divide as aguas do rio Muquy com as da Valla do Souza, até a serra do Desengano, incluindo os terrenos de propriedade de Altino Dias da Rosa; a este, segue pela serra que divide as aguas do Corrego Desengano com as de S. Felipe, até a ponte da Estrada de Ferro Leopoldina sobre o rio Muquy, acima da fazenda denominada Santa Clara; dahi seguindo pela serra que divide as aguas do rio Muquy com as do Sumidouro, descendo até á Cachoeira desse rio, no lugar denominado Sumidouro, o atravessa e sóbe para as vertentes da margem direita, ficando incluídas todas as propriedades existentes nesse rio e seus affluentes desse ponto até ás cabeceiras; do sul segue pela serra que divide as aguas do Sumidouro Taquarassú com as de Torres e Palmeiras, até a serra das cabeceiras do corrego Taquarussú; ao oeste, segue a partir das cabeceiras do corrego Taquarussú, limitando-se pela serra que separa as aguas do Muquy das do Corrego Santa Maria, continuando em linha recta até alcançar o corrego do Palmital e dahi subindo até a serra da Pedra Negra, nos limites com a fazenda da Floresta, seguindo pelos limites desta fazenda até os limites da fazenda de

Francisco Fortunato Ribeiro, dahi alcançando as divisas da fazenda de Fortunato José Ribeiro com a fazenda da Babilonia, seguindo em linha recta até os limites do municipio do Alegre, na fazenda de Fernando José Bastos, continuando em linha recta até a fazenda das Palmeiras, limitrophe com a fazenda Alliança e dahi em linha recta até a serra do Panorama, ficando toda a area coinprehendida dentro dos limites descriptos, pertencentes ao municipio de São João do Muquy.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Acta da installação da Comarca de S. Pedro do Cachoeiro do Itapemirim, creada em virtude da Lei Prov. n.º 9, de 16 de Novembro de 1876.

Aos vinte e cinco dias do mez de Março do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos e setenta e sete, na Regencia de Sua Alteza a Princeza Imperial, em nome de Sua Magestade o Imperador, sendo Ministro da Justiça o Exm. Senhor Conselheiro Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, Presidente desta Provincia o Exm. Senhor Doutor Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama e Juiz de Direito nomeado para esta nova Comarca o Doutor Didimo Agapito da Veiga Junior, nesta Villa de S. Pedro do Cachoeiro de Itapemirim da Provincia do Espirito Santo, em o paço da Camara Municipal da mesma Villa e termo do mesmo nome, á uma hora da tarde, digo Francisco Januarío da Gama Cerqueira, Presidente desta Provincia o Exm. Doutor Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama e Juiz de Direito nomeado para esta nova Comarca o Dr. Didimo Agapito da Veiga Junior, nesta Villa de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim, da Provincia do Espirito Santo, em o paço da Camara Municipal da mesma Villa e termo, á uma hora da tarde, presente o Juiz Municipal deste termo o Doutor Misael Ferreira Penna, na qualidade de Juiz de Direito interino da nova Comarca de São Pedro do Cachoeiro, comnosco escrivães do seu cargo Francisco Fernandes da Silva Lima e Joaquim Jorge da Silva Quintaes, bem como presentes o promotor publico interino desta Comarca, cidadão João Paulo Ferreira Rios, juramentado neste acto na falta do effectivo, o Juiz Municipal supplente em exercicio

Doutor Joaquim Antonio de Oliveira Seabra, e Reverendo Vigario desta freguezia Padre Manuel Leite de Sampaio e Mello, o Collector das Rendas Publicas Custodio Teixeira Maia, o Delegado Litterario da Parochia cidadão Antonio Pereira Soares, o Escrivão da Collectoria Marcolino José da Fonseca, o Curador Geral de Orphãos interino Doutor Manuel Baptista Fluminense, os partidores do Juizo Guilherme Johnston Junior e Joaquim José Pereira Gonçalves, o professor publico desta Villa Domingos Teixeira Maia, o mezario da junta de qualificação, o Tenente Luiz Bernardino da Costa, o escrivão da mesma junta Carlos Bernardino Maciel, o official de Justiça Anacleto Barbosa da Silva, o cabo do deslocamento desta Vila João da Costa e Silva e mais pessoas tambem presentes, que assignam esta acta, declarou aquelle Juiz de Direito interino que segundo a Resolução do Exm. Presidente da Provincia, de 6 de Março do corrente, vinha instalar aquella referida Comarca de São Pedro do Cachoeiro, creada em virtude da Lei Provincial numero nove, de 16 de Novembro de 1876, observando o disposto no Decreto numero 6.491, de 14 de Fevereiro ultimo. Em seguida o dito Juiz, depois de mandar ler as communicações officiaes recebidas a este respeito e ás disposições do citado decreto numero 6.491, de 14 de Fevereiro ultimo, e de designar ao escrivão Francisco Fernandes da Silva Lima para servir interinamente de official de registro geral das hypothecas da nova comarca, segundo o artigo quinto do Regulamento, baixado com o Decreto numero 3.553, de 26 de Abril de 1865, proferio algumas palavras referentes ao acto, concluindo por annunciar que na fórma das leis do Imperio e authoridade de Sua Magestade o Imperador, declarava regularmente instalada essa nova Comarca de S. Pedro de Cachoeiro, tendo por séde a villa do mesmo nome, scientificando por isto a todos os funcçionarios publicos, cidadãos e mais pessoas presentes e ausentes, que segundo as mesmas leis do Imperio e sob as penas delas, assim o entendessem, obedecendo ás novas authoridades constituirias na nova Comarca; do que tudo para constar mandou o mesmo Juiz a cada um de nós Escrivães, por nossa vez lavrar esta acta em ambos os livros das audiencias do Juizo de Direito da nova Comarca, indo ella assignada pelos funcçionarios presentes e mais pessoas que o quizerem fazer, mandando ainda o mesmo Juiz que, extrahin-

do-se desta acta as necessarias cópias, se fizesse as precisas communicacões, do que dou fé. Eu, Joaquim Jorge da Silva Quintaes, escrivão, o escrevi. Misael Ferreira Penna, João Paulo Ferreira Rios, Joaquim Antonio de Oliveira Seabra, Manoel Leite de Sampaio Mello, Custodio Teixeira Maia, Antonio Pereira Soares, Marcolino José da Fonseca, Manoel Baptista Fluminense, Joaquim José Pereira Gonçalves, Guilherme Johnston Junior, Domingos Teixeira Maia, Luiz Bernardino da Costa, Carlos Bernardino Maciel, Anacleto Barbosa da Silva, João da Costa e Silva, Mnoel José de Araujo Machado, João Marques de Carvalho Braga, Teophilo Ferreira Rios, Samuel Levy, Custodio Moreira de Andrade, Camillo Corrêa dos Reis, Luiz Jorge Vidal, Marcolino Antonio da Franca, Candido José Luiz Benvenuti, Manuel da Silva Oliveira, Francisco F. da Silva Lima e Joaquim Jorge da Silva Quintaes.

Superficie do municipio: Tem hoje 3.135.570 kilometros quadrados.

Castello e Conceição do Castello

(DISTRICTOS)

1700

Estes nossos mais importantes districtos municipaes merecem referencias mais detalhadas tanto pelo valor como opulentos centros de produção agricola como por sua movimentada e interessante origem historica.

Só depois de varias investidas de bandos que se aventuravão a penetrar no sertão inhospito roteirando-se pelo curso dos rios em reconhecimento de terras e rebusca de cousas opimas e preciosas, é que forão attingidas as alturas das terras de "Castellos" apontadas pelos indios que de lá provinhão, apresados nos recontros continuos, como sendo habitadas pelo selvicola que por essas paragens demorava em forte nucleo.

Essa gente endurecida nesse genero de vida fazia-se sempre acompanhar desses indios conhecedores dos segredos das mattas e eram de principio mandada pelos donatarios e depois pelos maioraes da governança. Bandos compostos de homens de todos os matizes, dotados mais de instinetos que de idéas, elles é que iam dando aos sitios onde arranchavam e procediam as suas vistorias, as denominações que ainda alguns conservam.

E era por esse motivo e pela fascinação de mil modos exercida, que governos e jesuitas attrahiam os indios ao seu convivio pois delles se havia grande mister para oriental-os na conquista do sertão, para os trabalhos das igrejas e sobre tudo para os trabalhos

da lavoura e amanho das terras cujas noções se lhes iam praticamente ministrando, assegurando-se dest'arte o abastecimento de cereaes num tempo em que a lavoura não era o ideal da gente forasteira que tinha pressa de riquezas e na terra so buscava as pepitas faiscentes.

O problema de incrementar a lavoura e fazer produzir a terra para ter-se os colleiros fartos, era o que mais cuidados dava aos jesuitas que deixavam a catechese aos que, para esse duro e perigoso mister, propendiam evangelicamente.

Parece fora de duvida que foi pelos principios do 18º seculo que começaram a correr as primeiras noticias das minas de ouro do Castello, seguidas do apparecimento das amostras do precioso minerio extrahidas dos sitios Limoeiro, Lavrinhas e flancos da serra do Canudal em terras de Cachoeiro de Itapemirim.

Essas primeiras explorações foram, a consequencia das incursões iniciadas pelos sertões da Capitania pelos bandeiras formadas por grupos de homers arrojados cujos chefes denominavam-se "capitães de entrada" e os quaes gosavam de umas tantas prerogativas, direitos e obrigações que lhes eram outhorçados por leis especiaes.

As ultimas provisões passadas pelo governo de então, datam de 24 e 25 de Janeiro do anno de 1702 aos chefes dessas bandeiras, José Cardoso Coutinho e o Sargento Mór Thomaz Francisco Mendes.

Proseguia activamente a exploração aurifera e crescia a populacao adventicia, quando aos 10 de Novembro de 1710 ordena o Governador Capitão General do Estado do Brasil, D. Lourenço de Almada, ao Capitão Mór Governador desta Capitania, Francisco de Albuquerque Telles, em nome de El-Rei D. João V, a que fizesse suspender e não se continuassem mais os trabalhos de explorações e descobertas de minas de ouro da Capitania e nem se continuassem as estradas para Minas Geraes, punindo-se com o confisco dos bens e o degredo para Angola aos que não obedecessem prestamente.

Não é facil atinar com os motivos que determinaram uma tão violenta medida emanada de um rei faustoso e fradresco, para quem era pouco todo o ouro que se esvaia do Brasil para a metropole, ouro que elle dissipava na pompa das suas igrejas e no rebus-

cado luxo da sua elegante prelazia que brilhava nos paços reaes. (1)

Admitte-se que essa resolução obedecia a suggestões dos jesuitas que cobiçavam a interferencia na direccao e negocio das minas cujos melhores proveitos elles viam entrar para os alforques dos chefes de garimpos que depois tomavam-rumos desconhecidos. E' possivel tambem que se tivesse em vista, por esse meio, sustar o crescente desaparecimento dos braços que esse serviço roubava ao cultivo da terra, o que dava lugar ás vezes, á falta quasi completa dos cereaes destinados á alimentação. Uma e outra podiam ter sido a causa dessa extranha ordem.

O que parece evidente é que, após um prolongado descanso e mesmo na vigencia dessas ordens, os trabalhos de mineração continuaram embora não tão activamente porque assim se explicam, como vamos vêr, os termos do decreto que appareceu logo após a morte de D. João V, que occorreu em 31 de Julho de 1750, em Portugal.

Em resposta ás solicitações e reclamos do commercio dirigidos ao Rei, contra essa medida suspensiva, do Governador, Sua Majestade escreveu directamente aos officiaes da Camara desta Capitania em data de 8 de Setembro de 1713, parecendo ter sido em parte attendido o pedido e continuadas mais tarde, as explorações. E' pelo menos o que se pôde deduzir da outorga da Carta Patente datada de 25 de Agosto de 1751, pela qual era nomeado Capitão de todo o Districto das Minas do Castello, Domingos Correa da Silveira, afim de ali dirigir os bandeirantes e pôr termo ás desordens que irrompiam constantemente entre essas gentes e entre ellas e os indios que faziam mineração nos lugares nomeados Arraial Velho (hoje terras da fazenda Povoação) Caxixe, Salgado, (hoje terras de Monte Libano) Ribeirão do Meio, Crimea, Canudal e outros.

(1) São de um grande historiador, as seguintes palavras:

"O Brasil, que a metropole desprezara, durante seculos, que D. João IV quizera abandonar aos hollandezes; o Brasil que com o proprio esforço se emancipara do jugo estrangeiro, logo depois da emancipação começara a desentranhar-se em ouro e brilhantes, como se, com generosidade fidalga quizesse fazer arrepender Portugal do seu passado desamor, enriquecendo-o como nunca o enriquecera o Oriente. Aqui so diremos que foi o Brasil que especialmente sustentou o luxo magnitente, a prodigalidade louca de D. João V, que pretendeu reunir em seu throno as pompas de Versailles e do Vaticano." (C. Cantú. H. Univ.)

Dizem as chronicas que ja nesse tempo (1752) estavam assentados no Arraial Velho como tambem no Ribeirão do Meio, grandes povoados mas vivendo os seus habitantes constantemente atribulados pelas investidas dos indios contra os quaes precisavam estar sempre prevenidos pela frequencia dos ataques que nada poupavam.

As communicações, de principio faziam-se com Guarapary, mas devido á distancia que entre elles se interpunha, resolveram os mineiros de Sant'Anna do Castello, para attenderem ás praticas do culto religioso, de que se sentiam privados, erigir uma Capella sob a invocação de N. S. da Conceição que se filiava Igreja da Conceição d'aquella antiga villa, e ficando assim denominado o lugar da mineração. A igreja de N. S. da Conceição da Villa de Guarapary datava do anno de 1677 e foi mandada construir pelo Donatario Francisco Gil de Araujo, ficando o povo obrigado a manutenção de um sacerdote.

A propria denominacao de Sant'Anna das minas do Castello, era em preto votivo da fé que alentava a gente daquelles lugares, á antiga igreja de Sant'Anna construida em Guarapary pelos jesuitas.

Ha uma notavel correlação de factos occorridos nessa quadra, que fazem crer que os frades da Muribeca tudo faziam no sentido de derivar para o Itapemirim e para elles, a corrente dos negocios das minas.

Assim é que, do mesmo passo que se exforçava o Capitão Mór Governador da Capitania do Espirito Santo, José Gomes Borges, fazendo virem das Capitancias de Minas e S. Paulo, imigrantes, atirando-os para as minas de ouro da Capitania em 1751, promoviam os padres da Companhia, exforçadamente, por meados de 1754, a chamadados indios ao gremio catholico e nesse mesmo anno é elevada á cathegoria de matriz a Capella da Conceição das Minas do Castello, que teve por filial a matriz de N. S. das Neves, da Muribeca, mais antiga e ainda hoje existente.

A Capella da Conceição erigia-se no sitio onde fora a séde da freguezia de Sant'Anna, em terras da fazenda da Povoação, pertencente ao Capitão José Vieira Machado, e visinhanças da antiga propriedade de Francisco Vieira Machado, em frente á celebre gruta do Limoeiro. O Capitão José Vieira Machado falleceu em Valença em Janeiro de 1871, isto é, um seculo após a extincção das famosas minas.

E' ponto incontroverso que tenham sido jesuitas os primeiros que penetraram os nossos sertões e os exploraram guiados pelos negros escravos e os arborigenes que elles submettiam á escravidão e de quem aprendiam todos os segredos da floresta virgem depois de lhes captarem a confiança.

Desde os primeiros tempos da capitania, que as nações selvicolas eram perseguidas pelos sertanistas portuguezes que os rechassavam e traziam-nos para o jugo dos mais arduos trabalhos, tomando-lhes as mulheres e filhas moças e vendendo aos plantadores do littoral os homens e rapazes. Assim o fizeram contra os goitacazes, tupiniquins, (coroados), os purys, os aymorés, (botocudos). Essa pobre gente era tratada como fauna brava de semelhança humana.

J. J. Gomes Netto, num interessante estudo sobre o Caparaó, publicado na Rev. do Inst. Historico, Tom. LVIII, 1896, essim se exprime:

“Além da animosidade natural de umas tribus para com outras, os selvicolas consideravam como inimigos, primeiramente os conquistadores em geral por terem-nos esbulhado da posse das terras do littoral, e em segundo lugar os sertanistas, que lhes tomavam as mulheres e as filhas e vendiam os homens e meninos.

Os missionarios jesuitas não lhes causavam temor e entravam de dia nas aldeias como amigos, manifestando assim a sua confiança e fins inoffensivos, precedidos de um interprete que lhes annunciava paz.

Como sabiam a lingua tupy, os padres communicavam-se directamente com elles e por suas palavras meigas e promissoras como que os magnetisavam affeicoando-lhes as almas. Os indigenas dentro em poucos dias tornavam-se familiares; por isso sem repugnancia nem contrangimento os acomapahavam para os aldeamentos em que não lhes faltavam os alimentos para o seu corpo e as festinhas para os espiritos.

Tudo isto durava até habituarrem-se á vida nova e poderem ser aproveitados nos trabalhos ruraes e noutros misteres, segundo as suas inclinações.

Os sertanistas pelo contrario, com os seus arcabuzes nas mãos irrompiam de noite nas aldeias; apodejavam-se dos arcos, sorprendendo os incautos no somno de que despertavam aos gritos de ferozes intimativas. Depois eram violentamente conduzidos para

fôra do matto, e vendidos para serem sujeitos immediatamente á trabalhos a que não estavam acostumados.

Os jesuitas inquiriam confidencialmente aos mais velhos sobre os sitios em que elles sabiam existir ouro em abundancia. Conseguida esta declaração, era immediatamente communicada ao reitor do Collegio respectivo o qual determinava o padre que devia ir ao lugar com o confitente para verificar a quantidade e o quilate do ouro e delinear o competente mappa marcando nelle os pontos para a povoação dos mestiços e para o aldeamento dos indios internados nas mattas. Não era qualquer jesuita o encarregado dessa commissão: escolhia-se o excursionista meio geologo, meio geographo e meio engenheiro.

Conclue-se que os padres da Companhia de Jesus tinham debaixo do seu poder todos os rios ou seus affluentes que vão ter ao Caparaó e ao Castello; e que a dita sociedade segurava com ambas as manoplas as mais importantes minas de ouro da capitania do Espirito Santo..."

Ainda acerca do transito que faziam para as minas, diz o seguinte:

"Das aldeias correspondentes podiam, sem ser vistos, pelos curiosos, lá chegar de Campos pelo Muriahé, da Muribeca pelo Itabapoana e de Iiritiba pelo Benevente, dispensando os outros caminhos naturaes de que dispunham como o do Jucú, do Itapemirim, (Norte esquerdo e Caxixe) de Piuma, (um affluente) e do Rio Doce, em que estavam expostos a mais e além disto a serem espiados e seguidos por alguns curiosos habitantes das povoações ribeirinhas.

E' provavel que de um e de outro ponto houvesse caminho menos largo e mais franco, o que se deduz das reflexões seguintes: Como ja foi explicado, a Igreja de N. S. das Neves na Muribeca era filial da matriz do Castello. Que razão havia para essa dependencia? Não tinha a Companhia a Igreja do seu Collegio na Parahyba? Não é a Muribeca mais porto de Campos do que do Arraial Velho da barra do Castello? Na serra de S. Christovão que é a vertente do Ribeirão do Meio, ramo do rio Castello, ainda ha vestigios de uma antiquissima estrada com cavas, etc., de que ninguem tem cuidado de saber onde começa, para onde segue e em que parte finaliza.

Bem poderia ter servido para os freguezes de uma, communicarem-se com os da outra.

Os antigos habitantes do logor das minas do Castello, quando foram corridos dalli pelos selvagens, fugiram para o Cuieté, de que foram os primeiros povoadores. Por onde seguiram elles para esta paragem?

Estas e outras considerações induzem a crer-se que esses pontos que nos parecem distantes e separados, por montanhas

inacessiveis, no tempo dos jesuitas seriam apertados pelo amplexo da Companhia de Jesus que quasi abarcava o mundo inteiro."

Por esse tempo, o que é hoje Cachoeiro do Itapemirim, mais não era que denso matagal invio, povoado de bugres ferozes e o Itapemirim que mal começava a ser occupado por campistas era attingido passando-se por Rio Novo em extenuantes jornadas.

Entre os moradores mais importantes da povoação contava-se Pedro Bueno e Capitão Balthazar Caetano Carneiro que lá faziam commercio e mineração, mas que devido as repetidas depredações dos selvagens resolveram abandonar aquellas paragens e procurar segurança na costa, para lá mudando-se, onde adquiriram por compra a Ignacio Cacunda, uma pequena fazenda de assucar. Foram tambem elles que fundaram a Capella de N. S. do Amparo do Itapemirim, mais tarde ampliada a exforços de Frei Paulo Casas Novas. De sorte que, no periodo de 1776 a 1780, segundo os dados mais veridicos e aceitaveis, foram completamente abandonadas as minas de Sant'Anna do Castello e transferidas as cousas sacras da matriz de N. S. da Conceição, para a Capella de N. S. do Amparo do Itapemirim.

Em abono desta nossa opinião que estudos acurados nos levaram a adoptar, vêm de molde as preciosas linhas que um estudioso fez inserir na "Gazeta de Itapemirim" de 11 de Marco de 1883 e dizem assim:

"Será um episodio em materia de religião a enthusiasmar o espirito de um crente, ver regressar após 104 annos de ausencia a imagem de um santo, etc. Em 1754 foi, como devem saber os chronistas, erecta em matriz a Igreja de N. S. da Conceição das Minas do Castello. A esse tempo já ali haviam imagens no templo, entre essas a de S. Benedicto, que mais tarde teve creada a sua irmandade, inaugurada em 1776, no dia 26 de Dezembro, em que se inscreveram 73 irmãos devotos pretos e brancos, livres e escravos, entre esses Claudio Dias de Queiroz, preto forro, natural de Campos, que veio morar e ser sepultado nesta villa em 1792".

A irmandade ali inaugurada foi approvada pelo Bispo do Rio de Janeiro, Francisco Antonio do Desterro, no anno de 1764. Os irmãos pagavam as suas joias em ouro em pó. Até 1854 a irmandade possuia na Villa, ouro em pó, terrenos, joias, uma pequena casa de telha, animaes, mas tudo isso levou descaminho, ficando o santo, por muito favor, apenas com o seu resplendor de prata. Do sello portuguez com o signal do rei, nem vestigios ha mais, porque a imagem, que ainda lá está na matriz do Itapemirim, foi encarnada varias vezes.

.....

“Não foi em 1771 como por ahi referem as lendas, o destroço dos castellanos, bem assim a época em que immigraram para Caxangá combatidos pelo bugre, por isso que ainda tres a quatro annos após, (1776) é que, por terem sido os indios chamados selvagens e provocados pelos nossos civilizados, quantas vezes ainda mais selvagens, os purys, deram ali principio ás correrias.

De 1779 a 1780 é que teve lugar a trasladação da velha imagem de S. Benedicto que ainda ahi temos no consistorio da matriz, testificando por sua perfeição na obra portugueza, mais de um século.

Quem nos disser ser fundada em verdade historica a noticia de terem os habitantes outr’ora das minas do Castello, abandonado aquellas paragens em 1771, diremos: os factos desmentem.

Do tempo em que vigorava a irmandade de S. Benedicto, era vigario o reverendo Antonio Ramos de Macedo. O santo era reliquia que tinha o sello portuguez, rubricado pelo Bispo Fr. Desterro e o signal do Rei D. José.” (1)

Nem só garimpeiros e faiscaidores eram os avidos do ouro. Ao passe que os governos ordenavam medidas acauteladoras da sahida do cobiçado metal, mercadores expertos, forasteiros e até padres que não eram jesuitas, faziam o commercio de atravessadores açambarcando em barganhas dolosas o ouro colhido, burlando os regulamentos.

Das chronicas antigas tiramos que, o ribeirão Caxixe tomou esse nome do ultimo dos vigarios da freguezia da Conceição do Castello, padre Caxixe, que tivera ali residencia. Esse padre foi o reverendo André de Souza Leite que em Sant’Anna do Castello era conhecido pelo padre Doutor. Era esse sacerdote homem abastado que tinha residencia em Campos onde servia como arcypreste e de onde vinha mui assiduamente ao Castello em negociações de ouro em pó.

De onde se infere que, já nesse tempo não era difficil dobrar-se o negociista no sacerdote, sendo bem mais difficil o saber onde terminava o padre e onde começava o mercador.

Devido a essas mesmas causas que se oppunham ao viver em tão perigosas regiões, tambem se retirou nesse anno um dos mais prestantes moradores, o Ma-

(1) D. Fr. Antonio do Desterro, monge beneditino, foi nomeado Bispo por S. Magestade, para succeder a Frei D. João da Cruz e confirmado por Benedicto XIV em 15 de Dezembro de 1745. Chegou ao Rio em 1 de Dezembro de 1746, tomando posse em 11 do mesmo mez. Falleceu em 1773, aos 79 annos, com 35 de bispo.

jor Antonio da Silva Povoas que removeu-se para o Itapemirim com alguns outros companheiros, os quaes como elle, se estabeleceram nas terras proximas ao mar.

O arraial tinha o aspecto rudimentar de cousa provisoria; construiam-se as habitações de qualquer maneira; entretanto a população crescia na mesma confusão de habitos e de instinctos.

O caracter especial que imprimia feição typica áquelle enxurro social encalhado ao meio de uma natureza adversa cuja grandeza aterrava; as abusões nascidas do fetchismo indigena pelo conubio do indio e o africano; as ideas importadas do reino em contacto e aos repellões entre um povo de origens oppostas, dariam campo a interessante estudo ao analysta que lhe quizesse determinar a estranha psychologia.

Conglobado humano livre, sotto ás proprias impulsões, sem o freio da lei e o trato do espirito, ouvindo fallar sempre em El-Rei e apenas se dobrando á voz do frade; não seria difficil conceber o que era o ajuntamento de garimpeiros confundido entre o indio, o negro e o portuguez, que se acantoava no sertão espirito-santense, sequioso de ouro duramente re-buscado nas catas maninhas.

Nos primeiros tempos, quando chegou ao seu maior desenvolvimento, o arraial assentava numavasta clareira rodeada de matagal escuro, mal derribadas as arvores estiradas no solo secco entendendo a sua galhada desnuda e chamuscada. Ali fôra a velha “taba” da tribu que o invasor rechassára. As palhoças armadas em taipas, eriçadas, de cobertura de colmo ou de cascas de arvores, alinhavam-se em quadrados deixando largo centro vasio á guisa de praça e arredadas umas das outras mas prezas por uma cintura de grossa galhada para evitar que, em caso de incendio ateadado pelos indios, ardesse o arraial inteiro. Aos domingos não faltava a nota exotica da bandeira portugueza a ondular na ponta de um mastro, plantado á porta de alguns dos chefes do garimpo.

Era sinistro o sitio. Inquietadora a gente que ali vivia.

Pelo cahir da tarde, quando a manada dos cavadores regressava em turmas, das catas, membrudos, passo claudicante, lenços rubros atados á cabeça, gibão aberto e barba inculta, a palhoçada enchia.

Voltava á vida.

Cantares lamentosos subiam em sonancias rthmicas e o grazinar de vozes disparens entrava pela noite alta não raro epilogado por um grito de estertor.

Aquella gente fôra da lei trucidava-se a jactos de bacamarte ou cozida á faca pelos caminhos ou mesmo sobre a lama humida das catas auríferas.

Entre o mestico robusto e destemeroso e o portuguez inflado da lusa grey e prompto no gesto, não havia meios termos. A rixa nao chegava ás ultimas injurias. Estouravam-se.

Os pequenos roubos eram o rastilho acendido pela intrigalha do mulhero de arribada em que culminavam indias e bem desenvoltas, as quaes turbavam aquelles espiritos quasi desprovidos da razão, affeitos ás impulsões dos sentidos, recidivos de todos os crimes.

Assim foi que os zelos da ribalda Marcella de Carvalho provocaram o assassinato de Domingos Ferreira Fantebôa, por Antonio Ribeiro de Aguiar, no sitio conhecido por Catampueira, onde existia uma famosa agua milagrosa que por muitos annos os antigos moradores do Castello tiveram em grande reputação.

Esse era o viver corrente.

Mas eis que, pleno dia, surgia de todos os cantos do casario o indio a proferir grita relinchente e aterradora.

Era o alarme. Toda a gente corria para o centro, vestes em desalinho, cabeça envolta em pannos, trabuco engatilhado, chuços, adagas, affrontando o selvagem astucioso que invisivel a dizimava ás frechadas mortíferas.

A luta requintava de fereza e acabava sempre pelo incendio devastador.

Quando os adversarios deixavam o campo da peleja o quadro seria atterrador se não fosse banal, naquelles tempos. Choças em cinzas, cadaveres de garimpeiros dirribados pelas galhadas, decapitados; corpos hirtos de indios empalados na estacaria dos cercados como tropheus de guerra.

A vida corria imminente perigo. O abandono fez-se geral.

O indio vingava-se.

Os antigos mineiros tambem trabalharam na fazenda do Centro desviando até o curso do rio que atravessa os campos dapropriedade, não se sabe bem se para o utilizarem na lavagem do cascalho, se para

outro effeito. Mais tarde essa fazenda veio a pertencer ao Major Antonio Vieira Machado de Cunha, um dos primeiros exploradores das mattas do Castello, ali se estabelecendo e fundando a fazenda a que deu aquella denominação por estar ella no sitio desse nome onde trabalharam os antigos pesquisadores de ouro.

O Major falleceu em 23 de Julho de 1868, tendo ali chegado em 1845, elle e o Capitão Honorio Vieira Machado da Cunha. (1)

Obstruidos pelo abandono, os velhos caminhos para Minas, (que não passavam de picadas através mattaria densa) abertos pelos primeiros garimpeiros; deixadas quasi, as explorações, desde a ordem de D. Lourenço d'Almeida, as novas bandeiras que iam apparecendo só poderiam ser o resultado da patriotica propaganda largamente exercida em Minas Geraes pelo Governador Manoel Ayres de Albuquerque Tovar ainda mais fortalecida pela noticia da famosa estrada dita do "Rubim", com esforço perseverante levada a termo pelo Governador Francisco Alberto Rubim, de grata memoria. (2)

Não se pôde duvidar que essa obra de levantada inspiração patriotica avivasse a fama das celebres minas e da opulencia d'aquellas terras virgens, de facil aquisição, attrahindo dessa fôrma as novas levas de homens de todas as condições, que desciam já não tanto seduzidos pelo sonho das riquezas faceis, mas decididos a se estabelecerem nessas mattas e a lavrarem a terra generosa e farta como não era dado o encontrar-se em parte alguma.

Todavia houve uma certa recrudescencia de trabalhos de mineração a par dos trabalhos de lavoura que iam animados e a estrada do Rubim que começara em 14 de Setembro de 1814 era dada por concluida pelo Governador da Capitania e m1816 conforme participação dada em 30 de Agosto desse anno, aos ministros Marquez de Aguiar e Conde da Barca, fran-

(1) O Major Antonio Vieira Machado da Cunha, primeiro dono da fazenda do Centro, (abandonada pelo Major Povoas, o velho) era sogro do Dr. Antonio José Vieira Ferraz, e do portuguez Manoel Fernandes Moura, que veio a ficar dono da fazenda.

Esse Moura era negociante no Rio, á rua da Candelaria, de fumos, queijos, toucinhos, café, etc. Relacionado com Vieira Machado, veio a casar-se com a filha tendo fallecido em viagem da Europa para o Rio de Janeiro, annos depois.

(2) O Regulamento das minas auríferas e diamantinas da Capitania do Espirito Santo foi expedido em 14 de Agosto ode 1603 por Martim Corêa de Sá.

quando-se assim o commercio e estreitando-se as relações entre as duas capitánias.

Mas era ainda o ouro o que mais aguçava os espiritos e não demorou o Principe D. João VI em ex-pedir a Carta Regia datada de 5 de Dezembro de 1816 em que recommendava ao Governador desta Capitania a conveniencia de adeantar-se os exames mineralogicos e distribuição das datas de conformidade com os Regimentos existentes sobre as minas de ouro de Sant'Anna do Castello. (1 e 2)

Ainda sob o governo desse monarcha, em Dezembro de 1815 alguns estrangeiros visitaram a Capitania á cata de minas e mais tarde ordens foram expeditas pelo governo imperial recommendando todo o auxilio e favores aos naturalistas Georges Freyress, Baumer e Eduard J. Bridges, os quaes em Dezembro de 1824 e Abril de 1826 visitaram a provincia representando uma Companhia ingleza que tal favor alcançára.

Como ficou dito, a fama do ouro do Castello embora bem enfraquecida, não tinha se dissipado de todo e, como se vê, eram essas enganosas minas objecto da cupidez estrangeira e extremos cuidados dos governos que se iam succedendo, pois que, por essa mesma época, em Setembro de 1820, em 12 de Março de 1824, e ainda em 1847 eram remettidas para a Corte por Governadores e Presidentes, amostras de ouro com as informações das respectivas jazidas a mór parte dellas completamente illusorias.

Nem os enthusiasmos da independencia arrefeciam esses cuidados porque, logo em 1 de Outubro de 1822, por aviso do Ministerio do novel Imperio, se concedia ao Tenente Coronel de Milicias, Ignacio Pereira Duarte Carneiro permissão para lavar essas minas de Sant'Anna do Castello, o mesmo a quem fôra confiada a construcção da estrada de S. Pedro de Alcantara, e ao qual já havia sido dada concessão para a continuacão desta estrada, mediante varios favores

(1) O Regulamento desses importantes trabalhos apresentados pelo Tenente Coronel Ignacio P. Duarte Carneiro, é completo e de grande valor historico. Consta da Rev. do Inst. Hist. Brasileiro.

(2) D. João VI depois de uma tranquilla assistencia de 13 annos no Brasil, embarcou (26 de Abril de 1821) com destino á Lisboa em uma nau seguida de 2 fragatas, 6 charruas e muitos transportes, nos quaes seguiram tambem grande numero de nobres, conduzindo em dinheiro uma quantia computada em 50 milhões de cruzados. (Rev. do Inst. Hist.)

e sob a obrigação de medidas tendentes a acautelar o extravio do ouro por aquellos caminhos.

Esse Coronel Duarte Carneiro era genro do Commendador Joaquim Marcellino da Silva Lima, (mais tarde Barão do Itapemirim) do seu primeiro consorcio quando residente ainda em Benevente.

As velhas terras de Sant'Anna ainda vinham sendo revolvidas nesse largo periodo de 52 annos após o seu abandono, pois outra cousa não se infere da nota do Capitão Mór do Itapemirim, (1) datada de 17 de Dezembro de 1823 em que participava ao governo "haverem chegado ás Minas do Castello alguns homens com intenção de ali se estabelecerem e lavrarem ouro", coincidindo ser nessa mesma data autorizada a concessão de terras de cultura e lavragens no Castello, municipio de Itapemirim, decreto que apenas se antecipa de trez mezes.

Na época mais recente, (1873) nos vallos abertos pelas velhas explorações no Limoeiro, alguns americanos extrairam das lavras abandonadas pequenas amostras de ouro.

Ligados todos esses factos na mesma ordem de interesses que os produziam, não serão demais algumas linhas sobre essa tão largamente descripta estrada de S. Pedro de Alcantara.

A "estrada nova do Rubim", como lhe chamavam, partia do porto de Itacibá na bahia da Victoria passando pela fazenda do Borba, em Vianna, pertencente ao Coronel de Milicias, Ignacio P. Duarte Carneiro que fora o encarregado da abertura desse caminho pelo operoso Governador Francisco Alberto Rubim.

Essa estrada ia até Rio Pardo e Quartel do Principe limite da provincia e onde havia um marco divisorio com o territorio de Minas Geraes, tendo até esse ponto trinta e duas leguas. Dessa linha divisoria fixada de accôrdo com o governo mineiro, a estrada continuaria até Marianna executada pelo mesmo governo devendo produzir a distancia total de 71 leguas e 3/4.

Como medida defensiva contra os ataques dos indios que se não conformavam com essa invasão aos

(1) Em 1823 o Capitão-Mór do Itapemirim era Miguel Antonio de Oliveira, primeiro dono da fazenda Muquy e seu fundador, fallecido em 1825.

seus dominios, estabeleceram-se quartéis de trez em trez leguas nos lugares que tomaram as denominações de, Borba, Bragança, Pinhal, Serpa, Ourem, Barcellos, Villa Viçosa, Monforte, Souzel, Príncipe, todos nesta provincia e para os quaes foram mandados colonos açorianos, para abrirem culturas e cuidarem da conservação da estrada. (1)

O transitio pela estrada nova ia sendo activo, mas só a 22 de Julho de 1820 chegou a porto Velho vindo de Minas, por esses caminhos, a primeira boiada conduzida pelo mineiro Antonio Alexandre Eloy da Camara que foi recebido com attenções especiaes. Outros se lhe seguiram mais tarde, mas apezar da isenção dos impostos por 10 annos, teve que cessar esse commercio á falta de consumo para todo o gado que chegava.

Decaindo o transitio commercial, começou a estrada a ser abandonada até que em 1830 foram retirados os quartéis lá ficando apenas alguns moradores, arruinando-se por fim esse trabalho que tanto custára.

O Governador da Capitania, Balthazar de Souza Botelho de Vasconcellos, nilo se quedara descuidoso a sorte desses filhos das selvas escravizados e maltratados; tomaram-se em favor delles, medidas protectoras.

Pelas mattas do Alegre desciam para o Itapemirim os sertanistas de Manuel José Esteves de Lima, o portuguez explorador e pelo alto Castello começavam a passar em demanda do porto de Victoria boaideiros e gente de negocios.

Essas razões levaram o Governador a dirigir-se ao governo de D. João em Mensagem de 13 de Setembro de 1820 descrevendo as riquezas desta Capitania e accentuando os proventos que adviriam para o Estado, de uma regulamentação mais pratica sobre os trabalhos das minas e sobre os indios aos quaes se fazia preciso chamar ao gremio social, aldeando-os convenientemente.

Mas o breve trecho teria que ceder o lugar, o Príncipe D. João, e só nove annos depois, por alvará de 1 de Agosto de 1829 emanado do Governo Imperial, é que se mandou aldear esses selvicolas, encarregando-se dessa missão ao Commendador Joaquim Marcellino da Silva Lima, residente no Itapemirim .

(1) Nomes todos de villas e lugares de Portugal, a que era muito affeição do Governador Rubim.

Em 1845 sendo vice-presidente da provincia e achando-se em exercicio desse cargo o Commendador Silva Lima, emprehendeu acompanhado de seu cunhado Fortunato Tavares da Silva Medella e outros, uma viagem a villa do Príncipe onde se encontrou com o vice-presidente de Minas, então em exercicio, Quintiliano José da Silva, ambos ali vindos em reconhecimento da estrada do Rubim e sobre o que trocaram ideas no sentido da reforma da estrada e outros melhoramentos tendentes a desenvolver o commercio entre as duas capitanias.

Dessa viagem tão bem impressionado ficou o Commendador, que determinou desde logo que se fundasse no Castello o aldeamento definitivo dos indios purys, a que deu a denominação de "Imperial Affonsino" solicitando sem detença ao Ministro José Carlos P. de Almeida Torres um patrimonio de duas leguas quadradas de terras para o estabelecimento da futura povoação, bem como uma gratificação de 1:500,000 ao engenheiro encarregado desse serviço, Frederico Willner. (1)

Finalmente após tantas alternativas de grandezas e decadencia, de lutas e choques de ambições, é officialmente fundado n'aquelle anno o aldeamento de purys, Imperial Affonsino, situado na margem esquerda do ribeirão de Castellos, ficando sob a direcção do seu benemerito fundador e continuando, quando este o deixou, a florescer sob a administração de frei Daniel de Napoli, até que, entregue á direcção de frei Bento de Genova, em 1858, não se havendo este com a mesma brandura e justiça no trato dos indios, resultou que esses de novo debandassem, cahindo a aldeia do seu anterior bem estar e em quasi completo abandono.

Estava-se já em 1871 quasi um seculo depois alle abandonadas as minas do Castello e retirados todos os seus habitantes quando foi elevado novamente á cathogoria de freguezia, por Lei provincial nº 9, desse anno, o antigo Aldeamento Imperial Affonsino, sob a primitiva invocação de N. S. da Conceição do Castello.

(1) O conselheiro Quintiliano José da Silva nasceu em 1806 em Sabará, e falleceu em 25 de Agosto de 1888, aos 83 annos. Foi nomeado Desembargador da Relação de Minas e presidio o Governo dessa provincia em 1845-46. (N. do A.)

Já não era deste mundo o Barão do Itapemirim, mas a sua obra ainda vive e floresce.

Cedendo á lei das cousas terrenas, acabou por fim o agitado sonho do ouro castellense e foram se disseminando muitos dos que buscavam a fortuna esquiva, nas profundezas da terra.

Outros porém, ficaram e se adaptaram á gleba confiantes em dias mais serenos e seguros, pelo mais util aproveitamento das suas forças, fundando o lar e cruzando com a gente já então ali nascida.

Os remanescentes do indio bravio e indocil se afundaram para o recesso das selvas e foram formar o seu habitat no vasto circulo das terras virgens do Rio Doce e vertentes da serra dos Aymorés.

Ja ia longe a figura hirsuta do aventureiro de 1700, de gibão e trabuco.

Outra era a gente que entrava agora pelo sul e pelo centro, e outras as ideas e aspirações do século que nos abria a porta da liberdade através a qual a nação passava a integrar-se na posse dos seus dominios sob a cupola do seu direito e da sua soberania.

Os que vinham decididos a morar no Espirito Santo traziam dinheiro e escravatura. Derrubavam-se as matas não mais para escavar a terra, mas para plantarem-se as lavouras e formarem-se os campos; construíram-se essas vastas moradas de typo solarengo, as “fazendas” destinadas á gerações, onde tudo era vida, solidez, abastança.

A extincção do elemento servil com ser uma obra muito humana e vera conquista da civilização, foi todavia um acto eliminatorio desses fortes nucleos de trahalho, desorganizando-os como um tubrilhão de effeitos destruidores. O fazendeiro que não se revestio de coragem (e muitos foram) para encarar de face o problema, apresentando-se á luta sob os novos moldes que o estado de cousas impunha, naufragou irremediavelmente.

Do negro de fazenda nada mais se aproveitou.

Mas a ferida aberta pela abolição mal ou bem cicatrizou e a nova geração que se destinava aos trabalhos do campo, não tendo mais a machina negra a cavar no eito ao seu lado, acostumou-se a contar so com as suas forças e o trabalho veio se refazendo mais fecundo, até o estado dos nossos dias.

O Castello compõe-se de um vasto tracto de terras prodigiosamente dotadas das condições mais rigorosamente essenciaes á intensificação de culturas de toda a especie. Para o desenvolvimento economico da producção animal e vegetal, não faltam ás suas terras as condições phisicas e climatologicas necessarias.

Um pouco quente na extensa zona que tem por centro a Estação da Leopoldina.

Conceição do Castello que dista umas sete leguas do districto da Estação, de mais fraco commercio e população menos condensada, seduz ao visitante pela sua bella situação topographica, amenidade ideal de um clima vivificador e excellencia rara das suas aguas.

Esta impressão insuspeita foi a mesma causada ao Barão do Itapemirim, quando por ali passou de volta de sua viagem á fronteira, em inspecção de caminhos e lugares, assim se expressando em mensagem datada de 10 de Agosto de 1845 dirigida ao Ministro José Carlos P. de A. Torres, dando conta da sua viagem:

“Toda explicação e elogios ás terras que abordam os lindos cachoeiros e correntes que a cortam, não são sufficientes esclarecimentos a pessoa mais atilada, e nem fazem idéa do salutar clima que ali se desfructa, e posso asseverar que não ha em toda a distancia da estrada um so quarto de legua isento de correjo corn que se pôde fazer trabalhar qualquer fabrica.

Determinei que o aldeamento dos indios puryes se levantasse no Castello, tanto porque, tendo para esse fim toda a propriedade, fertilidade e outras muitas commodidades, os indios tambem a preferem, e só ali ficam contentes, pelo que já lhes mandei fazer duas grandes derrubadas, uma para milho e outra para se edificarem casas, tudo debaixo da direção do engenheiro Frederico Willner, a quem elles muito obedecem e têm amizade, esperando que em pouco tempo o aldeamento se tornará uma grande e linda povoação, e em consequencia ordenei se denominasse Imperial Affonsino”...

Num e noutro districtos, ha lombadas de terras e valles uberrimos onde os processos agronomos mais modernos podem ser empregados melhorando consideravelmente as culturas; as suas montanhas salpicadas de pedregulhos, como aliás em quasi todo o Estado, podem cobrir-se das melhores pastagens onde a industria pecuaria se aprimore nas especies attingindo o maximo relevo. Dispondo de aguadas fartas e cachoeiras que podem accionar as maiores forças, tudo

isto lhe permite encarar o futuro economico e industrial com a maior confiança.

A tudo isso deve se acrescentar a variedade de climas cuja etiologia bem ordenada prepondera excellentemente nas condições do solo apropriando-o ao cultivo variado das especies forrageiras ou cerealinas, do paiz ou estrangeiras.

O patrimonio da Conceição do Castello tem uma área de 2.465.190 k.

Está o Castello situado na altitude de 607 metros sobre o nivel do mar. A sua posição astronomica pode ser determinado entre 20° II, 37" de latitude e 1° 19' 52" de longitude seguindo o meridiano do Rio de Janeiro.

Virgínia

DISTRICTO QUE LIMITA COM GUIOMAR, CASTELLO, RIO NOVO E CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Esta localidade foi aberta ha uns setenta annos mais ou menos, pelo portuguez Antonio Francisco Moreira, que tinha fazenda no sitio onde está hoje a Estação da Leopoldina Railway, denominada então, Santo Antonio do Rio Novo. A denominação de Virgínia veio-lhe com os primeiros colonos italianos ali estabelecidos.

Seguidamente vieram se installar nessas terras, o Coronel Custodio de Araujo Padilha, Coronel José Gomes Pinheiro, Francisco da Rosa Machado, Victorino Ferreira Leitão, Antonio Pires de Amorim e outros. Região montanhosa fragmentada em serras destacadas, de clima saluberrimo e grande fertilidade, está a 35 kilometros de Cachoeiro do Itapemirim e a 549 metros de altitude sobre o nivel do mar.

E' uma povoação nascente apenas, mas que será a curto periodo um nucleo forte de população agricola a que não faltarão elementos de prosperidade. Ahi tem a "Estação de Virgínia" a Leopoldina Railway. Toda a região está situada ás margens do Rio Novo que tem a sua origem nas montanhas de Guiomar a poucos kilometros abaixo, na linha de Victoria.

Boas aguas, terras virgens em abundancia; possui a Cachoeira de S. José com 200 metros de queda, a do Funil e outras menores que acionam pequenos engenhos ruraes.

Povo de indole ordeira e aspecto sadio. Clima temperado no verão e bastante frio no inverno.

Presentemente é servido de duas escolas municipaes e quatro outras mantidas pelo Estado, todas com frequencia, superior á exigida pelos regulamentos.

Fazendas — São José, Belém, Concordia, Boa Esperança, Rio Novo, além de muitos outros pequenos sitios cujo numero augmenta todos os dias.

Em Boa Esperança existe a capella catholica, que é a matriz do lugar. Progride a lavoura do café e ha abundancia de cereaes. A região presta-se muito ao cultivo das uvas que vão vendidas em Cachoeiro.

Tambem intensifica-se a creação do gado e trabalha-se com muita vantagem em lacticinios dependendo apenas o commercio mais amplo e a perfeição do producto, da selecção bovina e dos processos de fabricação. Existem actualmente no districto 13 casas commerciaes.

O sitio Canudal onde teve fazenda o Capitão José Ignacio de Carvalho, fôra desde o primeiro quarto do seculo 18º assinalado como contendo ricos filões e bom ouro.

Em época que não podemos precisar mas que acreditamos ter sido em 1873, alguns americanos, talvez os mesmos que nesse anno fizeram algumas exploções no Castello, na fazenda do Limoeiro, revolvendo as antigas lavras colheram pequenas quantidades desse ouro; mas ao que se sabe, devido á morte de um dos socios da empreza ou á pobreza das jazidas, a exploração não foi continuada.

Aqui mesmo em Cachoeiro, por essa mesma época andaram exhibindo bonitas amostras de ouro extrahido das encostas do Canudal.

O Coronel Custodio de Araujo Padilha comprou a fazenda Concordia á margem do rio Novo, que pertenceu ao Major Antonio Dutra. Este depois occupava-se em alliciar voluntarios e recrutas destinados á guerra do Paraguay.

Francisco da Rosa Machado era porthuguez da ilha do Fayal e casado com D. Rosa do Coração de Jesus. Era homem austero e conceituado e deixou descendencia composta de lavradores como elle.

O Coronel José Gomes Pinheiro era da familia dos "Areas" do Itapemirim e delle trataremos para adeante.

Victorino Ferreira Leitão, portuguez. Era proprietario da fazenda "Belém", ás margens do Rio Novo, casado com D. Anna Rosa Soares, tinha os seguintes filhos: Prócoro, Pedro Leitão, Victorina Rosa, casada com Joaquim Francisco Moreira Junior; Sophia Soares Ferreira, casada com Manoel Gomes Nascimento Penaforte, e outros. Em 1876 Victorino com-

prou na casa da Correição no Rio de Janeiro os trez escravos, Joaquim Vicente e Paulo que reunio aos que já possuia e os quaes, uns seis mezes depois, mataram-no a foiçadas, no caminho da fazenda, isto no dia 11 de Setembro de 1876.

Antonio Pires de Amorim. Fazenda em Santo Antonio, era filho de José Pires de Amorim e casado com D. Marcollina Jacyntha da Fraga, como visinho que era, foi o primeiro a correr em soccorro de Victorino Leitão, quando trucidado pelos escravos.

Area urbana 120,000 m. ou 2 e meio alqueires.

Zona desapropriada pela Prefeitura, 36,000 m.

Habitantes 5,000.

São Felipe

Limita com os municípios de Itapemirim, Muquy e Alegre.

A região do hoje districto municipal de Cachoeiro, data da mesma época em que começaram a abrir maltas e fundar residencias nas terras desta cidade, os seus primeiros povoadores.

Dos registos antigos e memoriaes de familias consta que foi Felipe José Leal o que primeiro ali appareceu pelo anno de 1836 derribando matto e plantando as primeiras lavouras de café no lugar denominado Villa Nova, pouco affastado da séde do districto.

Atravessa essa região o rio Muquy que tem as suas nascentes no Rio Claro, entroncando-se na séde com o ribeirão Sumidouro.

São Felipe é rico de boas aguadas e conta nos seus terrenos boas cachoeiras que se prestam á producção das maiores forças hydraulicas.

São conhecidas as seguintes: a cachoeira do Areal a de Santa Clara, a da Agua Limpa, a de Santa Rosa, a da Laginha, a do Roncador, a de Villa Nova, a do Peixe, a do Monte Verde, a do Deserto Feliz. Ainda ha outra no rio Sumidouro com o nome de cachoeira dos Trez Tombos.

Possue uma igreja em Villa Nova e conta trez escolas, sendo duas subvencionadas pelo municipio e uma estadual.

O clima é no geral quente, mas bastante salubre. Extinctas as primeiras lavouras de café, vão estas se refazendo com o natural desenvolvimento das pequenas propriedades resultante do augmento da população.

Ha grande plantio de cereaes e toma um surto animador a criação do gado, como em geral por todo o municipio.

Tem sido observado nas terras do districto, indicios de mineraes e em annos affastados alguns estrangeiros andaram em explorações que não foram por deante.

Actualmente existem nove casas commerciaes espalhadas pelo districto; a sua população attinge a uns trez mil e quinhentos habitantes segundo se deduz do ultimo censo agrícola mandado levantar pelo Prefeito Reynaldo Machado.

Do primitivo habitante existe descendencia no lugar, a ella pertencendo o Capitão João Alarico Leal, vereador municipal.

Area da zona urbana 114,631 m. 2.

População, 3.500 habitantes.

QUINTA PARTE

Cachoeiro do Itapemirim

EXPLICAÇÃO NECESSARIA

Quando, annos atraz, tivemos que recorrer vezes seguidas á tradição oral, investigando o passado da villa do Alegre no empenho de colher os materiaes para uma noticia historica desse municipio, achamola quasi sempre deficiente e falha, já pelo enxerto da lenda, já pelo esquecimento das cousas mais remotas de parte dos antigos moradores do lugar.

Nenhum documento e já quasi apagada a lembrança do passado; mas não foi de todo infructifero o nosso exforço.

Ainda eram vivos, bem que mui pezados de annos, alguns dos que primeiro penetraram nestas mattas do Espirito Santo. Já lhes era a memoria tarda no despertar, mas ainda assim deram-nos alguns preciosos informes que nos permittiram reconstituir peça por peça, o principal desse passado longinquo que vinha dos primeiros annos do seculo findo.

O nosso municipio está estreitamente ligado pelos elos da mesma historia a esse povo visinho e é do pouco que colhemos da sua chronica que tiramos o que a Cachoeiro pertence.

Dentre os mais antigos e autorizados, porque eram por assim dizer os remanescentes da turma que acompanhou o Capitão Mór Esteves de Lima, restavam ainda João Manuel Gonçalves Monteiro, no Alegre e Francisco Joaquim Lobato, em Minas.

Tivemos que recorrer a ambos. Ao lhes falarmos no passado, no Capitão Mór, nos perigos das explorações, os velhos sorriram e os olhos vitreos se lhes encheram de vivacidade na visão fugitiva desses bons tempos, como diziam elles.

Fazendo-nos um dever referir as fontes originarias onde colhemos a narrativa que se vae seguir, não

será demais reproduzir aqui trechos da carta que nos foi escripta pelo Francisco Lobato, antes de com elle estarmos pessoalmente, em Minas.

Fazenda do Alto Paraizo, Tombos de Carangola, 24 de Fevereiro de 1898.

Amigo e Senhor:

Tenho presente a sua carta de 12 de Dezembro de 1897, que acompanhou o seu questionario que chegou ás minhas mãos, comquanto viesse com o nome errado, etc.

Em vista do conteúdo da mesma Carta, tenho a dizer-lhe que ninguem melhor do que Eu lhe pôde informar e dar Explicações a quasi todos os seus Quesitos, porque do meu tempo já não ha por aqui ninguem e muitos que vieram depois de mim, já são fallecidos.

Por isso não tenho duvidas de dar a Va. Sa. todas as informações ao meu alcance.

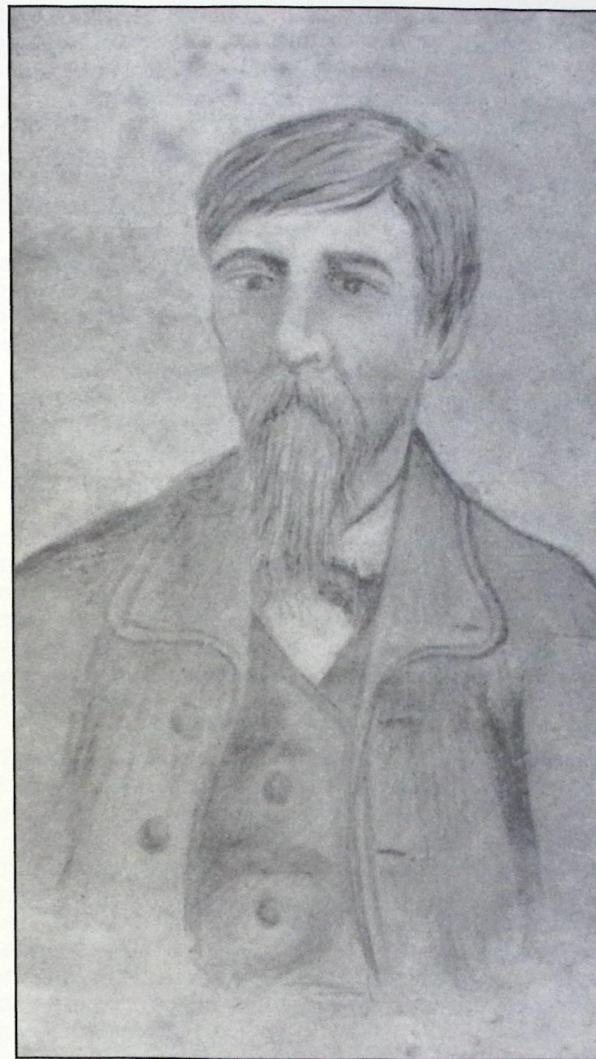
Porém Eu não posso responder pessoalmente ao Grande numero de Quesitos, attendendo á minha idade de 83 annos e só o poderei fazer, vindo Va. Sa. á nossa casa ou mandando uma pessoa inteligente, a quem darei todos os esclarecimentos que não me é possível escrever. Disponha, etc. — *Francisco Joaquim Lobato.*

O que se vae seguir, portanto, é a historia simples dos primeiros dias da nossa terra, sem grandes lances dramaticos; apenas nestas modestas paginas começam a reviver os nossos obscuros heróes 100 annos após a sua angustiosa travessia desde S. Miguel do Anta a etas plagas espirito-santenses, hoje cortadas de linhas ferreas e cruzadas de fios conductores de força e luz.

HISTORICO

Ao alvorecer do seculo passado, pelo verão de 1801, deixava a sua quieta aldeia de Cordeiros, em Riba de Mouros, o portuguez Manoel José Esteves de Lima em demanda das terras de Santa Cruz de que se diziam no Reino extranhas cousas.

Joven e vigoroso nos seus 23 annos de idade, affeito ao trabalho dos campos e de bom sangue minhoto, mais de uma vez lhe occupara o pensamento vir juntar-se a parentes que viviam por cá desbravando estas terras brasiliás em busca de fortunas rapidas, quando, cartas recebidas do parochio da freguezia de S. Miguel de Piracicaba, da Capitania de Minas Geraes chamaram-no em nome do seu primo Luiz Ma-



Cap. Mor. Manuel José Esteves de Lima

noel de Caldas Barcellos, afim de liquidar a sua parte de herança e de outros co-herdeiros de Portugal, deixada por um parente fallecido n'aquella longinqua freguezia.

Em um momento elle viu-se lhe abrirem os caminhos da America e convertidos na realidade mais seductora o que lhe parecera antes, sonho.

Munido das procurações desses co-herdeiros e assim habilitados legalmente segundo os conselhos do velho cura parochial, fez-se de caminho para Lisboa e nessa cidade hospedou-se em casa de uns parentes, os Caldas, armadores estabelecidos n'aquella capital, gente abastada e possuidora de muitos navios mercantes á vella, que faziam trafico commercial com portos do Brasil.

Delles houve Manoel José a passagem gratuita no patacho "Santa Cruz" o qual, após uns quarenta dias de penosa viagem aportou á bahia de Guanabara, ficando a residir na casa dos correspondentes dos parentes lisboetas, que o deviam orientar na viagem para a terra mineira.

Fez-se o moço portuguez para o sertão mineiro e, liquidada a herança que correu demorada, escreveu para os parentes e constituintes de sua terra inteirando-os do negocio e annunciando-lhes o proposito de volver á terra o mais prestamente possivel. Mas, missivas demoradas chegadas algum tempo depois, aconselhavam-no a terse por cá ainda algum tempo, pois que mal andavam as cousas em Portugal envolvido em lutas com os francezes do General Junot.

As cousas corriam assim ao seu encontro e elle foi-se deixando ficar por cá com as partes todas do legado recebido até que se fixou em Marianna, sendo nessa epoca elevado ao posto de Guarda Mór do Termo, pelo governo de Minas.

Deixando Marianna foi mais tarde associar-se na exploração agricola da fazenda S. Francisco do Anta, com o primo Caldas Barcellos, negocio este que dissolveram pouco tempo depois. Estava-se já pelo anno de 1818 e Manoel José, conhecedor da terra e da gente, um tanto seduzido pelas noticias que vinham da capitania, visinha começou a organizar praticamente o sonho da sua primeira investida ás mysteriosas mattas do Espirito Santo.

A obra do Governador do Espirito Santo, Francisco Alberto Rubim começada em 1812 e por outros continuada; a patriotica propaganda das terras e ri

quezas desta capitania desenvolvida por esse benemerito governador, ecoavam então por toda Minas de onde, incitados pela suggestão dessa propaganda, desciam fortes bandeiras de homens pela estrada por elle mandada construir até o limite da capitania, o Quartel do Principe, e desse ponto continuada pelo Governador de Minas, até Marianna, com a extensão de setenta e uma léguas e trez quartos entre Victoria e essa cidade mineira, obra essa que só ficou concluida uns quatro annos depois.

Nessa época morava em Marianna o Guarda Mór Manoel José e já era casado com D. Thereza Joaquina Fernandes Torres, viuva de Joaquim Fernandes Torres de quem não houvera progenie.

Homem de pouca instrucção mas intelligente e de genio aventureiro, Manoel José tentado pelo rumor das noticias mais ou menos fantasticas, pouco demorou-se inactivo e assim foi que, reunindo-se a amigos mais do que elle ambiciosos, assentou a sua primeira excursão pelas mattas do Espirito Santo no anno de 1820.

Não quiz o portuguez seguir a mesma estrada do Rubim para onde já se encaminhavam grandes boiadas e levas de aventureiros de toda especie, talvez pela noticia do que havia succedido ao Alferes mineiro, João do Monte. Rumou mais para o sul porque a elle e a sua gente movia o interesse de “possiar” grandes terrenos, occupando-os, e abrir estradas mais curtas que permitissem mais facil escoamento aos productos da lavoura mineira e a acquisição do sal pelo porto do Itapemirim.

Em principios de 1820 largou-se pois, Manoel José, da sua fazenda de S. Francisco do Anta (que fez parte da herança por elle recebida) para a sua primeira excursão ás mattas do Espirito Santo. Seguia-o uma comitiva de 72 pessoas, composta na maioria de escravos, libertos e alguns indios mansos. Entre os brancos contavam-se, Capitão José Juiz da Silva Vianna, Luiz Manoel de Caldas Barcellos, Antonio Manoel Gonçalves Monteiro, João Manoel Gonçalves Monteiro, um tal Tenente Rosas antigo fazendeiro em Barra Mansa, Justino José Maria, o fundador do Veado, Jeronymo Cardoso, pae do vigario de S. Francisco da Gloria, João Teixeira da Conceição fundador do Alegre, este pardo.

Nessas excursões eram os exploradores guiados

por um caboclo, Calixto Antonio dos Santos, ainda vivo em 1900. (1)

Ao chegarem em terras do Alegre o Capitão Mór, pois que já o era, e sua comitiva, detiveram-se em explorações parciaes e na busca do rio Itapemirim cujo curso teriam que acompanhar d’ahi por deante.

Lutando com as maiores difficuldades conseguiram acampar em Duas Barras descendo então elle e os seus brancos até o Itapemirim onde os acolheu generosamente o Commendador e Capitão Geral dos indios, Joaquim Marcellino da Silva Lima, mais tarde Barão do Itapemirim.

O Barão do Itapemirim acolhia sempre bem a esses forasteiros que vinham de Minas abrindo communicações através as maltas e ao Manoel José e sua gente dispensou muita protecção. Os que o acompanharam asseveravam que elle fôra portador de cartas do Governador de Minas para o Barão e tudo parece indicar que assim munido dessas credenciaes a este se apresentára o Capitão Mór explorador. (2)

Quando a comitiva voltou do Itapemirim o Barão acompanhou-a e chegados a Duas Barras procedeu-se á cerimonia do baptismo da india Cayana e um pequeno pury que haviam sido aprisionados na luta travada nesse lugar com os botocudos aos quaes derrotaram victimando trez e ferindo muitos, factio este occorrido quando ali chegaram.

Esses selvagens tinham a sua maloca rodeada de bananeiras por elles plantadas no sitio hoje occupado

(1) Sobre a condição desse pessoal tomamos de emprestimo um trecho das narrativas do Dr. Vieira Souto, nas suas “Memorias sobre as minas da Capitania de Minas Geraes”.

...“Essa gente compunha um magote de 70 pessoas, mui bem matizadas, de differentes côres quaes as de brancos, mulatos, cabras, pretos, tudo gente infima e de costumes taes, como podia seu infimo e infeliz género de vida. O Capitão Izidro era, a cuja voz e aceno se movia todo esse rancho, homem pardo, maior de cincoenta annos, de mui poucas palavras, e estas muito attenciosas, macias e cortezes; mas de genio retrincado e sagaz, a cujos dotes deveu elle a prerrogativa de sempre dominar sobre grandes enxames de gente”... E neste caso o nosso Capitão Izidro era Manoel José Esteves de Lima.

(2) Capitão-Mór: Posto equivalente ao de Tenente-Coronel. Eram eleitos pelas Camaras com assistencia dos Corregedores e Ouvidores. Os Ajudantes eram nomeados pelos Capitães-Móres e os Alferes, Sargentos e Cabos, pelos Capitães das Companhias e confirmados pelos Capitães-Móres.

Sargento-Mór: Gradação correspondente a de Major e Ajudante. Aspatentes dos officiaes eram passadas pelos Governadores e confirmadas pelo Governo Geral.

pela antiga fazenda do Bananal, nome que lhe derão os da comitiva, por esse motivo.

Quando de volta a comitiva, essa india que era velha, morreu e foi sepultada no alto da Serra da Cayana (que por esse motivo tomou esse nome) no municipio do Alegre.

As terras do Bananal cujo dominio ia custando a vida ao Capitão José Vianna attingido por uma frechada do selvagem, ficaram entregues á gente do Barão. Ao despedir-se do seu grande amigo, o Capitão Mór prometeu voltar a curto prazo com tropas carregadas de productos mineiros e pessoal para estabelecer nas “posses” e abrir lavouras.

Retomou, pois, a comitiva, os mesmos caminhos percorridos, deixando-se ficar nos sitios escolhidos, alguns dos companheiros, com escravos e indios aos quaes faziam trabalhar por bem ou por mal nos duros labores do desbravamento das mattas. E esse era o viver desses homens segregados completamente do resto da humanidade, insulados no meio de um matagal inhospito onde a vida, pela certeza de se a poder perder a todo o momento, era cousa com que se não contava.

Os cuidados do Capitão Mór eram solicitados pelas suas fazendas Papagaio, S. Francisco do Anta e Santa Martha nesta provincia. Quando elle chegou a Minas tinha deixado pelo caminho, a sua gente, assim distribuida: Um preto da comitiva. Flores, com as terras da Cachoeira das Flores; José Luiz da Silva Vianna com a fazenda de Jerusalem; Pombal e S. Bartholomeu com o sobrinho João Manoel Gonçalves Monteiro; Justino José Maria com as terras do Veado; Jeronymo Cardoso abrindo por sua conta a fazenda de S. Francisco do Alegre e finalmente o preto João Teixeira da Conceição com o Alegre.

Enlaçados na mesma historia com o florescente municipio do Alegre não será descabido o consignar aqui factos que remontam ás origens dessa bella região, authenticados pelo cunho official que lhes affirma o valor historico.

João Teixeira da Conceição foi o verdadeiro fundador do Alegre, tendo como seu continuador após a sua morte, ao portuguez João Manoel Gonçalves Monteiro que, desde a velha fazenda S. Bartholomeu estendia as suas terras até as vertentes dessa villa.

Conceição era natural da freguezia do Sumidouro, municipio de Marianna, Minas e casara com Dona

Maria Clara da Silva em 1845, não havendo filhos desse matrimonio. Tinha porem, o filho natural de nome Pedro Celestino Teixeira da Conceição, com a india Severianna Indigena do Brasil. Falleceu em 13 de Junho de 1849 na fazenda Santa Martha em cujo cemiterio foi enterrado.

Nessa fazenda e já doente, fez elle testamento em 15 de Março desse mesmo anno, testamento que foi escripto pelo Escrivão Manoel Sodre da Conceição e no qual instituiu seus testamenteiros a Francisco Joaquim Lobato e João Manoel Gonçalves Monteiro, seus velhos companheiros de excursões. Nesse documento assignaram como testemunhas: Antonio Francisco dos Santos, Clementino José Ferreira, Antonio Joaquim Cordeiro, e João Antonio Ferreira.

Esse testamento foi aberto em 9 de Junho desse anno, na Villa do Itapemirim, (Termo da Comarca da Victoria) pelo juiz Municipal dos Termos reunidos, Itapemirim, Benevente e Guarapary, em exercicio, o Alferes Custodio Luiz de Azevedo e no qual instituiu Conceição, sua herdeira universal a sua mulher Dona Mario Clara de Jesus. Alguns mezes depois, appareceu a reclamar direitos de herança o filho natural Pedro Celestino; Maria Clara de Jesus abalou-se para a Itapemirim e ahi pelo Escrivão José Monteiro Coutinho de Mello fez lavrar procuração com poderes a Francisco Joaquim Lobato, na qual assignaram como testemunhas, o Capitão Mór Manoel José Esteves de Lima, João Manoel Gonçalves Monteiro, Aurelio Jorge da Silva Quintaes e Manoel da Conceição Silva, isto em 3 de Novembro do mesmo anno de 1849. (Archivos do Cartorio do Tabellião Francisco Braga, Cachoeiro).

A fazenda do S. Francisco do Anta vendeu-a o Capitão Mór Esteves de Lima a um amigo de quem era compadre e companheiro de excursões por esse tempo, (1825) conhecido por “Consul Inglez” o qual, desgostoso por se ter dado um desastre com um dos seus pretos, no engenho da fazenda, por occasião de umas moagens, transferio-a ao mesmo Capitão Mór, que em troca the deu a fazenda de S. Francisco do Alegre, (hoje em completas ruinas) e onde acabou os seus dias. (1)

(1) Por muito tempo andamos em duvida sobre a authenticidade desse personagem, que os antigos diziam ter vivido e fallecido nessa fazenda, sem que nada nol-o provasse.

Da fazenda velha, onde dizia-se ter elle residido, no sitio co-

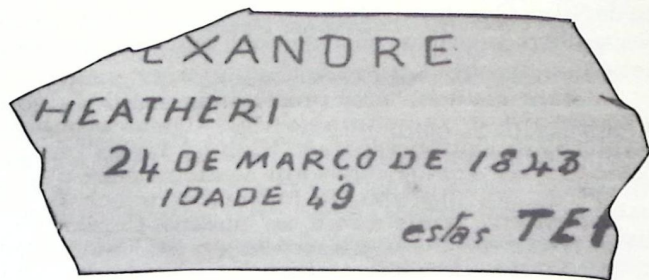
Na fazenda do Papagaio, hoje dividida, residio o Capitão Mór sómente 8 annos vendendo-a em seguida por 24 contos a um dito Tenente Rosas, recebendo por conta apenas um lote de burros. Não se realizando o pagamento do restante, o vendedor moveu accção judicial contra Rosas vindo a fallecer sem estar terminado o pleito, continuou-o seu parente (e diz-se que genro) Capitão José Luciano Lobato mais tarde Barão

nhecido por “Encruzilhada da Feliz Lembrança”, existiam abundantes vestigios. A margem do rio Alegre, que perto corre as suas aguas tranquillas, dizia a tradição ter existido um antigo cemiterio para escravos e delle tambem se destacavam ainda vivos signaes. A superstição popular dava áquelles sitios sombrios, a fama das apparições fantasticas em horas mortas da noite, e isso mais confirmava a existencia por ali, em tempos idos, de vivos que tambem ja eram mortos.

Pelo terreno desse velho cemiterio correu o traçado da Leopoldina Railway e não tardou que innumeradas choças de treballhadores de terras por ali se erguessem como por encanto.

Certo dia um delles descançava á porta do rancho afiando facas numas pedras brancas que despertaram a curiosidade de pessoa que na occasião ia passando, o fazendeiro Major Misael Eugenio de Paiva.

Abeirando-se do garimpeiro, vio elle que as pedras eram pedaços de um marmore tumular com inscrições, e teve a lembrança de reunil-as e levar-nos alguns fragmentos aproveitaveis, que vieram fazer a luz sobre a individualidade desse “consul inglez”. Deu-se esse achado no dila 6 de Dezembro de 1909. São estes os dizeres do bloco existente em nosso poder:



A enxada do rude garimpeiro, revolvendo aquelle tumulo que jazia sob a terra humida da matta sombria havia 66 annos, trouxe á luz que se fazia necessaria a authenticidade da historia. Os autos de inventario de João Teixeira da Conceição, deram-nos o que faltava ao nome.

de São Francisco da Gloria, que a vendeu, revertendo á sua posse, a dita fazenda.

De novo em Minas, Manuel José, que tambem cultivava a politica, achou-se envolvido num alvoroto politico ahi por 1827, que o levou a prisão com alguns companheiros, sendo pouco depois amnistiados.

Já então viuvo, casou novamente com a viuva do Capitão Luiz Rodrigues Sette, prima do Barão do Pontal, já com um filho homem, Luiz Sette. (1)

Por esse tempo dispoz-se o Capitão Mór a emprehender nova excursão pelo Espirito Santo que elle percorrerá antes, tão demoradamente, em 1820, mas desta vez desacompanhado da grande comitiva, pois que vinha rectificar as suas posses e abrir lavouras. Encontrou-as quasi todas abandonadas á excepção do Alegre, Veado e Flores. Ainda desta vez foi ao Itapemirim em visita ao Barão do Itapemirim.

Em 1825 já havia pois, o Capitão Mór Manuel José Gonçalves Monteiro, auxiliado pelo Commendador

(1) Bazilio C. Daemon, no seu livro sobre a Provincia, faz menção de um tal Sargento-Mór, Manuel José Esteves de Lima, requisitando esses soldados para guarnecerem os quartéis de Cachoeiro. Sendo o unico chronista que desse homem se occupa, nada diz sobre os seus precedentes nem sobre o importante papel que elle representou no Sul da Capitania mostrando assim desconhecer-lhe a obra e a origem.

Limita-se a chamal-o Sargento-Mór, o que absolutamente o homem não era e nem requisitou esses milicianos porque ao tempo, era preso politico em Ouro Preto, sendo a requisição feita pelo Barão do Itapemirim, Capitão dos Indios. Vamos com documento official restabelecer esse erro historico, affirmando ser Manoel José Esteves de Lima, Capitão-Mór de Minas e não Sargento-Mór da milicia espirito-santense.

E' a seguinte petição dirigida ao Juiz de Direito de Marianna:

“Diz o Capitão-Mór Manuel Jesé Esteves de Lima, viuvo de D. Thereza Joaquina Fidelis da Silva. Inventariante dos bens do casal, que por morte da mesma tendo ella grande porção de dinheiros em moedas de ouro, prata e cobres, desapareceu, a tempo que semelhante dinheiro devia ser levado ao Inventario; e para servir no conhecimento do seu quantitativo, que sem duvida existe nas mãos do co-herdeiro Luiz Roiz Sette, requer a V. S. se digne dar comissão a quaesquer officiaes de Just. para deferirem os precisos juramentos ainda do proprio co-herdeiro debaixo das penas da Ley. Pede a V. S. seja servido assim mandar.

E. P. M.

Pelo Escr. a qm. dou Comm. para o Juramento. Marianna, 31 de Marco de 1830.

(Assignado).

Segue-se o juramento assignado por Luiz Rodrigues Camara Satte e pelo Escrivão Maximiano Pires da Costa.

Joaquim Marcellino da Silva Lima, fundado os primeiros quartéis de pedestres nesta hoje cidade de S. Pedro de Cachoeiro do Itapemirim, isto é, — um localisado nas immedições da antiga casa Samuel Levy, lado do norte, e outro pouco abaixo das Duas Barras onde se acantonaram os exploradores.

Assim foi o começo da nossa cidade.

Quartéis de pedestres e alguns acostados “linguas” para resistirem ás constantes e perigosas investidas dos selvagens sinistros contra os raros tropeiros que desciam do sertão immenso e os corajosos que se iam accommodando nestas paragens plantando as suas primeiras lavouras.

Era a matta, densa, a solidão onde se não podia permanecer dous mezes sem que o espirito se rendes-se ao desespero e a angustia, pela constante alerta contra as feras e os selvagens que infestavam o matto, aggressivos e barbaros.

Ainda trez annos depois, o Conselho Geral da Capitania deliberara em data de 11 de Abril de 1828 e em virtude de requisição do Capitão Geral dos Indios, enviar mais 11 pedestres para guarnecerem os quartéis que não offereciam segurança ou garantia contra as depredações dessas hordas irreductiveis.

Taes eram as difficuldades e perigos que offereciam a travessia ou estadia por estas regiões, que só muito mais tarde, em 1857, foi autorizada pelo então Presidente da Provincia, Olympio Carneiro Viriato Catão, a abertura da primeira estrada da Villa do Itapemirim a Cachoeiro de Itapemirim sómente até Morro Grande, e a construcção da ponte sobre o rio Muquy, isso mesmo só conseguido depois que, em 1850, em truculentas e successivas refregas foram os indios e os negros fascinosos em parte exterminados pela gente do Capitão Ignacio de Loyola e Silva e pela guarda do Delegado de Policia do Itapemirim, Dr. Rufino Rodrigues Lapa, de concerto com o famoso chefe de policia da Provincia, Antonio Thomaz de Godoy.

Depois de novos trabalhos para assegurar as suas posses com a definitiva occupação, regressou afinal esse benemerito Manuel José, para Marianna, onde de novo enviando, largou-se de vez para as suas mattas da Capitania, installando-se na sua fazenda Santa Martha hoje dividida em differentes propriedades.

Em 1830 ainda vieram de Portugal os seus dous sobrinhos Antonio Manuel Gonçalves e Francisco Joa-

quim Lobato. A este encarregou o Capitão Mór das plantações de algodão que já tinha grande incremento na fazenda S. Bartholomeu a poucos kilometros do antigo Pombal, Estação Reeve, Alegre. João Manuel tinha em 1897, 75 annos, quando nos forneceu as primeiras notas dessa historia em que tomára activa parte, Francisco Joaquim Lobato estava nessa época entrado nos seus 83 annos e residia na sua fazenda Paraizo, em Tombos do Carangola.

Calixto, o caboclo guia, era ainda vivo e cheio de descendencia. Os demais já não existiam.

Pezado de annos e alquebrado por um viver agitado por trabalhos e canseiras, sem familia, o Capitão Mór Manoel José Esteves de Lima foi procurar o merecido repouso na fazenda Santa Martha onde veio a fallecer em Dezembro de 1855, aos 77 annos de idade.

Apenas dous annos mais, (Fevereiro de 1857) figurou na presidencia da provincia o seu grande amigo Barão do Itapemirim que, por oito vezes, desde 2 de Março de 1842 teve, como vice-presidente as readeas do governo da Provincia a quem foi confiada a difficil direcção do Aldeamento Imperial Affonsino, hoje Conceição do Castello, e a quem a provincia deveu os mais assignalados serviços.

D’ahi por deante os acontecimentos seguiram o seu curso natural e plantados estavam os primeiros fundamentos da futura cidade que logo em Julho de 1856 recebia o baptismo official com os foraes de freguezia de S. Pedro das Cachoeiras de Itapemirim.

Ainda assim, embora já existisse a estrada do Itapemirim e a despeito dos quartéis, (o de Cachoeiro até o anno de 1855 era composto de uns dez pedestres e um inferior commandante; o corpo pilicia da provincia só foi creado em 26 de Julho de 1858 com 30 praças de pret) onde nem sempre a disciplina era observada, uma boa dezena de annos se escoou, o que em parte attribuimos á invasão do cholera morbus em 1855, até que, gente vinda das Capitancias do Rio de Janeiro e de Minas Geraes desceu nelas picadas através as mattas ou as foi abrindo, (pois que desde 1831 achava-se já obstruida por falta de frequencia, a estrada de São Pedro de Alcantara) attrahida pela fama do ouro, das boas terras e das fartas aguas nossas.

Eram os botocudos feios no aspecto e duros no trato; aggressivos e indoceis, só o frade catechista dominava-os mais pela força e pela astucia que pela

uncção das maneiras. Nutriam odio e desconfianças contra os “quarteis” no que, seja dito por amor á justiça, tinham sempre as melhores razões. Esses quartéis eram guarnecidos por soldados mestiços e negros, de ordinario commandados por um inferior branco, tão bom como elles. Essa gente era pouco escrupulosa nos costumes porque o meio tudo lhe permittia; muitas vezes os pobres indios após os assedios que lhes custavam a vida e os haveres, viam-se roubados em suas mulheres e filhas que os soldados homisiavam nos proprios quartéis.

E’ facil imaginar-se a colera do selvagem.

Mas acontecia que muitos dos raptos tomavam-se de affectos pelas suas jovens companheiras occasionaes e, mais dias menos dias, sob a palhoça armada em cima de quatro paus fincados á margem do rio, colhendo a parca roça ou pescando, iam, chorando á viola nas tardes mornas do sertão, a cantiga que ouvirão ao portuguez, creando os filhos que Deus lhes dera, os fortes “curibocas” que foram por sua vez os primeiros povoadores ribeirinhos que abriram os claros nas mattas que os brancos avidos lhes iam tomando depois, sem olhar a meios.

SEXTA PARTE

A gente antiga

1820 - 1889

No relatar os acontecimentos que se vão produzindo no cyclo evolutivo de um povo, parece justo não esquecer os nomes dos que, por sua acção directa nos factos ou como simples contemporaneos, forão as primeiras figuras na formação de uma sociedade que attingindo a sua maioridade quer saber o que foi e não vascilla deante dos tumulos cobertos da poeira dos annos, fazendo reaparecerem á luz rutilante dos tempos novos, os que nelles dormen, para o inquerito e o juizo da Historia.

Releve-se pois, que nesta desvaliosa monographia da terra onde vivemos, gravemos esses nomes com os detalhes de como vivião os homens e erão as cousas no antigo tempo, registrando minucias que pareção descabidas ou pueris, mas que o não são, dada a estreiteza do meio onde este estudo foi escrutar cousas idas e ainda porque poderão servir de base a vistorias, quando as gerações tenham necessidade de consultar as suas origens genealogicas.

Por certo os nossos heroes não se apresentam no plenario da nossa historia revestidos desse prestigio dos grandes vultos do passado, mas forão esses os nossos e só delles nos apraz tratar porque só a elles devemos este preito.

Diremos antes de tudo que toda a acção inicial do nosso apparecimento por estas plagas e a que se foi seguindo na formação definitiva da nossa sociedade, forão produzidas por portugueses.

Pela força do seu braço forte abaterão-se as primeiras florestas; singrarão os nossos mares e os nossos rios os seus pesados barcos; fincarão-se os esteios das primeiras habitações; formarão-se com os elementos indígenas as primeiras familias e ainda

contrado ao chegar, a gente de que acima damos noticia, como para adeante se verá.

Para melhor intelligencia dos factos e conhecimento dos homens que, embora residentes no velho municipio do Itapemirim fizeram transito e commercio por estas paragens e nas cousas d'aqui tomarão activa parte, subamos o rio desde a sua foz e vencendo as curvas caprichosas das suas aguas, sigamos com olhar investigador esses campos silenciosos que vêm morrer ás barrancas esboroantes e digamos do passado dessas ruivas que forão outr'ora engenhos e fazendas e d'aquelles que em dias felizes lhes derão vida e fama.

RIO ITAPEMIRIM — SUL

BARÃO DO ITAPEMIRIM — Fazenda da Queimada, na Barra do Itapemirim.

BARÃO DO ITAPEMIRIM — Fazenda — Muquy. Residencia. O Sargento Mór de Milicias Joaquim Marcellino da Silva Lima era natural de S. Paulo e viveu nos primeiros tempos em Benevente. Casou com D. Leocadia Tavares da Silva, filha do Capitão José Tavares de Brum e passou a residir então, no Itapemirim. Desse consorcio teve os seguintes filhos: Joaquim Marcellino da Silva Lima, Dr. Luiz Siqueira da Silva Lima, Francisco Bernardes da Silva Lima, José Marcellino da Silva Lima, (Zezinho Barão) Maria, Leocadia, Thomazia e Izabel. Destas trataremos para adiante. O Barão foi senhor de muitas fazendas no Itapemirim e no districto de Cachoeiro. Homem publico e politico de grande prestigio estava sempre em evidencia e muitas vezes dirigio com muito criterio os negocios da Provincia na qualidade de vice-presidente, sem descurar da actividade necessaria á gestão dos seus vultuosos bens. Nesse character, prestou como nenhum outro, reaes serviços á provincia.

Foi pelo Imperador D. Pedro II agraciado com o titulo de Barão com Grandeza, em 9 de dezembro de 1848. Era Director Ge-

ral dos Indios da Provincia, pelo que gosava as honras de Brigadeiro.

O palacete que habitava, á margem do Itapemirim, era construido no feito dos castellos medievaes sobre o alto de uma collina de onde se descortinava a vastidão do oceano. Escadarias de marmore com leões á entrada e torreões nos cantos. O interior era luxuoso e brunido, contendo bibliotheca, salões de bilhar, salla d'armas e alcovas primorosas com leitos marchetados. Os salões erão adornados de quadros e grandes retratos de ante-passados. As baixellas de prata pesadas brilhavão na vasta copa severamente decorada e sombria. Como nos castellos feudaes, tambem tinha os seus desvãos meio subterraneos e capella magnifica. Nella erão celebrados os casamentos dos seus filhos e parentes. Essa capella, votada a S. Antonio, já a encontrara o Barão quando comprara a fazenda a D. Gertrudes Maria de Santo Antonio, viuva do Capitão Mor Miguel Antonio de Oliveira.

A fazenda tinha pomar e alamedas de bambus. No mar tinha a seu serviço dous navios veleiros.

DR. RUFINO RODRIGUES LAPA — Residia na "Fazendinha" propriedade do mesmo Barão. Era esse homem, medico contractado pelo Barão do Itapemirim para tratar dos escravos das suas fazendas. Em 1856 o Dr. Lapa abandonou a fazenda onde residia e recolheu-se a casa do Capitão Ignacio de Loyola e Silva que aqui morava. O Barão estava então, na Victoria, na presidencia e de volta, não o encontrando, abandonou-o. Era casado com D. Julia Francisca Lapa de quem tinha a filha de nome Maria que abandonou-os. Erão compadres e intimos do Coronel Werneck. Em 1862 ainda estavam na Provincia, mas acabarão desprovidos de recursos. O dr. Lapa foi um delegado de policia que prestou os melhores serviços na repressão dos indios e do banditismo destas mattas.

CAPITÃO ARCHANJO JOSÉ DE SOUZA — Fazenda da "Lancha", antigo dono. Passou depois a residir

no lugar “Brejo dos Patos”. Teve uni filho chamado Archanjo e uma filha, Thomazia, que casou com o portuguez Joaquim Gomes dos Santos Maia, negociante na villa do Itapemirim. A fazenda pertenceu depois a Laurindo José Alves que a vendeu ao Coronel Francisco Martins de Azambuja Meirelles e este a Balbino Quintaes que por ultimo a vendeu ao Capitão Joaquim Alves Junior, seu actual proprietario.

CORONEL JOÃO RODRIGUES BARBOSA — Fazenda do Cotta. Casado com D. Ursula Barreto Barbosa viuva de Joaquim Moreira da Silva Lima que era filho do Tenente Luiz José Moreira e D. Thomazia da Silva Medella, casados ambos em segundas nupcias. O casal teve uma filha que casou com Franklim Carvalho. As duas filhas do primeiro matrimonio de D. Ursula, casarão-se: D. Ignacia com Joaquim Marcellino da Silva Lima, e D. Rita com Francisco Bernardes da Silva Lima, ambos filhos do Barão do Itapemirim.

JOÃO MARQUES PEREIRA — Fazenda da Barra-Secca. Já era viuvo em 1855. Entre outros filhos teve o de nome Manuel Marques Pereira.

A fazenda em seu principio pertenceu ao Coronel Francisco José Alves da Silva.

CORONEL FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA — Fazenda do Araçá — Era filho do opulento fazendeiro Joaquim José Alves que, embora possuísse aqui muitas fazendas e terras, residia no Municipio de Campos. Foi tambem proprietario da fazenda da Barra-Secca.

D. RITA MOREIRA — Fazenda “Paineiras de Baixo” — Nos seus principios pertenceu esta fazenda ao rico lavrador residente em Campos, Joaquim José Alves por morte do qual veio a pertencer á D. Rita, sua filha casada com Luiz Moreira da Silva Lima, seu sobrinho, e filho de D. Marianna Moreira, da “Ribeira”. Foi o seu ultimo proprietario o cidadão portuguez Manuel José Machado que já trabalhava na fazenda e acabou adquirindo-a por compra das partes, aos herdeiros. Esse Luiz Moreira residia nos ultimos tempos em um sitio á beira mar denominado Jaboty, ao sul

da Barra do Itapemirim. A tara physiologica devido á consanguineidade, muito se accentuou na progenie desse casal.

CAPITÃO-MÓR FRANCISCO DIAS PACHECO GUIMARÃES — “Paineiras de Cima”. Por elle fundada, era como todas, engenho de assucar e aguardente. Passou depois a pertencer ao seu filho, Sargento-Mor João Dias Pacheco Guimarães e por morte deste á sua filha, D. Maria casada com Francisco de Salles Cordeiro. Fallecidos tambem, estes, passou a fazenda a pertencer aos filhos, Francisco de Salles Cordeiro Junior, Capitão Galdino de Salles Cordeiro, João Dias, Maria e Mathilde. No local onde existiu esta fazenda é que está edificada o importante estabelecimento existente no municipio do Itapemirim, denominado “Usina das Paineiras”.

D. MARIA BERNARDES FERREIRA — Sitio “São Miguel”, beira rio. Em 1854 já era viuva de um irmão de Francisco de Salles Cordeiro, antigo dono das “Paineiras”. Tinha os filhos: Francisco Ferreira, Julião Ferreira, José Ferreira, Antonio Ferreira, Beatriz e Francisca.

CAPITÃO JOAQUIM ALVES — (vulgo, tempestade) — Sitio de “Coqueiros”. Era pai do Coronel Joaquim Alves Junior, casado com uma filha do Capitão Meirelles, da fazenda da Lancha. Essa propriedade foi primitivamente do Alferes Manuel José Alves, filho de Joaquim José Alves, fazendeiro residente em Campos.

LUIZ ALVES DA SILVA — Fazenda dos Ayrizes. Era casado com D. Maria Quintaes irmã de Luiz Quintaes e de Aurelio Jorge Quintaes, socios da primeira casa commercial desta cidade, Quintaes & Irmãos. O casal teve 5 filhos, dos quaes uma casada com o primo, Joaquim Jorge da Silva Quintaes; outra com Antonio Borges e ainda outra com um mineiro conhecido por Manuel Vianna.

FORTUNATO JOSÉ TAVARES DA SILVA MEDELLA — Era filho do Capitão José Tavares de Brum e, portanto, cunhado do Barão do Itapemirim. Teve fazenda no Brejo dos Patos. Falleceu no Itapemirim, em 30 de Outubro de 1867. Casado com D. Josepha Maria da Conceição.

GUILHERME JOHNSTON — Fazenda Itabira. Subdito inglez. Veio da Inglaterra em 1849 fazendo parte de uma commissão de engenheiros que esteve no Rio Doce até 1851. Ahi casou com uma senhora india e pouco depois veio para a fazenda do Barão do Itapemirim, como machinista. Retirando-se desse lugar veio para a fazenda da Safra e ahi permaneceu até 1876, anno em que falleceu já então residindo no seu sitio do Itabira. Teve os seguintes filhos: Guilherme Johnston Junior, que residio em Victoria. Maria Johnston, viuva de Francisco de Saltes Ferreira Junior, Izabel Ascassibas viuva de Francisco Ascassibas, D. Julia Johnston, casada com João Paulo Ferreira Rios ainda vivos, e D. Aurelia Johnston casada com o Escrivão Marcollino José da Fonseca.

Esse Raphael Ascassibas era um hespanhol carpinteiro e mechanico que por aqui andava nesse tempo.

FRANCISCO DA ROSA CARVALHO — Fazenda do “Chico Ilhéu”. Portuguez. Era pae do antigo negociante desta cidade, Antonio da Rosa Carvalho Machado. Era casado com D. Josepha Machado, de quem houve 16 filhos. A fazenda passou depois a pertencer a João Cunha fallecido este anno.

D. MARIANNA BARRETO MOREIRA — Viuva de Francisco Moreira da Silva Lima. Tronco de importante progenie, era esta senhora filha do abastado fazendeiro Joaquim José Alves que residia na sua fazenda “Boa Esperança” no município de Campos, irmã, portanto, do Coronel Francisco José Alves da Silva. D. Marianna era mãe do Major Joaquim Moreira da Silva Lima casado com D. Leocadia Gomes, neta do Barão do Itapemirim, e Luiz Moreira da Silva Lima, casado com D. Rita, filha de Joaquim José Alves, sua tia.

Primitivamente a fazenda chamou-se “S. Gregorio da Ribeira”.

MAJOR JOAQUIM MOREIRA DA SILVA LIMA — Filho de D. Marianna Barreto Moreira, e casado, como ficou dito, com D. Leocadia Gomes, neta do Barão de Itapemirim. E’ pae do illustre me-

dico, ainda hoje residente na Villa de Itapemirim, o Dr. José Moreira Gomes. Tem mais os seguintes filhos: Franklim Moreira, casado com uma filha de Antonio Moreira da Silva Lima; Francisco Moreira; D. Maria Moreira, casada com Joaquim Marcellino da Silva Lima, neto do Barão; D. Leocadia, viuva do cidadão portuguez João Rebello; D. Marianna Moreira que foi casada com o Dr. Meirelles; D. Adalgisa Moreira, casada com Walter de Lima Pinheiro; D. Esmeraldina, casada com Cesar da Silva Lima; D. Esther Moreira, casada com Oswaldo Lima, irmão de Cesar e ambos netos do Barão de Itapemirim; Francisca Moreira, viuva de Antonio Rodrigues da Cunha Junior (de S. Matheus), filho do Barão de Aymorés.

FRANCISCO BERNARDES DA SILVA LIMA — Fazenda do “Cancan”. Era filho do Barão do Itapemirim. Casou com D. Rita enteada do Coronel João Rodrigues Barbosa, do “Cotia”. Era pae de Francisco Bernardes da Silva Lima ainda vivo e fasendeiro em Santa Maria, “S. Felipe”. D. Rita casou em segundas nupcias com o coronel Joaquim Gomes Pinheiro da Silva, do “Ouvidor do Sul”.

CORONEL JOAQUIM GOMES PINHEIRO DA SILVA — Fazenda Ouvidor do Sul. Casou com D. Rita Barbosa viuva de Francisco B. da Silva Lima. Era pae de Walter de Lima Pinheiro. Teve como administrador da fazenda a José de Souza Caiado pae de Albino Caiado, Joaquim Antonio Caiado e outros.

AUGUSTO JOSÉ ALVES — Sitio Lorangeiras — Hoje pertencente á Safra. Era filho do fazendeiro Joaquim José Alves, de Campos, e casado com D. Macrina Alves.

D. JOSEPHA SOUTO BELLO — Fazenda da Safra. Esta fazenda foi fundada por José de Barros Pimentel que fora assassinado entre as fazendas Lancha e Cotia. Este homem de quem adiante trataremos, era de certa representação. Possuía tambem terras no Rio Doce, foi deputado provincial e fez parte da primeira Assembléa inaugurada em 1 de Fevereiro de 1835. A fazenda legou-a elle por tes-

tamento a D. Josepha Souto Bello sua afillhada e casada com Joaquim Bello de Araujo. Tinha como administrador dos seus bens ao Major Urbano Rodrigues Souto, seu irmão. D. Josepha era filha do Commendador Domingos Rodrigues Souto (1) e D. Anna Joaquina de Pinho Souto que falleceu na Victoria em 2 de Setembro de 1882, aos 83 annos de idade. O pae de D. Josepha era grande negociante em Victoria e possuidor de varios navios mercantes. D. Josepha Souto teve duas filhas: Anna, que se casou com o Dr. Joaquim Pires de Amorim e falleceu em 18 de Janeiro de 1887, e Leonor, que casou com o Dr. Leopoldo Deocleciano Augusto de Mello Cunha e falleceu em 25 de Julho de 1885.

Urbano Rodrigues Souto falleceu na fazenda, em 12 de Março de 1882.

A fazenda da Safra tinha no mar, a seu serviço, o navio cargueiro armado em escuna, denominado Safra.

Em certa época foi essa fazenda um tanto turbulenta. Os seus escravos andavão sempre em permanente revolta e mais de uma victima tombou aos seus golpes.

Era muito frequentada por viajantes commerciaes do Rio e moços doutores que ahi promovião bailes e diversões outras, muito animadas. Mesmo em terras da fazenda, na chamada serra da Tijuca, havia um poderoso homisio, (quilombo) de pretos fugidos que até cultivavão roças. A fazenda parlamentava com esses negros por meio de uma bandeira branca suspensa ao topo de um mastro fincado no terreiro. Isto durou até o termo da escravidão.

Joaquim Bello de Araujo fora administrador da fazenda, ao tempo do seu fundador, José de Barros Pimentel. Este foi tambem primeiro procurador fiscal effectivo da Fazenda Nacional por nomeação de 13 de Fevereiro de 1835.

(1) Domingos Rodrigues Souto foi Vice-Consul dos Estados Unidos, na Victoria nomeado pela Regencia em 1833.

BELCHIOR RANGEL BAPTISTA — Sitio dividindo com a Safra. Era casado com uma filha de Francisco Ovelho Salles Cordeiro, das Paineiras, Tiverão cinco filhos: Maria, Anna, João, Antonio e Balthazar.

ANTONIO PINTO VELLASCO — Sitio dividindo com Belchior. Era casado com uma das netas do Major Antonio da Silva Povoas, um dos que primeiro se retirarão das minas de Santa Anna do Castello em 1776 e já bastante velho falleceu no Itapemirim em 1877.

CAPITÃO BENTO JOSÉ DA ROCHA — Fazenda "União". O Capitão antes d ser dono desta fazenda foi proprietario da fazenda São Felipe, onde em principio residio. Era casado com D. Felicia Souto, irmã de D. Josepha, da Safra, e mãe de D. Felicia Souto Braga esposa do negociante portuguez João Marques de Carvalho Braga, e de D. Marianna Souto que casou com Custodio Teixeira Maia.

RIO ITAPEMIRIM — NORTE

CAPITÃO JOSÉ TAVARES DE BRUM — Era proprietario da antiga "Fazendinha" que nesse tempo abrangia as terras dos lados sul e norte do rio. Dos primeiros habitantes do Itapemirim, pois, já pelos annos de 1760 era possuidor desses terrenos e tinha engenho de assucar.

Era sogro do Sargento-Mór de milicias, Joaquim Marcellino da Silva Lima, depois Barão do Itapemirim. Delle trataremos mais detalhadamente em outro capitulo.

COMMENDADOR JOÃO NEPOMUCENO GOMES BITTENCOURT — Fazenda da "Area". Como todos os Gomes Bittencourt, fazia parte da grande e importante familia dos "Moços da Area", rivaes irreconciliaveis do Barão do Itapemirim. Teve dous filhos que forão: o Dir. Manuel Gomes Bittencourt, medico, e o Major Francisco Gomes Bittencourt. Fez parte da primeira Assembléa Legislativa da Provincia, inaugurada a 1º de Fevereiro de 1835.

MAJOR FRANCISCO GOMES BITTENCOURT — Fazenda "Coroa da Onça". Foi vice-presidente da Provincia, em cujo cargo prestou bons ser-

viços e falleceu de variola, na sua fazenda, da peste reinante nesse tempo, em 27 de Fevereiro de 1868. Com o seu desaparecimento desorganizou-se no Itapemirim o partido Conservador de que era chefe muito acatado. Foi também deputado provincial.

CORONEL HELIODORO GOMES PINHEIRO — Fazenda do "Rumo". Falleceu no Itapemirim, em 6 de Março de 1885.

CAPITÃO JOSÉ GOMES PINHEIRO — Fazenda do Ouvidor do Norte, este era genro do Barão do Itapemirim, casado com D. Maria Gomes, avós do Dr. José Gomes Pinheiro Junior, medico, residente no Rio, e do Dr. José Moreira Gomes, também medico, residente em Itapemirim.

Todos esses Gomes e Pinheiros são filhos do antigo fazendeiro do Itapemirim, Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa, portuguez.

D. JOSEPHA LUIZA MOREIRA — Fazenda "Colheres". Esta fazenda foi uma das pertencentes ao vasto dominio do Tenente Luiz José Moreira, seu possuidor e pae de D. Josepha, (do seu primeiro matrimonio) a quem coube a fazenda, por herança.

Era casada com Francisco Borges da Silva. A fazenda compunha-se de duas mil braças de frente sobre uma legua de fundo, alcançando a fazenda Ponta Grossa, pertencente mais tarde a Victorino Joaquim da Rocha.

Em segundas nupcias foi o Tenente Luiz José Moreira casado com D. Thomasia da Silva Medella, viuva do Capitão José Tavares de Brum, havendo desse consorcio os dous filhos — Francisco Moreira da Silva Lima e Joaquim Moreira da Silva Lima.

Por fallecimento de D. Josepha L. Moreira, coube a fazenda ao seu filho Capitão Firmino Borges da Silva e por morte deste, aos filhos, (netos de D. Josepha) Maria Borges, casada com Damasio Alves de Carvalho e Francisco Borges da Silva Netto.

Era D. Josepha bisavó do cidadão Da-

maso de Carvalho estabelecido nesta cidade com padaria.

Na sua origem fora esta fazenda um sitio aberto por um velho caboclo que ali cultivava roças.

CAPITÃO EDUARDO BELLO DE ARAUJO — Fazenda da Boa Vista. Era filho do subdito portuguez José Bello de Araujo casado com D. Anna Tavares, filha do Capitão José Tavares de Brum, cunhado portanto, do Barão do Itapemirim. Teve um filho, Eduardo Bello que era casado com uma filha do Barão de Tatupeus cuja viuva, nesse tempo, andava leccionando nas grandes fazendas. O Barão, sabio allemão, foi lente de grego no antigo e conceituado Collegio D. Pedro Segundo, no Rio de Janeiro e ainda o era em 1883 quando o conhecemos. Pertence hoje essa fazenda aos herdeiros de Narciso da Costa Pinto.

MAJOR CAETANO DIAS DA SILVA — Fazenda do Limão. Era cunhado dos "Areas", do Itapemirim. De origem portuguesa, foi entretanto, dos mais devotados ao seu lugar. Foi deputado provincial, fundou a Colonia do Rio Novo onde empregou a sua fortuna e forças. Abriu a fazenda da "Gruta" cuja posse comprou a Candido Martins Esteves e estendeu-a. A elle também se deve o ser o porto do Itapemirim frequentado por vapores costeiros. Em 23 de Julho de 1830 obteve carta de piloto assignada pelo Marquez de Paranguá, Ministro da Marinha, conferida em virtude de exame que prestou na então Imperial Academia de Marinha do Rio de Janeiro. Falleceu no Rio em 24 de Dezembro de 1868.

JOÃO ALVES DE MELLO — Fazenda do Degredo — Portuguez das ilhas. Casado com D. Felismina, já então viuva de um Pedrosa que deixara os filhos: Joaquim, José, Antonio, Thereza e Marianna. De João Alves houve apenas uma filha, Francisca, que casou com o portuguez Custodio Gomes Novo.

D. THOMAZIA TAVARES — Fazenda do "Gato". Era filha do Capitão José Tavares de Brum e Silva. Casou com o portuguez Manuel Bello

Xavier, e enviuvando desposou novamente a Manuel Antonio da Fonseca tambem portuguez. Do primeiro consorcio teve as filhas Luiza e Thomazia. Falleceu em 19 de Janeiro de 1868. D. Thomazia era uma senhora de bello porte, mas de coração pouco affectivo, e cega ás impulsões amorosas, no seu tempo.

VICTORINO JOAQUIM DA ROCHA — Fazenda da Ponta Grossa. Portuguez. Casado com D. Senhorinha Gomes Rocha. O casal teve os seguintes filhos: Capitão Paulino Joaquim da Rocha, André Rocha, Manuel Joaquim da Rocha, D. Josepha que casou com Manuel José Machado, tambem portuguez e dono, mais tarde, da Fazenda das Paineiras.

D. MARIA GOMES — Fazenda do Ouvidor do Norte — Filha do Barão d Itapemirim, viuva do Capitão José Gomes Pinheiro. Do casal existião os seguintes filhos: José Gomes Pinheiro, (pae do medico José Gomes Pinheiro Junior) Francisco Gomes Pinheiro, Joaquim Gomes Pinheiro, D. Maria Gomes Pinheiro casada com José Alexandre (fallecido em Friburgo) e D. Leocadia Gomes que casou com o Major Joaquim Moreira da Silva Lima, paes do Dr. José Moreira Gomes.

CORONEL JOSÉ GOMES PINHEIRO — Fazenda de S. José — Era filho do Capitão José Gomes Pinheiro e D. Maria Gomes, filha do Barão do Itapemirim. O coronel era casado com D. Victoria Moreira da Silva Pinheiro, fallecida em 17 de Novembro de 1869. Erão paes do Dr. José Gomes Pinheiro Junior, medico, e outros. O Capitão José Gomes Pinheiro era da Familia dos "Areas" do Itapemirim.

MANUEL DA CONCEIÇÃO VIANNA — Portuguez. Era avô do actual agente do correio desta cidade. Primo da Conceição Vianna. Morou na mesma casa onde depois residiu o Capitão Ignacio de Loyola, na fazenda do "Conceição" que delle tirou essa denominação que com o tempo perdeu. Da familia Conceição havia no Itapemirim, Conrado, Luiz e José.

BERNARDINO FERREIRA RIOS — Negociante e fazendeiro. Fazenda "Cachoeira Grande". Desta fazen-

da erão as terras do "Monte Christo". Por morte de Bernardino Rios passou a Cachoeira Grande a pertencer a João Paulo Ferreira Rios filho deste e a Joaquim Theodoro genro do mesmo, que foi o que abriu Monte Christo e cujos trabalhos depois abandonou. Passou mais tarde essa propriedade a pertencer a Simão Rodrigues Soares, do Itapemirim, o qual ahi fez grandes derrubadas e fundou definitivamente a fazenda, auxiliado nesses trabalhos por José Bento de Magalhães.

O commercio nesse tempo era muito animado, pois descião de Minas numerosas tropas carregadas de toucinhos, carnes, fumos, etc., e voltavão conduzindo muito sal e fazendas. Para a caza commercial de Rios trabalhavão no Itapemirim os dous veleiros mercantes "Deus te Ajude" e "Santa Barbara" em constantes viagens para o Rio de Janeiro e erão propriedade desse negociante.

Bernardino Rios era de Paulo Moreira, (Minas) e para aqui viera com toda a familia no anno de 1854. Era casado com D. Barbara Demethildes Rios e falleceu em 19 de Fevereiro de 1859. Do casal houve os seguintes filhos: Henriqueta de Souza Rios casada com o Capitão Francisco de Souza Monteiro; João Paulo Ferreira Rios; Theophilo Rios; Bernardina F. Rios que casou com Francisco de Abreu Silva Sobrinho, em 27 de Maio de 1865; Rosa M. Ferreira Rios que casou com Severiano Monteiro de Souza em Dezembro de 1863; Maria Barbara F. Rios que casou com Joaquim Theodoro Pereira; em 1861; e Antonio Manuel Ferreira Rios.

Bernardino Rios teve um irmão chamado Antonio Ferreira Rios, que falleceu em 1874, em Buenos Ayres.

JOÃO FELIX — Portuguez das ilhas. Era administrador do "Morro Grande", fazenda do Barão do Itapemirim. Casou com uma filha da velha Felizarda moradora nas proximidades das "Duas Barras" onde se acha a Estação "Coutinho" na linha do Alegre, E. F. Leopoldina.

Era mulher muito protegida do Capitão Pedro Dias do Prado.

TENENTE FRANCISCO AVELINO DE FREITAS BICALHO — Morou a principio onde se encontra hoje o collegio das Irmãs de Caridade, numa choupana. Depois foi residir na sua fazenda em Santa Anna do Itabira, proximo a esta cidade. Mudou-se mais tarde para o Castello e estabeleceu-se na sua fazenda onde falleceu em 31 de Janeiro de 1873. O tenente Bicalho era homem muito considerado por suas boas qualidades. Pelos serviços prestados durante a revolução de Minas em 1842, era condecorado pelo governo d'aquella provincia. Foi aqui delegado por muito tempo e nesse cargo deu provas de homem severo e justo.

ANTONIO FRANCISCO MOREIRA — Portuguez, dos mais antigos do lugar. Era casado com D. Maria Francisca Moreira, filha de Antonio Bento da Silva, e D. Maria Bento da Silvia, lavradores rio acima.

Possuia fazenda no lugar denominado hoje, Virginia, as margens do Rio Novo, e tinha muito terreno na parte norte desta então freguesia. Presume-se ter vindo pelos annos de 1855 a 1857.

Era homem caridoso e philantropo sempre inclinado ao bem e christão fiel aos seus sentimentos religiosos. Contribuiu para a construcção da casa da Camara da villa, fez o cemiterio publico e foi o exclusivo fundador da Igreja matriz velha, dedicada ao Espirito Santo, que edificou no lugar hoje occupado pela fabrica de cimento desta cidade. Para o patrimonio dessa Igreja deu elle um alqueire de terreno em redor do templo que ficou concluido em 1863. Antonio Moreira foi assassinado por um seu escravo em 30 de Outubro de 1877. Delle havião outros irmãos aqui residentes, entre os quaes Manuel Francisco Moreira que lhe assistio os ultimos momentos.

Entre outros, forão constructores dessa Igreja os seguintes artistas portuguezes:

ANTONIO FERREIRA PENEDO — Morador na Cobiça, casado com D. Maria Magdalena filha de José

Gomes Prates. Falleceu em 1917, deixando prole numerosa e considerada, residente nesta cidade.

ANTONIO MOREIRA RODRIGO — Casado com D. Bernarda Moreira da Fraga, filha de Manuel Francisco Moreira. Viuvo, casou segunda vez com uma filha de Francisco da Rosa, morador no Canudal, Rio Novo.

ANTONIO PEREIRA COELHO — Casado com D. Bellarmina Gonçalves filha do Escrivão Joaquim José Pereira Gonçalves. Essa senhora, enviuvando, casou de novo com o Capitão Ignacio de Loyola e Silva que já era edoso e fora tambem sogro desse mesmo escrivão Gonçalves, cuja primeira esposa, D. Maria Loyola, era sua filha.

JOSÉ DA CUNHA GUIMARÃES — Portuguez natural da freguezia de Fontes. Em 1854 comprou a Caetano Alves de Abreu o sitio denominado Vargem Grande no ribeirão Salgado. Fallecendo em Março de 1857 deixou todos os bens que possuia á preta mina, Rosa, com quem convivia e teve os 4 filhos, Anna, Jacintho, Vincencia e Deolinda. Existem descendentes.

CAETANO ALVES DE ABREU — Em 1853 já residia na Vargem Grande hoje fazenda do "Soturno" e era casado com D. Anna Ferreira do Espirito Santo. Dessas terras venderão elles parte a José da Cunha Guimarães. Era portuguez e ninguem o conhecia senão por "Velho Caetano". Esses sitios passarão depois a pertencer a outro "Velho Cunha" sogro de Joaquim da Costa Campos e Simão das Neves Guimarães. Esse Abreu era dos mais antigos no lugar.

CONRADO GONÇALVES VIANNA — Residia no Itapemirim e era casado com D. Euphrosina da Conceição Vianna. Erão os pais de Primo da Conceição Vianna chefe de grande familia, aqui residente. Em 1855 era Escrivão da Meza de Rendas do Itapemirim. Delle vê-se ainda escriptos nos autos de Inventario do Alferes Francisco José Affonso, do Veado, e no qual se achão consignados os legados de 50\$0000 — para auxilios á construcção da Igreja Ma-

triz do Alegre, e 30\$000 — para a bandeira do Divino Espirito Santo, desse mesmo arraial. Era numerosa, a familia Vianna, no Itapemirim e alem de outros erão muito conhecidos Umbellino Gonçalves Vianna e Valentim Gonçalves Vianna. Este, com o Manuel de Jesus Lacerda, servirão de avaliadores nos bens dados a inventario pela viuva de Bernardino Ferreira Rios, em Março de 1862, nesta villa.

O tronco dos Viannas vem de João Gonçalves Vianna o qual em 1816 foi um dos Vereadores da primeira Camara Municipal do Itapemirim.

JOÃO MOULAZ (MOULAY) — Suisso natural de Vewey. Antigo morador, tinha uma pequena fazenda no lugar Caxoeiro, á margem norte do rio Itapemirim, onde já era morador desde 1839. Essa propriedade defrontava com Alexandre Davidson e Manuel Chrispim da Silva. Tendo feito uma viagem á Suissa, lá veio a morrer, sendo os seus bens arrolados pela autoridade competente. Deixou um filho, João Moulaz que ficou sob os cuidados do Major Caetano Dias da Silva. Quando souberão da sua morte, fugirão-lhe os escravos, e, como documento curioso da epoca, reproduzimos a conta apresentada pelo inventariante dos bens e recebida do Juiz Municipal em exercicio, o alferes Custodio Luiz de Azevedo, junta aos autos de requisição feita pelo mesmo major Caetano, em 1851.

“Villa do Itapemirim, 26 de Outubro de 1848.

“Lista das despesas que fiz com a prisão dos escravos do Ausente João Moulaz por não quererem obedecer ás ordens do Juiz.

A 5 pessoas que lhes fiserão emboscadas por 5 dias.....	100,000
4 Ils. de carne seca	480
	<hr/>
	100,480

O Inventariante dos bens,
Manuel da Conceição Silva.

Esse Manuel da Conceição Silva era um ferreiro filho de Manuel da Conceição Porto que se casára com a viuva do Capitão Major Miguel Antonio de Oliveira, Gertrudes Maria de Sant'Antonio o qual vendera em 1828 ao Barão do Itapemirim, a fazenda do Muquy.

CAPITÃO JOSÉ TAVARES DE BRUM E SILVA — Fazenda do Vermelho. Casado em primeiras nupcias com D. Candida Tavares da Fonseca, da familia Cabral da Fonesca, de que existem ainda muitos descendentes no rio Muquy, municipio do Itapemirim. Desse consorcio houve o casal uma filha, Thomazia Tavares que casou com Manuel Bello Xavier proprietario da fazenda do Gato e irmão de Joaquim Bello de Araujo (da Fazenda da Safra) e de José Bello de Araujo da fazenda Boa Vista. Erão todos portuguezes. O Capitão Brum e Silva casou em segundas nupcias com D. Maria Feijó filha do Capitão Antonio Manuel de Almeida Feijó antigo Escrivão no Itapemirim. Não houve filhos da segunda esposa. Era filho do Capitão Tavares de Brum e cunhado do Barão do Itapemirim. Além da sua fazenda do Vermelho, vendida mais tarde ao Major Francisco de Paula Gomes Bittencourt, possuiu ainda a fazenda de café e criação, denominada S. Paulo á margem do rio Muquy, pertencente hoje a Joaquim Pereira Hora e varios outros lavradores.

CACHOEIRO

Cidade — Suburbios — Districtos

MANUEL DE JESUS LACERDA — Presume-se tenha sido o mais antigo habitante de Cachoeiro do Itapemirim, no que oppomos duvidas. Possuiu a maior parte das terras desta cidade de um e outro lado. Foi proprietario das terras da “Cobiça” que vierão a pertencer mais tarde á familia Prates. Data de 1840 ou pouco antes, o seu apparecimento por aqui. Esses bens foi-os elle dispersando até que, falle-

cendo em 25 de Março de 1872 bem pouco ja possuia.

Embora homem de côr, era bem conceituado. Ia muitas vezes ao Itapemirim pescar no alto mar. Nos ultimos tempos residia nuns terrenos que hoje fazem parte da propriedade do Sr. Abelardo F. Machado. Era casado com D. Angelica Maria da Conceição.

Para affastar duvidas convem saber que desse homem ficou um ex-escravo que tinha o mesmo nome do senhor e foi morador num sitio na "Cobiça", que vendeu mais tarde. Manuel de Jesus, o ex-escravo, residio depois numa pequena propriedade entre as do Sr. Marco Belatto e Luiz da Silva Pinheiro, negociantes no lado norte, da cidade. Deixou filhos. Geraldo de Lacerda ainda vivo e Antonio de Jesus Lacerda que foi assassinado na fazenda da Safra, de propriedade de D. Josepha Souto Bello, por occasião de um levante de escravos em 1866.

CAPITÃO IGNACIO DE LOYOLA E SILVA — Foi dos primeiros habitantes. Para aqui veio, de Benevente, em 1849 e antes de aqui fixar-se foi administrador da fazenda do Muquy, do Barão do Itapemirim de quem era amigo particular e protegido.

Tinha residencia no alto do morro conhecido por "Fazenda do Conceição" em cujo sopé se acha hoje o edificio do quartel e cadeia desta cidade. O morro é hoje propriedade do autor destas chronicas. Essa propriedade comprou-a Ignacio de Loyola a Manuel da Conceição Vianna e ahi residio com a familia, tendo também adquirido de Manuel de Jesus Lacerda e por posses, os terrenos que se estendem por quasi toda a actual rua 25 de Março, que erão mattas virgens, nesse tempo.

Foi casado em primeiras nupcias com D. Anna Maria, de Guarapary, havendo desse consorcio 11 filhos que forão os seguintes: João de Loyola e Silva que casou com D. Anna Toledo; Eduardo Loyola que residia em Piuma; Rita Maria da Conceição casada

com o Escrivão João de Azevedo Lemos; Joanna Maria da Conceição casada com Joaquim Vicente de Souza; José Loyola que foi proprietario de quasi todas as terras do Amarello e Santa Fé, suburbios desta cidade; Leonida Maria da Conceição casada com Benedicto Correia de Toledo; Ignacia Maria da Conceição, a mais velha, que morreu solteira; Maria Loyola que casou com o Escrivão Joaquim José Pereira Gonçalves; Anna Maria da Conceição, Luiz de Loyola e Silva e Joaquim, que em 1850 tinha apenas 1 anno de idade.

Já edoso, casou em segundas nupcias com D. Bellarmina Gonçalves, viuva de Antonio Pereira Coelho. Essa senhora era filha de Joaquim José Pereira Gonçalves, seu genro, da primeira mulher.

Quando foi creado o districto de Cachoeiro, pertencente ao Itapemirim, foi elle o escolhido subdelegado de policia, realisando nessa occasião a prisão dos trez famigerados bandidos, Trabuco, Tira Couros e Sorocaba. Foi também Sargento de milicias e nessa qualidade andou pelas mattas do Itabapoana rechasando os indios Aymorés que, acossados pelos campistas fugirão para estas paragens.

Em 1857 fez-se negociante auxiliado pelos filhos, mas sendo uma das peores profissões d'aquelle tempo e faltando a pratica aos seus auxiliares, já em 1861 pouco ou nada tinha, sendo os terrenos desta cidade vendidos ao Commendador Felicio de Lacerda e ao negociante Manuel José de Araujo Machado e outros.

Homem de bem, tratavel e bom pae de familia, gosava da estima geral. Falleceu em 18 de Março de 1889 com 89 annos de idade. Delle existe grande descendencia.

CAPITÃO FRANCISCO DE SOUZA MONTEIRO — Fazenda "Monte Libano". Em extensão territorial, lavouras e mattas era uma das maiores do municipio, pois se compunha até 1887 de 3 sesmarias afora a fazenda da "Cachoeira Ale-

gre” que lhe era anexa, com 97 alqueires de boas terras. Era casado com D. Henriqueta Rios de Souza filha do antigo commerciante e fazendeiro, Bernardino Ferreira Rios e D. Demethildes Rios. São o tronco da numerosa familia cujos membros têm exercido os mais altos cargos no Estado e na representação nacional. Tiverão os seguintes filhos:

Coronel Antonio de Souza Monteiro, que foi presidente da Camara Municipal desta cidade e chefe politico muito acatado. Foi sob a sua gestão que se inaugurou o jardim publico da cidade. Morreu solteiro sendo o mais velho dos filhos. D. Maria de Souza Novaes, viuva do popular medico, Dr. Manuel Leite de Novaes Mello; Dr. Bernardino de Souza Monteiro, casado com D. Inah Goulart e actual Presidente do Estado, tendo antes sido senador federal; D. Fernando de Souza Monteiro, Bispo Diocesano do Espirito Santo, fallecido em 1917; Helena de Souza Monteiro, Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, casado com D. Cecilia Bastos Monteiro, que já exerceu os cargos de deputado federal, Presidente do Estado e occupa no momento a cadeira senatorial na Camara Alta da Republica, sendo ainda o chefe do partido situacionista do Espirito Santo; Dr. José de Souza Monteiro, engenheiro e Director do Banco Hypothecario Espirito Santo; Barbara Monteiro Linderberg, viuva do Dr. Carlos Lindenberg, engenheiro; Henriqueta Monteiro Avidos, casada com o Dr. Avidos, engenheiro civil, residente no Rio.

Os antepassados do Capitão Souza começaram dos seus avós paternos, Antonio de Souza Monteiro, portuguez, e D. Emerenciana de Souza Monteiro nascida em S. Miguel do Piracicaba, Minas Geraes, onde residião.

Desse casal vierão os filhos Antonio de Souza Monteiro que casou com D. Graciana Justa da Piedade aqui fallecida em 17 de Fevereiro de 1887, aos 84 annos de idade, e os quaes são os paes do Capitão Souza e dos outros seus irmãos, Severiano Monteiro de Souza, Maria Narcisa, Joanna Emilia, Anna

Umbellina, Eugenia e Antonio Lino de Souza Monteiro. Erão pois, esses, os avós da illustre familia Monteiro filhos do Capitão Souza e da veneranda senhora ainda viva, D. Henriqueta Rios de Souza.

O Capitão Souza foi quem construiu a sua custa a igreja de N. Senhor dos Passos, de que tratamos em outra parte.

Falleceu em sua fazenda “Monte Libano” no dia 22 de Abril de 1887. Tinha a sua viuva nessa data, 48 annos de idade.

BARÃO DO ITAPEMIRIM — Fazenda “Banal de Cima”.

BARÃO DO ITAPEMIRIM — Fazenda Fructeira de Baixo”.

SEVERIANO MONTEIRO DE SOUZA — Fazenda “Vallão”.

Irmão do Capitão Francisco de Souza Monteiro. Para aqui veio em meados de 1860, e casou com D. Rosa Ferreira Rios, em 1863. Deste consorcio houve os seguintes filhos: D. Maria da Penha que casou em 18 de Maio de 1882 com o propecto advogado Francisco Aurelio Corte Imperial. Antonio Severiano e Selima, já fallecidos; Antonio foi casado duas vezes: da primeira com Helena Pimenta, filha de Bazilio L. Pimenta e da qual houve duas filhas, sendo uma casada com o dentista Francisco Ferreira Bahiense; da segunda com Rachel Vieira Martins de quem houve dous filhos. Selima casou em 1890 com Manuel Dias Sobreira tambem fallecido. Deste casal ficarão sete filhos. O velho Severiano falleceu em fins de 1917, aos 86 annos.

FELISBERTO DE SOUZA MONTEIRO — Em 1867 estabeleceu-se na sua pequena fazenda conhecida por Cobiça, (hoje Guandú) suburbio da cidade. Comprou esta propriedade a D. Bernardina Ferreira Rios viuva de Francisco de Abreu Silva Sobrinho, fallecido em Abre Campo, Minas. Era primo do Capitão Souza Monteiro e casado com uma irmã deste, D. Anna Umbellina Justa da Annunciação. O casal teve estes filhos: Maria Luciana, Olimpio, e Antonio de Souza Monteiro, sogro do

cidadão Antonio Vivacqua. Falleceu alcançado em annos.

CORONEL ILDEFONSO DA SILVEIRA VIANNA — Fazenda “Aquidaban”. Em 1850 erão ainda as terras dessa propriedade cobertas de mattas virgens, quando o Major Custodio da Silveira Vargas comprou-as a Antonio Francisco Moreira que tambem as houvera do Coronel Heliodoro Gomes Pinheiro, da familia dos “Areas” do Itapemirim. Foi o Major Custodio quem fundou a fazenda, legando-a por morte aos seus filhos Ildefonso Vianna e José Vianna. O Major Custodio era grande negociante no Rio de Janeiro e lá morreu em junho de 1885.

O coronel Ildefonso Vianna casou em 5 de Fevereiro de 1887 com D. Rosalina Teixeira de Vasconcellos e por fallecimento desta contrahio segundas nupcias com D. Maria Teixeira de Vasconcellos irmã da sua primeira mulher.

Foi o Coronel Ildefonso o homem que mais contribuiu pecuniariamente para a construção da ponte de ferro que liga os dous lados da cidade e da qual foi elle o contractante. Depois de uma excursão á Europa, o Coronel ficou residindo no Rio e a fazenda pouco depois passou a pertencer ao negociante Samuel Levy que, por morte legou-a a uma filha unica, hoje casada com Anacleto Ramos.

FRANCISCO DE SALLES FERREIRA — Fazenda “Pau Brasil”, onde já residia desde 1853. Era filho de Francisco de Salles Ferreira e Maria Bernardes Ferreira residentes no sitio “S. Miguel”, rio Itapemirim. Foi casado com uma filha do portuguez Francisco de Salles Cordeiro, antigo dono da fazenda “Paineiras”, hoje occupada pela Usina Paineiras. Desse consorcio só houve o filho Francisco de Salles Ferreira Junior que casou com D. Maria Johnston filho do subdito inglez Guilherme Johnston e não teve prole. Ainda vive D. Maria. Annos depois, Francisco de Salles Ferreira casou de novo com D. Maria da Penha Ferreira, sobrinha do seu primeiro sogro,

filha de Julião de Salles Ferreira. Tambem desse consorcio só teve o filho Fernando que casou com uma sobrinha do negociante desta cidade Joaquim Ayres. A viuva de Francisco de Salles, D. Maria da Penha, casou depois com Gabriel Ferreira da Silva.

A fazenda pertence hoje ao cidadão Agliberto Machado.

D. AURELIA SOUTO MACHADO — Fazenda “Fructeira de Cima” propriedade que fora de Claro Dias do Prado. Viuva de Manuel José de Araujo Machado. Esta senhora, era filha do Commendador Domingos Rodrigues Souto e D. Anna Souto. O commendador era irmão do Desembargador José Ferreira Souto que foi deputado geral pela Provincia e por sua vez foi deputado provincial. Erão homens de grande representação social e residião em Victoria onde possuem grande casa commercial servida por navios mercantes proprios. Alem de D. Aurelia, teve mais o casal, os seguintes filhos: D. Josepha Bello, da Safrá, D. Felicia, da “União” esta mãe de D. Felicia Souto Braga, viuva de João Marques de Carvalho Braga, D. Guilhermina, casada com o Dr. Florencio Francisco Gonçalves, medico e antigo lente do historico Atheneu Provincial, da Victoria, Reynalda Souto e Urbano Rodrigues Souto. Falleceu em 28 de Junho de 1919.

PEDRO FRANCISCO MOREIRA — Fazenda da Gruta. Filho do portuguez Jeronymo Francisco Moreira. Essa fazenda foi aberta e fundada pelo Major Caetano Dias da Silva cujos herdeiros venderam-na depois a Joaquim Marcellino da Silva Lima, um dos filhos do Barão. Era casado com D. Idalina Francisca Vieira. Falleceu em 1916.

TENENTE CORONEL JOSÉ PINHEIRO DE SOUZA WERNECK — Fazenda “Santa Thereza do Sumidouro”. Era official da Ordem da Rosa. Chegou ao Itapemirim em 1854 e só em Julho de 1859 transferio-se definitivamente com a familia, para o Espirito Santo. Desde logo adquirio diversas posses de terras no rio Muquy onde

existião as fazendas e terras conhecidas por Macedonia, Progresso, Cupido, Monte Carmello, Fortaleza, Alpes, Candura, Providencia, Culange, Moroba, terras que forão de Joaquim Alfonso e outras que adquirio como devolutas. Destas vendeu algumas a Manuel Rodrigues dos Santos e a Providencia a Antonio Candido dos Santos. Todas essas propriedades prefasião umas seis ou sete sesmarias. Era uma das mais opulentas fazendas no luxo interior, em lavouras e escravatura. Dellas nada mais existe que ruivas desaparecidas sob o mattagal espesso.

Casou com D. Euphrasia Goulart em 1830, della havendo sete filhos entre os quaes D. Rosalina, mãe do cidadão Argemiro de Macedo. Desposando em segundas nupcias D. Thereza de Jesus Maria em 1840, filha do Capitão João Ribeiro de Souza e D. Isabel Maria da Visitação, teve a seguinte prole: Virgilio, Guilhermina, Viriato, Luiz, Octavio, Maria, Julieta, afilhada do Dr. Rufino Rodrigues Lapa e sua mulher, Olintho e Euclides.

O Tenente Coronel Pinheiro vinha de troncos que gosavão de especial privança entreas altas classes do tempo. Delle foi a principal figura, Ignacio de Souza Werneck nascido em 1743 na freguezia de N. Senhora da Borda do Campo, Bispado de Mariana, filho de Manuel de Azevedo Mattos, da Ilha do Pico, e D. Antonia Ribeiro natural da freguezia do Pilar.

O pai desse Werneck era negociante de ouro que adquiria em Ouro Preto e vinha todos os annos ao Rio de Janeiro vendel-o prover-se de generos para as suas "tranças".

Numa dessas viagens internou no Seminario S. José ao Ignacio, que se inclinava a vida ecclesiastica, mas sobrevindo perturbações da ordem no paiz, alistou-se o moço, num batalhão de estudantes e por lá ficou até que obteve o posto de Alferes de Ordenanças.

Ainda joven, e após serviços relevantes que o recammendarão as graças reaes, Ignacio Werneck foi promovido ao posto de Ca-

pitão da Companhia de Ordenanças da Freguesia de N. S. da Conceição do Alferes de Serra Acima, (hoje Paty do Alferes) por D. Luiz de Vasconcellos, Vice Rei, do Estado do Brasil e confirmado neste posto, por escolha de D. Maria Rainha de Portugal, por Carta Patente assignada em Lisboa aos 16 de Junho de 1789.

Viuvo e tendo o curso do Seminario, resolveu aos 71 annos de idade, ordenar-se, recebendo as ordens em Dezembro de 1813. Retirou-se então para a sua Fazenda da Piedade, em Paty e la finou-se.

OCTAVIO PINHEIRO DE SOUZA WERNECK — Fazenda "Fortaleza". Filho do Tenente Coronel José P. de S. Werneck, do 2º matrimonio. Casou com D. Luiza de Souza Werneck em 10 de Janeiro de 1874. Desse consorcio houve 4 filhos. D. Luiza é filha de Joaquim Gomes de Souza e D. Candida Maria de Jesus Souza. Nasceu em 12 de Abril de 1853.

ANTONIO CANDIDO DOS SANTOS — Fazenda "Providencia". Casado com D. Firmina da Fraga, filha do antigo fazendeiro de Vassouras, Firmino Caetano da Fraga, fallecido no Alegre. Teve 3 filhos dos quaes apenas uma vive, D. Reolinda Gonçalves, esposa do Coronel José Gonçalves Ferreira. Comprou essa fazenda do Coronel Werneck.

COMMENDADOR FELICIO AUGUSTO DE LACERDA — Apesar de nunca aqui ter residido, tambem possuia terras nesta cidade e arredores, que forão adquiridas no Rio de Janeiro á casa commercial dos Furquins que as receberão em dividas de Quintaes e Viveiros, os primeiros negociantes aqui regularmente estabelecidos.

As terras do Soturno tambem forão do Commendador que comprou a posse a Caetano Alves de Abreu, á qual foi depois vendida em praça com os terrenos de Cachoeiro. O Commendador falleceu na sua fazenda de S. Francisco do Alegre em meados de Dezembro de 1877. Foi elle o doador do mobiliario e utensilios á Camara Municipal do Itapemirim.

Era homem faustoso e costumava reunir na sua fazenda do Alegre fazendeiros do Itapemirim e Duas Barras, seus amigos, para as grandes caçadas, que erão festas semanaes muito alegres.

Em 1863 o Commendador Felicio comprou as partes de herança dos orphãos do Capitão Ignacio de Loyola e Silva e a parte de D. Anna Maria da Conceição por escripturas passadas em notas do Escrivão Emilio Joseph Gomes da Silva Tavora, n'aquelle anno.

BENEDICTO CORRÊA DE TOLEDO — Vallão do Souza. Dos mais antigos. Casado com D. Leonidia, filha de Ignacio de Loyola e Silva. Era pae do cidadão Hermogeneo Corrêa de Toledo, ainda hoje estabelecido com o Hotel Toledo desta cidade.

MANUEL JOAQUIM FERNANDES DE AZEVEDO — Portuguez. Carpinteiro. Antigo Administrador da Fazenda da Safra, ao tempo do Dr. Deoclecia-nô Cunha.

JOSÉ GOMES PRATES — Fazenda "Cobiça". Natural da Provincia do Rio, para aqui veio em 1861. Casado com D. Maria Luiza Prates, filha do fazendeiro Agostinho Pinheiro de Souza. Deixou 16 filhos, 10 mulheres e 6 homens. Ribeirão Sat'Anna. Era portuguez.

DR. JOAQUIM ANTONIO DE OLIVEIRA SEABRA — Nascido em Campos aqui viveu largos annos, tendo casado com D. Leocadia Lima filha do Barão do Itapemirim. Foi proprietario da fazenda "Morro Grande" onde residia. Até 1888 foi socio da firma commercial Torres & Seabra, commissarios de café estabelecidos no Rio de Janeiro á rua S. Bento. Falleceu em 24 de Novembro de 1888. Era então 2º Vice Presidente da Provincia e era tambem o 2º Barão do Itapemirim.

JOSÉ MARCELLINO DA SILVA LIMA — (Zezinho Barão) Fazenda "Fructeira de Baixo". Occupava-se quasi que exclusivamente de caçadas, para o que fazia longas viagens. Foi elle quem mandou construir a cazaque é hoje o palacete da Camara e Prefeitura Municipal desta cidade. Sempre viveu solteiro. Residio depois no

Morro Grande, com o cunhado, Dr. Seabra. Falleceu em 11 de Dezembro de 1886, na Victoria, onde se achava com assento na Assembléa Legislativa Provincial. Contava 52 annos de idade.

ANTONIO PEREIRA SOARES — Natural de S. João Marcos, da Provincia do Rio. Residia no Largo de S. João. Depois adquirio o predio de Zezinho Barão e nelle passou a residir. Era o advogado dos pobres aos quaes costumava tambem curar pela homeopathia. Para aqui veio em 1868 e residia com D. Clara Soares. Criou os seus sobrinhos Joaquim, Gertrudes, Valentim e Amyntas. Falleceu em 25 de Junho de 1890. D. Clara falleceu na Victoria em melados de Março de 1907.

JOAQUIM DE OLIVEIRA SERRA — Portuguez. Da freguezia de Santo Aleixo de Villa Verde. Para aqui veio como operario. Residia no lugar "Santa Clara" cujo nome deu por ter se casado com D. Clara da Silveira Lima que lhe levou essa propriedade. Essa senhora era filha do Barão do Itapemirim com Sebastiana da Silveira e mãe do Escrivão Francisco Fernandes da Silva Lima. Mais tarde Serra adquirio o Morro Grande por compra ao Dr. Salvador Rizzo, genro do Dr. Seabra e á viuva deste, D. Leocadia Seabra.

CORONEL JOAQUIM MARCELLINO DA SILVA LIMA — Filho do Barão do Itapemirim, casou com D. Ignacia, enteada do Coronel João Rodrigues Barbosa, proprietario do "Cotia". Fallecendo o Barão em 1860, e já sendo casado, morava nesse tempo na fazenda do "Bananal" que permutou pela do Muquy com sua progenitora, e seu irmão Dr. Luiz Siqueira da Silva Lima, ficando este então com o Bananal. Isto deu-se porque a Baroneza fez partilhas em vida legando a terça a Joaquim Marcellino, por ella escolhido sob a condicção de mantel-a enquanto viva fosse. Annos antes, foi essa fazenda do Bananal doada pelo Barão do Itapemirim ao seu grande amigo o Conde de Caxias, de quem mais tarde tornou a compral-a.

Deixou os filhos: Joaquim Marcellino,

(Capitãozinho). Francisco, Cesar, Oswaldo, e Ursula que casou a 21 de Abril de 1883 com o Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrade Filho, então Presidente da Provincia. O Presidente foi, a pedido, exonerado em Junho do mesmo anno, (1). O Coronel Joaquim Marcellino falleceu em Victoria onde se achava como deputado provincial, em 17 de Novembro de 1885. D. Ignacia falleceu em 15 de Fevereiro de 1883, em Villa Velha.

MANUEL JOSÉ MACHADO — Fazenda Paineiras. Portuguez. Casou com D. Josepha Joaquina Rocha, filha de Victorino Joaquim da Rocha. Já residia na fazenda como auxiliar de Francisco Ovelho Salles Cordeiro quando a comprou dos herdeiros deste. Era primo de Manuel José de Araujo Machado. Do casal houve os filhos: José, Francisco, Victorino, Antonio, João e Thereza. Esta casou com o abastado trapicheiro e negociante da Barra do Itapemirim, Luiz Rodrigues Soares fallecido no dia 13 de Novembro de 1917. Esse Luiz Soares era portuguez da Villa dos Milagres; chegou ao Brasil no dia 16 de Outubro de 1880 e casou em 3 de Agosto de 1889.

JOAQUIM JORGE DA SILVA QUINTAES — Tabelião. Filho de um dos mais antigos negociantes aqui estabelecidos, Aurelio Jorge Quintaes.

Residia no lado norte da cidade e construiu a casa onde morou e que passou mais tarde a pertencer ao genro, Antonio Bernardino Ferreira Rios, por este vendida para servir de residencia e collegio das irmãs de caridade. Deixou um nome respeitado pela austeridade do seu character. Falleceu em 28 de Maio de 1890.

MANUEL FRANCISCO MOREIRA — Portuguez. Era irmão de Antonio Francisco Moreira e outros. Morava para os lados do Rio Novo. Casado com D. Leopoldina Moreira da Fraga, teve os filhos: Manuel Moreira, Custodio Moreira da Fraga, Olimpia Moreira, casada com Manuel Gomes Prates, Bernarda Moreira casada com

(1) Sendo nessa occasião agraciado pelo Governo Imperial com a commenda da Ordem da Rosa.

o portuguez Antonio Moreira Rodrigo, D. Leopoldina era filha de Manuel Simião da Fraga.

JOSÉ GUILHERME TEIXEIRA — Era filho do portuguez José Teixeira Brandão de Vasconcellos e irmão de Pedro Teixeira Duarte e D. Joanna Paula das Dores. Residia, como seu pae, em S. João de El Rey, Minas, mas aqui se casarão seus filhos, que forão os seguintes: Emirena, que casou com Viriato Werneck e viuva, contrahio segundas nupcias; Idalina que casou com José de Azevedo Santos: Amelia, viuva de Euclides Werneck que casou com Damaso de Carvalho, este descendente de D. Josepha Borges, da fazenda das Colheres: Laura que casou com Francisco Borges da S. Netto: Rodolpho de Vasconcellos, que casou com D. Jesunovina Teixeira, sua prima; Rosalina, que casou com o Coronel Ildelfonso da Silveira Vianna e Maria de Vasconcellos que casou tambem com este, por fallecimento da sua irmã Rosalina.

CAPITÃO SABINO JOSÉ COELHO — Natural de Barra Mansa, da provincia do Rio. Tinha fazenda em Sant'Anna do Itabira. Era casado com D. Francisca Carolina de Barros Coelho. Homem muito considerado pelo seu character recto. Foi delegado de policia por muito tempo, cargo em que prestou reaes serviços. Em 1870 o Capitão Sabino exerceu o cargo de juiz commercial desta então villa. Deixa descendencia.

Falleceu em idade avançada.

Primeiras casas commerciaes

Desde os principios do anno de 1853 por aqui andava o Dr. Manuel Cypriano da Franca Horta, medico, procedente da provincia do Rio.

Abrio a principio um pequeno collegio pouco dando esse mister, installou nesse mesmo anno uma casa commercial de pequenas proporções, em uma das dependencias do armazem do Barão do Itapemirim, no porto hoje conhecido por “Bahia e Minas”.

Pouca duração teve esse negocio, mas foi essa de facto a primeira casa commercial inaugurada na pobre aldeia que isto ainda era e vinha de ser apenas indicada para subir a freguesia do Itapemirim. Depois dessa casa vierão então as de Ignacio de Loyola e Silva, que pouco durou, Jorge & Irmão, Quintaes & Viveiros e Jeronymo Francisco, Bernardino Ferreira Rios e outros.

Era casado com D. Maria Joanna da Conceição que não mais existia nesse tempo, mas foi muito conhecido um seu filho, Marcollino da Franca Horta, que aqui se dava á profissão de empreiteiro de construcção de predios, sendo elle quem construiu o de propriedade e residencia do Dr. Joaquim Mesquita e o dos herdeiros de José Coelho e outros antigos. Marcollino esteve envolvido num processo por crime de morte de Eleuterio Gomes de Moraes e quando livre tambem estabeleceu negocio onde o tivera o pae.

O Dr. Cypriano Horta falleceu aqui, alguns annos depois. Em agosto de 1854 ainda

funcionou como perito num corpo de delicto. (Arch. do Escrivão F. Braga.)

JORGE & IRMÃO — Mais tarde Quintaes & Viveiros que, como esses, também liquidarão transferindo a casa a Jeronymo Francisco Moreira que a continuou por algum tempo. Este também era fazendeiro na Pedra Branca. Erão estabelecidos no sitio onde ainda existe a velha fazenda que foi de Americo Cunha proximo a esta cidade, rio abaixo. Essa firma era composta dos socios irmãos Aurelio Jorge Guintaes, Luiz Quintaes e tinha casa matriz na villa do Itapemirim. O outro socio era Antonio Fernandes Viveiros. A firma dedicava-se também ao commercio de jacarandás e outras madeiras de marcenaria, commercio este que lhe trouxe a ruina e levou ao suicidio o socio Aurelio, homem tido como honrado. Este era pae do antigo Tabellião desta cidade. Joaquim Jorge da Silva Quintaes egualmente muito conceituado entre os de seu tempo. No mar tinham a seu serviço o navio "Bom destino". Em 1873 Luiz Quintaes foi negociante no Rio Pardo.

O mais antigo desses Quintaes era o Capitão José da Silva Quintaes morador do Itapemirim desde os principios do anno de 1800 onde já era mercador e foi proprietario de sesmarias em 1814. Era portuguez da cidade do Porto e casado com D. Maria dos Anjos fallecida em 1838. Em 1816 o Capitão fôra eleito Procurador da primeira Camara do Itapemirim, em 9 de Agosto de 1816, quando se inaugurou a Villa.

JOSÉ BENTO DE MAGALHÃES — Aqui chegou em Outubro de 1855. Portuguez natural de Cabeceiras de Bastos. Do Rio mandarão-no para o Itapemirim a inquirir do estado commercial da casa de Deolindo Jorge de Castro que desde 1851 era negociante e juiz de Paz da vila.

Por algum tempo ahi ficou Magalhães como caixeiro dessa casa, até que, por suggestões de Manuel José de Araujo Machado, para aqui veio e fez-se cobrador de Viveiros.

Foi prancheiro de Luiz Bernardino da Costa, lavrador, madeireiro e ainda hoje mantem um pobre botequim, com 86 annos de idade. Esse velho, de intelligencia lucida e dotado de uma memoria prodigiosa, foi um bom auxiliar nos inicios deste trabalho.

LUIZ BERNARDINO DA COSTA — Portuguez. Casado com D. Francisca Dias filha do Capitão Pedro Dias do Prado, das duas Barras. Também era dos mais antigos e teve aqui uma regular casa de negocio servida por pranchas suas para o transporte de mercadorias. De uma das pranchas, a "Perua", era o mestre, José Bento de Magalhães.

Teve o estabelecimento no predio sua propriedade, á Praça Coronel Silveira junto a ponte municipal. Acabando com o negocio mudou-se para o Itapemirim onde montou padaria e la falleceu poucos annos depois.

MANUEL FERREIRA BRAGA MARTINS — Portuguez. Negociante nesta villa mudou-se depois para o Castello. Em 1855 era já de idade avançada. Em certa época foi a Portugal em visita aos parentes que residião em Braga. Voltou já muito alquebrado para o seu estabelecimento em Castello e lá acabou os dias.

LUIZ DE LOYOLA E SILVA — Com o auxilio do pae, Ignacio de Loyola e Silva, estabeleceu-se com boa casa commercial no ponto fronteiro ao estabelecimento hoje existente denominado "Boa Esperança" lugar hoje ajardinado. Mal dirigidos os negocios, fechou a casa em cuja liquidação perdeu as propriedades que possuia nas proximidades desta cidade. Era casado com D. Rosa dos Santos filha de Alcebiades Gomes dos Santos, do Itapeiririm. Em 1884 Luiz Loyola era director do jornal "Sul America", que se publicava em Ouro Preto e teve pouca duração. Foi o fundador do "O Cachoeirano" jornal que ainda vive nesta cidade.

VALENTIM PEREIRA DA SILVA — Natural de S. João Marcos, da Provincia do Rio. Era dos antigos no lugar. Quando veio para esta provincia diri-

giu-se logo para o interior e foi estabelecido em terras do districto de Santa Cruz do Norte, municipio do Alegre. Adquirio essas terras e deixando mais tarde esses sitios veio estabelecer-se nesta cidade com casa commercial num predio em cujo logar está hoje o pertencente ao Banco Hypothecario de Victoria, á rua 25 de Março. Dessa casa foi caixeiro Hermogeneo de Toledo e guarda livros, Antonio Pereira Soares, irmão do Valentim. Por morte deste, que occorreu em 1870, esse irmão tomou o encargo da criação dos sobrinhos que erão os quatos seguintes: Valentim, Joaquim, Gertrudes e Amyntas.

Chamava-se Clara Maria Vieira da Silva a mulher de Valentim.

PEDRO DIAS DO PRADO — Tinha a sua casa commercial na mesma em que a tiverão mais tarde Marques Guardia & Comp., e outras firmas, num prédio fronteiro ao edificio do Club dos Operarios. Casa de bom movimento mas de pouca ordem. Foi socio de João da Cunha e outros.

JOÃO DA CUNHA COUTINHO — Portuguez das Ilhas. Deixando aqui o commercio foi ser fazendeiro no Castello. Casou com uma filha de Nicolau Santiago Louzada, tambem ali fazendeiro. Depois de 36 annos de soffrimentos devido á pertinaz enfermidade, suicidou-se.

PEDRO AUGUSTO DE CARVALHO — Vulgo “penteado”. Portuguez da Ilha da Madeira. Pequeno negociante no lado do norte. Foi sogro de Vicente Salgueiro e de Augusto Ferreira da Costa.

MANUEL FERNANDES SIMÕES, BARROS PAMPA, foram pequenos negociantes no lado do norte.

ANTONIO CUNHA — Irmão do Dr. Joaquim Pinto da Cunha. Era feitor da fazenda do irmão, á Barra do Mutum, retirando-se depois e aqui fixando residencia na casa que é hoje de Nicola Amorim, onde falleceu.

FRANCISCO ANTONIO DA SILVA LIMA — Natural de S. João do Sabará, pelo que era conhecido por “Sa-

bará”. Aqui viveu com um pequeno negocio no lado norte da villa e ahi falleceu em 16 de Junho de 1863, sem deixar familia regular.

PEDRO TEIXEIRA DUARTE — Era dos antigos. Tinha casa de negocio no ponto onde mora hoje José Bento de Magalhães nº 14, da rua 25 de Março. O negocio, sob a apparencia de uma venda, tinha entretanto, sedas, velludos, tapetes e objectos finos, que o Teixeira mandava vender nas fazendas, por mascates, e onde elle sabia haver baptisados ou casamentos ricos.

Pedro Teixeira Duarte era irmão da professora Joanna Paula das Doreas e foi quem construiu o predio onde teve esta o seu famoso collegio, num dos morros do Largo de São João. Casou uma das filhas, Jesunovina, em 3 de Fevereiro de 1883 com o negociante de Santo Eduardo, Rodolpho Vasconcellos, e outra, Amphrosina, com o agrimensor Vicente Rodrigues de Campos, em 15 de Setembro do mesmo anno. Era casado com D. Maria de Nazareth Vieira. Teve ainda o filho

que fez-se padre e celebrou a sua missa nova em 6 de Janeiro de 1885 na Capella do Senhor dos Passos em presença do Padre Sampaio, auxiliado pelos minoristas Fernando, mais tarde bispo desta diocese e Bernardino actual Presidente do Estado.

BARÃO DO ITAPEMIRIM — Apesar de não ser negociante, mantinha no hoje porto “Bahia e Minas” um velho armazem de fazendas grossas, utensilios, material de lavoura e mais artigos para supprir as suas fazendas e ahi guardar os generos que vinhão das mesmas.

Numa das dependencias desse armazem havia uma fabrica de “santos” de gesso, pertencente a dous portuguezes que os vendião em mascateações e barganhas. O porto era nesse tempo conhecido por “Porto do Barão” e do Barão erão os terrenos.

CLEMENTE FRANCISCO MOREIRA — Portuguez. Teve negocio pouco abaixo desse porto, e teve como caixeiro ao José Bento de Magalhães, que no principio fazia mascateação por conta do pa-

trão. Não tinha família regular e era protegido pelo irmão Antonio Francisco Moreira.

CAPITÃO FRANCISCO HERCULANO MONTEIRO DA GAMA — Era de Minas. Teve aqui a casa commercial “Casa Mineira” e rancho para tropas. Prestou bons serviços como Delegado, Juiz Municipal, etc. Mudou-se depois para sua fazenda “Aurora” no municipio do Alegre. Foi deputado provincial e estadual varias vezes. Casado com D. Rita da familia dos Ferreiras Paiva do mesmo municipio, alli foi por muito tempo chefe da politica local e gosava da estima geral por sua natural bondade e espirito conciliador.

GABRIEL FERREIRA PENNA — Negociante. Tinha navegação fluvial. Era estabelecido na casa que é hoje propriedade de Manuel Nunes Machado, que foi por elle construida e onde tambem negociou Misael Ferreira de Paiva.

MISAEEL FERREIRA DE PAIVA — Negociante. Era socio de André Avelino Guimarães e morou na casa acima indicada. Este, liquidada a sociedade, mudou-se para o Rio de Janeiro e lá mettu quanto possuia no jogo, acabando por perder tambem a razão e andar correndo as ruas completamente varrido.

SEBASTIÃO MARTINS DE ABREU GAMA — Portuguez. Foi guarda-livros de Antonio Fernandes Viveiros antigo socio da firma Quintaes & Viveiros. Casou com D. Elisa Pereira da Annunciação, filha do ferreiro José Cardoso. Teve casa de negocio no lugar onde foi a antiga Estação da Estrada de Ferro Caravellas, (Cachoeiro á Alegre) e onde hoje se eleva o Grupo Escolar “Bernardino Monteiro” no Jardim da cidade. Liquidado o negocio mudou-se para o Rio onde morreu pouco depois. D. Elisa falleceu em Setembro de 1918.

SAMUEL LEVY — Francez. Aqui chegou vendendo joias. Fundou a grande casa “Samuel” no lado norte. Pelo tempo adiante fez fortuna. Foi vereador da Camara. Era amigo de brasileiros e só tinha a estes como empregados. Já velho foi á França e de volta adquirio a fa-

zenda “Aquidaban”. Era homem estimado por sua honradez e character accessivel a todos.

MANUEL JOSÉ DE ARAUJO MACHADO — Portuguez. Negociante em alta escala com grandes armazens depositos e navegação fluvial. Póde se dizer que não havia fazendeiro desse tempo que não tivesse relações de negocios com essa firma e outras que lhe succederão. Quando ainda negociante no Itapemirim, exerceu o cargo de vice-Consul portuguez. Nesse character teve de mover certas pesquisas sobre a morte de alguns portuguezes na fazenda do Limão, do Major Caetano Dias da Silva. Por este facto e questões de terras, inimigos poderosas moverão-lhe processo de que elle trabalhosamente livrou-se. Foi nessa quadra da vida que desposou, na Victoria, a D. Aurelia Souto filha do Commendador Domingos Rodrigues Souto grande commerciante naquella cidade. Passou-se mais tarde para a sua fazenda Fructeira adquirida de Claro Dias do Prado, ainda hoje pertencente á familia. No Itapemirim Manuel José teve trez filhas de outra união, que se casarão todas e forão: Senhorinha, Thereza e Clementina. Falleceu no Rio de Janeiro em 16 de Fevereiro de 1887. Deixou descendencia numerosa e distincta, e prestou a esta cidade os mais relevantes serviços. Na bibliotheca publica existe o seu retrato a oleo.

SERAFIM DE ARAUJO MACHADO — Era irmão de Manuel José e grande negociante no Rio de Janeiro. Passou depois a ser fazendeiro em Sant’Anna de Macacú, provinda do Rio. Estava nesta cidade quando falleceu em 28 de Abril de 1883.

MANUEL DE ARAUJO MACHADO — Portuguez. Pae de Manuel José e mais tarde socio do mesmo.

JOAQUIM DE AZEVEDO GAMA — Portuguez. Empregado dos Machados, depois socio e genro de Manuel José de Araujo Machado por se ter casado com D. Senhorinha, filha deste. Azevedo Gama retirou-se para Portugal e lá falleceu, tendo a sua viuva casado de novo, no rei-

no D. Thereza, irmã, casou com o portuguez João Luiz Teixeira, estabelecido com padaria nesta cidade.

ANTONIO DA ROSA CARVALHO MACHADO — O ultimo representante das antigas firmas commerciaes dos Gamas e Machados de que elle fez parte, continuando ainda por alguns annos e transferindo-se depois para Castello onde viveu com negocio a sós e sob a firma de Carvalho Machado & Martins. Era brasileiro. Viuvo e cansado, voltou a residir nesta cidade onde se finou na tranquillidade da sua velhice honrada, em 27 de Janeiro deste anno de 1919. Era filho de Francisco da Rosa Carvalho, conhecido por Chico Ilhéu pequeno fazendeiro nas margens do Itapemirim. Casou em 14 de Setembro de 1889 com D. Anna Lydia de Albuquerque, filha do Dr. Lydio Marianno de Albuquerque, advogado. Foi Vereador Municipal aqui, no Imperio e na Republica e contribuiu para todos os melhoramentos locais. Era homem muito considerado.

JOÃO MARQUES DE CARVALHO BRAGA — Portuguez. Socio de Alexandre Augusto de Carvalho. Retirando-se este, admittio ao seu cunhado Francisco Marrero Guardia como socio da sua casa commercial que era na mesma velha casa onde negociára Pedro Dias do Prado. João Marques casou nesta cidade com D. Felicia da Rocha Souto, filha do fazendeiro Bento José da Rocha, da "União" e neta dos Soutos da Victoria. Casa de grande movimento e como a dos Machados, era de vastas relações commerciaes. Querendo alargar o circulo dos seus negocios, passou-se para o Rio onde fundou casa de fazendas que lhe deu solida fortuna. Falleceu deixando prole numerosa.

Esses estabelecimentos, Marques, Machados, Samuel e outros, são verdadeiras bolsas de negocios, nesses tempos. Nos seus escriptorios onde tudo tinha uma dura feição de austeridade, resolvião-se as mais intrincadas questões entre freguezes uns com os outros. Levavão-se a termo operações de vulto e mui-

tas vezes são ali apasiguadas pendencias ruinosas entre fazendeiros. Nos velhos cofres poeirentos guardavão-se testamentos ricos. Erão como tribunaes de paz. Esses negociantes erão tradicionalmente probidosos e prestativos.

As grandes casas continuarão ainda depois de 1888 por alguns poucos annos; a morte foi aos poucos colhendo-lhes os antigos chefes até que todos desapparecerão e as casas fecharão ou passarão a outros donos, mas sem a vida de outr'ora.

ALEXANDRE AUGUSTO DE CARVALHO — Portuguez. Liquidando a sociedade com João Marques, comprou a fazenda "Cachoeira Grande" que vendeu mais tarde ao Dr. Novaes Mello, medico nesta cidade, e este por sua vez ao fazendeiro do Castello, Francisco de Almeida Ramos.

TENENTE CORONEL FRANCISCO MARRERO GUARDYA — Antigo socio e cunhado de João Marques. Dissolvida a sociedade continuou a residir nesta cidade onde exerceu cargos publicos de confiança. Nos seus principios foi piloto de navios veleiros. Nasceu em Santa Cruz de Teneriffe (Ilhas Canarias) em 20 de Julho de 1854. Em Novembro de 1874 prestou exames de piloto de navios na Escola de Marinha do Rio de Janeiro de que era Director o Almirante Delamare e sendo approvedo foi-lhe expedida a carta de agrimensor pelo Ministerio de Agricultura cuja pasta estava a cargo do Conselheiro Costa Pereira.

Nessa data foi nomeado Ajudante da Commissão de medição de terras da qual era chefe o Engenheiro Deolindo José Vieira Maciel, tendo depois servido com o Engenheiro Gabriel Emilio da Costa. Em 1908 foi nomeado Chefe da Commissão de terras do 1º districto. Casou em 29 de Julho de 1878 com D. Graça de Carvalho Braga.

O calçamento das ruas desta cidade foi inaugurado no dia 12 de Maio de 1894, sendo

presidente da Camara o Coronel Francisco Guardya.

Desse tempo outras pequenas casas de negocio havião dos seguintes cidadãos: Luiz Corvacho, Bento José Martins de Mattos, José Bento de Mattos Sobrinho, José Migueis, Francisco Segundo e alguns outros.

DIOGO PIRES DE AMORIM — Fazenda do Mutum. Negociante na antiga Estação de Mattosinhos (hoje "Coutinho"), da linha do Alegre. E' filho do fazendeiro José Pires de Amorim e D. Joaquina Maria de Amorim, nascido em Passa Trez, provincia do Rio de Janeiro. Casou em 28 de Agosto de 1878 na fazenda S. João da Malta, com D. Leocadia Barbosa de Lima, filha do Capitão José Barbosa de Lima e D. Joaquina Maria da Silva Lima. O casamento foi celebrado pelo Padre Manuel Leite de Sampaio Mello com a presença do Conego João Pires de Amorim, irmão de Diogo.

DR. JOAQUIM PIRES DE AMORIM — Filho do fazendeiro José Pires de Amorim. Foi Juiz Municipal desta cidade desde 1882 e sempre muito considerado pela rectidão do seu character. Casou em 29 Fevereiro de 1876, na fazenda da Safra, com D. Anna Souto Bello, filha de Josepha Souto Pinho Bello. Deixou filhos. Por Decreto Imperial de 10 de Junho 1868 foi nomeado Tenente Coronel do Estado Maior da Guarda Nacional.

PADRE JOÃO PIRES DE AMORIM — Filho de José Pires de Amorim. Em 10 de Novembro de 1867 o Bispo do Rio Grande do Sul conferio-lhe a ordem de Presbytero. Foi nomeado Monsenhor da Capella Imperial, em Abril de 1885. Falleceu no Rio de Janeiro como Vigario Geral do Arcebispado. Era homem de grandes qualidades de espirito.

CAPITÃO JOSÉ BARROZA DE LIMA — Fazenda "Bananal de Baixo". Em 1846 residia numa pequena propriedade denominada Bella Vista, á margem

do rio Muquy, dividindo com o Barão do Itapemirim. Era então casado com D. Rosa Maria da Conceição de quem houve alguns filhos. Por fallecimento desta casou com D. Joaquina Margarida da Silva Lima, afilhada do Barão. Este casamento foi celebrado na Capella da fazenda do Muquy em 1861, e nessa mesma occasião casaram o Dr. Joaquim de Oliveira Seabra e o Dr. José Feliciano Horta de Araujo, com filhas do Barão. Desse segundo consorcio teve tres filhos: Francisca Rosa de Lima, que casou com Miguel Alves de Castro e já viuva; Josephina Barbosa de Lima, que casou com Joaquim Baptista de Souza e Leocadia Barbosa de Lima que casou com Diogo Pires Amorim.

O Capitão Barbosa de Lima, antes de para aqui vir, fôra capitão de navios, que faziam o trafico de escravos entre a Costa d'Africa e a do Itapemirim.

CAPITÃO PEDRO DIAS DO PRADO — Fazenda "Duas Barras". Natural de Barra Mansa, fundou essa fazenda em principios de Agosto de 1845. Casado com D. Anna, tambem natural da provincia do Rio. Do casal houve os filhos: Pedro, Theophilo, Tristão, o conhecido por Dico, Petronilla, que casou com João de Azevedo Maia; Francisca, que casou com Luiz Bernardino da Costa, e Lica, que casou com o advogado Maximiano de Souza Bueno, natural de Rezende e o qual falleceu em 16 de Fevereiro de 1882.

Pedro Dias do Prado falleceu em 11 de Janeiro de 1885, aos 70 annos de idade, e sua mulher, D. Anna Ramos do Prado, em 22 de Março do mesmo anno, com 65 annos. O sitio dessa fazenda foi outr'ora reducto de indios. Ahi se arrancharam depois, os companheiros de Esteves de Lima, e mais tarde teve um quartel de milicianos conhecidos por pedetres. Pedro Dias já achou portanto, o caminho desbravado. Davam-se grandes festas venatorias, nessa fazenda, que duravam dias e das quaes era D. Anna a mais entusiasta.

JOSÉ PIRES DE AMORIM — Fazenda "Boa Esperança". Fazendeiro antigo e já viuvo em 1854. Era de

Valença, da provincia do Rio e veio para aqui ainda moço. Era casado com D. Joaquina Maria de Amorim e teve muitos filhos varões, que mais tarde tiveram real destaque social. Foram elles medicos, engenheiros, bachareis, padres, commerciantes, fazendeiros e todos distinctos.

Era concunhado do Major Antonio Vieira Machado da Cunha, primeiro dono da fazenda do "Centro" e dos mais antigos do Castello. Falleceu em 2 de Outubro de 1883.

JOSÉ LUIZ HOMEM DE AZEVEDO — Fazenda "Santa Rosa". Natural de Valença, para aqui veio em 1845 a 46. Deixou descendencia. Era avô do cidadão Aristides de Azevedo, hoje estabelecido no Alegre.

CLARO DIAS DO PRADO — Fazenda "Fructeira de Cima". Irmão de Pedro Dias. Exerceu aqui cargos policiaes. Atrazos forçaram-no a vender a propriedade ao negociante Manoel José de Araujo Machado. Aqui falleceu em Abril de 1888, aos 75 annos de idade, nada tendo. Era casado com D. Ludovina Moreira de Cassia.

ANTONIO LINO DE SOUZA MONTEIRO — Fazenda Maquiné. Era casado com D. Anna Monteiro, natural de Minas. Era irmão do Capitão Souza Monteiro. Falleceu em 6 de Agosto de 1873.

ANNA SILVEIRA DE SOUZA MONTEIRO — Viuva do Alferes Antonio Lino de Souza Monteiro. "Fazenda Maquiné". Natural de "Paulo Moreira", da antiga provincia de Minas, e vieram para o Espirito Santo no anno de 1871.

Foram seus Paes o fazendeiro Capitão Modesto Anastacio da Silva Barros e D. Porcina Julia de Abreu e Silva. Os troncos de D. Anna vêm do Capitão Anastacio de Azevedo Barros e D. Anna Maria Barroso, avós paternos; e do Capitão Manuel de Abreu e Silva e D. Catharina Leonor da Victoria, seus avós maternos. Teve os irmãos Antonio Ribeiro da Franca, Luiz Ribeiro da Franca, e Rita Ribeiro da Franca Viveiros.

Do casal descende a numerosa prole dos seguintes filhos: Theotônio de Souza Monteiro, Josephina Monteiro, nascidos em Paulo Moreira; Francisco, Graciano, Capitão José

Lino de Souza Monteiro, Adelaide, Antonio, João, Anna, Paulina, e Capitão Alfredo de Souza Monteiro, naturaes de Natividade do Carangola; e Marcos e Maria Lina, nascidos neste Estado. Os troncos do marido de D. Anna são os mesmos referidos na genealogia do Capitão Francisco de Souza Monteiro, seu irmão.

D. Anna conta hoje 85 annos de idade e reside nesta cidade em companhia de alguns filhos.

LUIZ DA MATTA COUTINHO E SILVA — Foi mestre do vapor fluvial "Tres de Abril", que navegava do Itapemirim para esta villa. Depois foi por muito tempo chefe de Trem da E. F. Cachoeira á Alegre. Casou com D. Josephina de Souza, filha do Capitão Antonio L. de Souza Monteiro. Deixou filhos. Era homem muito conceituado.

CORONEL JOSÉ GONÇALVES FERREIRA — Fazenda das Antas. Comprou essa propriedade a Leopoldino de Azevedo Ramos e desenvolveu-a, vendendo-a depois a Epiphanyo José Bernardes. Casou com D. Reolinda G. Ferreira, filha do fazendeiro Antonio Candido dos Santos. Não teve Prole. Reside no Rio. Delle é cunhado o autor destas chonicas.

ANTONIO BERNARDINO FERREIRA RIOS — Filho do antigo negociante Bernardino Rios. Genro do Tabellião Joaquim Jorge. Residio na casa em que mora hoje o Escrivão do Registro de Obitos e Nascimentos Sabido José Coelho. Era tambem guarda-livros e dava-se á advocacia. Casou com D. Leonarda Quintaes, em 2 de Dezembro de 1882.

CARLOS BERNARDINO MACIEL — Era casado com D. Anna Margarida Pimenta. Residio e tinha escola primaria no prédio que é hoje a chacara do Dr. J. Teixeira Mesquita. Essa casa é uma das mais antigas da cidade. Foi construida por Marcollino da Franca e successivamente passou a pertencer ao Dr. Joaquim Seabra e ao Dr. Salvador Rizzo, genro deste. Foi director do Collegio Maciel em 1883. Exerceu varios outros cargos honestamente.

- DR. DEOLINDO JOSÉ VIDEIRA MACIEL — Engenheiro. Habitou a casa que é hoje propriedade dos herdeiros de José Coelho, á rua 25 de Março. Com elle trabalhou o agrimensor Francisco Guardia, que mais tarde foi socio da firma Marques Guardia & Comp.
- MAJOR JOÃO CANDIDO BORGES DE ATHAYDE — Veterano do Paraguay. Voltando da guerra, residio por algum tempo na casa do pai Joaquim Borges de Athayde, portuguez das ilhas, que possuia uma fazendola no Brejo dos Patos, á margem do rio Muquy. Casou depois com a viuva do Capitão Sabino José Coelho, e exerceu o cargo de Tabellião nesta cidade. Falleceu na sua fazenda em Sant'Anna do Itabira, proximo a esta cidade.
- SALVADOR RIZZO — Medico italiano. Era genro do Dr. Joaquim de Oliveira Seabra. Retirou-se depois para a Italia, com a familia.
- JOÃO DE LOYOLA E SILVA — Professor, jornalista, musico. Foi redactor e proprietario do "Cachoeirano" por muitos annos. Filho do Capitão Ignacio de Loyola e Silva, casou com D. Anna Toledo, irmã de Hermogeneo Toledo, filhos de Benedicto Toledo, que era dos mais antigos desta terra. Este homem participou de varias associações litterarias d'aqui quasi todas desapparecidas. Foi tambem secretario da Camara na presidencia do Dr. Gil Goulart. Com o seu cunhado Hermogeneo, Bernardo Horta e outros, tomou parte activa na propaganda republicana. Falleceu no Rio de Janeiro, para onde se mudara.

OUTRAS PROFISSÕES

- DR. ANTONIO PINTO DA CUNHA — Medico. Era genro do fazendeiro José Pires de Amorim e pae da antiga professora D. Alzira Cunha de Amorim.
- DR. EUGENIO PIRES DE AMORIM — Medico. Filho de José Pires de Amorim, casou com a professora D. Alzira Cunha. Não deixaram prole. O Dr. Amorim foi deputado estadual e presidente da Camara desta cidade. Residia, a principio, em Limeira do Itabapoana e para aqui mu-

- dou-se em 30 de Outubro de 1882. Foi Senador Federal pelo Estado em 1893.
- DR. MANOEL LEITE DE NOVAES MELLO — Medico. Fazendeiro. "Cachoeira Grande". Era de Alagoas. Teve pharmacia nesta cidade, sob a gerencia de Augusto Trevisani. Casou com D. Maria de Souza Novaes, filha do Capitão Souza Monteiro, em 3 de Março de 1878. Um dos filhos é o engenheiro Henrique de Novaes Mello, actual Prefeito da Capital do Estado. Foi tambem deputado geral pela provincia. Era medico caridoso.
- DR. MANOEL BAPTISTA FLUMINENSE — Medico. Casado com D. Anna Joaquina Fluminense, natural do Rio de Janeiro. Teve aqui pharmacia e para dirigi-la mandou vir um pharmaceutico de nome Mathias Fagundes Guerra que aqui chegou acompanhado de uma irmã, que foi a muito conhecida. D. Mariquinha Baptista, D. Anna voltára para o Rio e não mais regressara a esta villa, lá fallecendo. O Dr. Baptista Fluminense foi um medico do povo; occupou varios cargos publicos e aqui residio desde 1861. Em 1883, elle e D. Maria, com quem se casára, mantinham o conceituado collegio Santa Maria, á rua das Amoreiras, hoje Barão do Itapemirim, onde residiam. Falleceu em 30 de Novembro de 1887, com 79 annos de idade.
- MAJOR JOAQUIM JOSÉ GOMES DA SILVA NETTO — Advogado dos mais antigos e homem de letras. Residia no lado norte da cidade. Em annos passados foi professor no Aldeamento Imperial Affonsina, (1852), em cujo cargo prestou relevantes serviços na catechese dos indios purys, tendo affrontado os maiores perigos com a sua heroica esposa, D. Maria Adelaide Gomes, fallecida em 27 de Maio de 1884, no Rio. Na Victoria, para onde mudou-se depois, foi deputado, jornalista e professor. Em 1896 exerceu o cargo de 2º Secretario do Instituto Historico e Geographico do Rio de Janeiro e nessa época publicou interessantes estudos sobre os índios da provincia, e em 1882 escreveu a obra "Chronica da Companhia cha-

mada de “Jesus”, trabalho este de valor historico. Falleceu no Rio em 5 de Setembro de 1903.

DR. GIL DINIZ GOULART — Advogado. Aqui residio de 1867 a 1884. Para aqui veio encarregado de negocios do Banco do Brasil, logo após a sua formatura em S. Paulo. Nasceu na provincia do Rio. Durante 10 annos foi presidente da Camara desta cidade e neste cargo que exerceu de 1877 a 1887, prestou os mais assignalados serviços ao municipio. Militou no velho partido Liberal e em 1884 foi deputado á Assembléa Legislativa provincial. Retirando-se para o Rio em 85, foi eleito Senador pelo Estado, cargo que desempenhou com lustre para a terra que o elegeu. Nessa Capital foi eleito Intendente Municipal, tendo occupado o cargo de Vice-Presidente, a convite do Presidente da Republica Marechal Deodoro da Fonseca. Sob a sua administração municipal construiu-se a ponte que liga os dous lados da cidade.

Aqui casou com. D. Emilia Teixeira Goulart e é sogro do Dr. Bernardino Monteiro, actual Presidente do Estado.

DR. LUIZ SIQUEIRA DA SILVA LIMA — Advogado. Era filho do Barão do Itapemirim e casou com D. Marianna Moreira Gomes, filha do Coronel José Gomes Pinheiro, da Fazenda S. José. Formou-se em S. Paulo. Militou no partido Liberal e exerceu os cargos de Juiz Municipal, Juiz de Direito e foi Senador Federal pelo Estado. Foi proprietario da fazenda Bananal, onde por muito tempo residio, vendendo-a depois ao negociante do Castello, Antonio José Gonçalves. Homem de valor e energia, foi chefe politico acatado e sinceramente estimado pelo seu trato lhano e caracter bondoso. Prestou inolvidaveis serviços a varias instituições desta cidade. Na Bibliotheca publica mantida pela Loja Maçonica Fraternidade e Luz, vê-se o seu retrato a oleo, executado pelo autor destas chronicas.

DR. JOSÉ FELICIANO HORTA DE ARAUJO — Advogado. Natural de Cocaes, da antiga provincia de Minas. Eram seus Paes, Bernardo José de Araujo e

D. Marianna Horta, que tambem aqui residio e falleceu em 9 de Dezembro de 1887, aos 75 annos de idade. Logo que bacharelou-se em S. Paulo, veio para a Provincia do Espirito Santo em principios de 1860, na qualidade de secretario particular do Barão do Itapemirim, na fazenda do Muquy. Fallecendo o Barão, casou-se com uma de suas filhas, Izabel, em 1861. Foi Presidente da Assembléa Legislativa Provincial e Deputado á mesma, diversas vezes. Foi Deputado Geral pela Provincia em 1866, com o Desembargador José Ferreira Souto, e em 1878 com o Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meirelles. Entrou em lista triplíce senatorial em primeiro lugar, quando foi escolhido Senador por esta Provincia o Conselheiro Christiano Benedicto Ottoni. Na academia foi contemporaneo do Visconde de Ouro Preto e era pae do republicano historico Bernardo Horta de Araujo. Ao tempo da guerra do Paraguay era o Dr. Horta Presidente da provincia do Paraná. Teve um irmão, Capitão Bernardo Garcia Horta de Araujo, morto em combate na guerra do Paraguay.

BERNARDO HORTA DE ARAUJO — Nasceu em 1862, em Itapemirim, fazenda do Muquy. Fez o seu curso de humanidade na antigo Atheneu Provincial da Victoria. Seguiu depois para Ouro Preto, onde se diplomou em pharmacia, em Dezembro de 1881, estabelecendo-se aqui no anno seguinte com pharmacia, associado ao pratico Altino Dias da Rosa. Foi por muito tempo redactor-chefe do “Cachoeirano”. Politico de tradiçãõ, foi um forte propagandista da Republica, tendo tomado parte nos Congressos Republicanos com os mais notaveis do tempo.

Tem o seu nome ligado ás melhores instituições e melhoramentos desta cidade. Foi Deputado Federal em duas legislaturas. Encarregado pelo Governo Henrique Coutinho para defender os direitos do Espirito Santo na questão dos limites com o Estado de Minas, escreveu sobre o assumpto um bom trabalho elucidativo. Era filho do Dr. José Feliciano

Horta de Araujo e D. Izabel de Lima, filha do Barão do Itapemirim. Casou com D. Angelina Ayres, que falleceu no Rio em 29 de Novembro de 1905, filha do negociante desta praça, Coronel Joaquim Ayres. Desgostos intimos levaram-no ao suicidio no Rio de Janeiro.

Deixou um nome limpo na vida publica como na particular.

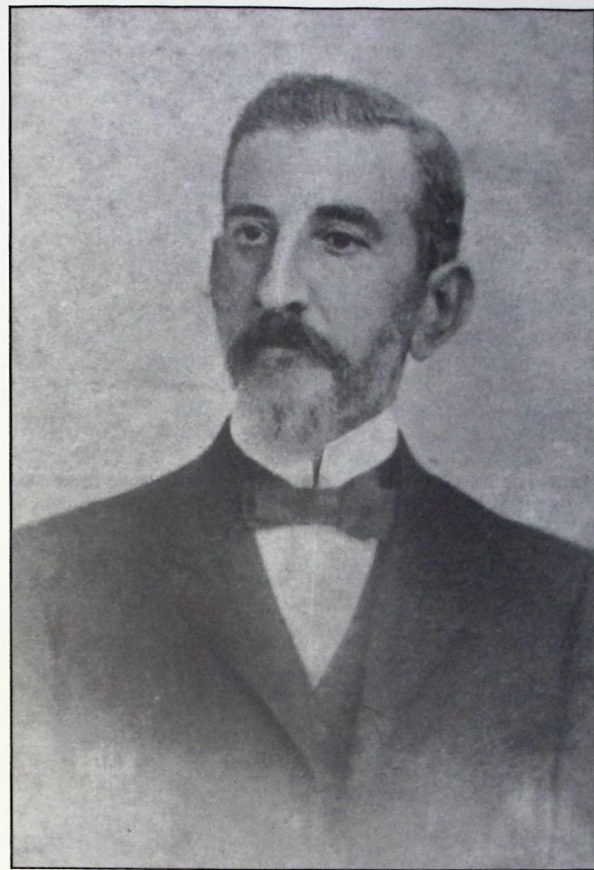
DR. JOÃO VASCO CABRAL FILHO — Advogado. Redactor e proprietario do jornal “O Constitucional”, que se publicou nesta cidade até 1889. Falleceu no Rio, já bem velho, em Setembro deste anno (1918).

DR. LYDIO MARIANNO DE ALBUQUERQUE — Advogado. Sogro do negociante Antonio da Rosa Carvalho Machado. Falleceu no Rio de Janeiro.

DR. ALFREDO MOREIRA GOMES — Advogado e jornalista. E' hoje juiz aposentado da Comarca de Lages, Santa Catharina.

SALVADOR JOSÉ MACIEL — Foi aqui professor e occupou o cargo de Secretario da Camara e outros que sempre desempenhou bem. Era sogro do Capitão Alfredo de Souza Monteiro.

PADRE MANOEL LEITE DE SAMPAIO MELLO — Nasceu em Villa Nova, provincia de Sergipe, Arcebispado da Bahia, em 8 de Maio de 1829. Era filho de D. Josepha Pastora do Amor Divino e do Coronel Manoel Leite de Sampaio. D. Josepha que tambem aqui residia, falleceu em 30 de Janeiro de 1883, com 73 annos de idade. Tinha só uma irmã que casou com o Capitão Felippe de Mello Pereira. Veio para esta freguezia como vigario encommendado em Agosto de 1860, em substituição ao padre Francisco de Assis Pereira Gomes, que aqui esteve menos de dous annos, retirando-se para Minas. Collou-se em 1863. Exerceu christamente o seu sacerdocio durante 32 annos, e falleceu em 9 de Abril de 1892. Seu enterro foi feito com grande acompanhamento de povo, tendo ao setimo dia missa cantada com a assistencia de tres padres. A carneira tumular onde o sepultaram, foi offerecida pela Camara Municipal de então. Na sachristia da



Dr. Luiz Siqueira da Silva Lima

matriz havia outrora um bom retrato desse padre que dahi foi retirado e hoje existe em poder do fazendeiro seu co-parente, Manoel Gonçalves Sampaio.

O padre Mello era parente do conhecido medico Dr. Novaes Mello e tio do Capitão Felipe de Mello Pereira Filho.

Era um sacerdote bondoso e foi muito estimado por seus parochianos.

COMMENDADOR CICERO CESAR DE MACEDO BASTOS — E' mineiro, natural de Gunhães, tendo aqui residido desde 1864. Veio para a provincia ainda moço, tendo vencido todas as etapas de uma vida de trabalho e esfoço proprio, até chegar á culminancia da fortuna em que se encontra.

Quando aqui esteve, foi de principio empregado da casa commercial de Manoel J. de Araujo Machado e depois passou a trabalhar como guarda-livros na casa commercial de seu tio Benicio de Souza Macedo, que fôra antes administrador da fazenda "Prosperidade", e era casado com uma filha de Manoel Candido de Andrade, do Ribeirão do Meio, no Castello. Esse seu tio era de Serro Frio, Minas e chamava-se sua mulher, Messias Carolina Duarte de Macedo, sendo já viuva em 1879.

Foi professor de meninos em Pindobas (Castello) e no Itabapoana, onde casou com D. Candida de Souza, sendo concunhado do Coronel Octavio Werneck. Ahi foi fazendeiro e mais tarde passou a residir no Rio e depois em S. Paulo, onde é grande proprietario.

O Commendador é sogro do ex-Presidente deste Estado e hoje Senador Federal, o Dr. Jeronymo Monteiro.

CAPITÃO HENRIQUE DESLANDES — Era do Paraná. Quando veio para a provincia installou-se na villa do Itapemirim, onde começou exercendo a profissão de dentista e photographo. Homem intelligente e progressista, procurou desenvolver essas qualidades em trabalhos mais proficuos. Assim é que foi o primeiro concessionario da Estrada de Ferro que desta cidade se dirigia a Alegre e Castello, concessão que transferio ao Conde de Mattosinhos. Passou alguns annos depois a residir no Rio, onde

fundou grande casa commercial. Naquella cidade obteve um Cartorio de protestos de Letras, que passou depois ao Coronel Dr. Aristides Guaraná.

Não deixou familia. A cidade de Cachoeiro honra-lhe a memoria, dando o seu nome a uma das suas melhores ruas.

JERONYMO FRANCISCO MOREIRA — Fazenda “Pedra Branca”, em Sant’Anna, districto desta cidade. Portuguez. Foi negociante e era pae de Pedro Francisco Moreira, proprietario da fazenda da Gruta, já fallecido. Foi casado com D. Anna Ismeria da Silveira, cunhada de Pedro Teixeira Duarte.

DR. ANTONIO OLINTHO PINTO COELHO — Medico. Fazenda S. Querino, Castello. Era casado com D. Luiza Carolina Pinto Coelho. Foi Juiz Municipal, Deputado provincial e Vereador municipal desta cidade, onde gosava de muita consideração. O Dr. Olintho era pae de Dona Francisca Silva, esposa do pharmaceutico Carlos A. de Assumpção e Silva, hoje residente no Rio de Janeiro, e de D. Julia Carolina Pinto Coelho, mulher do Dr. José Alvares de Souza Coutinho, que falleceu no Rio em Junho de 1919. Falleceu em Fevereiro de 1888, em sua fazenda Tinguá.

CAPITÃO FRANCISCO DE MELLO PEREIRA — Fazenda em Sant’Anna do Itabira, onde era lavrador conceituado. Era natural de Sergipe e parente do Dr. Novaes Mello e Padre Sampaio Mello. Falleceu em 6 de Setembro de 1894, aos 70 annos de idade.

JOÃO PAULO FERREIRA RIOS — Teve sellaria nesta cidade, commercio, e exerceu em tempo, a advocacia. E’ de Minas e filho de Bernardino Ferreira Rios e D. Barbara Demethildes Rios.

Quando seu pae veio para a provincia em 1854, deixou-o em Abre Campo, no collegio do professor Francisco de Abreu e Silva, pelo que, João Paulo só aqui chegou em 10 de Maio de 1857. Com elle vieram Francisco de Salles Ferreira Junior e Pedro Dias do Prado Junior, seus colegas no alludido collegio Abreu.

Casou nesta cidade com D. Julia Johston, filha do inglez Guilherme Johnston. E’ cunhado do fallecido Capitão Francisco de Souza Monteiro. Conta hoje (Nov. de 1918) 78 annos de idade, e reside na villa do Rio Pardo.

TENENTE JOÃO ZENOBIO ACYOLI DE VASCONCELLOS — Fazenda “Careira” Comprida”. Nunca teve familia regular; vivia com uma tal Joanna em mancebia baixa. O “Joãosinho”, como era vulgarmente conhecido, era homem de habitos originaes. Amigo de patuscadas e farras, costumava organizar bandos para vir de rancho, a esta cidade, cantar reisados e serenatas em que primava como rabequista.

Desde muito elle e parentes vinham sustentando ruínosa demanda com os donos da fazenda da Safra. Afinal o Major Urbano, entrando em accôrdo com o Desembargador Acyoli de Vasconcellos, tio do Joãosinho, e quem corria tambem com as despezas da demanda, poz termo á questão. Mas o Tenente tendo gasto alguma cousa nesse litigio, proseguiu nas dissipações e má direcção dos seus haveres, vindo a morrer na miseria. O negociante Samuel Levy foi que o soccorreu nesse penoso transe.

FELIPPE DE MELLO PEREIRA FILHO — Natural de Sergipe. Era fazendeiro no lugar “Ortiga”, em Santa Anua do Itabira. Filho do Capitão Francisco de Mello Pereira. Veio do Norte já casado com D. Possidonia, de quem tinha quatro filhos. Casou depois, em segundas nupcias com D. Porcina de Souza, filha do Cap. Antonio Lino de Souza Monteiro. Deste casal houve as filhas Hilarina e Felippina. Falleceu em 5 de Maio de 1895. Ficando viuva, D. Porcina, casou depois com o Capitão José Jacyntho de Moura, de quem teve outros filhos.

LOURENÇO LOPES PIMENTA — Ferreiro. Fiscal, quando Presidente da Camara o Dr. Gil Diniz Goulart. Natural da Villa de S. João do Principe, provincia do Rio de Janeiro. Era filho do Tenente Luiz Ferreira Pimenta e D. Delfina Rosa de Jesus, ambos d’aquella provincia. Era casado com D. Anna Maria da Piedade, da Barra do Pirahy. Em 1860, vivia no rio, José

Pedro e veio para Cachoeiro em 1862, tendo comprado o sitio "Sumidouro", proximo ao da Pedra Branca. Em tempo do Coronel Silveira foi administrador da fazenda Aquidaban. No Rio Pardo teve um tio por nome Capitão Francisco Lopes Pimenta, que foi por muito tempo delegado de policia dessa região, então infestada de gente perigosa. Exerceu aqui o cargo de sub-delegado, prestando serviços de importancia na captura de criminosos.

Morava em sua casa que é hoje o hotel Brazil. Falleceu em 12 de Março de 1890, aos 68 annos de idade.

BAZILIO LOPES PIMENTA — Natural da Barra do Pirahy. Filho de Lourenço Pimenta. Fazendeiro nos arredores desta cidade. Teve a principio uma pequena fazenda no Rio José Pedro e dahi mudou-se para Cachoeiro. Casou em 1868 com D. Genoveva Espindola de Castro, filha do Tenente José Quirino Espindola de Castro e D. Anna Gonçalves Leal, moradores naquella lugar. Deste casal houve os filhos José Quirino, Lourenço, (Nenê) Bazilio, Dona e Etelvina, que se casaram todos nesta cidade. Enviuvando, consorciou-se de novo, em 1892, com D. Rita, filha de Julião de Salles Ferreira, de quem deixou filhos. Era cunhado de Francisco de Salles Ferreira da fazenda Pau Brasil. Falleceu nesta cidade e era cidadão muito estimado.

MANOEL PINTO RIBEIRO MANSO — Era genro do Major Joaquim José Gomes da Silva Netto. Exerceu aqui e no Itapemirim, a advocacia e teve um antigo collegio no lado norte da villa. Mudou-se depois para Victoria, onde a sua esposa foi directora, pelos annos de 1874 a 75, do conceituado Collegio N. Senhora da Penha. Falleceu no Rio de Janeiro.

CAPITÃO BAZILIO CARVALHO DAEMON — Ex-miliciano em Nictheroy nos seus primeiros tempos. Aqui chegou como dentista, tendo residido antes em Muquy. No correr dos annos exerceu varios e importantes cargos, tendo sido Presidente da

Camara desta Villa e Deputado á Assembléa Provincial. Foi aqui redactor e proprietario do "Estandarte" e do "Itabira", jornaes que tiveram grande voga em 1866 e 1868. Mudando-se para Victoria, alli foi redactor e proprietario do jornal politico "O Espirito Santense" que viveu por muitos annos. Escreveu um bom livro sobre a historia da provincia do Espirito Santo. Era homem laborioso, polemista, e um espirito affeito a estudos e ás lutas da imprensa. Foi dos mais antigos desta cidade, onde era tambem advogado e professor. Falleceu na Victoria, em 1º de Dezembro de 1893.

JOÃO DE AZEVEDO LEMOS — Tabellião. Residia na casa que é hoje de Nicola Amorim. Certa vez, em sua ausencia, penetraram-lhe no Cartorio e queimaram diversos autos crimes que lá se achavam. Era casado com D. Rita Loyola, filha do Capitão Ignacio de Loyola e Silva. Falleceu nesta cidade.

D. JOANNA PAULA DAS DORES — Natural de S. João d'El Rei, aqui chegou em 1854, com 26 annos de idade. Era filha do negociante portuguez José Teixeira Brandão, residente naquella cidade mineira. Foi por muitos annos professora com internato de meninas, nesta cidade. Gozava de grande reputação conto educadora pela sua austeridade e dedicação. Do seu Collegio N. S. da Penha, que era no principio na casa que tem o n. 16, á rua 25 de Março, sahio para casar-se, a maior parte das mães de familia que honram a nossa sociedade, actualmente. Conservou-se solteira e falleceu nesta cidade em 26 de Março de 1907, aos 69 annos de idade. Foi sepultada em carneira offerecida pela Camara Municipal da cidade. O seu pai, José Teixeira, aqui esteve algum tempo em companhia da familia, retirando-se depois para S. João d'El Rei.

JOAQUIM JOSÉ PEREIRA BASTOS — Portuguez. Para aqui veio, fazendo parte de uma Companhia de "cavallinhos", denominada "Maria da Gloria", na qualidade de artista gymnasta. Fez-se depois pintor de casas e foi negociante muito

conceituado. Já velho, retirou-se depois para a roça e tem ainda aqui propriedades.

MANOEL DA COSTA NECA E ANTONIO DA COSTA NECA — Foram os primeiros artistas carpinteiros. Foram os que construíram a Igreja matriz desta cidade, trabalhada no interior por um português conhecido por Domingos Santeiro. Eram artistas probos e estimados.

HENRIQUE FUNKAS — Allemão. Teve padaria no Largo de S. João. Homem já antigo em 57; vivia com uma preta já idosa. A padaria só trabalhava aos sabbados. Vivendo vida avara, logo ao morrer, mãos criminosas roubaram-lhe os parcos haveres. Falleceu em 2 de Abril de 1875.

FREDERICO VIEIRA DA MOTTA — Veio de Itapemirim para aqui, onde residio por muito tempo no lado norte da cidade, onde tinha padaria. Portuguez. Era pai do intellectual conterraneo e poeta João Motta, fallecido em 1914.

SALVADOR DE ARAUJO FANZERES — Veio de Benevente para aqui, onde residio por muito tempo no lado norte da cidade e seguiu depois para o Itapemirim, onde até 1888 foi hoteleiro. Nesta cidade exercia a profissão de colchoeiro e pintor de casas. Casou em 8 de Novembro de 1883, com D. Josepha de Vasconcellos Ramos, professora nesta então villa, irmã do Dr. José Marcellino Pessoa de Vasconcellos, que foi Presidente do Estado. Era pae do laureado pintor patricio, o professor Levino Fanzeres, residente no Rio de Janeiro e aqui nascido, autor de notaveis trabalhos de pintura.

QUINTINO THOMAZ BARBOSA SOUTO — Aqui vivia desde 1858. Foi professor dos filhos de José Pires de Amorim, na fazenda da Boa Esperança. Era pintor e decorador fino e foi quem pintou o interior da primeira Igreja de Cachoeiro, construida por Antonio Francisco Moreira.

ANTONIO JOSÉ RAMOS — Veio de Benevente, de onde era natural. Residio por muitos annos no Itapemirim, onde exercia a profissão de mestre de pranchas. Mudando-se para esta cidade, vivia de pequeno commercio. Era chefe de numerosa prole, composta de pessoas muito conceituadas. Falleceu em 1 de Setembro de 1902, com 62 annos de idade.

HERMOGENEO CORRÊA DE TOLEDO — Filho de Benedicto Corrêa de Toledo e D. Leonidia, filha do Capitão Ignacio de Loyola e Silva. Casou com D. Francisca da Costa, filha do lavrador José Bernardino da Costa, morador na Valla do Souza, (Alegre). Desde moço, empregado no commercio, chegou a ser importante negociante no Alegre, em 87 e 88.

Tem tambem propriedade agricola nesse municipio. Foi com seu tio, João Loyola propagandista da Republica. Homem bem conceituado e chefe de grande familia, é ainda o proprietario do "Hotel Toledo", o mais importante desta cidade.

JOAQUIM JOSÉ PEREIRA GONÇALVES — Natural da Barra de S. João, da provincia do Rio. Era pae de Nicolau Tolentino Pereira Gonçalves. Exerceu o Cargo de Tabellião. Casou em segundas nupcias com D. Maria Loyola, filha do Capitão Ignacio de Loyola e Silva e tia de Hermogeneo Toledo. Falleceu em 20 de Abril de 1883.

NICOLAU TOLENTINO PEREIRA GONÇALVES — Era desta cidade e filho de Joaquim J. Pereira Gonçalves. Casou em primeiras nupcias com D. Helena Rosario, filha de Manoel Pedro Victorino do Rosario e fallecida em 21 de Março de 1890, consorciando-se por morte desta com D. Fanny Santos, do Itapemirim, filha de Alcebiades Gomes dos Santos. Era professor de musica.

MANOEL PEDRO VICTORINO DO ROSARIO — Natural de Angra dos Reis, provincia do Rio, para aqui veio em 1854. Foi pequeno negociante do lado norte da cidade. Casou em primeiras nupcias com D. Quintiliana, filha de José Baptista de Oliveira, que foi dono da fazenda Cachoeira Alegre. Deste consorcio houve os filhos, Arthur Rosario, Helena, Zulmira e Angelica. Do segundo enlace com D. Euphrosina, filha de Joaquim José Pereira Gonçalves, teve os filhos, Franklim, Donabella e Floripes. Do terceiro matrimonio com D. Flora, filha de João Monteiro, carpinteiro não houve mais progenie. Finou-se aos 70 annos.

- ANTONIO THEODORO DE MENDONÇA — Veterano da guerra do Paraguay. Teve primeiramente uma casa de negocio no lado norte da cidade, depois foi official de Justiça e porteiro da Camara Municipal, em cujo cargo se aposentou. Falleceu alcançado em annos.
- JOAQUIM VICENTE DE SOUZA — Residia em Sant'Anna do Itabira, proximo a esta cidade. Era casado com D. Joanna de Loyola e Silva, filha do Capitão Ignacio de Loyola e Silva, tia de Hermogeneo Toledo. Teve os seguintes filhos: Francisca, viuva de Francisco de Paula Prates, Joaquim Quirino, Vicente, Antonio e Theotonio.
- CUSTODIO MOREIRA DA FRAGA — Fazenda da Liberdade. Era filho do portuguez Manoel Francisco Moreira e D. Leopoldina Fraga. Casou com uma filha de José Gomes Prates, antigo dono da fazenda "Cobiça".
- CUSTODIO TEIXEIRA MAIA — Natural da Victoria. Casou com D. Marianna Souto, filha do Capitão Bento José da Rocha, da fazenda "União". Foi guarda-livros e exerceu os cargos de Collector provincial e agente do Correio nesta villa, em 1861. Reside no Rio de Janeiro.
- MARCOLLINO JOSÉ DA FONSECA — Foi aqui Tabellião e Escrivão da Collectoria Geral. Casou primeiramente com D. Delfim Maria da Conceição, que falleceu na Victoria, para onde se mudaram, em 13 de Agosto de 1883. Casou depois com D. Aurelia Johnston, filha do subdito inglez Guilherme Johnston, morador em Santa Anna do Itabira. Na Victoria, onde continuou como Escrivão, falleceu em 27 de Agosto de 1887. Uma filha de Marcollino, D. Margarida Etelvina da Fonseca, era casada com Guilherme Johnston Junior, filho do seu sogro.
- FRANCISCO FERNANDES DA SILVA LIMA — Tabellião. Era filho adoptivo do Barão do Itapemirim e de D. Clara, que casou depois com o lavrador Joaquim de Oliveira Serra, que veio a ser o dono da fazenda "Morro Grande". Casou com D. Anna Moreira, filha de Benjamin Borges Moreira, descendentes de D. Josepha Borges, da fazenda das "Colheres". Falleceu em 27 de Março de 1890.

- EMYGDIO JOSÉ MARTINS — Natural de Minas, de onde veio com o Capitão Francisco Herculano Monteiro da Gama e deste foi aqui guarda-livros na "Casa Mineira". Foi por muito tempo Secretario e Procurador da Camara. Deixou familia, que ainda reside nesta cidade. Falleceu 24 de Abril de 1894. Era homem muito conceituado.
- ANTONIO JOAQUIM DA SILVA — Portuguez. Pintor de casas. Para aqui veio em 1865, na qualidade de artista acrobata da companhia Penna & Bastos, que aqui trabalhou nesse tempo. Fallindo a Companhia, por aqui ficou. Casou em 1872 com D. Maria Izabel Carlos da Silva, natural de Petropolis e de origem allemã. Tem as filhas Albertina, Semiramis, e Isaura, que se casaram aqui.
- JOSÉ BAPTISTA DE OLIVEIRA — Foi o segundo posuidor da fazenda "Cachoeira Alegre", que, ao tempo, era pequena propriedade denominada "Bom Bucado". Essas terras constituia originariamente uma posse do caboclo que a abriu, Francisco José do Carmo.
- Antigo habitante, era já viuvo em 1860 e tinha os filhos: Quintiliana, que casou com Manoel Pedro Victorino do Rosario, de cujo consorcio descende o cidadão Arthur Rosario; Alacrino José de Oliveira e um outro filho natural de nome José Baptista, que morreu na guerra do Paraguay.
- PEDRO ANGELO DA SILVA — "Arraial dos Macacos". Sitio em frente á Safra. Casado com D. Joaquina, tinha os filhos: Bernardino, Pedro Manoel, Marianna, Joaquim, Anna e Joanna. Pedro Angelo está sepultado no alto do morro, em frente á rua 25 de Março, que nesse tempo era cemiterio, no ponto conhecido hoje por "cidade de palha".
- TENENTE-CORONEL EUGENIO AURELIO BRANDÃO DO VALLE — Veterano do Paraguay. Era natural de Valencia. Esteve primeiramente em Limeira de Itabapoana e vindo para esta provincia residiu no Calçado onde abriu collegio de meninos. D'ahi passou-se para o Alegre, onde teve tam-

bem collegio até 1886, residindo a principio na fazenda S. Francisco do Café, hoje de Ladislau Ribeiro Campos. No Alegre casou com D. Donaria de Carvalho, senhora de alguma instrucção e filha de Francisco Ignacio de Carvalho, e D. Thereza de Carvalho.

Nesta cidade fundou o Collegio S. Pedro de Cachoeiro, que prosperou e mais tarde em 1889 a 1891, foi Tabellião. Acontecimentos politicos no Estado levaram-no a residir na Victoria, onde, sob o governo Moniz Freire foi commandante da Policia. Retirando-se, para o Rio de Janeiro, metteu-se em varias empresas, vindo a fallecer em Nictheroy, em 18 de Setembro de 1917. Era homem estimado pelo seu natural bom e affavel.

QUINTILIANO FERNANDES DE AZEVEDO — Natural de Valencia, provincia do Rio. Filho de Manoel Joaquim Fernandes Azevedo. Casou com D. Alexandrina Pereira de Azevedo, que falleceu em Março de 1885. Foi professor publico durante muitos annos no Itapemirim e depois igualmente por longos annos nesta cidade, de que tambem foi agente de Correio. Quasi toda a sua existencia tem decorrido no magisterio publico, que exerceu com proficiencia. É hoje professor aposentado, contando 70 annos de idade.

CANDIDO OLIMO MOTTA — Foi negociante de madeiras (jacarandá), que fazia descer em balsas desde o Bananal e as exportava para o Rio e Campos, para um tal Cardoso. Esse homem residia em uma pequena casa de palha, onde hoje está o sobrado do Capitão Luiz Alves de Oliveira, residencia do actual Juiz de Direito da Comarca.

Nestes arduos trabalhos linha elle como auxiliar um Antonio Ferreira, eximio conductor de balsas através das cachoeiras.

FRANCISCO CURTO — Auxiliar das casas commerciaes. Seguiu para a guerra do Paraguay e por lá ficou.

MANOEL E JOÃO SEVERO — Irmãos. Canoeiros e pran-

cheiros das casas commerciaes. Eram do Itapemirim.

ANTONIO JOSÉ DE SALLES — Para aqui veio em 1864. Teve uma pequena pharmacia no lugar onde hoje está a casa de residencia Raphael De Martini. Trouxe familia e aqui enviuvando, casou com uma cunhada que vivia em sua companhia. Occupou varios cargos publicos. Falleceu nesta cidade.

DR. JOSÉ PEIXOTO — Medico (ao que se dizia). portuguez. Teve uma pequena pharmacia na casa que é hoje de Manoel Nunes Machado, isso em 1863-64. Abandonando a casa de um dia para outro, seguiu com destino ao Paraguay e por lá casou, segundo noticias. Veio com Sebastião Martins de Abreu Gama.

ANNA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO CARVALHO — Em 1862 morava no seu sitio denominado “Conceição”, á margem do rio e proximo á fazenda Duas Barras. Essa senhora era solteira e tinha uma pequena propriedade no rio Muquy, Itapemirim. Em terras dessa fazenda fôra morto em 7 de Outubro de 1860, Eleuterio Gomes de Moraes, por Marcollino da Franca Horta, que era casado com uma afilhada de D. Anna, Carvalho.

Em 1857 a Justiça do Itapemirim lavrou a ultima sentença de morte em criminosos do districto judiciario de Cachoeiro do Itapemirim.

Numa situação denominada “Sitio Alegre”, á margem do Rio Novo, residia o portuguez Manoel José de Mattos, lavrador e casado com D. Maria Leopoldina Muitos. Dous escravos desse homem, Francisco e Eugenio, no momento em que o seu senhor dormitava num rancho da roça, mataram-n’o a golpes de machado e deitaram o corpo numas coivaras que ardiam por alli. O corno foi reduzido a cinzas. O crime foi commetido no dia 8 de Setembro e a victima havia 6 mezes viera de Valença, trazendo esses e outros escravos.

Como documento curioso do tempo, damos aqui a

organização judiciaria que trabalhou nesse processo, que teve certa notoriedade.

- Denuncia do Promotor João Luiz de Mattos Pereira e Castro, de 23 de Setembro de 1857.
- Delegado de Policia do Itapemirim: Francisco Manoel de Souto Mayor.
- Peritos no Corpo de Delicto: José Luiz Homem de Azevedo, Alferes Ignacio de Loyola e Silva, e outros, servindo de escrivão, Luiz José Pereira Arariba.
- Juiz Municipal Substituto em exercicio: Capitão José Barbosa de Lima.
- Porteiro do Tribunal do Jury (1) — José Francisco da Penha.
- Conselho de jurados: José Cardoso da Conceição, José Gonçalves da Silva Guimarães, João Fernandes Braga, Bento José da Rocha, João Xavier de Almeida e Souza, Manoel Marques Pereira, Francisco José da Costa Guimarães, Conrado Gonçalves Vianna, José Pires de Amorim, Jorge de Castro Lara, Camillo José Dias Lellis, e João Barbosa.

Esses 12 juizes de facto responderam por unanimidade, culpando os reus.

Em seguida aos debates, aliás curtos, o Juiz de Direito, João da Costa Lima e Castro lavrou nos autos a seguinte sentença:

“Em conformidade das decisões do Jury, julgando os Reus os pretos Eugenio e Francisco, escravos de Manoel José de Mattos, incursos no art. 1º da Lei de 10 de Junho de 1835, os condemno a pena de morte e nas custas que serão pagas por sua senhora. Sala das Sessões do Jury, 15 de Setembro de 1858.

Mas em virtude do Decreto Imperial de 27 de Setembro de 1860, remettido pelo Presidente da Provincia, Antonio Alves de Souza Carvalho, essa pena foi commutada em galés perpetua. O Decreto foi expedido pelo Ministro e Secre-

(1) Nessa época o Tribunal do Jury se reunia no Consistorio da Igreja Matriz do Itapemirim.

tario de Estado dos negocios da Justiça, Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Em 1876 (17 de Novembro), já então sendo comarca Cachoeiro do Itapemirim, o Trybunal do Jury lavrou a ultima sentença de morte sobre os criminosos Joaquim, Vicente e Paulo, barbaros assassinos do seu senhor o fazendeiro Victorino Ferreira Leitão, em terras da sua propriedade, denominada Belém, no Rio Novo.

Os assassinos, correndo sobre a victima que fugia a uma perversa cilada por elles armada ao seu senhor, não attenderam ao perdão que este lhes implorava de joelhos e o mataram a foçadas, pelas 7 horas da manhã do dia 11 de Setembro de 1876.

Presos e processados, foram condemnados á pena capital, sendo Juiz de Direito o bacharel Francisco Baptista da Cunha Madureira. Mas a pena foi computada em galés perpetua, pela Princeza Imperial Regente, em 7 de Agosto de 1877, sendo Ministro e Secretario dos Negocios da Justiça o Conselheiro Francisco Januario da Gama Cerqueira.

Da familia Leitão foi advogado o Dr. Gil Diniz Goulart.

Em 1856 e por muitos annos ainda, morou em um sitio no Itabira um velho caboclo de nome Antonio Narciso da Costa, que possuía como reliquia uma baixa de soldado que lhe fora passada pelo governo de D. João VI. Falleceu em 1902.

A primeira pharmacia que aqui houve pertenceu a um medico portuguez conhecido por Dr. Pantoja que tinha na casa que é hoje do cidadão Manoel Nunes Machado, isto pelo anno de 1857. Depois teve tambem pharmacia Alcebiades Gomes dos Santos e só mais tarde é que veio o estabelecimento regularmente montado do Dr. Manoel B. Fluminense, e ainda depois, em 1880, a do Dr. Novaes Mello.

Por esse tempo não havia aqui corporação policial. O policiamento era feito pela guarda nacional que, quando precisa para qualquer diligencia, era intimada pelos delegados de policia de então. Tambem pôde se dizer que raro era o morador de certa cathegoria que não tivesse exercido esse honroso cargo.

Um grande panlano de aguas lodosas cobria todo o espaço ocupado hoje pela nossa rua 25 de Março, desde a ponte sobre o Corrego Amarello, até a actual residencia de Rafael De Martini. Foi aterrada pela Camara Municipal.

Concluimos esta parte da nossa chronica para abrimos um capitulo ao Itapemirim, de que somos uma continuidade historica, rememorando os homens que lhe deram em seus tempos aureos essa opulencia e renome que tanto fruiu e foram, os que, pelo valor da sua cathegoria social, mais influencia exerceram nos destinos politicos da provinda, abrindo tambem a Cachoeiro do Itapemirim o caminho á vida e ao progresso, pelo exemplo daquelle homem superior que foi o Barão do Itapemirim, cuja vida de trabalho correu em grande parte dedicada aos interesses da terra a cuja sorte ligára toda a sua forte e proveitosa existencia.

SETIMA PARTE

Itapemirim

VILLA E BARRA

Acerca dos primeiros povoadores da costa do Itapemirim, não será refluir demasiado ao passado para dar á historia o realce da vetustez, affirmar-se que já lá estavam elles ao expirar do seculo XVI (1690-1700) o que, os documentos do tempo ainda existentes, apoiam em datas precisas.

Estava-se sob o regimen colonial, e no throno portuguez o Senhor D. Pedro II, ex-Regente do Reino.

A região comprehendida entre um e outro lado da foz do rio, não era mais que uma vasta aldeia de indios, assentada ao longo daquellas terras que pelo tempo adiante vieram a fazer parte de uma fazenda de assucar a que outras, no correr dos annos, se lhe vieram juntar.

A gente que volvia do Castello batida do indio ou desilludida da riqueza das minas e a que chegava de Campos dos Goytacazes, é que foram abrindo terras, formando o *clan* primitivo e engrossando a população até a occupação completa das margens do Itapemirim, facilmente permittida pelas amplas concessões dos donatarios e dos governadores da Capitania.

Nos primeiros tempos, quando ainda estava latente a fama do ouro do Castello, a baixada itapemirinese era apenas percorrida pelos frades da Muribeca e a gente de Guarapary, entre os quaes havia commercio.

Alli apenas miseraveis choças de indios pescadores e negros fugidos affeitos ao cultivo rudimentar

da terra, mal pontuavam a costa, perdidas entre as palmeiras silvestres.

Pela indução natural dos factos, quasi se pôde affirmar terem sido Domingos de Freitas Bueno *Caxangá*, (assim denominavam nesse tempo, a região) Pedro Silveira e outros, os primeiros que appareceram nessas paragens e por ahi se installaram pelos principios de 1700, vindo da Bahia attrahidos pela propaganda que dessas terras faziam os successores de Francisco Gil de Araujo, o qual, como se sabe, assás se esforçou pelo povoamento de Guarapary e Benevente, a elle se devendo as primeiras explorações do Itapemitim, sendo disto prova, a Provisão que abaixo reproduzimos. (1)

A familia Freitas Caxanga foi, pois, a proprietaria da vasta aldeia, onde fundára engenho de assucar, ahi vivendo por muitos annos, passando depois o dominio, (que abrangia as duas margens do rio) a pertencer aos seus successores que a transferiram ao Sargento Mór Ignacio Pedro Cacunda, o qual por sua vez a vendeu a Balthazar Carneiro e Pedro Bueno, este parente dos Caxangas.

Essa gente vinha do Castello escorraçada pelo indio e esses foram os primeiros que abandonaram, como o fizera o Major Antonio da Silva Povoas, aquellas paragens com acostados e escravos, e se estabeleceram na costa em busca de segurança ás suas pessoas e bens e melhor proveito ás suas actividades.

Adquirindo a propriedade á Pedro Cacunda, Balthazar Carneiro e Bueno, ahi pelos annos de 1779 a 1780 fundaram no sitio conhecido por Fazendinha e cuja escriptura fôra passada em Guarapary porque desde 1776 o sitio Caxanga era districto dessa Villa, trataram de dar mais desenvolvimento ao engenho de assucar que haviam comprado.

A rustica Capella erigida pelos primeiros proprietarios e votada á N. Senhora do Amparo já lá estava e foi para ella que elles conduziram as alfaias, baptisterio e as imagens de N. Senhora da Conceição e S. Be-

(1) Em 15 de Setembro de 1710 foi nomeado por Provisão do Capitão Mór Francisco de Albuquerque Telles. Euzebio Gonçalves Capitão do Matto, o qual deveria percorrer desde o districto de Carahype, até o Tramirim (antiga denominação do Itapemirim) afim de serem destruidos os mocambos de escravos fugidos. — Rev. do Inst. Hist.

nedicto, que fizeram transladar da velha matriz de N. S. da Conceição das Minas do Castello, acompanhando-as o Padre Antonio Rosa de Macedo, a quem foi confiado curar do pequeno templo como o seu primeiro vigario, até que se creou a nova freguezia.

Por muitos annos ainda essa capella servio aos fieis, cujo numero ia aos poucos augmentando com os novos immigrados e para cuja vigararia fôra provisionado padre Antonio Dias Carneiro, parente de Balthazar Carneiro.

Posteriormente, pelos fins do anno de 1798 a 1800, Balthazar Carneiro transferio a propriedade ao Capitão Tavares de Brum, que nesse tempo já occupava as margens norte do rio, em terrenos da costa e da qual, apesar de a ter comprado sob escriptura publica, ainda requereu e obteve em 1814 a Carta de Sesmaria passada pelo governo portuguez.

A velha Capella que servira á rustica aldeia desde o tempo de Ignacio Cacunda, era a matriz da freguezia creada por Carta Régia desde os seus primeiros tempos e foi muito melhorada pelos novos habitantes, servindo por largos annos até mesmo depois de creada villa em 1815, a antiga aldeia de indios.

Ao tempo da trasladação das imagens da capella velha, para a matriz, existiu e officiou, segundo as chronicas, o padre Antonio de Oliveira Foutoura, a quem succederam os padres Martins de Almeida e Severo Trancoso.

Quando chegou ao Itapemirim, frei Paulo Antonio Casas Novas, que viera para a catechese dos indios em 1854, dedicou-se logo nos principios do anno seguinte á construcção de um templo mais imponente e nesse piedoso proposito angariou fartos donativos da população e os serviços dos escravos dos fazendeiros, conseguindo ver realizado o seu sonho, inaugurando a nova igreja no dia 17 de Setembro de 1855, sendo vigario da freguezia o padre João Felipe Pinheiro, natural de Sergipe. Mais tarde foram-lhe adicionadas as torres pelo governo da Provincia, com o auxilio da verba de dous contos de réis concedida por lei n. 33, de 1868.

Remontemos um pouco ao passado e Vamos ás fontes historicas embora affastando-nos do que se prende ás nossas cousas.

Não delongará o recuo e acharemos a breve trecho o nosso ponto de partida que, se não é o mais interessante, é, pelo menos, o que buscamos.

Em 1614 Antonio Luiz Coutinho da Camara, que morava na Bahia, era grande do Reino e Capitão General do Estado do Brasil, recebeu como donatario a Capitania do Espirito Santo do seu pae Ambrosio de Aguiar Coutinho e Camara, que pouco durou.

Não se conformando com os precalços da vida na Capitania, obteve permissão do Regente D. Pedro, para vender a mesma, por alvará de 6 de Julho desse mesmo anno, o que fez a Francisco Gil de Araujo, tambem morador na Bahia, pelo preço de quarenta mil cruzados. O Coronel Francisco Gil de Araujo foi, pois, imittido na posse da sua Capitania por Carta de doação de 14 de Março de 1675.

Senhor de grandes cabedaes na Bahia, fez-se transporta para o Espirito Santo, trazendo numerosos colonos, localizando-os e os auxiliando em tudo o que se fazia preciso. Fez doação de terras a agricultores e promoveu, afinal, grande somma de beneficios á sua Capitania, estendendo particularmente a sua benefica acção á Guarapary, Benevente e outras localidades. Foram tambem nesse tempo, exploradas as terras do Itapemirim. Desgostou-se e retirou-se para a Bailia onde falleceu em 24 de Dezembro de 1685.

Sucedeu-lhe o seu filho Manoel Garcia Pimentel, que teve Carta de doação em 5 de Agosto de 1687. Como o seu pae, era homem abastado e deixou-se ficar na Bahia, para cá mandando a governar a Capitania o Capitão-Mór da mesma, Joo Velasco Molina, que governou poucos annos.

Fallecendo Garcia Pimentel sem deixar herdeiros, em principios de janeiro de 1711, em Sergipe do Conde, (Bahia) D. João V mandou que o Capitão General do Estado da Bahia tomasse para a Corôa, a Capitania; mas, este acto não foi consummado porque della fôï empossado Cosme Roulin e Moura, primo e cunhado de Garcia Pimentel, por lhe ter sido reconhecido esse direito, por sentença da Relação da Bahia, em 1718.

Cosme de Moura, assoberbado de difficuldades que

lhe trouxera a posse da Capitania, fez logo venda da mesma, ao mesmo Rei D. João V. por 40 mil cruzados, o mesmo preço porquanto a comprara em 1674, Francisco Gil de Araujo.

Volvendo a Capitania a pertencer á Corôa Portugueza ao tempo de D. João V. em virtude do negocio feito com o ultimo Donatario, Cosme de Moura, em Março de 1718, passou a mesma, após a curia administração de João Vasco Molina, para o governo de Antonio de Oliveira Madail, adstricto ao fôro judicial da Ouvidoria do Rio de Janeiro, conforme a Provisão do Conselho Ultramarino de 19 de Abril de 1722, e subordinado no fôro civil ao Governo da Bahia.

Desse tempo, pois, consta nos Registos de Sesmarias que existem nos Archivos da Capital do Estado que, por Carta de 20 de Dezembro do anno de 1703, e confirmada em 9 de Julho de 1793, “se concedia uma legua de terras no Sery a Manoel Soares da Rocha, terras essas que ficam em frente á costa do mar e confinam na parte do Norte com terras do Capitão José Tavares de Brum e pela parte do Sul, com a fazenda da Muribeca”.

São essas ultimas, provavelmente, as terras vendidas pelo Sargento Mór Ignacio Pedro Cacunda, a Balthazar Carneiro em 1800 e por este ao Capitão Tavares de Brum, que ampliou com essa aquisição os seus dominios.

De nenhuma outra concessão sabemos tão remota, na costa do Itapemirim, e essa confirmação, 90 annos decorridos, foi feita ainda sob o governo do Capitão Mór Ignacio João Monjardino subordinado ao da Bahia e o qual administrou a capitania de 1789 a 1798, 68 annos após o governo de Madail.

Epoca de agitações na metropole, não admira que quasi um seculo se houvesse escoado da concessão á confirmação, sabendo-se quanto se empenhavam os donatarios da Capitania em fazer cessões de terras a quem as quizesse povoar e cultivar, liberalidades de que tanto se abusou, que levaram o Governador Geral do Estado da Bahia por Carta Regia de 13 de Março de 1797 a por termo, “as concessões de sesmarias á margem de rios e costas maritimas”, declarando-se mais tarde que, “taes concessões só seriam feitas a trez leguas das costas e dos rios”.

Era o meio de fazer internar a gente que só queria habitar a orla maritima, com medo ás mattas.

Por instancias e representações do Governador Francisco Alberto Rubim foram essas ordens revogadas por Carta Regia de 17 de Janeiro de 1814 ficando assentado que “se poderiam conceder sesmarias em toda a Capitania do Espirito Santo, fossem ou não á margem de rios e littoral, e para cujo fim se concedia as impetradas anteriormente sob clausulas contidas no Alvará de 25 de Janeiro de 1809.

Defluiram dessa paternal revogação as innumeradas concessões expedidas nos annos correntes e assim foi que logo em Abril de 1815 se concedia a Luiz José Moreina “meia légua de terras em quadra no lugar denominado “Caixões” onde reside, confrontando com egual lote concedido a José da Silva Quintaes”.

Anteriormente, em 10 de Outubro de 1811 fôra confirmada a concessão feita por Carta de 14 de Setembro de 1807 a Francisco Gomes Coelho da Costa dos terrenos por sesmaria onde se achava estabelecido, confrontando com terras de Miguel Antonio de Oliveira. Tambem assim foram as sesmarias obtidas pelo Capitão Taveres de Brum em 1814.

Na petição endereçada ao Conde da Ponte, Governador e Capitão General da Capitaniada Bahia por Francisco Gomes Coelho da Costa, impetrando a concessão da sesmaria acima referida, reporta-se elle ás “terras que em posse pacifica sempre as houveram os seus antepassados por mais de 50 annos, etc.” Ora, se da data da concessão descontarmos esse numero de annos e remontarmos ao tempo em que teria sido concedida a primitiva concessão ao seu anti-possuidor e sogro, Francisco de Almeida Pinheiro, teremos chegado, possivelmente, aos primeiros annos do 18º seculo.

E entretanto a concessão de Manoel Soares da Rocha data de 1703 e elle já lá estava antes desses affastados annos.

*
* *

Não pretendemos estabelecer a data rigorosamente historica, o que foge á nossa competencia, em que tomou pé em terras do Itapemirim, o primeiro homem civilisado, mas somos inclinados a recuar esse acontecimento para os primeiros dias do 18º seculo, senão alguma cousa antes, baseados nos elementos historicos que consultamos, vencendo algumas difficuldades.

E’ mesmo para duvidar-se que, terras á margem de um grande rio, embora semeadas de palhoças de indios, só comesassem a apparecer pouco antes de 1800, vizinhas de Benevente que já vinha de 1565 e de Guarapary que data de 1585 e daqual já o Itapemirim era Termo Judiciario desde 1806.

*
* *

O trasumpto historico que vimos fazendo limitado aos factos capitaes da região que foi a mais importante da provincia, não poderia ter o cunho de rigorosa authenticidade se lhe não ajustassemos os curiosos documentos que aqui registramos, embora dando maior extensão do que a pretendida, a este trabalho que se atem exclusivamente á verdade historica.

Abrindo espaço a esses interessantes documentos que muito elucidam pontos que apenas abordamos, cumprimos um dever dizendo que ao nosso encontro veio com a documentação que contém este capitulo o illustre medico Dr. José Moreira Gomes distincto clinico residente no Itapemirim e descendente directo das duas grandes familias rivaes do velho Itapemirim.

*
* *

A povoação do Itapemirim foi elevada a Villa por Alvará do Principe Regente de 27 de Junho de 1815, mas a sua criação só se effectuou em 9 de Agosto de 1816 conforme se verifica dos autos que se seguem.

“Eu o Principe Regente. Faço saber aos que este Alvará virem que sendo-me presente o requerimento dos moradores do lugar de Itapemirim, da comarca do Espirito Santo, pedindo-me que o houvesse de erigir em Villa, e verificando pelas informações que sobre esta materia mandei tomar que o sobredito lugar situado na margem do rio Itapemirim era bastante populoso e apto para se augmentar em habitantes pelas commodidades que offerecia a navegação do mesmo rio e fertilidade dos terrenos que lhe são contiguos e que pertencendo-lhe agora a villa de Guarapary era encommodo o recurso dos Povos e a adminis-

tração da Justiça por lhe ficar de permeio o termo da villa de Benevente. Tendo sobre isto mandado consultar a Mesa do Dezembargo do paço em attenção ao referido, conformando-me com o seu parecer, sou servido crear em Villa o lugar de Itapemirim com a denominação de Villa de Itapemirim e ordenar que se elejam, dous juizes ordinarios, um de orphãos, traz vereadores, um procurador do Conselho e dous almotaceis; os quaes administrarão a Justiça na conformidade dos Regimentos que lhes são dados pelas Ordenações e segundo as Minhas Leis e estilo do Reino. E Hei outro sim por bem crear dons officios de Tabellião do Publico Judicial e Notas da mesma villa, ficando ao 1º officio os de Escrivão da Camara, Almotaçaria e Sizas e ao segundo o de Escrivão de Orphãos e os officios de Alcaide e escrivão de seu cargo, os quaes todos servirão aos seus cargos na conformidade das Leis e Regimentos que lhes são estabelecidos. A referida vila ficará tendo por termo o Districto actual da Freguezia de N. S. do Amparo da mesma Povoação e se lhe destinará um terreno de meia legua em quadro para extensão dos seus edificios, rocios e logradouros, e onde houver terreno devoluto se lhe dará para seu patrimonio uma sesmaria de uma legua em quadro ou separadamente si assim mais convier quarto de meia legua em quadro cada uma para a mesma Camara poder aforar em pequenas porções a cultivadores na forma concedida á Villa de Macahé. E lhe ficaram pertencendo tambem para seu rendimento todas as rendas que no territorio de seu terreno cobrava a villa de Guarapary de onde fica desmembrada. E gosará de todas as prerogativas. Privilegios de que gosam as demais villas de Meus Reinos, levantando o pelourinho, casa de Camara cadeia e mais officinas á custa dos moradores da mesma villa o que elles mesmos requererão e debaixo das ordens da Meza do Dezembargo do Paço. E este se cumprirá como nelle se contém; pelo que mando á Meza do Dezembargo do Paço e da consciencia e ordens, Presidente do meu Real Erario, Conse-

lho da Minha Real Fazenda, Regedor da Casa da Supplicação e a todos os Tribunaes, Ministros, Justiças e quaesquer pessoas a quem o conhecimento deste Alvará haja de pertencer, assim a cumpram e guardam e façam inteiramente cumprir e guardar e valerá como carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não hade passar, e o seu effeito haja de durar por mais de um anno sem embargo da ordenação em contrario. Dado no Rio de Janeiro a 27 de Junho de 1815. PRINCIPE COM GUARDA”.

AUTODAINAUGURAÇÃO DAVILLA.

“Anno de Nosso Senhor Jesus Christo de 1816.

Aos nove dias do mez de Agosto do dito anno, nesta Povoação de Itapemirim, onde se achava o Dr. Desembargador, Ouvidor e Corregedor da Camara José de Azevedo Cabral, o qual por virtude das Provisões e Alvarás aqui neste livro registradas, depois de haver convocado todas as pessoas da Nobreza e Povo por um edital e officio aqui tambem registrados, estando todos presentes se levantou o Pelourinho, com suas competentes insignias, signal de jurisdicção desta villa, e neste acto repetidas vezes se deu — Viva El-Rey Nosso Senhor — elevando — assim com esta solemnidade o Pelourinho, houve o dito Ministro por formada esta Villa de Itapemirim, e para constar mandou fazer este auto em que assignou com a Nobreza e Povo que se achavam presentes. Eu Manoel Pereira Porto, escrivão da ouvidoria nomeado para a presente creação que o escrivi e em fé do referido assigno. (Assignados). Azevedo, Severo Trancoso de Amorim, vigario collado. Francisco Gomes Coelmo da Costa, Miguel Antonio de Oliveira, Luiz José Moreira, Manoel Pereira Porto e outros”.

AUTODADECLARAÇÃO DOS LIMITES DAVILLA.

“No mesmo dia, mez e anno 9 de Agosto de 1816, o sobredito Ministro houve por declarado que os limites desta villa na conformidade do Alvará são o termo e districto actual

da Freguezia de Nossa Senhora do Amparo desta villa, que parte pelo Norte com o termo e districto desta villa com o da villa de S. João da Barra em Santa Calharina das Mós e pelo sertão até as Minas do Castello que os divide com os limites da Capitania de Minas Geraes e de como assim o declarou e para constar mandou fazer este termo em que assigna. Eu Manuel Pereira Porto, escrivão escrevi. Azevedo”.

Feita ainda no mesmo dia a eleição para pelouros ou juizes ordinarios, para vereadores, procurador da Camara, juiz de orphãos, juizes almotaceis, alcaides e carcereiros, foram eleitos: juizes ordinarios o Tenente Luiz José Moreira e José da Costa Guimarães; para vereadores Manoel Joaquim de Oliveira Costa, José Antonio Pessanha e João Gonçalves Vianna; procurador da Camara José da Silva Quintaes; Juiz de orphãos Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa; juizes almotaceis Antonio Luiz da Cunha e Bonifacio José Ribeiro; para alcaide e carcereiro Antonio Nunes da Guarda com o ordenado de 20\$000 por anno, pago pelas rendas do Conselho.

*
* *

Pelo proprio Alvará da criação da Villa, como se vio, foi concedida uma sesmaria de uma legua de terras em quadro para Patrimonio da Camara, terras essas que se acham devidamente registradas a folhas 82 do Livro n. 8 de Registros, existentes no antigo Commissariado Geral de Terras Publicas do Estado e cujo assentamento é do theor seguinte:

“Da Camara Municipal da vila de Itapemirim—N. 451—1218.

A Camara Municipal desta Villa de Itapemirim e possuidora de uma sesmaria de terras de cultura sita nas margens do rio Itapemirim sendo 1.800 braças de testada da parte do sul com 3.000 braças de fundos, que tem principio da pedra da Safra que serve de marco a beira rio a ruma de Leste e Este, dividindo neste ponto com o Sargento Mór Francisco Xavier

Pinto Saraiva, já fallecido e hoje com outros; pela parte de cima divide na valla denominada Carreira Comprida com terras do Tenente Luiz José Moreira, e hoje de seus herdeiros ou de quem de direito fôr. E da parte do Norte 1.200 braças que tem principio em uma pedra chata grande lançada ao rio com pouca profundidade junta a outras pedras nativas no lugar denominado Carreira Comprida e ao rumo de Leste ao Este vae limitar em frente de uma pedra que se acha da parte do Sul conhecida pelo nome de marco do Collegio e igualmente tendo uma legua de fundos, a rumo de Norte e Sul, medida e demarcada no anno de 1823 e julgada por sentença em 7 de Maio do dito anno, cujas terras foram concedidas por Patrimonio da mesma Camara, por Alvará de 27 de Junho de 1815, confirmado por carta de sesmaria de 11 de Outubro de 1828, e se acham aforadas a diversos pela mesma Camara. Freguezia e Villa de Itapemirim, 28 de Maio de 1856. O Procurador da Camara, José Cardoso da Conceição. Registrada a 29 de Maio de 1856. O encarregado da escripturação. Cornelio Nepote de Vasconcellos”.

*
* *

Como ficou dito, isto e, antes de 1800, o Itapemirim era uma grande fazenda que pertenceu primeiro ao Sargento Mór Ignacio Pedro Cacunda, que a vendeu ao Capitão Balthazar Caetano Carneiro e este ao Capitão José Tavares de Brum (sogro do Sargento Mór Joaquim Marcellino da Silva Lima mais tarde Barão do Itapemirim).

A séde da Fazenda que era de assucar, ficava no morro contiguo á actual villa, no lugar conhecido por “Fazendinha”. Ahí existio a Capella que foi a primeira da povoação.

Essa propriedade estendia-se por toda a Barra do Itapemirim, de um e outro lado do rio e, apezar do Capitão José Tavares de Brum havel-a comprado por escriptura publica, para sua maior garantia requereu e

obteve do governo de Portugal por sesmaria, as mesmas terras, conforme se vê do seguinte documento:

“O doutor Francisco Antonio de Souza da Silveira, do Conselho do Príncipe Regente Nosso Senhor, Fidalgo da Real Caza e seu Desembargador, do Conselho Ultramarino, Chanceler da Relação da Bahia e nella Assessor do Conselho de Guerra, Deputado da Junta da Administração e Arrecadação da Fazenda Real desta Capitania da Bahia e Juiz das Sesmarias com alçada pelo dito Senhor, etc. Porquanto representando o Capitão José Tavares de Brum ao Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde da Ponte, Governador e Capitão General desta dita Capitania em sua petição os seguinte: Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor. Diz o Capitão José Tavares de Brum da Freguesia de N. S. do Amparo da Povoação de Itapemirim, termo da Villa de Guarapary, da Comarca da Capitania do Espirito Santo, deste Estado da Bahia, que elle Supplicante se acha situado nas margens do dito rio com Fazenda e Fabrica de Assucar de que paga direitos Reaes em terras próprias por uma e outra parte por compra que de tudo fez pela escriptura junta ao Capitão Balthazar Caetano Carneiro e sua mulher Marianna Gomes de Moura, as quaes terras pela parte do norte principiam a correr da Barra do rio Piabanha até confinar com as terras do Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa, e com fundos até os limites da Villa de Benevente, e pela do Sul da ponta do mesmo rio Itapemirim, correndo pela costa do mar, até contastar com os marcos de Francisco Xavier de Castro, hoje divisão dos herdeiros de Manoel Soares da Rocha, no Cerye, e por beira do rio até os marcos do referido Capitão Francisco Gomes, confundos competentes segundo o ruma dos seus confinantes, e porque os legitimos títulos donde os seus antepassados tiveram a possessão das referidas terras estão presentemente consumidos e não ha delles memoria alguma, a excepção de algumas informes, ao mesmo tempo que o Supplicante na falta daquelles teme para o futuro inconvenientes, não obstante a posse immemorial que

por Si e seus anti-possuidores tem ali conservado sem contradição, para evitar duvidas requer a Vossa Excellencia sesmaria ou outro título que em direito melhor lugar tenha, novamente as mesmas terras na fôrma que ficou declaradas e confrontadas, ratificando-lhe a sua antiga possessão: portanto pede a Vossa Excellentissima Illustrissima se digne conferir ao Supplicante a graça pedida. E receberá mercê.

Nessa petição deu o Senhor Conde da Ponte o despacho seguinte:

“Informe o Senhor Desembargador Conselheiro Chanceler da Relação. Bahia, 7 de Junho de 1808. Com sua rubrica. Passe as ordens do estylo. Silveira”.

O Capitão Tavares de Brum obteve afinal carta de sesmaria das terras em questão, a qual se acha registrada no respectivo Livro de Registro das Sesmarias, existente no antigo Commissariado de Terras da Capital do Estado, e cujo original conserva em seu poder um dos herdeiros, o Sr. Cesar da Silva Lima negociante na Barra do Itapemirim e contemporaneo escolar do autor deste trabalho.

Essa sesmaria foi mais tarde medida judicialmente pelo juiz ordinario de Guarapary, Lourenço Marques Pereira, que a julgou por sentença em 18 de Agosto de 1814, conforme se pôde vêr dos respectivos autos de medição em poder do mesmo Sr. César Lima.

Além dessa fazenda possuia o Capitão Tavares de Brum mais outra, tambem de assucar, situada á margem sul do rio e denominada S. José, hoje “Cutia”.

Fallecendo esse Capitão, sua viuva D. Thomazia da Silva Medella, casou-se em segundas nupcial com o Tenente Luiz José Moreira, que ficou sendo um dos mais importantes fazendeiros d'aquella época, no municipio.

*
* *

O Sargento Mór Joaquim Marcellino da Silva Lima, Barão do Itapemirim, era natural de S. Paulo, filho do Alferes Joaquim José da Silva e D. Anna Fernandes.

Veio para a Capitania do Espirito Santo em 1802 e foi residir em Benevente onde possuiu uma grande fazenda de assucar denominada — Trez Barras — cujas terras obteve por sesmaria que se acha registrada no referido livro de Registro das sesmarias, existente na Repartição de Terras da Capital do Estado.

Era então casado com D. Francisca do Amaral e Silva de cujo consorcio houve dous filhos, Claudina e Bellarmino, tendo a primeira se casado com o Coronel de Milicias Ignacio Pereira Duarte Carneiro, proprietario da fazenda do Borba no municipio de Vianna e que fôra pelo Governador Rubim encarregado da abertura da estrada S. Pedro de Alcantara que, como ficou dito, começava no “Quartel Borba” e terminava no “Quartel do Principe” limite das capitancias do Espirito Santo e de Minas Geraes. Enviuvando, casou de novo o Sargento Mór, com D. Leocadia Tavares da Silva, filha do Capitão José Tavares de Brum e D. Thomazia da Silva Medella e de Benevente passou então a residir no Itapemirim. Deste consorcio teve os seguintes filhos: Maria, quefoi casada com o Capitão José Gomes Pinheiro, da familia dos “Areia”, e primeiro proprietario da fazenda — Ouvidor do Norte — do municipio do Itapemirim; Leocadia, que casou com o Dr. Joaquim Antonio de Oliveira Seabra proprietario da fazenda — Morro Grande — neste municipio. Thomazia que casou com o Major Antonio Rodrigues da Cunha, Barão de Aymorés, fazendeiro em S. Matheus; Izabel que casou com o Dr. José Feliciano Horta de Araujo, advogado nesta cidade; Coronel Joaquim Marcellino da Silva Lima, que era moço fidalgo da casa Imperial; José Marcellino da Silva Lima; Francisco Bernardes da Silva Lima e Dr. Luiz Siqueira da Silva Lima, que foi senador da Republica.

Em Dezembro de 1846 foi agraciado com o titulo de Barão. Era Commendador da Ordem de Christo, Official da Ordem da Rosa e tinha as honras de Brigadeiro por ser Director Geral dos indios Purys, do Aldeamento Imperial Affonsino (hoje Conceição do Castello).

Falleceu em 18 de Dezembro de 1860, contando 80 annos de idade. Era então o maior fazendeiro em Itapemirim e Cachoeiro.

Possuia as fazendas denominadas Fazendinha e Queimada (annexas) na Barra do Itapemirim, Muquy,

Ouvidor, Morro Grande, Bananal, Fructeira do Norte, trabalhando nellas com mais de 100 escravos.

A sua residencia era na fazenda do Muquy, que era mais importante dellas e onde tinha um sumptuoso palacete e igreja que ainda hoje existe, consagrada a Santo Antonio.

D. Leocadia, a Baroneza, falleceu em 4 de Março de 1882, em Cachoeiro de Itapemirim onde se achava em tratamento, na idade de 74 annos. Antes de morrer pediu que a sepultassem junto ao tumulo do marido, na capella do seu castello e lã foi inhumada.

*
* *

Não era o Barão do Itapemirim homem cuja psychologia se complicasse em modalidades de character.

O seu typo physico bem que denotasse a sombria austeridade do valido de outr’ora, guardava todavia uma alma não inteiramente limpa dos preconceitos do meio e do tempo, mas pendida sempre para as longanimidades e para os actos generosos. Cioso das suas prerogativas, pois era grande do Imperio, Commendador da Ordem de Christo, Official da Imperial Ordem da Rosa, Brigadeiro Director Geral dos Indios, sabia guardar a sua linha fidalga sem que ella o isolasse do povo com quem lhe aprazia tratar fazendo negocios, interessando-se pelo viver da gente humilde, não raro para prestar-lhe favores.

O forasteiro que vinha em busca de terras achava sempre nelle um protector. Com o forte auxilio da sua escravatura é que se animaram os primeiros posseiros a desbravar as invias mattas das fazendas do municipio do Alegre, Bananal, S. Bartholomeu, S. Francisco, Jerusalem. Dous grandes traços formavam-lhe o fundo do character: a politica e a familia. O seu cuidado era ver crescer a prole ao seu lado promovendo a formação das novas familias entre a parentella numerosa.

Afeito a uma actividade que não esmoreceu na velhice, dobrava-se o fazendeiro opulento no pilitico prestigioso e se deste a obra foi de valor, naquelle logrou ser o homem de maior fortuna do Itapemirim, naquelles tempos. Não era um commodista em politica; frequentemente chamado á administração da provincia, esteve sempre á frente dos negocios que diziam com o seu

progresso e melhoramentos. Os annaes desse tempo o provam sobejamente.

A despeito da guerra que lhe moviam os seus temiveis adversarios, os “Areas”, que lhe não permittiam siquer, ganhar uma eleição no seu lugar, o Itapemirim, ainda assim foi o que maior notoriedade deu aos governos da provincia, quando sob a sua administração.

Differentes eram os processos postos em pratica por essas duas facções adversas quando se tratava de agitar os partidos para as lutas eleitoraes.

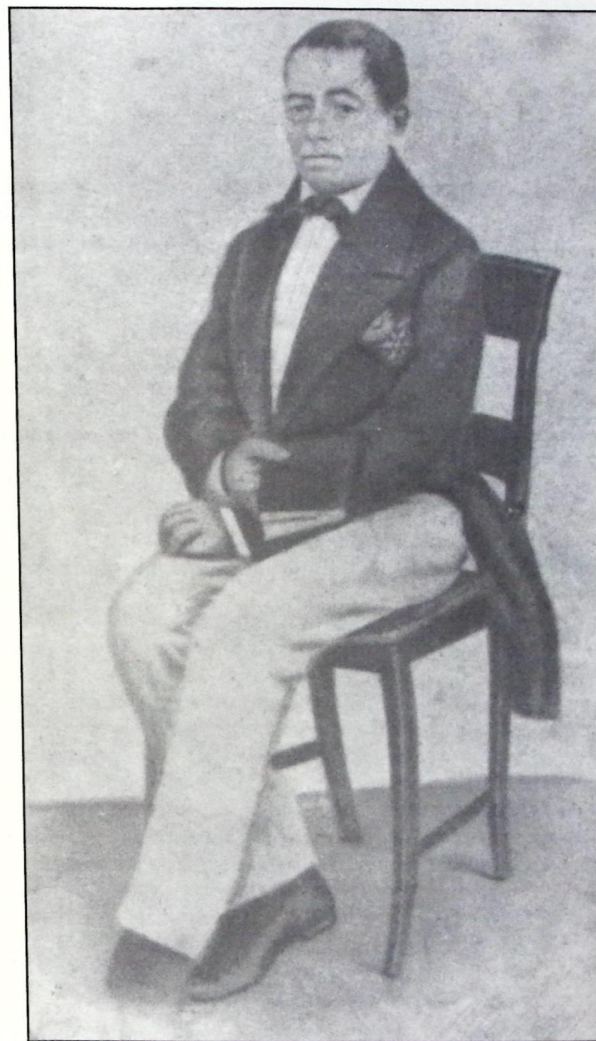
Os “Areas” alliciavam toda a gente que podiam, dissipando e prodigalizando os haveres, não olhando a meios para grangearem proselytos á sua causa, não vascillando mesmo ante a violencia a empregar e ás vindictas sobre os contrarios. Orgulhosos das suas origens que no Itapemirim lhes davam nome e dominios mais remotos pois que, grandes proprietarios já eram ali os seus pais, quando chegara o Barão, faziam alarde dessa circumstancia para maiores parecerem aos olhos do povo. Differia um pouco o Barão. Bem que lhe não faltasse gente assomada e disposta, agitava menos o eleitorado, embora exforçado nas lutas em que toda a familia trabalhava. Mas tinha o cuidado de não dissipar nessas pugnas, a fortuna. Gosava de prestigio real, todavia nunca pôde triumphar dos elementos que lhe eram contrarios no Itapemirim, tal a obra implacavel desses famosos “moços da Area”.

Esse estado de cousas, como tudo neste mundo, teve o seu termo pelos annos de 1860 a 1868 época em que se finaram os dous grandes chefes rivaes, o Barão e o Major João Nepomuceno Gomes Bittencourt.

A fazenda do Muquy adquirio-a o Barão em 1827 por compra feita a D. Gertrudes Maria de Santo Antonio, viuva do Capitão Mór Miguel Antonio de Oliveira.

Não existem mais os filhos do Barão mas ha delle a numerosa prole de netos e bisnetos; desses ultimos fazem parte Os Drs. José Moreira Gomes e José Gomes Pinheiro Junior, ambos medicos e que tanto no Congresso estadual como na Camara Federal, já representaram como deputados, o Estado. Desse tempo e como esses, foi tambem representante federal, Bernardo Horta, de honrada memoria.

O Barão do Itapemirim embora não possuísse titulo scientifico, era homem intelligente e cultivado. Disso dão cabal testemunho as mensagens que como 1º Vice-Presidente da Provincia que foi durante annos conse-



Barão do Itapemirim

cutivos, sempre apresentava á Assembléa Legislativa Provincial.

*
* * *

Como o Barão, eram tambem nesse tempo grandes fazendeiros no municipio do Itapemirim, os chamados “Moços da Areia” todos irmãos e se compunham dos: Commendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, proprietario das fazendas “Areia” e “Corôa da Onça”; Major Francisco de Paula Gomes Bittencourt, proprietario das fazendas “Vermelho” e “Cerejeira”; Tenente Heliodoro Gomes Pinheiro, proprietario do “Rumo”; Capitão José Gomes Pinheiro (genro do Barão) proprietario da fazenda “Ouvidor do Norte”, Rachel e Izabel.

Eram adversarios politicos do Barão (conservadores) e moviam-lhe toda a sorte de perseguições numa luta sem treguas excepção feita do Capitão José Gomes Pinheiro, que se mantinha neutro entre seus irmãos de um lado e seu sogro de outro.

Fazia tambem parte dos “Areias” o Major Caetano Dias da Silva, proprietario da fazenda do “Limão” e cunhado dos moços fazendeiros.

O Commendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt bem como os seus seis irmãos eram filhos do Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa e D. Maria Francisca Pinheiro, o primeiro natural da Ilha Terceira e esta ultima de Campos, e pertencente ali a uma das mais distinctas famílias, de que descendem as famílias — Carneiro da Silva (Visconde de Quissamã), Ribeiro de Castro (Visconde de Santa Rita), Neto dos Reis (Visconde de Carapébús), Conselheiro João de Almeida Pereira (ex-Ministro do Imperio), Conselheiro João Baptista Pereira, (ex-deputado geral), Baptista Cabral, Baptista Pinheiro, etc.

D. Maria Francisca Pinheiro era filha de Francisco de Almeida Pinheiro e Francisca Baptista Pereira, grandes fazendeiros em Campos (fazenda do Queimado).

Francisco de Almeida Pinheiro era filho de Amaro Pinheiro Bittencourt, que foi, afinal, o tronco primitivo de todas essas importantes familias.

O Commendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt que era o chefe dos “Areias”, foi tambem o chefe politico de maior prestigio no municipio. Por diversas vezes foi deputado á Assembléa Legislativa Provincial, tendo feito parte da primeira Assembléa da Provincia.

O Major Caetano Dias da Silva que, como ficou dito, fazia tambem parte da familia por ser casado com uma das filhas do Capitão Francisco Coelho, (D. Rachel Dias da Silva Pinheiro) foi um dos homens que mais concorreram no seu tempo, para o progresso do municipio do Itapemirim. Era Vice-Consul da Republica Argentina, Membro do Instituto d’Africa, socio effectivo das sociedades Auxiliadora da Industria Nacional e do “Tirocinio Litterario” da Villa de S. Pedro das Cachoeiras do Itapemirim. Foi fundador da navegação a vapor entre a Provincia e o Rio de Janeiro e fundador ainda, da Imperial Colonia do Rio Novo, nesta Provincia.

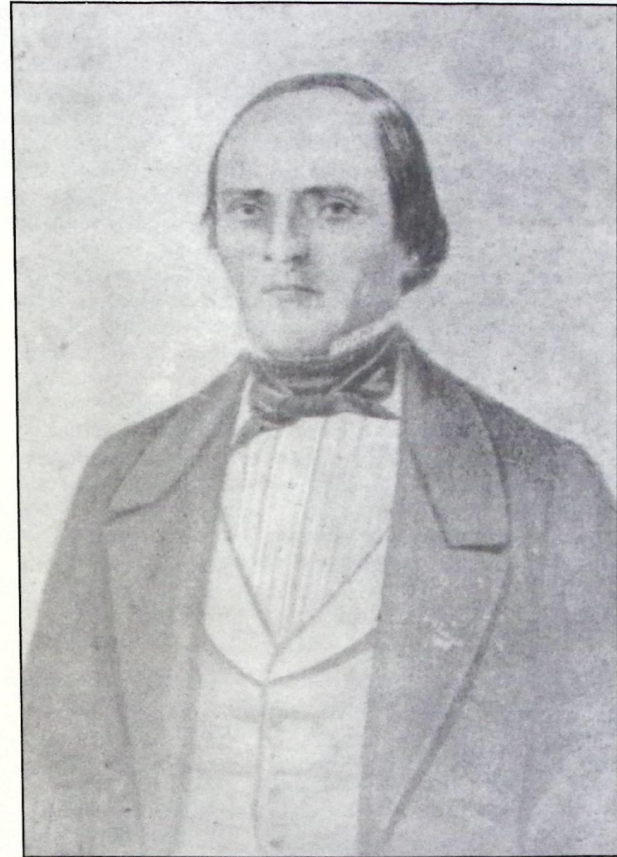
A Camara Municipal do Itapemirim tem no seu salão de honra o retrato desse prestante cidadão, como tributo de gratidão, e deu o seu nome a uma das ruas da Villa.

A outra filha do Capitão Francisco Gomes C. da Costa, Izabel, casou com o Capitão José Barbosa Meirelles proprietario da fazenda “Guaranhum” no municipio da Serra e pae do finado e estimado medico Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meirelles, Conego José Gomes de Azambuja Meirelles (da Capital do Estado) e outros.

*
* *

Dentre ainda os grandes fazendeiros do municipio de Itapemirim, nos tempos passados, cumpre destacar tambem, Joaquim José Alves, que residio sempre em Campos, em sua fazenda denominada “Boa Esperança” assente á margem sul do rio Parahyba (entre Campos e S. João da Barra) mas que possuia aqui muitas terras e fazendas que vieram a pertencer, por herança, a seus filhos, taes como Lancha, Barra Secca, Araçã, Poço Grande, Paineiras, Coqueiro, Ayrizes, Ribeira, Cancan, Laranjeiras, etc.

Assim foi que a fazenda da “Lancha” tocou a seu filho Laurindo José Alves; Barra Secca e Araçã a seu filho Coronel Francisco José Alves da Silva; Paineiras



Major Caetano Dias da Silva

á sua filha Rita, casada com Luiz Moreira da Silva Lima; Coqueiro a seu filho Alferes Manoel José Alves; Ayrizes a seu filho Luiz José Alves; Ribeira á sua filha Marianna Barreto Moreira, casada com Francisco Moreira da Silva Lima; Cancan á sua filha Ursula Barreto Barbosa, que foi casada com o Tenente-Coronel João Rodrigues Barbosa (proprietario tambem do "Cutia"); Laranjeiras a seu filho Augusto José Alves; Poço Grande, parte tocou a seu filho João José Alves e outra parte onde havia o engenho, foi vendida por um dos herdeiros ao Major Antonio Ferreira Povoas.

Desses Povoas do Itapemirim, vinha a ser parente o antigo e proecto jornalista e litterato, José J. Pessanha Povoas por muitos annos residente e fallecido em Victoria.

Joaquim José Alves, o velho fazendeiro campista descendia ainda do ramo de Benta Pereira, a heroína de Campos.

A fazenda denominada "Boa Vista" de assucar e aguardente, e que era das mais importantes do município, pertenceu primeiramente ao Capitão José da Costa Guimarães, casado com D. Anna Tavares, filha do Capitão José Tavares de Brum; fallecendo José da Costa Guimarães, a viuva casou-se com José Bello de Araujo, que foi o seu segundo proprietario.

A fazenda pertence hoje aos herdeiros de Narciso da Costa Pinto.

*
* *

FAZENDA DA SAFRA — Em 23 de Setembro de 1845, José de Barros Pimentel aforou 1.000 braças de terrenos pertencentes ao patrimonio da Camara Municipal de Itapemirim, do lado sul tendo principio da pedra denominada Safra, pagando annualmente 20\$000 conforme consta do termo respectivo no Livro da mesma Camara.

Nesses terrenos fundou elle a fazenda da Safra.

José de Barros Pimentel era natural da Bahia e veio para o Itapemirim expressamente para tomar conta da fazenda "Carreira Comprida" de propriedade do então Presidente da Provincia, Desembargador Ignacio Accioli de Vasconcellos, de quem era o mesmo Barros, parente.

Essa fazenda era então dirigida por João Zenobio Accioli de Vasconcellos a quem veio a pertencer depois.

Fallecendo José de Barros Pimentel, que era solteiro, instituiu em testamento por herdeira universal de seus bens a sua afilhada Josepha Souto, filha do Commendador Domingos Ferreira Souto, negociante em Victoria. José de Barros foi assassinado em 27 de Março de 1848 pelo preto Antonio, escravo de Fortunato J. Tavares da Silva Medella, no sitio denominado Ponta.

D. Josepha casou-se com Joaquim Bello de Araujo, portuguez, havendo do seu consorcio duas filhas que se casaram com os Drs. Joaquim Pires de Amorim e Leopoldo Augusto Deocleciano de Mello Cunha.

A fazenda pertence hoje ao Coronel Marcondes Alves de Souza que a comprou aos herdeiros do Dr. Leopoldo Cunha, pagando o respectivo laudemio á Camara Municipal do Itapemirim, por serem os terrenos foreiros.

Do exposto resalta a importancia que teve o Itapemirim nos seus antigos tempos; foi o mais rico dos municipios da Provincia e hoje será, talvez, o mais pobre.

De um e do outro lado do rio existiram vinte fazendas de assuacarem sua maioría movidas a vapor. Até 1857 o municipio abastecia de assucar e aguardente toda a Provincia e exportava ainda em grande quantidade para a praça do Rio de Janeiro.

Por dilatados annos foram, por assim dizer, os senhores feudaes de todo o Itapemirim onde exerciam soberania absoluta, as tres grandes familias oriundas dos primeiros estabelecidos nas terras do littoral, Alves, Gomes Bittencourt, (os Areaes) e os Silva Lima, cujo chefe era o Barão, todos opulentos e numerosos e estes dous ultimos, grandes politicos influentes nos concelhos da administração da provincia.

Como viviam no Itapemirim, assim vinham se dilatando por estes matagaes acima, isto é: — os Gomes Bittencourt dominando o lado norte do Itapemirim e o Barão, todo o lado sul. Aquelles pararam pouco além das terras do hoje Aquidaban, e este ficou pelas terras do Bananal, que o Capitão Mór Manoel José Esteves de Lima conquistára aos indios e lhe dera em troca de

outros favores como fossem o de respeitar as “posses” que ia abrindo em caminho do Alegre e prestar-lhe o auxilio de escravatura para abrir as fazendas “Gurgel”, Jerusalem, S. Bartholomeu e outras, no município do mesmo nome.

Os terrenos de beira-rio, desde a Barra até Cachoeiro, como foi dito, pertenceram originariamente, pôde-se assim dizer, a essas tres familias que povoaram o município em seu começo.

Os proprios terrenos em que está hoje situada a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, pertenceram a essas familias: o lado do sul ao Barão de Itapemirim e o lado norte ao Tenente-Coronel Heliodoro Gomes Pinheiro, (da familia da “Areia”) que o herdou de sua mãe D. Maria Francisca Pinheiro.

Effectivamente, existe registrada na Repartição de Terras da Victoria a Carta de sesmaria passada a favor de D. Maria Francisca Pinheiro, das terras do lado norte de Cachoeiro, principiando abaixo do marco da Camara Municipal de Itapemirim, e indo terminar na fazenda hoje “Aquidaban” inclusive, abrangendo assim a fazenda do finado Coronel João Borges e todo o lado norte da cidade.

Foi o mesmo Tenente-Coronel Heliodoro Gomes Pinheiro que vendeu a Antonio Francisco Moreira os terrenos do norte da cidade, e foi elle lambem (ou o seu genro Francisco Moreira da Silva Lima Filho) que vendeu os terrenos do Aquidaban ao Coronel Custodio da Silveira Vargas, pae do Coronel Ildefonso da Silveira Vianna.

Quanto ao lado do sul, é sabido que pertenciam até ha bem pouco tempo aos herdeiros do Barão do Itapemirim, os terrenos abaixo da cidade, conhecidos por Bahia e Minas, dividindo nos lados com terrenos de D. Felicia Braga, viuva de João Marques C. Braga que os houve do Capitão Pedro Dias do Prado que por sua vez os houve do Barão do Itapemirim, tanto esses como os outros terrenos contiguos de que tornou-se proprietario o Capitão Pedro Dias.

Pertenceram ainda ao Barão as terras annexas do lado sul da cidade, que foram do Alferes Ignacio de Loyola e Silva, que tambem as foi adquirindo dos primitivos posseiros, anteriores a Manoel de Jesus Lacerda.

Como documentação subsidiaria ás futuras cogitações historicas da nossa terra, inserimos nestas memorias os actos officiaes do tempo, por nos parecem interessantes.

Demonstrado como pertenceram ao Coronel Heliodoro as terras do lado norte da cidade, que as houve dos seus pais o Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa e D. Maria Francisca Pinheiro, transcrevemos o titulo primitivo dessas terras, que é a Carta de sesmaria de seu primeiro possuidor.

“Francisco Alberto Rubim, Capitão de Fragata da Armada Real, Coronel de Infantaria de Milicias, Presidente da Junta da Real Fazenda e Governador desta Capitania do Espirito Santo: Hei por bem fazer ao Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa Mercê de confirmar, como por esta confirmo, a sobredita sesmaria, a qual forma um rectangulo, cuja base tem 1.311 braças principiando da Valla da Taubira (1) limite dos herdeiros de Manoel de Oliveira Mattos, a oeste pela margem do rio até a ponta da segunda volta do Cachoeiro Grande, donde principia o lado dó rectangulo pela margem do mesmo rio a Norte, que tem meia legua até a ponta da Ilha da Esperança (2) findando o lado de baixo na “Serra do Choro” com igual extensão, com todas as clausulas e condições na mesma Carta expressadas, e mais com dispõe a Lei. Pelo que mando ao Governador da sobredita Capitania do Espirito Santo, Ministros e pessoas a quem tocar, cumpram e guardem esta minha Carta de Confirmação e a façam cumprir e guardar inteiramente como nella se contém sem duvida alguma. Pagou de novos direitos quinhentos e quarenta réis, que se carregarão ao Thesoureiro delles no Livro quinto de sua receita a folhas 155, e registrado o seu conhecimento no Livro duodecimo do Registro Geral a folhas 170. Dado no Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1818. El-Rey com Guarda. Estava o sello das Armas Reaes pendente de uma fita escarlata. Cumpra-se e re-

(1) Itabira

(2) Ilha da Luz

gistre-se, Victoria 5 de Junho de 1818. Francisco Alberto Rubim”.

Sesmaria do Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa, das terras da fazenda da “Areia”, Itapemirim.

“João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes e Brito, Conde da Ponte, do Concelho de sua Alteza Real, Commendador da Ordem de Christo, Senhor da Villa de Assaquins, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia. Faço saber aos que este Alvará de sesmaria virem: Que por parte de Francisco Coelho Gomes da Costa foi apresentada a petição do theor seguinte:

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. Diz Francisco Gomes Coelho da Costa, morador na povoação de Itapemiriin, Termo da Villa de Guarapary, Comarca da Capitania do Espirito Santo, deste Estado da Bahia, que elle é senhor e possuidor de uma fazenda com mais de setenta escravos e engenho de fabricar assucar, de que resulta utilidade ao publico e aos Direitos Reaes, chamada a da “Areia”, nas margens do rio dito de Itapemirim da parte do Norte com terras proprias de um e outro lado do mesmo rio, as quaes houve por compra e licitação que de tudo fez no Juizo de Orphãos da Villa de S. Salvador de Campos dos Goytacazes donde fôra habitante seu immediato anti-possuidor e sogro Francisco de Almeida Pinheiro, e porque o supplicante teme para o futuro ser envolvido em algumas inquietações em razão de não serem confirmadas por Sua Magestade as originarias doações das ditas mesmas terras, por negligencias dos seus primeiros cultivadores, sem embargo de estar o Supplicante presentemente de posse pacifica dellas sem contradicção de pessoa alguma, como consta da certidão junta, e assim sempre as houverão seus antepassados por mais de cincoenta annos em taescircumstancias quer que Vossa Excellencia, em nome de Sua Magestade, lhe

conceda por sesmaria as mesmas terras, ratificando as primeiras e antigas concessões, assim e pelo modo que o Supplicante e seus maiores as possuirão, e lhes forão dadas, as quaes terras constão ,pela parte do Sul de duas mil braças de testada pelo Rio acima, principiando do lugar da Muritiba de baixo até confinar com terras do Capitão Miguel Antonio de Oliveira, e com uma legua de fundos e pelo lado do Norte duas mil e trezentas braças tambem de testada pelo rio acima, tendo seu principio no porto do Bello de uma arvore lorangeira até finalmente confrontar com terras do mesmo capitão Miguel Antonio de Oliveira, com fundos porém de meia legua tão sómente por essa parte do Norte, comprehendendo-se nesta nova Graça, juntamente a Ilha do Furado, que está situada no dito rio Itapemirim, entre um e outro continente, derribada a braço e por industria dos antepassados do Supplicante, que por tal a está egualmente possuindo na fôrma dos seus antecessores: portanto, pede a Vossa Excellencia seja servido conceder-lhe por nova sesmaria as terras acima declaradas em nome de Sua Magestade. E receberá Mercê.

Em vista da informação do Chanceller e da resposta do Desembargador Procurador da Real Fazenda e Corôa, foi concedida a sesmaria em 14 de Setembro de 1807, a qual foi confirmada por Carta passada no Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1811, assignada. O Principe com Guarda.

Esta Carta se acha registrada na Victoria, no primeiro Livro de Registro de sesmarias, existente no antigo Commissariado de Terras Publicas do Estado, á folhas 1 a 4.

Tal é o titulo primitivo da celebre fazenda da "Areia".



*Commdr. João Nepomuceno Gomes
Bittencourt e esposa*

Ficava fronteiro á Villa, do lado norte, e passou a ser depois propriedade do Commendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt.

Era uma das mais importantes fazendas do municipio, movida a vapor e residencia de grande luxo em palacete amplo e sumptuoso. Nelle se hospedou o Imperador D. Pedro II quando visitou o Itapemirim em 1860.

Hoje mal se lobrigam vestigios dessa morada senhorial!

FAZENDA DA MURIBECA — A lendaria e importante fazenda da Muribeca, do municipio do Itapemirim, foi uma das que pertenceram, nos tempos coloniaes, aos padres da Companhia de Jesus, que nella trabalhavam com muitos escravos.

Com a expulsão dos jesuitas no tempo do governo do Marquez do Pombal, foram essas propriedades confiscadas e encorporadas ao dominio da Corôa. A Muribeca, como as outras fazendas, foi mais tarde levada em hasta publica e arrematada por José da Cruz e Silva, a quem passou a pertencer. Este fallecendo, a propriedade passou para a filha, D. Anna Angelica, casada com o Capitão-Mór Manuel Pereira Vianna, e por fallecimento deste, coube aos seus filhos e ao genro Antonio José Domingues Tinoco.

Existe ainda a Igreja de Nossa Senhora das Neves, edificada pelos jesuitas junto ao local da fazenda primitiva.

Os terrenos se compunham de sete leguas de testada, pela costa do mar, a partir do Sery para o sul, até a passagem da Guaxindiba, por sete leguas de fundos para o sertão, conforme rezam as respectivas cartas de sesmarias e de arrematação, documentos antiquissimos que estão em poder da “Société Minière et Industrielle Franco-Brésilienne”, que explora a extracção de areias monaziticas existentes nessas terras hoje em grande parte de propriedade da mesma Companhia.

Os terrenos, porém, onde está edificada a Igreja, continuam a ser de propriedade de um dos herdeiros dito Capitão-Mór, o Coronel José Domingues Tinoco Sobrinho, que ali possui importante fazenda de criação.

O valle do Itapemirim, cortado em toda a sua extensão pelo rio que vae despejar ao mar suas aguas vasadas dos flancos do Caparaó; rico de boas mattas e campos ferazes, é ainda, e será, um manancial que jorrará os opimos fructos que a terra póde dar, quando forças novas, acionando o trabalho mais intensivo, lhe tiverem pasto a semente util nos logares hoje cobertos pelo hervaçal damninho e inutil.

No presente são terras que não se cultivam, e em toda ella branqueando na agonia de um longo passado do trabalho escravo, as ruinas das velhas fazendas que opulentarão seus proprietarios, dando a impressão de uma região abandonada para sempre.

Está situado entre 21° 17' 33" de latitude e 2° 27' 21" de longitude, segundo o meridiano do Rio de Janeiro.

Não podemos deixar de consignar nestas paginas um importante episodio occorrido nos fastos do municipio e que marcou, por assim dizer, o declinio dessas lutas de familias.

O Imperador D. Pedro II, em excursão pela provincia, chegou ao Itapemirim no dia 7 de Fevereiro de 1860, hospedando-se numa casa de propriedade do Capitão José Tavares de Brum, hoje dos descendentes de Adolpho Ubaldino da Silva.

Acompanhou o monarcha, nessa visita, o então Ministro do Imperio Conselheiro João de Almeida Pereira, (de Campos) primo irmão dos celebres fazendeiros da Areia" (os moços da Areia) o qual muito concorreu para que o Imperador não visitasse a bella fazenda do Muquy, nem procurasse o Barão do Itapemirim, que havia luxuosamente preparado o palacete de sua residencia para o receber fidalgamente e fosse, de preferencia, hospedar-se na fazenda da Areia, não menos sumptuosa, do Commendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt.

Era a *vendetta* politica posta em acção contra o Barão pelos seus temíveis adversarios, e aquelle, ferido no seu orgulho, não poude resistir a tão duro golpe moral, baqueando para o tumulo com o seu odio, poucos mezes depois, após uma viagem que fez ao Bananal.

Por sua vez, os Areias foram acabando uns, e mudando-se outros para Campos, de onde eram ariundos, alguns.

Do Itapemirim seguiu o Imperador para a nascente colonia do Rio Novo, que obteve o titulo de "Imperial", visitando a sua séde no logar "Pau d'Alho", acompanhado sempre do seu director, Major Caetano Dias da Silva. De volta, embarcou para a Côrte.

A Camara Municipal da Villa do Itapemirim que recebeu o monarcha, compunha-se então dos seguintes membros: Capitão Francisco Gomes Bittencourt, presidente; Antonio Borges de Athayde, João da Silva Santos, Antonio Francisco de Almeida Sobrinho e José Cardoso da Conceição, todos partidarios dos fazendeiros da "Areia".

Os partidos politicos que disputavam as eleições eram conhecidos pelos appellidos, "Arraias", os da facção do Barão, e "Macucos", os da banda dos "Areias". Do lado do Barão e com o concurso dos quaes elle muito contava nos pleitos, havia os "queixadas", do Castello, como elle, liberaes. Os "Areias" tinham por seu lado o poderoso concurso do chefe conservador, o fazendeiro e chefe de grande familia Coronel Antonio Vieira Machado da Cunha.

O jornal "S. João da Barra", de 1882, n. 61, diz o seguinte:

"Tinha o nome de "Paula" o primeiro navio com africanos que desovou, (assim o diziam) em Itapemirim, em Fevereiro de 1832, Capitão Caetano Dias da Silva piloto Herculano, bahiano: ambos casaram nessa villa, o 1º com uma senhora da fazenda da Areia, o 2º com a filha do negociante Antonio Luiz; o segundo aportou nessa villa tendo por commandante João José dos Santos; e d'ahi em diante tornaram-se geraes os desembarques em quasi todo o littoral."

Ao que replicou a "Gazeta do Itapemirim": — De facto. chamava-se o piloto José Herculano Ferreira, o qual não casou com a filha do negociante Antonio Luiz, mas sim com D. Maria Pinta, filha de José Monteiro de Moraes e que, enviuvando, casou com

Camillo José Dias Lellis, residentes nos suburbios desta villa.

E, continua a “Gazeta”, oxalá que cada municipio pudesse ter a sua historia escripta, sem erros, lacunas e inexac-tidões, pois só assim não veríamos, como vemos, passarem de época a época factos e datas na verdadeira origem.” E’ o que tentamos fazer agora.

Deve-se ao Presidente da Provincia, Dr. Francisco Ferreira Corrêa, a inauguração do telegrapho em Itapemirim, acto que teve logar no dia 6 de Março de 1873.

Em data de 14 de Novembro de 1815. O Governador Rubim officiou ao Coronel Ignacio P. Duarte Carneiro commu-nicando-lhe que nessa data chegára ao Itapemirim, vindo da cidade de Marianna, pela trilha feita pelo Alferes João do Monte, (1) uma tropa com 12 bestas carregadas com 45 arrobas de toucinho, 40 ditas de carne-secca e 18 rôlos de tabaco de fumo”... Portanto, quasi um anno antes de concluida a “estrada do Rubim”. Não ha noticias de outras tropas chega-das á costa senão mais tarde, quando ellas começaram a descer pelos caminhos explorados pelo Capitão-Mór Manuel José Esteves de Lima, via Alegre.

Em Dezembro de 1867, a “Sentinella do Sul”, interes-sante jornal que se editava no Itapemirim, combatendo o commercio da extracção de madeiras, que roubava á lavoura todos os braços validos, alarmava-se contra a falta cada vez maior de cereaes, no municipio, annunciando a terrivel crise, pois que a carne já escasseava e nos açougues já custava o exagero de 140 réis por libra...

Por decreto de 19 de Novembro de 1818, é crea-

(1) João Monte da Fonseca era alferes commandante da 3ª divisão de Minas Geraes. Por esse tempo andava elle em explorações pelos sertões das minas do Castello e como pretendesse seguir a estrada que estava construindo, o Coronel Ignacio Carneiro, na possivel intento de por ali collocar gente mineira, e assim estabelecer comunicação e relações com os habitantes da beira-mar, o Governador Alberto Rubim denunciou-o ao mesmo Carneiro, que obistou-lhe a passagem, D’ahi derivou o alferes Monte, ao que presumimos, para o Itapemirim, que não era o seu objetivo, rumando para o baixo Castello e passando por Rio Novo em busca do porto onde pudesse barganhar por sal as mercadorias que conduzia.

da na Villa do Itapemirim uma escola de primeiras letras.

As primeiras escolas para o sexo feminino foram creadas por Lei Provincial n. 4, de 1854.

A Camara Municipal, a pont sobre o rio Muquy e a estrada de Cachoeira de Itapemirim, foram mandadas construir em 1857 pelo governo da Provincia, sendo o seu presidente o Dr. Olympio Carneiro Viriato Catão.

O grande Trapiche da Barra, pertencente ao negociante portuguez Simão Rodrigues Soares, foi inaugurado no dia 8 de Setembro de 1885. Esse homem, dos mais antigos do logar, foi um benemerito. O Trapiche, no seu primitivo estado, foi obra e propriedade do Barão do Itapemirim, e nelle trabalhou como gerente o seu filho Joaquim Marcellino. Não convindo mais ao Barão continuar com o trapiche, vendeu-o a Manuel Ferreira Braga Martins, que nelle já servia como guarda-livros. Na compra este associou-se a Simão Soares, que veio afinal ficar como unico dono do estabelecimento. Simão Soares foi, nos seus principios, empregado de um forte trapicheiro negociante de madeiras, J. A. Alves Brito, desde 1855, que era estabeleci-do no Rio de Janeiro. A serviço de Brito, Simão Soares vinha frequentemente em negocios de madeiras á fazenda da Tabúa, que o patrão possuía para os lados do Itabapoana. Luiz Rodrigues Soares, sobrinho de Simão Soares, veio a ficar, por morte deste, com o trapiche. Era natural da Villa dos Milagres, Concelho de Monção, provincia do Minho, onde nasceu a 13 de Junho de 1860, tendo chegado ao Brasil em 1880 e casado em 3 de Agosto de 1889, com a filha de Manuel de Araujo Machado, das Paineiras. Falleceu em 13 de Novembro de 1917. Foi um dos mais prestantes e uteis ao Itapemirim.

Em 1845, a Villa continha mais ou menos umas 80 casas cobertas de palha, em volta de uma praça em cujo centro se erguia uma força. (Rev. Inst. Hist.)

Antes da chegada do primeiro navio a vapor ao porto do Itapemirim, faziam o serviço maritimo de transportes os seguintes barcos: “Deus te Ajude” e

“Santa Barbara”, de propriedade de Bernardino Ferreira Rios, negociante em Cachoeiro. “Novo Destino”, de Aurelio Jorge da S. Quintaes. “California”, dos Vellascos. “Querido” e “Desquerido”, de Narciso da Costa Pinto. “Leocadia”, do Barão do Itapemirim. “Thomasia”, do mesmo. A escuna “Safra”, da Fazenda da Safra. O “Casaca de Ferro”, de uma firma da Barra do Itabapoana. Outros ainda haviam.

A Camara Municipal do Itapemirim foi construida ás expensas dos fazendeiros desse tempo, por subscrição promovida pelo Presidente da Provincia Olympio Carneiro Viriato Catão. O “Correio da Victoria” publicou, em 29 de Agosto de 1857, a seguinte relação:

Barão do Itapemirim, 500\$000. Major Francisco de Paula Gomes Bittencourt, D. Marianna Barreto da Silva Lima, Comd. Nepomuceno Gomes Bittencourt, Coronel João Rodrigues Barbosa, Major Urbano Rodrigues Souto, Major Antonio da Silva Povoas, Capitão Francisco Gomes Bittencourt, D. Josepha de Pinho Souto Bello, Pedro Dias do Prado, Capitão José Barbosa de Lima, Dr. Manoel Gomes Bittencourt, Tenente Eduardo Bello de Araujo, Francisco de Salles Cordeiro, Misael Ferreira de Paiva, Bernardino Ferreira Rios, Francisco de Saltes Pinheiro, Tenente Antonio José Alves Silva, José Francisco Gomes Muquy, Major Antonio Vieira Machado da Cunha, Manuel Vieira Machado, José Vieira Machado, João Marques Pereira, José Francisco Igreja, José Luiz Homem de Azevedo, Luiz da Silva Quintaes, Tenente Joaquim Marcellino da Silva Lima, Francisco Bernardes da Silva Lima, Franciscode Salles Ferreira, João Francisco D’Avila, Felismino Francisco Batalha, Honorio Vieira Machado da Cunha, Capitão Archanjo José de Souza, Francisco de Salles Cordeiro Junior, Tenente Joaquim José Alves, José Infante de Souza, João Vieira Machado de Freitas, Nuno Infante Vieira, Antonio Borbes de Athayde, Dr. Antonio Pinto da Cunha, Joaquim José Gomes da Silva Netto, D. Maria Joaquina da Silva Gomes, Luiz Moreira da Silva Lima, Joaquim Antonio da Fonseca Bahiense, Joaquim José Gomes da Silva, Joaquim Luiz de Azevedo Quintaes, Francisco Moreira da Silva Lima, Bernardino José Machado, Jeronymo Francisco Moreira, Umbellino Gonçalves Vianna, Manuel Ba-

ptista da Conceição e Silva, Bento José da Rocha, André Avelino Guimarães, Antonio Pires de Amorim, Benicio de Souza Macedo 10\$000.

O Commendador Felicio Augusto de Lacerda deu o mobiliario.

As sommas subscriptas vieram descendo de 400\$ até 10\$ e attingiram a quantia superior a cinco contos de réis.

Em 1888 os moradores do Itapemirim possuíam as seguintes terras:

AREAS EM HECTARES

Sesmarias e outras concessões.

1 possuidor com 458,0017m2

Posses garantidas pelo art. 3º da Lei 601, de 18 de Setembro de 1850.

57 possuidores 142,730.7677m2

Posses legitimadas pelo art. 5º.

60 possuidores com 29,119,3115m2

Posses nullas alienadas contra o disposto no art. 11.

200 possuidores com 109,787,8296m2

Posses criminosas, art. 2º.

136 possuidores com 69,100,0021m2

Por lotes coloniaes

439 possuidores com 14,006,9770m2

M. A. PINTO PACCA (Relatorios).

A Igreja da Barra do Itapemirim foi começada em 1872, concorrendo os particulares com oito contos de réis. A Assembléa Legislativa da Provincia votou em 1882 a quantia de dous contos de réis que foi entregue a

Antonio Ferreira Marques de Abreu, um dos encarregados da construção da Capella.

Em 1854 a renda do municipio do Itapemirim era de 1:094\$000 e a sua despeza orçava por 426\$000.

Fechamos estas memorias sobre a velha e pittoresca terra itapemirinense lembrando que foi ahi que nasceu o patriota Domingos Martins, no lugar denominado Quarteis, ao sul de Maratayses, no anno de 1781.

Seu pai, Joaquim Ribeiro, era casado com D. Joanna Martins, bahiana, sendo seu pae, espirito-santense. Ao tempo, este, que era Capitão de Milicias, commandava uma pequena força naquelle lugar para impedir o desembarque de africanos. Nos archivos do Itapemirim não existem assentamentos do seu baptismo, o que faz crer tivessem-no baptisado na Bahia ou talvez Victoria, o que é mais admissivel por ter a familia residido por muito tempo nessa cidade. Um estudo sobre esse patricio, inserto no jornal "A Província do Espirito Santo" editado em 11 de Junho de 1882, diz ter Domingos Martins nascido na Victoria.

O Estado decretou feriado a data de 12 de Junho que recorda a sua execução em 1817.

*
* *

Temos chegado ao fim do pesado encargo que, menos por competencia que por amor ás cousas da nossa terra, nos impuzemos.

Mas não temos a pretensão de crer que fizemos um trabalho completo e, possivel é que tenham escapado ao nosso registo, cousas e homens desse passado que vimos palmilhando através os meandros mal illuminados dos archivos e da tradição. Mas o que foi isto que é hoje o municipio de Cachoeiro do Itapemirim, ahi está.

Pelas leis naturaes do mundo physico reguladas pela dynamica creadora que tudo impulsiona e transforma, succedem-se os dias como se renovam os prados; ainda por effeito dessas leis seguem os povos sem exclusão de raças e situações geographicas, o seu caminho acencional para — o melhor — destruindo, removendo, creando.

As fazendas desapareceram; a propriedade pequena brota por toda a parte como a planta, e como esta, alastrando-se sobre a terra.

Sobre essa renovação natural de par com a social que começa a sacudir as velhas organizações decadentes, é que os povos fundarão o seu bem estar nascido da paz, da justiça e do trabalho.

APOIO



acquareale

ÁGUA MINERAL NATURAL

APÓLO



3

eloretoupo

1975

4 5 A N O S

GRACAL
gráfica e editora

28 3522-2784 | 28 3522-7199
Av. Aristides Campos - Gilberto Machado,
Cachoeiro de Itapemirim - ES, 29302-600